REVISTA

(TRIMESTRAL) .

DO

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 216

JULHO-SETEMBRO

1952

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



INSTITUTUM
HISTARICO GEOGRAPHICUM
N URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A-0-MDCCCXXXVIII

Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro — Brasil — 1953

REVISTA

DESIGN CRIMES & STREET COURSE

who had a special or one can see only

an 18-140

La Strategic Laboratory

NOW!

the second second

APPROXIMATION AND ADDRESS.

CONTRACTOR OF STATE O



Desired to the second second second

TRABALHOS ORIGINAIS

"ALGUNS DOCUMENTOS SÓBRE MÉDICOS E MEDICINA DO BRASIL SEISCENTISTA"

J. P. LEITE CORDEIRO

A documentação ainda inédita, existente nos arquivos portuguêses e dizendo respeito ao Brasil, constitui vasto campo de pesquisas aos que se interessam pelo nosso passado.

Em Lisboa, o Sr. Alfredo Mendes de Gouveia, funcionário do Arquivo Histórico Colonial, dispôs-se, a pedido nosso, a copiar peças documentais referentes à História da Medicina no Brasil durante o período colonial. Fê-lo não só no referido arquivo mas também na Biblioteca da Ajuda. É parte dessas cópias que agora apresentamos, certos do seu interêsse pois elas nos mostram como se processavam as nomeações dos médicos de então, a justificação dos seus serviços na guerra ou na paz, o modo pelo qual exerciam a arte e ciência hipocráticas, as suas agruras e dificuldades, além de outros dados interessantes revelados pela simples leitura dêsses documentos.

Certos do seu interêsse, não podemos, porém, afirmar categoricamente que sejam todos êles inéditos. Algum talvez já seja conhecido ou já esteja mesmo publicado no Brasil. Em nossas pesquisas, porém, nunca tivemos a oportunidade de com êles deparar. Isso o que nos leva a apresentá-los ao I Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Sñor

Bertholameu Coelho fez petição a VMg. de por este Conçelho em que diz, que VMg. de lhes fes merçe do cargo de Cerurgião mor da Noua Collonia do Sacramento para onde se determina embarcar, nesta occasião; e por que não tem, com que se hauiar, assim de ferro como de alguáz cousaz que lhe são nece sariaz pertencentes a sua Arte, por Ser muyto pobre, e ter muytos filhos.

P. a VM. de lhe faça merçe mandar dar hua ajuda de custo, para comprar az couzas refferidas e também para se poder aprestar, para a viagem.

Ao Conçelho pareçe, que tendo VMg. de respeito, az resões que allega, o Supp. de lhe faça Vmg. de merçe de trinta mil rs de ajuda de custo, para que possa comprar com elles, os ferroz que lhe forem neçessarioz p. a zua Arte; Lix. de Dezembro de 1693»

O Conde de Aluor João de Sepulveda E Mattos Joseph de F. tas Serrão.

Despacho real à margem:

Como parece Lx.ª 17 de dez.bro de 693.

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 16 de Dez. bro de 1693.

do Consº Ultramarino

Bertholameu Coelho, que está nomeado por Cerurgião mor da Noua Collonia, pede huma ajuda de custo.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 1877)

Sñor.

Por Bertholameu Coelho, hir acabando o tempo porque foi prouido no cargo de Cerurgião mor da Nova Collonia do Sacramento; offereçerão para elle os seus papeis as pessoas seguintes

Andre de Mendonça, Cerurgião aprouado que consta que sendo provido pella Junta do Comerçio, por Cerurgião das Naos de Comboy, se embarcar nos annos de 695; 696; 697 para o Rio de Janeiro, e em 698; e 699 para Permanbuco; havendosse na cura, e asistençia dos doentes, com grande zello e satisfação, dando mostras de ser muito grande Cerurgião.

Representa a Vmg. de em sua petição ser muito bom Cerurgião, e Latino, e ser casado e ter trez filhos e que fasendolhe Vmg. de merçe de cargo de Cerurgião mor da Nova Collonia, levaria para ella a sua famillia:

e João gomes que consta ser Cerurgião aprovado, e que hauvendo notiçia dos mouros quererem citiar a praça de Masagão, ser mandado por Vmg.de por Çerurgião da gente que foi em seu socorro, aonde chegando em 7 de Junho de 690, faser sua obri-

Nota — As abreviaturas A.H.C. indicam o local em que se encontram os documentos: Arquivo Histórico Colonial (Lisboa).

gação com todo o cuidado, e com o mesmo assistir aos soldadoz enfermos dos Hospitaez, e com bom sucesso aos feridos de ballaz. de dia, e de noite aplicandolhe a algunz os seus medicamentos proprios graçiozamente curandoos tãobem de mediçina, e tãobem aos moradorez da praça pello discurso de dous mesez que o medico esteve doente, athe o fim de março de 692; e vindo p.ª esta Corte, se embarcar della por Cerurgião da fragata nossa Sra, da Assumpção, hũa daz da armada real que no mesmo anno foi ao estreito de gibraltar; aonde sefes dar a costa, entre Tetuão, e, Centa húa fragata de Argel; no mesmo anno na dita fragata que sahio de armada a correr a costa, e recolhendosse a este porto com a charrua da Pederneira que leuava hum corsario françez, tornar a sahir para fora a esperar a frota de Pernambuco que se recolheo a esta cidade; em 693 por cerurgião da fragata nossa Srã do Pelar que sahio a correr acosta a esperar as frotaz, em 694 na mesma fragata que foi à Ilha da madeira, levar o gou. or e buscar o que lá estava, donde hindo a namora (,), se impedio a entrada e sahida dos nauios de mouros; e no discurso das viagens refferidaz, obrar tudo o que tocava a sua arte, com muito zello, curando alguns feridos e doentes perigosos, com grande assitençia, cuidado, e disvelo; Destes sogeitos se pedio informação ao cerurgião mor, o qual deu a incluza que com esta se envia as reaez mãos de Vmq.de

e sendo tudo visto

Pareçeo ao Conçelho representar a Vmg. de que segundo a notiçia que se tomou alem da informação que deu o cerurgião mor destes sogeitos, se acha que Andre de Mendonça, conheçidamente exçede a João gomes, e sobre concorrer nelle a circunstançia de ser latino, tem demaiz querer levar consigo a sua molher, e filhos para a Nova Collonia, hindo desta maneira como povoador; com que nesta consideração, deve Vmg. de hauer por bem, de que se lhe passe provizão para que sirva de çerurgião mor da Nova Collonia do Sacramento por tempo de seis annos, assim como se observou, athé agora com os maiz providos. Lisboa 28 de Settembro de 1699. O Conde de Alvor, Joseph. de F. tas Serrão

Miguel Nunes d'Mg. ta (Mesquita)

à margem: Como pareceo nomeo a Andre de Mendonça Lx. 18 de 8^{bro} de 699.

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso

28 de Settr°

Do Conso Ultro

Nomeação de pessoaz p.ª o Cargo de Cerurgião mor da Nova Collonia por tempo de seis annos; a vay a imformação que se acuza 1.º doc. anexo: A Andre de Mendonça se hade passar Provizão do Cargo de Cirurgião mor da Nova Colonia do Sacram. to por tempo de seis annos, de que hade vençer o soldo que lhe tocar Lix.ª 29 de Nov. bro de 1699.

Manoel Gomes da Sylva.

Não deue novos dir^{tos} por asim o determinar a Junta dos tres estados por despacho de 19 do Corrente Lix.ª 22 de Desembro de 1699

João Soares

Inosencio Correa de mo (?)

2.º doc. anexo:

Do livro de resisto a f. 29 consta q̃ sendo Cirurgião mor o D.º Antonio Ferreira foi examinado de Cirurgião João Gomes, filho de João Gomes, natural de Barreiro por Antonio do Prado, e João Rodrigues Mayo, em trainta de Mayo de seiscentos oitenta e dois annos. Do livro do registo a f. 4 consta q̃ sendo Cirrurgião mor o D.º Antonio Alvers Ribeiro foi examinado Andre de Mendoça natural de Pernambuco, por João do Prado Ribeiro, e Domingos de Oliveira em trinta de Julho de seiscentos, noventa e hû annos; nestes assentos não está cotta de preferencia nos exames, como em alguns se acha; pello q̃ se deve attender aos servisos, e mais annos de experiencia: V. Mgde. mandará o q̃ for servido. Lx.ª e setembro 25 de 699.

O Cirurgião mor

3 doc. anexo

Senhor?

Diz Andre de Mendonça, q̃ VMg.de de servio faserlhe m.ce do cargo de Chyrurgiam mor da nova Clomnia de Sacram.to atendendo as circunstanciaz q̃ comcorriam em a sua pessoa, asim pellaz largaz experienciaz q̃ tinha da Chyrurgia, e ser latino, como por leuar sua familia p.ª aquella praça e porq̃ com effeito se hade embarcar nesta prezente frota q̃ se está apresentando p.ª hir ao rio de janeiro e lhe he preciso faser comsideravel gasto tanto na jornada q̃ faz desta Corte p.ª o rio de jan.ro como na q̃ hade faser do rio de jan.ro p.ª a nova Colonia e Vmg.e atendendo a estez gastos tem feito m.ce a todos os q̃ tem ocupado este mesmo cargo, de q̃ lhe comeca a correr o soldo desde o dia q̃ partiram desta Corte em diante e o sup.te não meresse menos, antez com mais rezam

se lhe deue atender pois leua sua mulhe (sic) e trez filhos pello

que

P. a Vmgde lhe faça m.ºe mandar q o soldo q o supte vay vencer com o cargo de Chyrurgião mor da nova colonia comesse a correr desde o dia q partir desta Corte, como se tem concedido a todos os mais q tem ocupado este mesmo Cargo.

ERM.

Despacho do Cons.º Ultr.º: Aiunte o exemplo de q se praticou com seos antecessores. Lxa. 31 de ou.bro de 699.

(com 3 rubricas)

No verso:

A folhas 251 v.º do L.º 3º de Provisões se acha registada

huma, cujo teor he o segte

Eu El Rei faço saber aos q esta minha Provisão virem q tendo respeito a haver feito m.ce a Bertholameo Coelho do cargo de Cirurgião mor da nova colonia do Sacram. to por tempo de 6 annos com o soldo de quinze mil reis por mez ficando delles para sua molher se sustentar sete mil e quinhentos reis neste reino; e a me apresentar haver concedido a seo antecessor vencesse o soldo desde o dia q se embarcasse deste reino para aquella Comquista; Hei por bem fazerlhe m. ee de g'vença com o dicto cargo de chirurgião mor da nova colonia o dicto soldo desde o dia que desta cidade se embarcar para aquella Comquista; descontandoselhe nelle os sete mil e quinhentos reis, que figua vencendo neste reino para sustento de sua molher. Pello q mando ao meo Governador da Capitania do Rio de Janeiro cumpra e guarde esta Provisão, e a faça cumprir e guardar inteiram. te como nella se contem, sem duvida alguma. A qual valerá como carta; sem embargo da ordenação do L.º 2.º tt.º 40 em contrario. Manoel Pinheiro da Fonseca a fez em Lxa. a 19 de Janeiro de 1694. O secretario Andre Lopes de Lavre a fez escrever. Rei. E não contem maes o registo de ditta Provisão; de que se lhe passou a copia presente. Lxa. 10 de novembro de 1699.

Andre lopes de laure

Outro despo do Conso ultro:

visto o exemplo q apresenta na provisão que se lhe passar deste cargo se faça a declaração de q vencera o seo soldo desde o dia q'daqui se embarcar. Lxa. 12 de Nour.º de 699

(com 3 rubricas)

(A.H.C. — Rio de Janeiro — docs. n.ºs 2239-44)

Sñor.

Andre de Mendonça fez peticam a V. Mag. de por este Conº em que diz q VMg de foi servido fazerlhe merce do cargo de cirurgiam mor da nova Colonia do Sacram. de attendendo as circunstancias q concorrião na sua pessoa assim pla sua experiencia e ser latino, como tambem por levar consigo sua molher, e tres filhos p. de dita praça hindo com effeito nesta prez. de frota; e porq p. de se poder preparar lhe he preciso faser consideravel desp. de Vmgde. aos q'ocuparão este mezmo cargo, não so os honrou com m. de maz tambem os favoreceo com largas aiudas de custo, o q elle não desmerece.

P. a Vmgde lhe faça m.ºe de q selhe de o Habito de Santiago com vinte mil rs de tença effectivos, e de cem milrs de aiuda de custo para se poder prevenir para a viagem.

Ao Conselho parece que na consideraçam das rezoens que allega Andre de Mendonça, e leuar a sua molher, e filhos p. a Nova Colonia do Sacramento, a que se deue ter attenção; por precisamente hade faser mayores despesas; q V magde a este respeito se sirva de q se lhe dem sincoenta mil res de aiuda de custo; e no que respeita a merce que pede, que servindo o tempo de seis annos naquella praça, e segundo mostrar o procedim. Q teue no desempenho da sua obrigação, poderá então ter lugar p.ª poder requerer.

Lix.ª 7 de novembro de 1699.

P. Conde de Alvor Joseph de F. tas Serrão Miguel Nunes d'Mesq. ta Franco P. ra da Silva.

Despacho: Como parece Lxª 13 de 9bro de 699

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 7 de nourº

Do Consº Ultrº

Sobre as m. ces que pede Andre de Mendonça que está nomeado por Cirurgião da Nova Colonia do Sacramento.

(A.H.C. - Rio de Janeiro, doc. n.º 2312)

Señor

Diz o L.do Francisco Marquez coelho medico que elle foy no socorro que V. Magde mandou o Anno passado a cidade de São sebastião Rio de Janeiro em companhia do sargento mor Dom Antonio ortis de Mendonça co duzentos e tantos soldados que forão nas duas naos, nossa sra. da estrela, e nossa sra. dos

Remedios e dos ditos soldados adoecerão no mar quaze todos a que elle supp^{te} acudio com muita satisfação e por assi ser mandou Vmagde se rreformasem antes de sua partida; e depos de auerem chegado ao Rio de janeiro por assi mesmo auerem caido enfermos os ditos soldados, acudio a suas curas, como de prezente esta curando aos que estão naquelle prezidio cõ titulo de medico delle sem por isso lhes leuar couza algua — e nesta cidade servio a Vmagde em vizitar aos enfermos das gales maes de doze Annos continos acodindo a seu cargo com pontualidade; e V. Magde. lhe mandou dar a praça que tem o seu fizico da Armada quando se embarcou e oje se lhe continua no Rio de Janeiro a elle suppte por ordem do Gouernador e prouedor da faz. de V. Mag. de Por ser de muita utilidade pa, o dito prezidio pelo que visto o que allega, e Papeis juntos

P. a V. Mag. de lhe faça merce por seus seruissos e pelo que he de utilidade que Recebe o prezidio mandeselhe pase provizão na coformidade que a tem o medico da Armada co o mesmo salareo para que no dito Rio de Jan. de lhe pague ERM Despacho do Secretario de Estado: ordena SA que se veja E conste no Conso da faz. de

Lxa. a 27 de julho 637

Mgl de Vos e britto

Despacho do Consº da Fazenda: Informe o prouedor dos almazeis Lxa.

29 de Julho de 1637

(com 4 rubricas)

Parecer, do Prov^{or} dos armazens: O medido francisco marq̃s Coelho se embarcou por medico pa. o Rio de Janeiro, e se lhe derão as pagas de medico da Armada, pelo q̃ consta dos papeis juntos se mostra o cuidado com q̃ exersitou seu officio, e q̃ o mesmo fas agora em o Prezidio, e couza m¹o necessaria he a asistencia de medico em toda a parte donde ouber prezidio e asim sera rezão fazer-lhe Vmag^{de} merse Lxa. oye 30 de iulho de 637 Luis Cesar

Outro despº do Cº da Faz.da: Aja vista a prdor da faz.a de Smgde. Lxa. 12 de agosto 637

(com 4 rubricas)

Parecer do Prov. or da faz. da: Vtas as Certidoens juntas a cer proveitozo ao presidio ter medico, me parecesse ce passe ao supl.

provisão da praça de medico da armada, como comessou a vencer quando partio do Reyno Lxa. 7 Cetenbro 637.

Vasconcelos.

No verso: 1637

O Ldo fr.co marqs. Coelho

Consta

P. que assim 1.ª 11 de s bro 637

(com 3 rubricas)

os Consº Antº das povas e Rº bottº forão votoz

(A.H.C. - Rio de Janeiro, doc., n.º 1640) Rodrigo de miranda enriques caualeiro do abito de santiago Capitão mor E governador da Capitania do Rio de Janro e superentendente nas materias da guerra de todas as mais Da repartião e destrito do sul etc. Certifico q no socorro q sua Mag. de me enviou pera esta praca vevo por ordem sua o lecenleado fran. eo marques coelho medico o qual no discurço da viagem acudio a seu cargo com as medicinas necessarias a todos os doentes q forão os mais deles como se constou pelo sargento mor D. Ant.º ortis De mendonça e mais pesoas fidedignas e por trazer certidão dos almazes das pagas q lhe derão como medico da armada se lhe mandarão dar qua no prezidio com fiança como consta do despacho do provedor da fasenda de sua Mag. de pelo q visto ser couza util e necessaria para o prezidio desta cidade lhe pode sua Mag. de fazer merçe confirmando o na ditta praça e asim o affirmo pelo juramento Dos santos evangelhos e do abito q profeço a qual pasei por min asinada E selada com o selo de minhas armas Rio de Jan. ro 20 de outub. ro 1635 anos

R° De miranda henriques

Lugar do Selo branco

Certifiquo Eu miguel Carvalho tabellião do publiquo judiciall e notas nesta sidade de San sebastião do rio de janeyro por sua magestade que he verdade que Eu reconheço a lletra do sinall razo posto ao pe da sertião E sinete das armas que he do Capitão mor governador rodrigo de miranda enriques o qual esta autuallmente servindo o dito cargo e por pasar na verdade pasei a prezente sertidão de justifiquasão em razo oie aos dias do mes de ianeiro de mill e seis sentos he trinta e cete anos

Miguel Carvalho
(A.H.C. — Rio de Janiero, papeis avulsos, aliás doc. n.º 165).

Constantino dalmeida cauabro, fidalgo da caza de Sua Magde. Provedor, E constador de sua fazda Juiz dalfandequa desta Cidade de Sam Sebastião Rio de Jan^{ro} Certifico que vindo a esta capitania Dom Antonio Ortiz de mendonca sargento mor do terco darmada de portugal com o socorro de duztos soldados E monições Em sua comp. a veo o Lo franco Marquez Coelho medico por crdem de V. Magde Exercitando seu offo E curando aos ditos soldados no Mar por adoecerem os mais delles acudindolhe assy co sua pessoa como com mtas medicinas como fuy informado de pessoas fidedignas; E ora actualm¹⁰ em terra esta curando a todo o prezidio desta cidade sem por isso leuar aos soldados pagua algua pella qual Rezão o Capitã Mor E Gor. Rodrigo de Miranda Enrriques lhe mandou asentar praça de Medico deste presidio E eu o comfirmei por ser couza util e necessaria por suas letras E mta sufficiencia E cuidado com q assiste aos doentes E ser mui necessaria sua assitencia conue q sua Magde aja por bem de q se lhe de o ordenado q se custuma dar aos medicos da Armada E assy o affirmo pello iuramto dos sanctos Euangelhos E de meu cargo em fee do q lhe mandei pasar a prezete por my assinada E sellada com o sello deste Juizo Rio de Jan. 10 12 dias do mes de agos. de 1636 annos

> Constantino dalmeida Lugar do selo branco

(segue o reconhecimento incompleto):

Sertifiquo Eu migual Carbalho taballião do publiquo judisiall e notas nesta cidade do rio de janeiro por sua magestade que he verdade que Eu reconheso o sinal razo posto ao pe da Certidão que do provedor da fazenda Cõstantino dallmeida o Certificamos nos abaixo asinados q o rreconhesim¹º do sinal atras he de miguel carualho tabalião publico das notas e judiçial desta çidade de são sebastião. Rio de jan.ºº hoje em dia uza e serve o ditto offiçio E as suas escrituras subscripsões e rreconhesim. Es em publico ou razo sinal por ele se lhe da enteira fe. E credito Rio de Jan.ºº adous de dezembro de mil e seissentos e trainta e seis annos.

Dr^{to} Ramiles de lira (?) ferão Rib.^{ro} (?) (A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 166).

O Capp. am dom Antonio ortis de mendonça Comendador do texto da ordem de auis Sarg. Mor do terço d'Armada de Portugal que com ordem particullar de sua Mg. Sirvo o dito Cargo nesta

capitania do Rio de janeiro Sertefiquo que vindo assestir nesta dita prassa E trasendo em minha Comp.ª E a meu cargo o socorro de duz. tos soldados E artilheria E mais monisões a dita Cap. nas duas naos nossa Snra. da Estrella E nossa S.ora dos Remedios se Embarcou na dita ocasião o L^{do} franco Marques o qual Em todo o decursso da viagem veo ecercitando seu officio E curando a todos os soldados por os mais delles adoeserem de infirmdes contagiossas E o Lo alem de os curar lhes acudio com o necesso de muitas medecinas suas mostrando grande zello do serviço de sua Mg. assy no Mar como ora o faz em terra curando a todo o prezidio desta cidade sem leuar paga nenhua aos soldados por cujo Respeito o Capp. am e g. or Rodrigo de miranda Enriques lhe mandou asentar praça de Medico deste prezidio E por suas letras e m^{ta} sufficiencia he ser muy necessaria sua asistencia he mereçedor de toda a Merce que Sua Mge. lhe fizer o que tudo Afirmo pello juram. to dos santos Euangelhos em fee do que lhe mandei passar a prezente sob meu sinal E sello de minhas Armas dada nesta cidade de São Sebastião Rio de Janro, em 3 de julho de 636.

Anto Ortiz de Ma

Lugar do selo

(segue um reconhecimento do tabellião Miguel de Carvalho). Outro reconhecimento: Nos os abaixo asinados Certificamos q o rreconhesimento do sinal asima he de miguel carualho tabalião das notas E judiçial desta cidade de são sebastião Rio de jan. E oje En dia o uza e serve o ditto ofiçio E as suas escrituras escripsões e rreconhesimentos Em publico ou rrazo sinal por elle se lhe da enteira fe E creditto Rio de janeiro a dous de desembro de mil e seis sentos E trinta e seis annos. Jorge frz da fősequa

P° glz dandrade

Dr¹° Ramires de lira (,)

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc n.º 167).

treslados dos Papeis do l.ºº framºº marques coelho

Anno do nasçm¹⁰ de nosso senhor Jhūs xpo de mill e seiscentos trinta e seis aos dezenove de may da dita hera nesta cidade de são sebastião do Ryo de janeiro por o lesenceado fransisquo marques coelho me foy dada hūma petiça com hūm despacho do

provedor da fasenda de sua magestade ao pe dela Requerendome lha autuasse e de ... (...) desse vista ao procurador dellRey o que fiz francisco doliveira escriuão da fazenda a escrevy».

Petição

Diz o L.dò francisco marques coelho que elle veo por hordem de sua Magestade exercitando seu officio curando os soldados que vierão de socorro a esta cidade na naueta e no naujo do capitão cosmo Luis com titullo de fizico mor deste prezidio e como tal em Lisboa se lhe mandou dar pasagem e mantimento para ele suplicante e tres pessoas mais que em sua companhia trouxe fasendo lhe outrosy pagamento de tres pagas adiantadas na mesma forma que he custume darsse ao ffisico mor da armada da costa de portugal como consta da certidão que offeresse do escriuão dos almazens e asim consta por outra certidão que offerese ter de soldo o ffisico mor, da armada que veo a pernãobuco com o socorro doze mill reis por mes e porque elle suplicante veo no mesmo tilollo (?) fasendo o ditto officio assi no mar como agora o fas em terra curando os soldados deste prezidio como he notorio pede a V. Sa. o mande matricullar com ho dito soldo e hordenado. e Recebera merce»

despacho do Governador

O Provedor da fazenda de sua magestade veia esta petição e com seu paresser me torne Ryo de janeiro dezesseis de mayo deseiscentos trinta e seis. Rodrigo de miranda enriques.

despacho do provor da fazª

Vista ao procurador dellRey «dalmaeyda» e logo autuada a petição atras dey vista ao procurador, dellRey, francisquo dolliveira a escrevy «vista» (...)

Resposta do procurador delRey

Para se dar ao suplicante o ordenado que pede e de que da exemplo com ha certidão que offeresse se Reque (sic) provizão de sua magestade aos senhores governador e provedor da fazenda farão justiça como lhe paresser Ryo Janeiro vinte e hum de mayo seis centos trinta e seis «Aguiar».

termo

Aos vinte e hum do mes de mayo de seiscentos e trinta e seis nesta cidade de são sebastião do Ryo de Janro pello procurador da

fazenda de sua magestade Lluis de aguiar me forão dados estes autos com a Resposta asima de que fis este termo francisco dolliveira o escrevy».

e Logo fis estes autos comclusos ao provedor da fazenda fransisquo dolliveira a escrevy».

treslado do despacho do provedor da fazenda

Visto o despacho da meza da fazenda dizer devia o suplicante tres pagas hadiantadas do modo que hade auer se lhe page o ordenado como se seu ao fizico que veo com dom Antº de Loquendo pois hade curar o prezidio para ho que sera obrigado ha mandar vir provizão de sua magestade do dito hordenado demtro de hum anno dando fiança depozitaria segura e abonada em cazo que demtro do dito anno não mostre a dita provizão tornara a fazemda que dever a sua magestade tudo o que tiver Resebido della Ryo de Janeiro oje vinte e seis de mayo mil e seiscentos trinta e seis annos Constantino dallmayda.

Certidão

A folhas sinquoenta do Livro terçeiro dos Registos do consullado esta Registado hum despacho do comselho da fazenda de q o treslado se segue «O provedor dos allmazens passa dar passagem e mantimento ao Lesenceado francisco marques coelho medico que vay para o Ryo de janeiro para elle e para tres pessoas que vão em sua companhia dandolhe as pagas para se aviar do mesmo modo que ade auer assy como se deo ao fizico mor da armada desta coroa por assi se Rezollver pello governo Lxa. vinte e quatro de dezembro seis centos trinta e sinco Republicado por thomas de ybio calldeirão «dom francisco de vallcacer» joão sanches de baena «francisco Leitão» e não dis mais o dito despacho a que me Reporto em Lxa. vinte e nove de dezenbro seis centos e trinta e sinco Antonio prego velho».

Petição

Diz o Lesenceado fram" marques Coelho que a elle lhe he necessario huma certidão do Livro da emenda perque conste o que teue de paga o fizico mor da armada em cada hum anno pede a vossa merça lha mande passar do que constar e Recebera merçe.

despacho

Passe do que constar — Vasco frx. çezar

Certidão

A folhas simquo do Livro primro da emenda da gente deguerra do socorro do brazill que serva com o tezoureiro dos allmazens Ruy Gonçalves de Sousa (?) em o titollo de diogo pereira que servio de fizico mor em a armada de pernãobuco em que foy dom Antonio de oquendo consta ter o dito fizico mor de solldo cada mes doze mill reis que em um anno consta (?) cento corenta e quatro mil reis assi o certe fico e ao dito llivro me Reporto Lxa. tres de janeiro mill e seis centos trinta e seis, miquel osorio». figuão Registados estes papeis a folhas trinta e sete ate trinta e nove «francisco doliveira» ho cual treslado dezasseis eu freo dolivia escriuão da faª de sua magde nesta cidade de são Sebastião do Rio de Jan. ro fis tresladar dos ppio (proprios) q tornei a parte aqui asinou de como os Resebeu (?) he vão na verdade sen coiza q̃ fasa duvida o oficial commigo ao diante acinado no Rio de Janro a vinte de Julho de mil he seis sentos he trinta he seis

ffree doliveira

E Commigot. am

Miguel Carvalho

Consetado pormi scrivão

ffree doliveira

(Segue reconhecimento do tabelião Miguel Carvalho aos 28 de Novembro de 1636).

Outro reconhecimento: Nos os abaixo asinados sertificamos q̃ o rreconhesim¹º da subescripsão asima he de miguel carualho tabalião publico das notas E judiçial desta cidade de são Sebastião Rio de Jan.ºº E oje En dia o uza e serve o ditto ofiçio E as suas escripturas subscripsões E rreconhesimentos Em publico ou rrazo sinal por elle se lhe da Enteira fe E credito Rio de Jan.ºº 2 de dezembro de 1636 annos.

Dr. to Ramires de Lira (?) Jorge frs da Fősequa Po gla dandrade

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 168)

Sñor.

A Sra. Princeça Margarida remetteo a este Consº huma petição de Marçal da Costa, para q se visse e consultasse; em A qual diz Que está actualmente servindo a Vmgde nas partes do Brazil, no cargo de serurgião mor, e se lhe estão deuendo quarenta e

tres mil quinhentos e setenta e oito rs de soldos vençidos, Que se lhe não pagarão no Almox. do da Cap. nº la de Pernãobuco, por não hauer nelle rendim. lo como se via da Çertidão que presentaua, q se lhe passou para effeito de Vmgde lhe mandar dar satisfação neste Reino: E porq o supp. le tem nesta cidade a sua molher por nome Maria diaz Que vive a concepção, m¹o pobre, e de tal man. la que pereçe á mingoa Pede a Vmgde lhe faça mº mandar se lhe pague a ditta q. la para remediar a ditta sua molher.

Com a petição rellatada offereçeo o supp. 1º hua certidão de Manuel de V. cos (Vasconcelos) escrivão da faz. de Vmgde e da matricola da Gente de Guerra do exerçito de Pernãobuco, porque consta deuersselhe a quantia que na ditta petição refere, e se não hauer feito pagam. 1º della por não hauer rendimento no Almx. do da ditta Ca. na la

Pareçeo ao Consº Dizer a Vmgde Que ao supp. te se lhe Deuer quarenta e tres mil e tantos rs pla Çertidão corrente que aprezentou; e vendosse neste Consº sua petição Que Vmgde plo Gouerno remeteo a elle, p.ª se ver e consultar o que pareçesse; se offereçe dizer a Vmgde Que justo fora fazersse este pagm. to se houvera dinheiro para elle; porem falta para tantas couzas do seruiço de Vmgde, Que pareçe se não pode deffirir; além de q Vmgde tem mandado plo Gouerno, senão pague neste Reino soldos vençidos no Brazil, saluo a quem houver rezão efficaz para se fazer: Vmg. de conforme ao referido, mandara deffirir ao supp te como houver por seu seru. co lisboa 28 de Junho 1639.

Thoma de ybio Calderon acreçenta, Que a gente de Guerra que serve em Pernãobuco, ha sido, e he com os mayores trabalhos e nelescidades Que jamaes se virão em outra Guerra; e que muy sabido, Visto, e entendido Que no Brazil se não paga a nenhũ soldado, nem se lhe dá dinhro porque o não há, senão algũa roupa muy de tarde em tarde, e a comida tão limitada q se não podem substentar; E que se no Brazil se chega a entender Que se serra a porta nesta Cidade ao pagam. 10 do que os soldados vençem naquella Guerra, ficarão de todo ponto destintuidos de remedio, e bem se deixa ver o que disto pode rezultar; e que de aquelle estado vem pouco soldados, porq não se lhes da licença, e que se a estes não se lhe acode, e fazem (?) o bom gazalhado que merecem não som. te não tornarão, se não Que será exemplo, e justa couza para que todos fujão daquella Guerra q tão trabalhoza he. E para que aos q oje assistem nella desfaleção e perção os brios, vendosse sen Esperanças de alcançar satisfação do que servem; E que Convem muito ao servo de Vmgde, mandar q se reforme. E Emende a hordem q Vmgde mandou dar sobre o pagamento dos q vem do Brazil; E que achandosse Marçal da Costa servindo naguella Guerra de serurgião mor, sem maes beneffiçio que o de seu soldo, tem elle Thoma de Ybio Calderon por muy justo, e conveniente servisse Vmgde de mandar Que a sua molher se lhe pague ametade dos quarenta e tres mil quinhentos e setenta e oito rs que são deuidos a seu marido, para que remedee parte de sua neçessidade, e substentar seus filhos. Que padeçem por se achar seu marido seruindo a Vmgde. Lxa. p.ºº de julho 639

Thomas de ybio Calderon

Antonio das Pouas Rogo (Rodrigo botelho

Despacho real, à margem: Contra as cezolusois de Smg¹¹² que custuma tomar com tanta comsiderasão não convem fazer citandias (?) e mais quando elle custuma com tão larga mão remunerar os seruissos que se lhe fazem no brazil como a todos a experiensia tem mostrado e o que conuem he serarse (cerrarse) a porta a se não deuertir hũ so real de persizo e necessario a este he o maior cuidado que devem ter os menistros de Smgde asy me conformo com o Comselho Lxa. 13 de Julho 639

(Rubrica da Princesa Margarida)

Tem no verso

Do Consº da faz.ª

639

Marçal da Costa serurgião mor do terço de Portugal no estado Do Brazil, Pede se lhe pagem 43\$578 rs q se lhe deuem de seus soldos

(rubrica ilegivel)

(A.H.C. - Rio de Janeiro, doc. n.º 186)

Sñor

Ao Lecençeado francisco marqz Coelho medico do Reyno de Jan. ro mandou ElRey dom felippe de Castella (sendoo deste Reyno) declarar (em resposta de hua Cons. ta deste Cone) que ouvesse de soldo cada mes com o dito cargo quatro mil 11 de que se lhe passou portaria e em vertude della Alvara que Era ydo a asinar pello dito Rey quando VMg. lhe foi deuidam. te restituido este Reyno; Pede agora o dito francisco marqz que se lhe passe outro alvara desta merce para VMge o assinar, e Pareçe Ao Conselho que se lhe deue passar visto estar lhe a merce feita em

quatro de outro do anno passado de 640 (VMde mandara o q
for seruido. Lxa, A 7 de Janeiro de 1641).

Rodrigo botelho Antonio das Povas

Despacho real: Como parece em Lisboa a 12 de Janeiro de 641.

(rubrica do Rei D. João IV)

Tem no verso:

641

Do Consº da faz.da

Sobre se passar ao Lecenceado francisco marquez Coelho seg. Alvara da m. $^{\rm ce}$ \tilde{q} lhe estatua feita do soldo \tilde{q} hade haver com o Cargo de medico do prezidio do Ryo de Jan. $^{\rm ro}$

Sñor

Req.10 anexo

Diz fran.ºº marques Coelho dtor em medesina mor na Cappnia do Rio de Janro partes do brazil que elle esta seruindo autualmte de proprietro do ofiçio de mediquo do prezidio da dita Cappnia E se lhe tinha nomeado coatro mil rs cada mes de soldo com o dito ofiçio de que era passado prouizão que era ida asinar a corte de Madr.e a coal ora ten sesado E lhe he nesesrio outra sinada por Vmgde para poder auer o dito mantmio pois E precalsos ordenados ao dito oficio

 P^{de} a Vmgde mande \tilde{q} as ditas provisões se Reformen na forma custumada ERM

Consta

(Despacho do Consº da Fazenda):

Ficaselhe segda Portaria Lxa. 5 de Janro 1641.

(com 2 rubricas, sendo a primeira do Consº

Rodrigo Botelho, e a 2.ª de Antonio das Povoas).

(A.H.C. — Rio de Janeiro, docs. n.ºs 202-3).

Da imformação q se tomou do reqrimto de Sebastião miz, consta que na capitania do Rio não há Sururgião asalariado, nem para a terra nem para o prizidio, e que quando algu soldado tem necessidade de cura, obrião a algu surgião que lhe asista.

e visto e considerado tudo, e que Sebastião miz he bom surgião, e tem servido como se refere e consta de seus papeis, e o prizidio

da capitania do Rio de Janeiro hir em cresimento; cada dia, sera mayor a necessidade de surgião; lhe deve Vmgde faser merçe de o prover no lugar que pede, com o ordenado ou soldo que se paga ao provido pello Provedor da fasenda com ordem q logo se auize, de quanto he para se poder restringir, ou acressentar, qual mais conveniente pareçer em lisboa a 9 de Junho de 651.

O Conde de Odemyra frºº De Vascõçellos da Cunha João delgado figrº D. Ph.º (Felipe) de Moura Diogo lobo pereira

Despacho real, à margem: Como parece

Alcantara, 20 de junho de 1651 (Rubrica do Rei D. João IV)

No verso: 9 de Junho

651

Do Conso Ultramarino

Sebastião Miz pde o cargo de Sirurgião do prizidio do Rio de Janeiro/

(A.H.C. - Rio de Janeiro, doc. n.º 709).

Sñor

Sebastião Miz Sururgião aprovado, fes petição a Vmgde neste consº e com ella offereceo, sinco certidões juradas e justificadas de frey Bento Pais Administrador geral dos ospitaes da Provinçia de Alentejo de João de Siqueira varejão, e dos capitaes Manoel velho, e Miguel Alves galvão; porque consta sistir em elvas no ano de 645 por surgião do ospital e andar na campanha, curando os soldados emfermos e feridos com grande aplicação, embarcandose por surgião nas duas, esquadras q nos anos de 646 e 47 forão de socorro a frança, a cargo de dom João de Menezes, e João de Siqueira varejão; no ano de 648 se embarcou por Surgião do nauio São João Baptista, da esquadra que sahio a correr a costa a cargo do mesmo João de Siqueira, e no de 650, se tornar a embarcar por Surgião do mesmo nauio, acodindo pontualmente a sua obrigação, e curando aos emfermos, asy de medicina, como de Surgia.

Pede a Vingde q tendo consideração a seus serv⁹⁰⁸ lhe faça merçe do cargo de Surgião do prizidio do Rio de Janeiro, com es seldos custumados e q lhe tocarem.

Aprezenta sua folha corrida, e certidão do Registo das Merças, porque se mostra não lhe ser feito nenhúa pellos ditos serviços ate o prezente, e dandose vista ao Dezor Antonio Pereira de Souza, tem seus papeis correntes.

Lugar do selo de 1663 Sello 2VARTODE DEZ REIS

Sñor.

Diz o Dotr Franc. co da fonseca de Nis q em feuro de 654 foi prouido plo G. or Dom Luiz de Almeida no cargo de medico do prezidio da Capitama do Rio de Jan. co que vagou por falec. co D. or Franc. Marquez Coelho o qual cargo elle supp. co tem seruido thé o piez. com grande satisfação, sem nunca faltar a cura dos soldados enfermos com sua asistençia e as medicinas necessarias, sendo obrigado plo dito G. or E officiaez da Camara da D. capitania viesse asistir do d. Prizido a exercitar o dito Cargo e deixace sua faz. con onde asistia ao Benefficio della porlhe ser de maiz utilidade, antepondo mais o servo de Vmgde q as suas comodidadez como tudo mais largam consta das Certidões q apresenta dos Governadores daquella praça; E porq ha mais de noue annos q serve com satisfação, e hé Pessoa Benemerita

P. a VMagde lhe faça m^e mandar lhe passar prouizão de medico do dito prezidio assy como se fes ao dito seu antecessor

Fran. co marquez Coelho. E.R.M.

Despacho do Consº Ultrº: \tilde{q} lhe passe seu Alvará, na forma em \tilde{q} se fez a seu Antecessor frºº marques cõ quatro mil rs de soldo por mez, Lxa. 17 de Setbro 663.

(PM o Conde de arcos, com mais 6 rubricas)

1.º doc. anexo: SMde. manda passar provizão ao Doutor franºº da fonse ca Denis do cargo de medico do prezidio do Rio de Janºº com quatro mil rs de soldo cada mes, em Lixa. a 18 de Setr. de 663.

Mel Barrto de Sãopayo

2.º doc. anexo: Lugar do selo de 1662, Sello quatro de dez rs.

O D. $^{\rm or}$ fran. $^{\rm co}$ da fon $^{\rm oa}$ Dinis que para bem da sua iustiça lhe he necessario o teslado dos papeis que offereçe

P. a Vmgde line mande dar o dito treslado E qualquer Escriauão lho passe em modo que fação fé ERM.

passe como pede Rio de Janro e de novembro 29 662

Sampayo

Trasllado do pedido

Senhor o Douctor francisco da fonsequa denis medico do prezidio desta cidade de São Sebastião do Ryo de Janeiro que pera bem de sua justiça e Requermentos que tem com Sua Mag^{te} lhe he nesessario a ffe de officios do tenpo que ha que Serve de medico do dito prezidio — Pede a vossa Senhoria mande ao escriuão da matricula passe do que na verdade constar e Resebera merçe

Despo

Passe-selhe Sua Certidão de ffee de offiçios. Ryo de Janeiro trez de novembro de seis centos e sessenta he dous — Pero de Mello.

fee de officios

Marcal da costa escriuão da fasenda Real nesta cidade de São Sebastião Ryo de Janeiro e da metriculla da gente de guerra do prezidio della: Certeffico e dou minha ffe que dos lliuros da dita Matriculla que em meu poder estão e em meu offiçio seruem, consta ser prouido nofficio de medico do prezidio desta cidade Pello q.or que foi desta praça Dom Luis de almeida por fallessim. to do Douctor francizco marques Coelho com o soldo de dez cruzados cada mes, que he o que uencia o dito asima poruizão de Sua mag. de em dezoito de feureiro de mil e seis sentos e sincoenta e quatro annos o Supp. te o Douctor francisco da fonsequa denis e athe o prezente que esta seruindo o dito carrgo de medico fazem oito annos e oito mezes e dezesseis dias que Serue a Sua mag. de nesta praça asestindo sempre a suas obrigaçois sem ter nota de auzençia nem emtrepollação algua em seu asento e auctualmente fica servindo o dito carrego com a dita praça como tudo e milhor consta de sua matriculla donde passey a prezente ao qual me rreporto por mim sob escrita e asinada por bem do desp.º atras do gouernador desta praça Pero de mello nesta dita cidade do Ryo de janeiro aos quatro dias do mes de nouenbro de mil e seis sentos e sessenta e dous annos e eu Marcal da costa escrivão da fasenda Real a fiz escreuer e assiney «Marcal da costa» —

Lugar do sello de 1662 — Sello quarto de des rs.

Certidão de justificação

O Douctor Sebastião cardozo de Sampayo ouvidor geral com alçada no sivel e crime Juiz das justeficassoes auditor da gente de guerra e juiz comseruador da companhia geral nesta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro e em toda esta repartição do Sul por Sua Magestade ffasso Saber aos que a prezente Certidão de justificação virem que a mim me deu por fee o escriuão deste juiso que esta sobescreueo ser a lletra da Sob.escrição e sinal posto ao pé da Certidão de fee de officios da Capp. Marcal da costa escriuão da fasenda Real e matriculla da gente de guerra nesta Cidade do Ryo de janeiro que autualmente esta seruindo pello que hey a dita fee de offiçios por justeficado e verdadeira e se lhedeue e pode dar ymteira ffee e credito em juizo e fora delle em ffee do que se passou a prezente por mim som^{te} assinada nesta cidade aos vinte e nove de novembro de mil e seissentos e sincoenta e dous annos, pasou quarenta Res e de assinar quarentaRes eu gonçallo Ribeiro Barboza a fis escreuer e Sob.escrevy Sebastião Cardoso de Sampayo.

Petição

Diz o Douctor francisco da fonsequa denis que para bem de sua justiça lhe he necessario correr folha pellos escriuais dos auditorios desta cidade pera constar se tem ou não culpas em seus cartorios pelo que — Pede avossa m.ºº lhe fassa m.ºº mandar lhe passar alvará de correr folha e que os ditos escriuais digão a ella na forma custumada a Resebera justiça e merçe —

Desp.º

Passe aluara de folha Ryo de janeiro e de nouenbro tres de seis sentos e sessenta e dous. Sampayo.

Alvara de folha

O Douctor Sebastião Cardozo de sampayo ouvidor geral com alssada no sivel e crime Juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e comservador da companhia geral nesta cidade de São sebastião Ryo de janeiro e em toda esta Repartição do Sul por Sua Magestade mando a todos os escriuães desta dita cidade que custumão dizer a folha dos culpados digão a esta do supp. to douctor fr. da fonsequa denis todas e coaisquer culpas que em seu poder e cartorios tiuerem do dito Supp. to porque obrigatorio Seja as justiças cumpran no assy e al não fassão dado nesta ditta cidade sob meu sinal somente aos tres dias do mes de nouenbro de mil e seis sentos e sessenta e dous annos Goncallo Ribeiro Barboza escriuão da correição e ouuedoria geral o escrevy «sampayo» —

Do Supp. te o Douctor fransisco da fonseca denis não tenho culpas alguas em meu poder he cartorio the oje tres de novembro de seis sentos he ssessenta e dous annos «gonçallo Ribeiro barboza». Do Supp. te o doutor francisquo da fonsequa denis nada the oje

trez de nouenbro de mil e seisssentos e sessenta e dous annos» ferreira —

Lugar do sello de 1662 — Sello quarto de dez rs Do Supp.^{te} nada «Carualho» Do Supp.^{te} nada «Serrão» —

termo de comcluzão

e corrida a dita folha fiz comcluza ao ouidor geral e douctor Sebastião Cardozo de Sampayo de que fiz termo gonçallo Ribeiro barboza o escrevy».

Despo

visto que o supp. te não ha culpas pode uzar desta folha como lhe paresser Ryo de janeiro e de nouenbro seis de seis sentos e sessenta e dous Sampayo»

Certidão de justeficassão

O Douctor Sebastião Cardoso de Sampayo ouuidor geral com alçada no ssiuel e crime juis das justeficassões auditor da gente de guerra e conseruador da companhia geral nesta cidade do Ryo de janeiro e em toda esta reparticão do Sul por Sua Mag. de ffasso saber aos que a prezente certidão de justeficação virem que a mim me deu por ffee o escriuão deste juiso que esta fez serem as lletras e sinais das Respostas desta folha corrida hatras escrita de Antonio frr.ª da Silva Manoel de carualho Soares e Sebastião Serrão freire taballiães do p.co judicial e notas nesta dita cidade e do escrivão que esta fez gonçallo Ribeiro barboza pello que hey por justeficada e verdadeira a dita folha e se lhe deus e pode dar ynteira fee he credito em juiso e fora delle em ffee do que se passou a prezente por mim somente assinada nesta dita cidade aos vinte e noue dias do mes de nouenbro de mil e seis sentos e sessenta e dous anos pagou quarenta Rez e de assinar quarenta Res g.'o Ribeiro barboza escriuão das justeficassões o escrevy «Sebastião cardoso de Sampayo» ---

Certidão

Dom Luiz de almeida Senhor de auintes (Avintes) comendador da comenda de São martinho da Lordoza da hordem de xpo gouernador desta praça e capitania do Ryo de janeiro. Certefico que fallesendo nesta praça o Douctor fr.ºº marques

coelho medico do prezidio della nomehey por sua morte no mesmo lugar e ocupação o Doutor fr.ºº da fonsequa denis pella muita

satisfação que auja de seu tallento expiriencia e lletras a cujo Respeito auendo estado Retirado fora da cidade foy pedido e chamado pello povo e camara delle para hir digo pera vir assistir na praça como em effeito veyo deixando de o fazer em sua fazenda de que lhe Resultou demenuição e perda comsideravel pella muita dependencia que tem as do Brazil da assistencia de seus proprios donos e sòmentes antepondo a suas comodidades as Rezões do seruiço de Deos e de Sua Magestade e asiste e assistio sempre desde que estou nesta praça que a sinco annos asim auera da ynfantaria como dos moradores com cuidado aserto e dilligencia em todas as ynfirmidades que ouue em deferentes hocaziões com suspeitas e judissios de mal comtagiozo que a hirsse ateando fora grande Damno como ja principiuaua senão se antissipara a atalhallo com a breuidade he cuidado perssizo digo possivel, uzando de varios Remedios asim particullares como p. cos para perseruação e curação e contagio dos ares, o que tudo fez com grande zello e caridade sem Reparar no Rizco de sua vida a que se opunha nem no trabalho e desvello de sua pessoa que hera excessivo por ser unico e Sô o medico que hauia com que se fez m. to affecto a todo o povo e he mereçedor de toda a honrra e m. e que Sua Mag. de for seruido fazer-lhe o que tudo passa na verdade pello juram. to dos Sanctos Evangelhos e por me pedir a prezente lha mandey passar por mim assinada e sellada com o sinete de minhas armas Ryo de janeiro dez de julho de mil e seis sentos e sincoenta e sete «Dom Luiz de Almeida» Sinete de armas ----

Certidão de justeficação

O Douctor Sebastião cardoso de Sampayo ouvidor geral com alssada no ssiuel e crime juiz das justificassões auditor da gente de guerra e juiz comservador da companhia geral nesta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro e em toda esta Repartição do Sul por Sua Mag.^{do} ffasso Saber aos que a prezente certidão de justeficação virem que a mim me deu por ffe o escrivão deste juizo que esta sob-escreueo ser o ssinal e sinete posto ao pee da certidão atras escrita do gouernador que foi desta prassa Dom Luis de almeida pello que hey a dita certidão por justeficada e verdadeira e selhe deue e pode dar yntr.^a. ffee he Credito cm juizo e fora delle em ffee do que se passou a prezente por min som.^{ta} assinada nesta dita cidade aos vinte e noue de novenbro de mil e seis sentos e sessenta he dous annos pagou quarenta Rēz he de assinar quarenta Rēz, en g.^{to}/Ribr.^o barboza a fis escreuer e sob-escreuy» Sebastião cardozo de Sampayo.

Certidão

Saluador correa de Sáa e benauidez Comendador das comendas de São Jullião de casia e São Saluador dallagoa da hordem de christo S.ºr da asseua Alcaide mor da cidade de São Sebastião do Ryo de jan.rºo gouernador geral da Repartição do Sul dos conselhos de guerra e ultramarino por Sua Mag.de

Certefico que conhesso ao douctor fr.co da fonseca denis seruirde medico deste prezidio a m. tos annos athe o prezente com gr. de asistençia caridade e zello do seruiço de Deos e de Sua Mag. de e com ho mo (sic) assiste a todos os doentes que se curão no ospital e casa da Sancta mezericordia Sem nungua faser falta e he hum dos mais nobres e homrrados moradores desta cidade e que em todas as ocaziões que nella se offereserão do seruisso Real e bem commum desta Rep. ea (Republica) foy sempre dos pr. os que assistirão assim como a faz.da como com a pessoa naquillo que lhe podia tocar he pella grande satisfação de Sua suficientia e tallento a obrigação e ellegerão a seruir o cargo de juiz hordinario no qual se ouve com grande prossedim. to e satisfação geral e he merecedor de toda a homrra a m. ce que Sua Mag. te for seruido fazerlhe em ffee do que lhe mandey passar a prezente por mim assinada e sellada com ho ssello de minhas armas e juro passar na verdade tudo o Referido pello abito de xpo que professo Ryo de Janeiro dezaseis de janeiro de mil e seis sentos he sessenta e dous annos «Salvador correa de Saá e benavides» Sinete de armas» ---

Certidão de justeficação

O Douctor Sebastião cardoso de Sampayo ouvidor geral com allssada no sivel e crime Juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e juis comsservador da comp.ª geral nesta cidade de São Sebastião do Rio de Jan. ro e em toda esta Repartição do Sul por Sua Mag.de etc.a ffasso saber aos que a prezente certidão de justeficassão viremque a mim me deu por fee o escrivão deste iuizo que esta sob-escreveo ser o ssinal e sinete posto no pee da certidão asima escrita do general Salvador correa de Saa e benavides g.or geral que foy desta cidade e das mais capitanias desta Repartição do Sul pello que hey a dita certidão por justeficada he verdadeira e se lhe deve e pode dar yntr.ª ffee he credito em juizo e fora delle em ffee do que se passou a prezente por mim somente assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novenbro de mil e seisssentos e sessenta he dous annos pagou quarenta Rez e de assinar quarenta Res eu G.10 Ribo barboza a fis escrever e sob-escrevy» Sebastião cardozo de sãopayo.

Certidão

Pero de mello comendador das comendas de São Martinho e de São Pedro das gouveas da hordem de xpo g.ºr desta praça do

Ryo de janeiro por Sua Mag. de

Certefico em como achey servindo nesta prassa de medico deste prezidio ao Douctor fr.co da fonsequa denis por suas m.thas letras, e suficiençia o qual pellas emformassões que thomey e pello que de prezente me consta servio e serve com todo o cuidado e zello do Serviço de Deos e de Sua Mag.de sem yntrepollação nem falta algũa, não só curando os soldados das Companhias e fortallezas no hos/ No hospital mas aynda a toda a cidade com grande asistençia e caridade por ser o unico medico que nella achey allem do que he hum dos mais nobres e homrrados cidadões da dita cidade dino de toda a honrra e m.ce que Sua mag.de for servido fazerlhe o que tudo passa na verdade pello abito de xpo que professo em ffee do que lhe passey a presente por min asinada e ssellada com ho sello de minhas armas Ryo de janeiro vinte he sete de novenbro de mil e seis sentos e sessenta e dous «Pero de mello» Sinete de armas.

Certidão de justeficação

O Douctor Sebastião Cardozo de Sampayo ouvidor geral com allssada no ssivel e crime juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e juiz conservador da comp.ª geral nesta cidade de São Sebastião do Ryo de Janeiro e em toda esta repartição do Sul por Sua Mag.de ffasso Saber aos que a presente certidão de justificação virem que a mim me deu por fee o escrivão deste juizo que esta sobescreveo ser o sinal e sinete posto ao pee da certidão atraz escrita do g.or desta prassa pero de mello pello que hey a dita certidão por justeficada e verdadeira e se lhe deve e pode dar ymteira ffee e credito em Juizo e fora delle em ffee do que se pasou a prezente/A prezente por mim som.te assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novenbro de mil e seisssentos e sessenta e dous annos pagou quarenta Rez, e de asinar quarenta Rēz ou glo. Ribeiro barboza a fiz escrever he sob.escrevy. Sebastião cardozo de Sampayo.

Certidão

Os officiais da Camara desta cidade de São Sebastião do Ryo de janeiro que servimos este prezente anno de mil e seisssentos e sessenta e dous Certeficamos que ho douctor fr.ºo da fonsequa denis foy elleito pella Camara por medico desta cidade «sinall» digo sinallando-lhe sellario a Requerimento universsal de todo este povo por Suas m.¹as letras gr.de experiençia e aserto com que

exerssita Seu officio a cujo Respeito estando Retirado em sua fazenda que tem fora da cidade foy obrigado pellos offeciais que servirão a anno de sincoenta e sinco a que ser viesse pera a prassa assestir as Curas dos doentes pella grande falta que se padassia com sua auzençia e pella muita comfianssa que se tem visto em todo o tempo que exerssita nesta cidade o officio de medico acudindo com gr. do cuidado e delligençia a todas as ynfirmidadez que ouve em/ varias ocasiões com ssuspeita e yndissios de mal contagiozo epidemial que a hirsse ateando fora grande damno como já principiava se não se antessipara a atalhallo com a brevidade e cuidado possivel uzandosse de Remedios publiquos e particullares pera persevassão da currupção e comtagio dos arez asistindo a tudo com grande zello e caridade; sem Reparar no Rizco de Sua vida nem no trabalho e desvello de sua pessoa que hera gr. de por ser o unico medico que avia com o que se fez muito asseito a todo o povo e no que fez a Deos a Elrey e a esta Re.p.ca (Republica) gr.de servisso e assim mais he hum dos principais e homrrados moradores e cidadoes desta cidade e a este respeito foy elleito por Juiz hordinario della servindo o tal cargo com toda a satisfação e zelo do serviço de Sua Mag. de he meressedor de toda a honrra que o dito Senhor for servido faserlhe, o que tudo juramos passar na verdade pello juramento dos Sanctos hevangelhos em ffee do que lhe passamos a prezente por nos assinada e sellada com o ssello que nesta Camara serve Ryo de ianeiro vinte de novenbro de mil e seis sentos e sessenta e dous eu Jorge de Souza escrivão da Camara nesta dita cidade por Sua Magestade Manoel pimenta de carvalho, fr.ºº frz da costa, gregorio de /De crasto» sello da camara

Certidão de justeficação

O Douctor Sebastião Cardoso de Sampayo ouvidor geral com alssada no ssivel e crime juiz das justeficassões auditor da gente de guerra e juiz conservador da companhia geral nesta cidade de São Sebastião do Rio de janeiro e em toda esta Repartição do sul por sua Mag.^{do} ffasso saber aos que a prezente certidão de justeficação virem que a min me deu por ffee o escrivão deste juizo que esta sob-escreveo ser a lletra da sob-escrição e sinaes postos ao pe da certidão atras escrita dos officiais da camara desta dita cidade que este prezemte anno de mil e seis sentos e sessenta e dous servem e estão servindo Jorge de Souza escrivão M.º¹ pimenta de carvalho fr.ºº frz da costa gregorio de Crasto Domingos pr.º pello que hey a dita certidão por justeficada e verdadeira e se lhe deve e pode dar ymteira ffee e credito em juizo he fora delle em ffee do que se passou a prezente por mim som.º assinada nesta dita cidade aos vinte e nove de novenbro

de mil e seis sentos e sessenta e dois annos / Anos pagou quarenta Réz e de assinar quarenta Rés eu gonçallo Ribeiro barboza a fis escrever e sobescrevy. Sebastião cardozo de Sampayo; o qual treslado de papeis e certidois eu Antonio ferr.ª da Silva Tabalião do publico judisial e notas nesta sidade do Rio de Janº e seu termo fis tresladar bem e fielmente dos propios originais q me forão apresentados pello Doutor fra.ºº da ffon.ºª dinis nelles comteudo a quem os torney a entregar e asinou aquy de como os Recebeo, e a elles em todo e por todo me Reporto e o corry consertey com o official abaixo asinado e sobescrevi e asiney de meu sinal Razo e custumado e custamado (sic) em o Rio de Janeiro ao primeiro dia do mes de dezembro de mil e seiscentos e sesenta e dous anos

Ant.º frr.ª da silva.

Comsertado co os propios por min tabalião

Ant.º frr.ª da silva.

e comigo escrivão da Correição e ouvidoria geral e justificações

G1º Ribeiro Barboza

O doutor Sebastião Cardozo de Sãopayo ouvidor geral co alçada no civel e crime Juiz das Justificações auditor da guerra e conservador da companhia geral nesta cidade de sam sebastião Rio de Janeiro e em toda esta Repartição do sul por Sua Magestade faço saber aos que/ a prezente Certidão de justificação virem q a mi me deu por fee o escrivão deste Juizo que esta fes ser a letra do concerto e sinais postos ao pee do treslado atras de Antonio ferreira da Silva tabalião do publico Judicial e notas e o concerto pequeno ser do escrivão q esta fes gonçalo ribeiro Barboza os quais actualmente estão servindo seus officios pelo q hei per justificado e verdadeiro o dito treslado e se lhe deue dar enteira fee e credito em Juizo e fora delle em fee do q se pasou a presente por mim somente assinada nesta dita cidade ao primeiro dia do mes de Dezembro de mil e seis centos e sesenta e dous anos pagou quarenta reis e de asinar quarenta reis eu gonçalo Ribeiro Barboza escrivão das justificaçois o escrevi

Sebastião Cardoso de Sampayo (A.H.C. — Rio de Janeiro, docs. n.ºs 940 a 947).

Sñor.

O Procurador geral da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fes petição a V.A. neste Concelho, em que diz, que experimen-

tando seus moradores grandes neçessidades por falta de Medicos, que os curassem, porquanto de dous, que havia, falleçeo hum, e o outro enfermou de sorte, que estando já sem esperanças de vida, recorreo o Senado da Camara da dita Cidade, ao da Bahia, e ao Governador geral do Estado, para que lhe mandassem hú Medico, plo aperto em que se vião, e com effeito lhes mandarão ao D.ºº Julio de Marions, o qual chegando ao Rio de Janeiro pedio ordenado certo da Camara para estar de morada naquella Cidade, e se lho não dessem se embarcaria para Angolla, para onde estava embarcado: e por ser conveniençia do bem comum, lhe nomeou o Senado sessenta e quatro mil rs de ordenado, por hum anno somente que foy o de 672, como tudo constava da Certidão que offerecia.

Pede a V.A. (vistas as rasões allegadas) seja servido haver por bem o que os offiçiaes da Camara determinarão no ordenado que derão ao D.ºº Julio de Marions, plo anno de 672, somente. E que sendo V.A. servido de que se lhe dé ordenado çerto da Camara por mais tempo, mande, que ou se lhe dé de ordenado a mesma quantia por cada anno, ou a quantia que V.A. for servido mandar.

Da petição referida, e Certidão que co ella se apresentou ao Escrivão da Camara do Rio de Janeiro, se deu vista ao Procurador da fasenda, e respondeo, que parece, que V.A. devia ser servido haver por boa a despeza, vista a neçessidade, e justa causa com que se fes: e para daquy adiante houvesse hũ Medico de partido, a quem se daria de ordenado dos bens do Conçelho cincoenta mil rs cada anno.

Ao Conçelho Pareçe conformarse com o Procurador da fasenda, porem que o pagamento seja dos bens do Conçelho, como he em todas as partes, e não dos que tocão à fasenda real, e pagamento dos soldados.

Salvador Correa deSaa se conforma com o Conçelho, e acrescenta, que a Camara do Rio de Janeiro cobra o subcidio dos vinhos, applicado para o sustento da Infanteria, e fas estes effeitos renda da Camara, e delles despende este novo ordenado, e duzentos e cincoenta mil res, que dá cada anno a hum Frade, que há cinco annos o sustenta nesta Corte, por seu procurador, e outras despezas extraordinarias, por cuja causa sendo que quando largou aquelle governo, chegava este subcidio dos vinhos, e os sobejos dos dizimos, a dar des soccorros cada anno à Infanteria, e farda todos os annos, hoje senão dão mais que tres socorros cada anno, havendo ametade da Infanteria menos: e lhe parece, que o que convem ao serviço de V.A., para sustentar o seu pre-

zidio, he que a Camara não tenha outra jurisdição mais, que sobre os seus bens propios do Concelho, e todos os mais corrão plos Ministros da fasenda de V.A., a quem se toma conta; e com isto se evitarão as despezas extraordinarias que fas.

O D. or Feliciano Dourado se conforma tambem co Salvador Correa de Saa na ultima parte do seu voto.

E ao D.ºr Pedralvres Seco de Macedo Parece, que V.A. deve mandar levar em conta a despeza do anno de 672, feita com este Medico, que foy chamado da Bahia, para curar os moradores do Rio de Janeiro: e que V.A. deve conceder-lhes terem Medico com partido, como aponta o Procurador da fasenda, com os cincoenta mil rs por anno, porque este povo tem crescido muyto, e são vassallos de V.A., e não hão de pereçer com a falta do remedio de Medico; e que o mesmo se ve neste Reyno nos partidos. que as Villas fazem aos Medicos, estando huas chegadas a outras. como Palmella, Aldea Galega, e Alchochete, Benavente, Salvaterra, e Coruche, que todas tem Medico de partido. Em Lx.ª 17 de Julho de 674.

> Salvador Correa de Saa; benavides Ruy Telles d'Meneses P.º Alveres secco de Ma.do Franco. Malheiro Feliciano Dourado

Resolução régia, à margem: Os sessenta e quatro mil reis do ano de 672, se levem em conta E p.ª o adiante se dem os sincoenta mil reis dos bens do conso na forma q he estillo E sobre o mais q aponta Salvador Correa o Consº ouvindo o procurador da faz.ª me cons. ta o q pareçer Lx. 30 de julho de 674.

(Rubrica do Principe Regente D. Pedro).

No verso: 17 de Julho

Rio de Jan. ro Do Conç.º Ultramarino

O Procurador do Rio de Jan. ro pede se leve em conta a or-

denado q a Camara deu ao Medico.

anexo: EV o Princepe como Regente e governador dos Reynos de Portugal e Algarves, faso saber aos que esta minha provizão virem, que tendo respeito ao que me reprezentarão os officiais da Camara da Cidade de são Sebastião do Rio de Janeiro, em resão da grande falta de Medicos que ha naquella Cidade, por cujo respeito, recorrendo ao governador e capitão geral do Brazil,

lhes enviou ao Doutor Julio de Marions; ao qual se lhe nomeou de ordenado sessenta e quatro mil rs, pello ano de seiscentos e setenta e dous somente; e visto o q̃ alegão, e o que respondeo o Procurador de minha faz.^a; Hey por bem de aver por boa a despeza que se fes dos ditos sessenta e quatro mil rs com o dito medico, pello que toca ao dito ano de seiscentos e setenta e dous, e para o adiante, se darão de ordenado a hũ medico do partido sincoenta mil rs cada ano, dos bens do Conselho, na forma que he estilo; Pelloque mando aos menistros da Justiça, e fasenda da Cidade do Rio de Janeiro, a q̃ pertenser, cumprão e guardem esta prouizão inteiramente como nella se comtem, a qual valera como carta, sem embargo da ordenação do L.º 2.º.

(A.H.C. - Rio de Janeiro, docs. n.ºs 1225-26)

Sñor

Joseph Ramires do valle Medico formado pla Universidade de Coimbra fez peticam a VMg. do por este Concelho em q diz, que elle assiste na Capitania do Rio de Janeyro ha tres p.º quatro annos curando os emfermos daquella Cidade com muyta aceitaçam sciencia, e charidade, e da mesma maneyra a infantr.º do prezidio por impendimento dos achaques, e m¹a idade com q̃ se acha o Medico Francisco da Fon.º Diniz que o he do partido, suprindo a sua falta sem disso levar estipendio algum, hindo tambem as vesitaz dos navios, que vão do Reyno de Angola, em resão de algum contagio, q̃ possão levar em q̃ faz particular serv.º a VMagdo. obrando tudo com grande cuidado, e zello; e porquanto o ditto Medico Francisco da Foncequa Diniz pella sua impossibilidade renunciou nas maos de VMg. do o ditto cargo de Medico daquelle prezidio p.ª VMgdo o prover na pessoa que lhe parecer.

Pede a VMg^{do} lhe faça m.ºo da nomeação de Medico da Camara e Prezidio da ditta cidade para q nessa forma possa levar o ordenado, proez e percalços q he estillo darselhe.

Pellaz certidoenz q apresentou consta tudo quanto relata em sua petiçam.

Ao Conselho parece q tendo VMg.do consideraçam ao que representa Joseph Ramirez do valle deve ser servido faselhe a merce que pede, visto a satisfação com q actualmente esta curando na Capitania do Rio de Janeyro pella impossibilidade de seu

antecessor Francisco da Fonc.^a Diniz. Lix.^a 18 de Novembro de 686.

Ruy Telles de Menezes Ant.º Paez de Sande Dom Manoel Enriques Bento Teix.^{ra} de Saldanha

Resolução régia: Como parece Lx.ª 26 de 9^{bro} de 686 (Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 18 de novembro 686

Do Concelho Ultramarino

Joseph Ramirez do valle pede o cargo de Medico da Camara e Prezidio da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeyro.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.º 1574).

Sñor.

Por Antonio Roiz da Costa ter acabado o tempo de seis anos, em que foy provido por Cirurgião mor, e Medico da nova Colonia do Rio de Janeiro, se pozerão editaes de quinze dias para que as pessoas, que se quizessem opor ao ditto cargo apprezentassem os papeis de seu merecimento na mão do secretario deste Concelho, o que fiserão as pessoas seguintes.

Manoel de Oliveira de Sousa que mostra por certidões embarcarse nos annos de 681; até o de 687; em seis naos que vierão do Estado do Brazil para este Reyno, por Cirurgião, e no exercisio da ditta arte mostrar grande prestimo, e particularmente, passando em 681; a Bahia com o Capitão Antonio Dias Rego, voltar com elle para o Reyno em 682; e na cura das doenças se haver com muyto cuidado, e zello, e da mesma maneira em duas viagens, que fez cõ o capitão Antonio Frz Ayres; deste porto para a Bahia, e voltou para elle, achandosse naquella Praça em 686; a cura das doenças contagiozas que nella houve, e na nao em que veyo assistindo a grandes curas na viagem, e ultimamente na nao Nossa senhora da Conceição em que se embarcou por sirurgião da Bahia para esta Corte se haver com muyto cuydado não só na cura das doenças, que houve, mas tambem em sangrar por falta de sangrador, assistindo de noute, e de dia por ser quan-

tidade de gente a que adoeceu no mar; e fazer na Bahia particulares curas pertencentes à sua arte.

Manoel Rozado que allega ser cirurgião aprovado, e concorrerem nelle os requezitos necessarios para exercitar o ditto cargo.

Jacinto Pinto Pereira Cirurgião aprovado por carta passada em o anno de 682; consta embarcarse no mesmo anno para o Rio de Janeiro em navio particular, e nelle voltar para o Reyno sempre por Cirurgião, e da mesma maneira em 685; para a Bahia, e no de 686; e assim no discurço das viages, como em terra assistir com acerto, e bom sucesso na cura de varias enfermidades, por falta de Medico, e de feridas de perigo havendosse com grande aplicação, e cuydado, e nesta Corte em curas difficultosas com grande expedição.

Bento Dias de Almeyda que consta ser Cirurgião aprovado desde o ano de 682; em q se embarcou para a Bahia em navio particular; e em 684, passar ao Maranhão aonde obrou particulares curas assy da sua arte, como da Medecina por falta de Medico; e no anno de 687; tornar para o mesmo Estado em companhia do governador Artur de Sá, e de volta vir com o seu Antecessor gomes Freyre de Andrada, e na cura dos soldados se haver com muyto trabalho, zello, e acerto assy no mar como em terra, sem soldo da fasenda real, mostrando prestimo em hua, e outra arte.

Francisco Leuassor cirurgião aprovado desde o anno de 686; consta embarcarse no de 687; por cirurgião da nao Capitania que pella junta do Comercio passou ao Rio de Janeiro, e na viagem de ida e volta faser sua obrigação acodindo aos Enfermos com muyto cuydado, e zello.

João Freyre de Andrade Cirurgião aprovado desde o ano de 680; alga (sic) (alega) exercitar a sua arte com açeytação e proveito dos enfermos, e ter servido a VMagdo repetidas vezes em cazos accidentaez em falta dos cirurgiões da caza por ser vezinho.

E Thomaz Duarte q alega ser cirurgião aprovado nesta Corte ter toda a experiençia e pericia necessaria da arte para a poder exercitar com todo o primor e sciencia.

E pedindosse ao Cirurgião mor informação da capacidade dos sojeitos opostos deu a que com esta se envia a VMgde.

E sendo tudo visto

Ao Concelho Parece vottar em primeiro lugar para o ditto cargo de cirurgião da Prassa da Nova Colonia do Sacramento em Manoel de Oliveira de Souza. Em segundo lugar em Manoel Rozado.

E em terceiro lugar em Jacinto Pinto Pereira; na mesma forma da Informação do Cirurgião mor; Lx.ª 4 de M.ºº de 688.

Conde de Val de Reis Ant^o Paez de Sande Ruy Telles de Menezes Bento Teix.^{ra} d'Saldanha

Resolução régia: Nomeo a $M.^{e_1}$ de Olivr." de Souza Lx.a 5 de $m.^{e_0}$ de 688

(Rubrica do Rei D. Pedro II)

No verso: 4 de março

688

Do Conco Ultramarino

Nomeação de sojeito p.ª cirurgião da Prassa de Nova Colonia de Sacramento.

(A.H.C. - Rio de Janeiro, doc. n.º 1640).

Entre os Cirurgeaos, \tilde{q} se oppoem a occupar o lugar de Buenos Ayres o mais capaz julgo à M^{e1} Oliveira de Sousa assim por mais antigo, como pella Sua sufficiencia.

Em segundo lugar a M.el Rosado

Em terceiro lugar a Jacinto Pinto Pra

V. Mag. de mandara o q̃ mais conveniente, e acertado for a seu servico 28 de Fev. ro de 688.

Anto Pe.ra (?)
(A.H.C. — Rio de Janeiro, doc. n.o 1641)

Ao Con.º P. faser prez.¹e a S Mgde. o q escrevem os off.es da Cam.¹a de São Paulo e q este requeim¹º he iustificado e dino de atenção de S. Mgde. que por este meio se poderão conservar aquelles moradores se tiverem quen trate de os curar nas suas enfermidades que por falta de quem lhe possa aplicar os remedios necessarios morren m¹os ao desenparo, e q nesta consideração deve S Mgde. haver por bem de q não havendo Medico q queira hir voluntariam.¹e p.ª aquela conquista se obrigua a algu q nesta Corte tenha menos embaraço, pois alem do grde. partido q prometem faserlhe aquelles vasallos; tendo meios que com o que grangearen pellas suas curas se poderão sustentar mui largam.¹e principalm.¹e em terra onde tudo he tanto acomodado. Lx² 31 de

outro de 698 (com 4 rubricas). (A.H.C., S. Paulo, papeis avulsos, 1698).

No verso: São Paullo — 4 de mºº — 1698. Dos offes. da Cam.*

Sº a gr. de falta q tem de Medico e Boticapa sicurarem nas suas emfermidades. Consta.

A carta foi inclusa na Const. ta

21 de F.hro de 639

487

Certificamos nos o Doctor fr. Vas cabral fizico & Surgião mor em este estado do Brazil, e o L. Antonio Cordeiro medico em esta Cidade de saluador Bahia de todos os Samctos, que o snor Conde da torre; general de mar & terra; E governador deste estado do Brazil, adoeçeo em esta Cidade em des de feur. de seisssentos E trinta E nove Annos de humas terçans dobres de que esteue m. do doente sangrado sete ou oito vesses. E purgado duas vesses. E com outros m. dos remedios que se lhe fizeram; E continuou a ditta doença até o fim do ditto mes. E em pr. de março se começou a leuantar, conualescente; mas ainda m. do fraco E continuando, com Banho por cauza de huma destemperança, que lhe ficou do figado; E por ser verdade tudo o asima referido, E se nos pedir a pressente a passamos sub o Juram. dos Sanctos Euangelhos em 21 de de Setembo de 639.

O L.do An.to Cordr.º

O d.ºr fran.ºo vás Cabral.

Reconheso os sinais postos o pé da Certidam acima cere hum delles do doutor francisquo vas Cabral e fisico mor deste estado E outro do L^{do} antonio Cordeiro medicos comteudos na certidam atras eu mathias Cardoso tabalean publiquo de judicial e notas nesta cidade do Saluador e seus termos por sua mgde e o escrivi e asiney de meu publiquo synal seguinc. te na baia en os vinte sete (?) setenbro seis sentos e trinta nove annos

lugar dos sinal (Biblioteca d'Ajuda, cod. 51-VI-9, fl. 487).

Adoeseo o Conde meu S.ºr em 4 deste mes de outro as quatro da tarde, co hy frio m¹º grande e co vomitos que pareseo logo ser o seu asidente q lhe custuma dar dos Rins.

Ao dia seguinte q forão sinco lhe lançarão duas ajudas frescas hua pella manhã E outra a noite, por ser a sua queixa toda do estomago e vomitar m^{tas} coloras.

Aos seis lhe lançarão outra ajuda, e se foy buscar hú medico a capitania de portugal por estar doente o nosso, não ordenou nada este dia. Aos sete lansou doze ventozas secas ao sr. Conde.

E aos outo do dito mes o purgou, co hua pouca de Canafistola do que agora se costuma de polpa de Canafistola em conserva, e não ha paresido ate agora sangrar o Sr. Conde por serem os achaques de estomago e ver se os pode atalhar, sem as ditas sangrias, E a noute tomou hua ajuda co a qual fes mtos uerssos; Aos noue foy o Sr. Conde sangrado na vez de todo o corpo, E o sangue era podre e m^{to} Roim, pella manhã E a sangria da tarde foy com o outro. Aos 10 o sangrarão no braso direito de que sahio m^{to} roim sangue como das mais sangrias E a manhã q̃ são 11 das 4 pª as sinco da tarde entra o Sr. Conde no seteno, e neste dia as duas oras e ma depois de meio dia teue o Sr. Conde hũ cresim^{to} e o frio não foy mais que meter os brasos dentro, e primro q viese o dito crescimto, teve hua quentura nos Rins, E estando co o Cresimto lhe deu hũ suor natural co o se lhe aliuiu a febre E indo em declinação o tornarão a sangrar, Aos 11 q he o seteno amenheseo sem febre, E a noite dormio bem, o q não fes as outras; contudo pareçeo o sangrasem pella manhã.

Aos doze o sangrarão por segurar o dia, atras do seteno pasou a noite quieto e o dia.

Tem no verso: Tocante a doença do Conde meu S.ºr e curas q se lhe fizerão.

(Biblioteca d'Ajuda, cód 51-VI-9, fls. 93).

Snhor

Recebi a de V.Mag. de em agradecim. to da assistencia, que este Collegio fes aos enfermos desta cidade no tempo, em que padecia os contagios do anno passado. O que este Collegio fez era divida da Profissão dos Filhos, que (...) a Companhia, tão obrigada ao serviço de Deos, como ao de V. Mag. de

E porque agora se offerece materia pa o grande zelo de V. Mag. de, a proponho nesta carta particular, e os officiaes de Senado desta Cidade a representão por riquirim. do comú. Sei co toda a certeza, que faltando os Pays de alguas Familias desta capitania, o que não será tarde, pelos seus m. do annos, não se

poderão sustentar suas Filhas, se não cõ o pão das offenças de Deos. E se V. Mag. de foi servido dispor cõ singular piedade o enterro dos corpos dos negros, que na verdade era escandaloza a falta desse acto Christão; cõ m. to maior fundam. to se pode esperar de V. Mag. de o reparo de tantas almas, de brancos cõ a licença para hú Recenssiamento de Donzelas na forma q se propõe a V. Magde.

Tambem não he materia de menor porte o recurso q faz a VMag. de o Ecclesiastico desta Cidade, para o livrar dos impostos, co que os officiaes da Camara tem carregado ao sal, para se tirar, como se diz, o soldo do Governador; porque comprando os Ecclesiasticos nesta forma, fica gravada a sua izenção, e tambem a conçiencia, consentindo em semelhantes contribuições, não menos do que gravados na sua os q as impõe, se orde de V. Magde que a não mandaria, se as condições para isso necessarias

E porq també se teme, q o Governador intentara por semelhante meyo tirar dos Ecclesiasticos parte das despesas necessarias p.ª as Fortificações desta Praça; será também conveniente, q V.Magª seja servido evitar hua e outra contribuição na forma, em que melhor o parecer a V.Mag.ª. Como neste recurso a V.Mag.ª se segura a sobredita izenção do Ecclesiastico; não trata elle do uso de outros meyos, e se sogeita no entretanto, q V.Mag.ª na Frota, que virá p.ª o anno, não he servido resolver a prezente materia, a consentir nas sobreditas imposições por assim lho pedire. Deos g.ª a Real Pessoa de V.Mag.ª Collº Rio de Jan.º 11 de iunho de 1694.

de V. Mag.de

Himilde (sic) servo, e fiel vassallo Fr^{co} de Mattos

(à margem, desp° do Cons° Ultr°, quasi ilegivel): Haya m¹a a Proc. da Coroa, Lx.ª (....,) (com 3 rubricas)

Parecer do Procurador da Coroa: Esta carta fala em dous negocios o prim. he do recolhim. he pa mulheres honestas e sobre elle responde na carta q̃ (....) tambem escreveu e (....) e o segundo (...) importanto tal (...) e os officiais da camara dizem (....) no despacho e resposta inclusão q̃ (....) dão conta a Sua Magde e por ventura, q̃ também satisfaça o g.ºr se deve juntar todas as cartas q̃ houver sobre a mesma materia, e então responderei. Lxa. 10 de outo de 1694. (Rubrica do Procurador da Coroa Manuel Oliveiro)

(A.H.C. — Rio de Janeiro, papeis avulsos, 1694).

Sñor

Visse neste Cons" hũa peticão de Ayres de miranda enriques em que diz que o Capitão mor do Rio Jan. ro Rodriguo de miranda enriques seu filho lhe pede co grande instancia mande hú medico aquellas partes pla grande necessidade, e falta que a terra tem delle por cujo respeito morre m. ta gente sem se lhe aplicar os remedios necessarios para a saude: e porque fazendo elle sup. te deligencia co alguns medicos desta cidade não achava nenhu que se quizesse embarcar sem Vmq. de lhe fazer m. de de o tomar por seu medico dandolhe pasagem, mantim. 10 p.4 a jornada, e ajuda de custo co que se pudesse aviar; e porque a necessidade era tão urgente, e a que se deve acudir co toda a prontidão q elle pede, e hora sendo Vmgde servido fazer m.ce tem concertado co o licenciado fram. co marques coelho o qual depois de auer servido la onze annos de medico da gale Magdanela, estando neste Rio se reformou e assy ira servir a Vmg. de ao ditto Rio de Jan. ra partes do Brazil deixando sua molher e filhos.

Pede a Vmg^{de} lhe faça m.^{to} de o tomar por seu medico dandolhe a ditta ajuda de custo, passagem e mantim.^{to} para elle e seus criados, e hũ lugar p." hūa de suas filhas ser freira indo servir ao ditto Rio de Jan.^{ro} como tinha ditto.

Por despº deste Cons.º se ordenou ao Provedor dos almazens informasse do conteudo na petição referida, e se avia registo do que se dava aos medicos que hião p.º o Rio de Jan.ºo ou para outras partes do Brazil.

Informou o ditto Provedor dizendo q não consta dos livros dos almazens que aja ido por elles medico ao Rio de Jan. 10 contudo lhe pareçe mto conviniente e necessario q va pois oje importa tanto mais tratarse da conservação do q ha naquelle estado e q por aquelles almazens se lhe podia dar embarcação e bastim. 10 para elle e tres pessoas, e q o fazerlhe m. 10 não toca aly, e que bem entende q sera conveniente mas se deve rezolver por donde he custume; e q o supp. 10 nedico das gales m. 10 nanos, e oi esta reformado como os mais officiaes dellas, e q lhe dizem q tem bastante sufficiencia.

fez o supp. 1e replica dizendo q suposto q não conste dos livros dos almazens aver ido medico ao Rio de Jan. 10 ou as p. 1es do Brazil contudo, de armada foi medico ao Brazil; e visto o ditto ir servir ao Rio de Jan. 10 p. 1es do Brazil deixando sua molher e filhos, e ariscando sua pessoa.

Pede a Vmg^{de} lhe faça m. ^{ce} de lhe deferir a sua petição dandolhe o que se deo ao fizico da armada o L. ^{do} Dioguo P. ^{ra} que foi a Pernambuco.

Por outro despacho se ordenou ao ditto Provedor dos almazens que sobre a ditta replica que o supp. te fez tornasse a informar: satisfez dizendo que lhe parece q seria justo darenselhe pera se auiar tres pagas do mesmo soldo que se da ao fisiocomor da armada.

O que tudo visto neste Cons' Pareceo \tilde{q} Vmg.'' deve ser servido mandar que ao medico que o supp.'' aponta se de passagem, e mantim.'' para elle e tres pessoas mais e se lhe dem tres pagas para se aviar, do mesmo soldo \tilde{q} se da ao fizico mor da armada como aponta o Provedor dos almazens. $Lx.^a$ 9 de oitubro de 1635.

O Supp. te fez petição a este Conso que elle esta embarcado para ir servir a Vmg. de neste socorro que ora vay ao Rio de Jan. ro e a ditta Consulta era ida a Vmg. de a Corte de Madrid e não he vinda ategora rezolução della, e os navios estavão a pirque pa partir, mandesse reformar a ditta Conçulta aqual reformou e se invia a Vmg. de para sobre ella tomar a resulução q for servido: Lxª 22 dez. fo 1635.

Thomas de ybio João Francisco Calderon Sanches Leitão

Resolução régia: Como paresse em L.xa 23 de dzino 635.

(Rubrica da Princesa

No verso: Do Conso da faz.a

reformada sobre o Governador do Rio de janeiro que pede niedico

para aquella Capitania

Pareceo que va o lecenceado fran.ºº marq.º Coelho e que se lhe de pasagem e mantimento para Elle e tres pesoas maes, e tres pagas para se aviar do mesmo soldo como se dá ao fisico mor darmada

(rubrica do secretário do Conselho da Fazenda,

Afonso de Barros Caminha)

(A.H.C. - Rio de Janeiro, p. av. 38, 1635)

Sor

Diz Aires de Miranda emriques q o capitão Mor do Rio de janeiro Rodriguo de Miranda emRiques seu f.º lhe pede com grande instançia mande hu Medico aquelas partes pela gramde nesesidade e falta q a terra tem delle por cuio rrespeito morre muita gente sem se lhe aplicar os rremedios nesessarios p.º a saude e porq

fasemdo elle sup. te dilig. a com alguns Medicos desta cidade não acha nenhũ q̃ se queira embarcar sem Vmag. te lhe faser M: (mercê) de o tomar por seu medico dando lhe pasaiem Mantim. to p. a d. (dita) yornada e ajuda de custo com q̃ se posa aviar, e porq̃ a nesesidade he tam urgente e a q̃ se deve acodir con toda a prontidão q̃ elle pede, e ora semdo Vmag. de sirvido se faser M: tem comsertado com o Ldo fran. co marques coelho o qoal dipois de aver sirvido ha omse annos de medico dagualle Madalena, estante neste Rio se rreformou, e assi ira sirvir a V. Mag. de no ditto Rio de Jan. co partes do Brasil deixamdo sua molher e ff. os

P. a Vmag. de lhe faça M: de o tomar por seu medico dando-lhe a dita Aiuda (ajuda) de custo, pasaien, e Mantim. to pa elle e seus criados, e hũ luguar pa hua de suas filhas ser freira indo sirvir ao ditto Rio de jan. ro como esta ditto e R M:

Despacho do Conselho da Fasenda: Informe o provedor dos Almazeis do conteudo nesta petisão E se ha Registo do que se da aos medicos que foren pao Ryo de jan. ou p. outras ptes do brazil Lxa 26 de mayo 1635

(com duas rubricas de ministros do Conselho da Fazenda).

Informação do Provedor dos Armazens: S.ºr não consta dos livros dos almasens q̃ aja ido por elles medico ao Rio de Jan.ºo, comtudo me pareçe muyto conveniente e necessº q̃ vaa pois oje importa tanto mais tratarse da conservação do q̃ ha naquelle estado, por estes almasens se lhe podia dar embarcação e bastim.¹o para elle e tres pessoas, o faserlhe merçe não toca aqui, bem entendo q̃ era conveniente mas deuesse resolver por donde he Costume Vmg.de mandara o q̃ for s.do (servido) o sup.¹e foy medico das gales m¹os annos oje estaa Reformado como os mais officiaes della e disem me q̃ tem bastante suficiençia Lx.ª 27 de mayo 635

Ruy Correa lucas

S.or

Diz o supplicante que suposto que nam conste dos livros dos almazens aver ido medico ao Rio de Janeiro, ou as partes do Brazil, contudo o medico da armada foi ao Brazil, e visto o dito ir servir ao Rio de Janeiro parte do Brasil deixando sua molher e filhos e ariscando sua pessoa.

P. a V. Mag. de lhe faça merce de lhe defirir a sua petição dando-lhe o \tilde{q} se deu ao fizico da armada o L^{do} Diogo pireira \tilde{q} foi a pernambuco e R M.

Novo despacho do Consº da Fazenda: com A Repliqua que fas o sup. te torne a informar o provedor dos Almazeis Lx. a 9 de junho 1635

(Com tres rubricas de ministros do Conselho da Fasenda) Informação: Pareceme \tilde{q} seria iusto daremselhe para se aviar tres pagas do mesmo soldo \tilde{q} se daa ao fisico mor da armada Vmg. de mandara o \tilde{q} for s. do Lx. 15 de iunho 635.

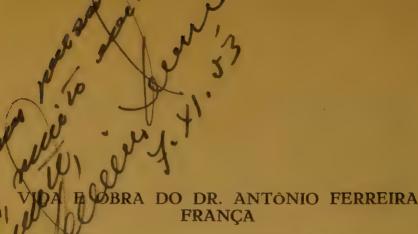
Ruy Correa lucas

Outro Despo do Conso da Fasenda: cons. ta que sim e que se lhe den tres pagas como aponta o provedor dos Almazeis. Lx. a 3 de 8bro 1635.

(com tres rubricas de ministros do Consº da Fasenda)

Reg.da a f. 4.

(A.H.C. — Rio de Janeiro, papeis avulsos, 1635)



MÁRIO FERREIRA FRANCA

INICIOS

Corria o ano de 1771.

Na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos em festa se encontrava, naquela noite, a morada do casal Joaquim Ferreira França-Anna Ignacia de Jesus França.

Éle, natural da Freguesia de São Tiago de Lourosa, comarca da Vila da Feira, Bispado do Pôrto; ela, nascida na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Minas de Vila-Rica, Bispado de Mariana.

É que, nesse dia, se batizara o primogênito do par, que na manhã de 1 de setembro de 1767, após as denunciações na forma do Sagrado Concílio Tridentino, se casara com tôdas as cerimônias do Santo Sacramento.

Antônio fôra o nome que recebera o menino na pia batismal, assinalando-se, nos assentamentos da igreja, que nascera aos 14 de janeiro do ano de 1771 (1).

Resplandecente de luzes encontrava-se a habitação dos felizes cônjuges; e, enquanto no salão cruzavam-se alegres as vozes dos convivas, em conversações e cortejos com gentis damas, na vizinha alcova, em mimoso berço, inocentemente, dormía o pequenino, embalado por afetuosa e serviçal mucama.

Desde a mais tenra idade se mostrara o jovem França dotado da melhor índole, da mais acentuada disposição para as letras e de extraordinário amor ao estudo.

⁽¹⁾ Alguns historiadores, dentre os quais o Barão do Rio Branco, consignam o ano de 1775 como o de seu nascimento. Neste particular Vd. seus assentamentos no currículo escolar da Universidade de Coimbra, em Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, LXII, pág. 191.

Tendo cursado as aulas de humanidades, na Bahia, com o maior louvor e aproveitamento, se achara, ao fim, numa esfera limitada.

Ávido de colhêr maior instrução e não se prestando seu pai a enviá-lo a Coimbra, como ansiava, diante das dificuldades levantadas, meteu-se, de uma feita, a bordo de uma embarcação que partia para Portugal, quase sem roupa e preparo algum para tão longa viagem, sem licença de seus pais, sem passaporte e mesmo sem que o capitão do navio o soubesse. Estavam já em marcha, e principiado a seguir viagem, quando aquêle o descobriu, arribando e o deixando em terra.

Não desanimou o moço, muito ao contrário, procurou, ardentemente, ir para Coimbra, seu mais vivo desejo; e, apesar da vontade contrária do pai, fêz a viagem, para o que obteve o consentimento de sua mãe, que lhe forneceu os meios necessários para êsse fim, ajudada por sua madrinha.

Seu pai dando por sua falta, e depois sabendo que havia partido para estudar em Coimbra, refletiu que sem educação científica ninguém podia ter futuro, e mandou lá fazer-lhe a necessária assistência; não desaprovando o seu procedimento, antes pelo contrário, abençoando secretamente tão puras e elevadas intenções; tanto assim que, depois, para essa mesma Universidade enviou o outro seu filho mais moço, Clemente, que no futuro seria Visconde e Marquês de Nazaré (2).

Em Coimbra, a Lusa-Atenas, a Rainha do Mondego, em sua vetusta Universidade fundada por El-Rei D. Dinis, logo assistiu Antônio Ferreira França, como novato, à festa da abertura ou inauguração das aulas; ouvindo, ainda que desambientado, um velho professor recitar a rotineira Oração da Sapiencia.

Passava êle, dest'arte, a envergar a habitual batina, a capa e o gorro, traje obrigatório do estudante conimbricense:

«... tantanque baeta, Vestitam preta gentem, cui longa cabeças Carapuça cobrit, touticique ultima passans, Pendurata retro per costa sanda mais abaixo.»

Foi a êsse tempo que teve por companheiro, como êle mesmo nos conta, «um estudante cego, e que, por conseqüência, não podia ler os livros, mas sòmente ouvir o que dizia o mestre, e que

⁽²⁾ Da biografia de Antônio Ferreira França feita por seu filho Cornélio, (C.F.F. — Biografia do Dr. Antônio Ferreira França — Rio, 1870) obra hoje rara e dificilmente achadiça, extraimos, como já o fêz Joaquim Manuel de Macedo, vários trechos.

conversava com os colegas a respeito das matérias do ano. Foi

muito bom estudante e formou-se» (3).

É bem provável, porém, que no decorrer de seus anos de estudo, sem obviar os deveres primaciais de sua carreira, tal como seus camaradas, mais de uma vez dedilhasse, na viola ou na guitarra, melodiosas músicas. E por certo, em alguma janela em noite de luar, lhe aparecera um vulto feminino, que, enquanto, o trovador cantava:

«Eu vim a Coimbra, ao estudo, Aprender lições de amar; Apenas vi os teus olhos, Nunca mais pude estudar».

soltasse um suspiro ou murmurasse uma palavra doce de amor (4).

A assiduidade com que França freqüentava as preleções e com que versava, dia e noite, os livros, a vasta compreensão e aproveitamento fizeram eco em tôda a Universidade, eco êsse

que veio repercutir em sua pátria.

Cursou êle as aulas de matemáticas, filosofia e medicina, formando-se em tôdas essas três faculdades (4a), sendo premiado, todos os anos, em tôdas elas. Eram êsses prêmios de tanta distinção, que até houve ano em que obteve dois na mesma faculdade, pois, além do prêmio chamado partido, alcançou outro ainda maior por distinção; merecendo, enfim, a mais particular

estima de seus condiscípulos e de tôda a Universidade.

Teve, dentre a de outros de seus mestres, a amizade do célebre matemático e astrônomo português José Monteiro da Rocha, de forma tal que abriu êste sábio um curso de astronomia sòmente para o jovem França; procurando não tanto ensiná-lo, como dizia, mas, antes, gozando a satisfação de ver como tão vasta inteligência abrangia, num momento, um dos mais belos e mais difíceis ramos da ciência. Foi quando o convidaram para ser lente da Universidade de Coimbra, convite que declinou por preferir voltar e viver no Brasil (4b).

⁽³⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 30-5-1837.

⁽⁴⁾ Notas colhidas em *Coimbra Antiga e Moderna*, de A. C. Borges Figueiredo, Lisboa, 1866.

⁽⁴a) O Dr. Antônio Ferreira França formou-se em Medicina em julho de 1798; tomou grau de Bacharel em Matemáticas em 14-6-1794 e formou-se na mesma Faculdade no mesmo ano. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, LXII, pág. 191.

⁽⁴b) «Mas já Ferreira França, para quem o célebre Monteiro da Rocha fizera abrir uma aula de Astronomia, recusa, orgulhosamente, a cátedra coimbrã, alegando — como se a ciência tivesse pátria com fronteiras talhadas e sua não devesse ser a própria humanidade — que seus serviços e seu saber pertenciam de direito ao Brasil, para onde vai ensinar a medicina e o grego,



O Dr. Antônio Ferreira França e sua esposa D. Ana da Costa Barradas



Já aqui, foi, desde então, sua via doméstica um destacado modêlo. Tem-se de seu desvelado amor pelos filhos interessante amostra, ao sabermos que fôra êle próprio o mestre dêles, tendo aprontado um de quinze anos com as línguas latina, grega e francesa. «Êle desenhou, diz-nos, a carta da América Meridional, estudou geometria; resolvia problemas do segundo grau, estudou lógica, etc. e não era grande talento, tudo era o grande trabalho que eu tinha de estudar com êles. Todavia eu lhes dava todo o tempo que queriam, facultava-lhes o brincar quanto desejavam; a minha casa era de tanto estrondo na Bahia, que já de muito longe se ouvia a bulha que êles faziam. À noite não estudavam, porque eu não entendo estudo à noite para um menino ainda tenro: deixava-os dormir o tempo que queriam». E acrescenta: «... um bom pai de família faz um grande tesouro para seu filho, educando-o bem, e cultivando a sua razão» (5).

Foi quando, Carta-Régia de D. Maria I, lhe é expedida do Palácio de Queluz, em 1798, mesmo ano de sua formatura em medicina, nos seguintes dizeres, muito em uso àquela época:

«Sendo-Me presente a necessidade que ha de se estabelecer na Cidade da Bahia uma cadeira de Aritmetica, e de Geometria; e constando-Me que no Bacharel Antonio Ferreira França concorrem os requesitos necessarios para bem desempenhar o dito emprego: Sou Servida crear na dita Cidade da Bahia a mencionada cadeira, nomeando para ela o referido Antonio Ferreira França com o ordenado de 400\$000 por ano» (6).

No ensino da geometria era o Dr. França tão cuidadoso, claro e metódico em suas explicações, que os estudantes, que em Coimbra se apresentavam com o seu atestado, eram, sempre, considerados como dignos da maior distinção, por não desmerecer, nenhum, do conceito que recebera do seu mestre.

Dentre as inúmeras lições que dava a seus discípulos, destaca-se a da origem dos sinais de numeração, em que mostrava a maneira por que se os começou a escrever tanto no caráter romano como no comum; objeto êsse que vem mencionado na linguagem

e em cuja Constituinte tem assento junto de dois de seus filhos» (um engano do autor como se verá no texto) — Escolares do Brasil em Coimbra. Conferência pronunciada pelo Dr. Antônio Luis da Costa Rodrigues, em 18-5-1744, no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, em Brasilia, IV, 1949.

⁽⁵⁾ Anais da Câmara dos Deputados — sessão de 11-8-1826.

⁽⁶⁾ Biblioteca Nacional, ss. Documentos Biográficos.

de cálculos de Condillac, mas que êste autor não descreveu, nem explicou (7).

Mais tarde, em 1810, é êle nomeado *Lente Visitador das Escolas Régias da Bahia*.

A Carta-Régia de sua nomeação é um documento assás interessante e valioso, pelo que passamos a citá-lo, em seus trechos mais curiosos:

«... em beneficio da Instrução Pública, e geral de todo os seus fieis vassalos residentes nesta Capitania a privativa e necessaria inspeção de todas as Escolas Regias (8) que nela se acham estabelecidas, e que de novo se estabelecerem para se educar, para se instruir e educar a mocidade nos conhecimentos da lingua grega. e Latina, da Retorica, da Filosofia, e da Aritmetica, e da Geometria... para que vá fazer (Antonio Ferreira França) a rigorosa visita das Escolas, examinando a assidade, e diligencia dos professores, e Mestres, no cumprimento de tão essenciais deveres; do metodo que seguem nas lições, e explicações dos autores, da escolha dos livros por onde ensinam; da forma, tempo, e horas com que regulam a ordem, e disciplina das Escolas; do aproveitamento dos discipulos, que as frequentam, vigiando mui severamente a sua morigeração, cujas visitas se deverão fazer sempre em tempos e horas incertas; para que os Professores e discipulos se conservem cuidadosamente nos exercícios escolares... apresentará de seis em seis mezes ao governo uma conta exata, lista dos discipulos e alunos, das observações que lhe ocorrem, tanto para o melhoramento e adiantamento das mesmas Es-

⁽⁷⁾ Refere Pedro Calmon em sua História da Literatura Baiana, Rio, 1949, pág. 122. nota: «No arquivo do Conde dos Arcos (Palácio de S Miguel, Lisboa) encontramos uma tradução, manuscrita e anônima. de A Lingua dos Cálculos, de Condillac. Pela referência a assuntos tratados neste livro e explanados nas Preleções do Dr. França (refere-se o autor ao que diz Sacramento Blake em Dicionário Bibliográfico Brasileiro) pode ser êste o tradutor». — Eis o que consigna Sacramento Blake, ob. cit., 1º vol., pág. 161, «Preleções de Geometria — Com que lecionava a seus alunos. Estas preleções não foram impressas nem sei quem as possua hoje. Entre eias há uma da origem dos sinais da numeração, em que o autor mostra a maneira por que se começou a representar os números tanto no algarismo romano, como no comum, assunto que, verdade é, vem mencionado na Língua dos Cálculos de Condillac, mas que êste não descreveu, nem explicou».

⁽⁸⁾ Escolas Régias ou Menores, para ensino das primeiras letras, criadas por lei de 3 de setembro de 1772.

colas, como para se conservarem naquele pé respeitavel de ensino, e instrução, que é tanto do Real Desejo» (9).

Logo a seguir, em 1811, se lhe é acrescentada mais uma tarefa:

«O Doutor Antonio Ferreira França, lente da aula de Matematica fique na inteligencia, de que deve explicar Algebra a seus alunos, apezar de assim exceder as obrigações que lhe foram declaradas em sua carta» (94).

De tôda esta documentação ressalta, indubitàvelmente, o anseio do príncipe-regente em elevar o nível intelectual da Bahia, muito baixo, alguns anos antes, como já consignava um autor: É igualmente para notar o ver que se bloqueiam e invadem as aulasrégias e que, sem atenção a coisa alguma, se arrancam dela para soldados os estudantes mais hábeis e aplicados, sendo ignominiosamente tratados pelos executores daquelas diligências, os Professõres respectivos que em serviço do Soberano e da Pátria, se tem empenhado em instruí-los, em aproveitá-los, chegando a vésperas de mostrarem em exames públicos o fruto das suas diligências e fadigas para então serem presos e sentar-lhes praça quando o seu comportamento e conduta bastavam para isentá-los de semelhante sorte» (10).

Não teve, nesta conjuntura, porém, Antônio Ferreira França, a pena de ver despremiados seus serviços, pois que à sua petição:

«... fazendo-se digno da Real Contemplação de V.A.R., e havendo V.A.R. condecorado outros professores na mesma Cidade (Bahia) com o Habito da Ordem de Cristo. desejando o suplicante não aparecer no publico menos digno das graças de V.A.R. — Pede a V.A.R. para efeito da Sua Real Grandeza Seja Servido conferir-lhe o Habito da referida Ordem de Cristo»,

lhe é outorgada tal mercê, junto com 12\$000 de tença esetiva, em 17 de dezembro de 1812 (11).

⁽⁹⁾ Biblioteca Nacional, mss. Doc. Biog.

^(9*) Id. ib.

⁽¹⁰⁾ Luís dos Santos Vilhena, Recopilação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas, Bahia, 1827, I, ano de 1802, pág. 287.

⁽¹¹⁾ Eis o despacho à sua petição: «Atendendo a que o suplicante representa hei por bem dispensar nas provanças e habilitações de sua pessoa, e havê-lo por habilitado para receber o Hábito da Ordem de Cristo, de que lhe fiz Mercê. Dispensando-o outrossim da apresentação de quaisquer certidões: e fôlhas corridas que deveria juntar, e para que na Santa Igreja Metropolitana da Cidade da Bahia possa qualquer pessoa constituída em dignidade

MÉDICO E PROFESSOR

Raros foram, até os começos do século XIX, os médicos na Bahia; sendo que, tão sòmente, à chegada da família real ali se criaria o primeiro curso médico no Brasil.

Em 18 de fevereiro de 1808, escrevia D. Fernando José de Portugal ao Conde da Ponte:

«O Principe Regente Nosso Senhor anuindo á proposta que lhe fez o Dr. José Corrêa Picanço, Cirurgião-Mór do Reino, e do Seu Conselho, sobre a necessidade que havia de uma Escola de Cirurgia no Hospital Real desta Cidade (Bahia) para instrução dos que se destinam ao exercicio desta arte; tem cometido ao referido Cirurgião-Mór a escolha dos professores, que não só ensinem a cirurgia propriamente dita, mas a anatomia, como bem essencial dela, e a arte obstetrica tão util como necessaria».

Consistiria «todo ensino nas lições teóricas e demonstrativas de anatomia humana, que fazia o professor nos anos que acontecia durar o curso de cirurgia, e nas lições do outro professor que versava sôbre fisiologia e a patologia clínica, para quatro ou cinco anos, depois dos quais eram os alunos examinados perante o Físico-Mór, sôbre os pontos de Cirurgia dados com antecedência. Os professôres ensinavam no salão do edificio, onde está a Faculdade de Medicina. que então era ocupado pelo Hospital Militar, e hoje da Misericórdia» (12).

eclesiástica, lançar-lhe o mesmo Hábito e admití-lo à profissão dêle sem embargo dos estatutos e definições da dita Ordem em contrário. A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido e lhe mande passar os despachos necessários». — Biblioteca Nacional, mss., Doc. Biog. — Com a devida consideração que nos merece o ilustre historiador baiano Dr. Afonso Costa, até certo ponto divergimos do seu modo de ver, manifestado na admirável conferência que realizou, em 5 de maio de 1948, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do 1º Centenário do falecimento do Dr. Antônio Ferreira França, sob o título: Ferreira França através da Política e da Anedota. — A vaidade que então avassalou o Dr. França era comum aos tempos, coisa que, aliás, bem fez sentir o autor; e que estava muito de acôrdo com as normas, à época, reinantes. O que hoje é de estranhar não o era então. Anos depois, em 1854, vamos encontrar Soares de Meireles dirigindo-se a D. Pedro II em mensagem pedindo um cargo que lhe desse o tratamento de Senhoria. (Arquivo do Castelo d'Eu, no Museu Imperial. Petrópolis, maço CXX. doc. 6023) — Quase ao fim do século passado, em 1889, às vésperas da República, Pontes e Sousa solicita do Imperador, em petição, o título de Visconde de Belém (Arq. d'Eu, maço CC, doc. 9101).

⁽¹²⁾ Dr. A. J. de Melo Morais, Corografia Histórica, I, 2º, Rio, 1863.

Em 29 de dezembro de 1815, escrevia o principe-regente a D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, determinando-lhe a criação de um curso completo de cirurgia:

«Sendo-Me presente o quanto são limitados os principios de cirurgia, que se adquirem pelas lições pelas materias proprias das duas cadeiras estabelecidas nessa Cidade, para que delas se possam esperar habeis e consumados professores, que pelos seus conhecimentos, teoricos e praticos, mereçam conceito publico, e se empreguem utilmente no estabelecimento da saúde do povo, que não póde deixar de fazer um dos principais objetos do Meu Real e Paternal Desvelo, para promover a cultura e progresso de tão importantes estudos: Hei por bem crear um curso completo de cirurgia nessa Cidade».

E, a Manuel Luís Álvares de Carvalho, do Conselho Real e Médico da Real Câmara, era cometido o encargo de organizar um *Plano de Estudos*, cujos itens, mais profundamente marcantes.

eram os seguintes:

1º — O Curso Completo de Cirurgia será de cinco anos; 2º - No 1º ano aprende-se anatomia em geral... química farmacêutica, e o conhecimento necessário à Matéria Médica e Cirúrgica com aplicações; sendo estas noções dadas pelo boticário do Hospital; 3º — No 2º ano repetir-se-á o estudo da anatomia com explicação das entranhas e das partes necessárias à vida humana, isto é, a fisiologia; 4º — No 3º ano dará um lente médico as lições de higiene, e teologia, patologia, e terapêutica; 5º — No 4º ano haverá instituições cirúrgicas, e operações... e lições de Matéria da Arte Obstétrica; 6º - No 5º ano haverá exercícios práticos de Medicina... e obstetricia; 7º — Para serem matriculados todos os estudantes no 1º ano dêste curso bastará que saibam ler e escrever corretamente. E posto que fôsse muito proveitoso que estudassem já as línguas francesa e inglesa... contudo esperar-se-á pelo exame do 1º ano... e pelo de Inglês; 9º — Todos os estudantes desde o 1º ano assistirão ao curativo; 10º — Podendo-se presumir que têm o espírito já acostumado a estudos, os estudantes que souberem Latim ou Geometria, matricular-se-ão logo pela primeira vez no 2º ano e nenhum outro se poderá pretender, porque não é provável que possam dar conta de todos os conhecimentos necessários no exame das matérias do 2º ano; 12º — Do 2º ano para diante haverá sabatina, e todos os meses dissertação da lingua portuguêsa; 14º — Feito o exame do 5º ano poderão os que forem aprovados haver carta de cirurgião; 15º — Aquêles porém que tendo sido aprovados plenamente em

todos os anos, e quiserem de novo freqüentar o 4º e 5º anos, fazendo os exames com distinção, se lhes dará a nova graduação de formados em cirurgia; 16º — Os cirurgiões formados gozarão das prerrogativas seguintes: 1) Preterirão em tôdas as partidas públicas aos que não houverem esta consideração; 2) Poderão por virtude de suas cartas, curar tôdas as enfermidades aonde não houverem médicos; 3) Serão desde logo membros do Colégio e Opositores às cadeiras dêste curso, e dos estabelecidos nesta Côrte, e dos que se hão de estabelecer no Maranhão e em Portugal; 4) Poderão todos aquêles que se enriquecerem de princípios e prática a ponto de fazer os exames que aos médicos se determineram, chegar a ter a faculdade e grau de Doutor em Medicina; 17º — Os exames que para êste grau se exigem são os seguintes: os dos preparatórios, os dos anos letivos, as conclusões magnas, e as dissertações em Latim» (13).

A Carta-Régia de 29 de dezembro de 1815 provia Antônio Ferreira França como «Lente do terceiro ano do Curso de Cirurgia, que Fui Servido crear nessa Cidade por Carta-Regia, vencendo o ordenado de seiscentos mil reis por ano, pagos por quarteis pela Minha Real Fazenda, e sendo obrigado a dar as lições do quinto ano no impedimento do Lente proprio», na cadeira de Higiene,

Etiologia, Patologia e Terapêutica cirúrgicas (14).

«Na sua catedra era um gosto lhe ouvir as lições, onde, a par das propriedades dos termos, estava a concisão da frase. Provava a evidencia sem a superabundancia das lantejoulas da retorica banal. Assim era escutado sempre com agrado» (15).

Haveria, o Dr. França, de, em tôda sua carreira de médico, oferecer, sempre, ao lado de exemplos os mais edificantes, ângulos

próprios de um caráter ilibado mas caprichoso.

Vamos, assim, bem cedo, encontrá-lo na Bahia exercendo a arte de curar nos Hospitais Militar e da Santa Casa de Misericórdia; no primeiro dos quais representava, como delegado, o físico-mor do Reino.

Ali tratava os enfermos com a maior solicitude, chamando-o, os soldados, de seu pai. E se acontecia avistarem-no de longe, em qualquer parte, paravam para êle passar e lhe faziam a devida continência.

Já no Rio de Janeiro, em época ulterior, isto é, em 1823, vêmo-lo médico efetivo da Imperial Câmara, quando, por obrigação, se apresentava, no desempenho do seu cargo, entrajado

⁽¹³⁾ Id. Ib.

⁽¹⁴⁾ Biblioteca Nacional, mss., Doc. Biog.

⁽¹⁵⁾ Anselmo Pires de Albuquerque, Dr. Antônio Ferreira França, Lente de Patologia Interna, em Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, 1919-20, IV-V, Bahia, 1924

de casaca, calção curto e meias de seda: uma indumentária que, certamente, muito contrariava, neste particular, sua costumeira displicência (16).

Conta-se que desejoso êle de ocupar essa função, escrevera a D. Pedro I: «Quererá Vossa Magestade me nomear seu medico?» Ao que teria respondido «Não» o Imperador, para logo em sequida, não obstante, nomeá-lo.

Davam, tais facultativos, «segundo a escala, uma semana de serviço no palácio ou onde estivesse o imperador. Tinha ordenado e quando de semana eram considerados serviçais da Casa Imperial. Dormiam os semanarios no Paço e atendiam não só ao imperador como a toda a sua familia. E acompanhavam o monarca em suas viagens» (17).

No cumprimento das obrigações do seu emprêgo sobressai, é inconteste, sua ação em certo acidente ocorrido, numa ocasião, com o Imperador D. Pedro I. Eis o que refere a palavra oficial:

«Vindo Sua Magestade Imperial da sua chacara, denominada «Macaco» na segunda-feira ultima de Junho, quasi pelas 6 horas da tarde, aconteceu que ao chegar à ladeira perto do paço de S. Cristovão, como corresse o selim tanto para a garupa do cavalo em que vinha, pela razão de estarem as silhas trazeiras mui largas, que estas ficaram nas virilhas do animal, que se corcoveava e desabridamente corria, Sua Magestade Imperial receiando resvalar juntamente com o selim e ser, em consequencia, maltratado pelos muitos violentos couces do animal, sobretudo faltando-lhe o apoio da clina, por se ter esta arrebentado, e á qual lançára mão, tomou a resolução de deitar-se abaixo, o que fez para o lado esquerdo.

«Depois de uma quéda tão consideravel, batendo com as costas em cheio sobre o barro duro, não obstante levar de encontro o braço esquerdo, Sua Magestade Imperial esforçou-se por se levantar, mas não o conseguiu senão á terceira vez que quando tambem poude gritar pelos soldados do telegrafo, que logo o acudiram e seguraram até que chegou Sua Magestade a Imperatrís,

⁽¹⁶⁾ Refere Licurgo Santos Filho em História da Medicina no Brasil, pág. 67, que «até 1840 os médicos e cirurgiões de serviço na Imperial Câmara, foram obrigados a se apresentar, quando em função do cargo, de casaca, calção curto, e, meias de seda». — Diz Joaquim Manuel de Macedo, em Ano Biográfico Brasileiro, I, pág. 311: «Ele era (Antônio Ferreira França) de baixa estatura e magro, e trajava vestidos que poderiam servir a homem alto e gordo, sua gravata era tão larga que nela escondia, abaixando a cabeça, o queixo até a extrema inferior do nariz».

⁽¹⁷⁾ Licurgo Santos Filho, ob. cit.

acompanhada de seu creado, que ajudaram Sua Magestade Imperial a recolher-se ao paço até o pateo do Jardim, onde descançou por algum tempo. Sua Magestade Imperial subiu a escada correspondente ao pateo, seguro tão sómente a uma bengala; como observei, quando o vi com surpreza na ocasião em que eu ia descer a mesma escada, ignorando absolutamente tal acontecimento: acompanhamos Sua Magestade Imperial ao Torreão onde fiz, com o medico de semana o Dr. Antonio Ferreira França, as necessarias indagações, e achamos o seguinte:

- «1º Fratura direta na setima costela esternal ou verdadeira do lado direito, no ponto de reunião do seu terço medio com o posterior;
- 2º Fratura indireta ou por contra pancada na terceira esternal do lado esquerdo, compreendendo o seu terço inferior;
- 3º Diastase incompleta na extremidade esternal da clavicula esquerda;
- 4º Enfim, grande contusão no quadril, com forte tensão nos musculos que cercam a articulação femuroiliaca e com dôr gradativa, principalmente no nervo ciatico que, ao depois, ganhou intensidade notavel com explicação de dôres agudíssimas e de carater convulsivo.

«As fraturas eram simples; a porção do tegumento correspondente á segunda fratura, apenas estava entumescida por efeito de irritação local. Nenhuma lesão houve nas entranhas existentes nas três cavidades, cabeça, peito e ventre, menos a do violento choque, que de certo deviam sofrer, se bem que nenhum sintoma que ainda indicasse evidentemente a ofensa de tal ou tal entranha.

«Apliquei o aparelho apropriado, mas pela intensidade da dôr, e por conseguinte impossibilitado de mover a perna, não me foi possivel dar a Sua Magestade Imperial a posição que lhe era conveniente. Convocou-se imediatamente uma conferencia, para a qual foram chamados os conselheiros Drs. Francisco Manoel de Paula e Vicente Navarro de Andrade, medicos da imperial camara, e os cirurgiões da imperial camara Jeronimo Alvares de Moura e Florencia Antonio Barreto. Reunimo-nos todos quasi à meia noite e unanimemente se assentou que, quanto antes. Sua Magestade Imperial devia ser sangrado, o que abonava e urgia a presença de febre, dôr aguda e mais sintomas irritativos levados a excesso.

«Fiz uma sangria larga, de que logo se seguiu melhoramento decisivo, a tal ponto que Sua Magestade Imperial poude deitar-se e adormeceu. Ás duas horas da madrugada aplicaram-se no quadril 19 sanguessugas, que copiosamente sangraram e foram também seguidas de grande alivio. Sua Magestade Imperial passou até de manhã sem mais novidade e dormiria duas horas pouco mais ou menos Nessa manhã ventilou-se a sangria e prescreveu-se por dieta poucos caldos de galinha. Pelo decurso do dia pouca febre e nenhuma circunstancia mais houve digna de notar-se, porem, á noite Sua Magestade Imperial esteve bastante aflito de dôr que compreendia não só o ponto fraturado da setima costela como quasi toda a extensão do dorso, em correspondencia ao peito. Apliquei, em consequencia, 12 sanguessugas, para o que foi-me preciso, sem desfazer todo o aparelho, praticar uma larga abertura sobre as voltas posteriores da atadura. Sua Magestade Imperial durante a aplicação das sanguessugas adormeceu. Passou a noite sofrivelmente e dormiu quasi seis horas.

«Dia Quarta-Feira, segundo da molestia, continuação de febre, diminuição da dôr das costas, facilidade da articulação do quadril em executar alguns movimentos. Renovou-se o aparelho e achamos a parte bem figurada e quasi extinta a intumescencia da porção do tegumento em frente da segunda fratura. Continuou-se a mesma dieta, com adição porém de algumas fatias de pão uma só vez no dia. Passou todo e dia tranquilamente e á noite dormiu nove horas.

«Dias Quinta, Sexta, Sabado, Domingo, e Segunda-Feira: Sua Magestade Imperial sentiu progressivamente melhoras decididas. Pouca febre na quinta e sexta-feira, nenhuma nos outros dias seguintes; bom apetite. Dieta solida, sono tranquilo e poucas vezes interrompido; movimentos quasi livres da perna; nenhuma dôr nas costas; menos no ponto fraturado, e isto algumas vezes; nenhum sentimento doloroso no lugar da segunda fratura. Renovou-se o aparelho no sabado.

«Hoje terça-feira, oitavo dia incompleto da molestia: Sua Magestade Imperial continua a passar bem; levou a noite quasi de um sonno; o maior incomodo que sente é o da posição em que vê-se obrigado a estar. Sente-se ainda algum estalo e Sua Magestade Imperial acusa alguma dôr nos pontos fraturados, o que denota estado inflamatorio nos extremos osseos para o trabalho da

união. Esperamos que Sua Magestade Imperial se restabeleça em tempo oportuno, segundo a natureza de sua molestia.

«Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1823 — O cirurgião da imperial camara e assistente á Sua Magestade o Imperador — Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto» (18).

No entanto, vingando mais a verdade, dêsse mesmo sucesso muito outra é a versão popular, que, sob o manto da anedota, assim refere o ocorrido. O Dr. França médico de serviço no paço, sabedor do acidente que vitimara o monarca, aparecendo é logo introduzido nos aposentos imperiais.

Como a tal fidalgo convinha, rodeavam-lhe o leito varios

médicos.

Depois de examinar o doente, aproximando-se do ouvido do Imperador, diz-lhe baixinho. «Perdoe-me meu augusto amigo, mas o que Vossa Magestade tem é o resultado de uma tremenda sova de páu».

D. Pedro, mal disfarçando o riso, aperta-lhe a mão, respondendo: «É verdade meu caro França, tu tens razão, desses tu és

o unico medico».

Não deveria ser, entretanto, longa sua permanência nesse cargo, já que, em um jornal coévo, lemos o seguinte:

«O Sr. Deputado Lino Coutinho, e segundo nos dizem, tambem o Sr. Ferreira França, foram despedidos do serviço de Medicos da Camara, e cassados os seus respectivos diplomas no dia 17 do mês passado. A conduta publica desses dois ilustres Representantes do Brasil, dispensa-nos de qualquer especie de reflexão sobre a materia» (19).

Do seu constante empenho pela ciencia medica há, ainda, a registrar o fato de ter sido êle o primeiro a noticiar em público, em 1818, como das mais recentes aquisições médicas, os trabalhos de Samuel Hahnnemann; o que tanto importa dizer a medicina homeopática (20).

⁽¹⁸⁾ Cf. boletins médicos lidos na Câmara dos Deputados em dias conssecutivos de julho a agôsto de 1823, reproduzidos por Raffard em *Apontamentos acêrca de Pessôas e Cousas do Brasil*, Rev. Trim. do I.H.G.B., LXI, 2º, 1898.

⁽¹⁹⁾ Aurora Fluminense, nº 25, de 9-10-1829.

⁽²⁰⁾ Do «Discurso pronunciado na sessão solene do *Instituto Hahnnemaniano do Brasil*, em 10-4-1883, em Comemoração do aniversário natalicio do venerando fundador da Homeopatia, o imortal Samuel Hahnnemann», em *Anais de Medicina Homeopática*, I, 1 abril. 1883.

Em 28 de maio de 1829 fundava-se a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (na atualidade Academia Nacional de Medicina) destinada a «promover a ilustração, progresso e propagação das ciências médicas, socorrer gratis com seus conhecimentos e conselhos os pobres nas suas enfermidades, e beneficiar geralmente a humanidade, favorecendo e velando a conservação e melhoramento da saúde pública, tudo debaixo da autoridade e proteção do Govêrno, que para isso devia ser solicitada» (21). E, na sessão de 25 de fevereiro de 1830, como consta em suas atas, «foram aclamados membros honorários os Drs. Antônio Ferreira França, José Lino Coutinho, José Bonifácio de Andrada e Silva, Marquês de Baependi, Marquês de Maricá, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Vicente Gomes da Silva, Joaquim José Marques, Augusto de St. Hilaire, José Caetano de Barros Martins e Francisco Júlio Xavier».

Embora não houvesse tido, o Dr. França, uma assiduidade irreprochavel nesse sodalício, não deixou, porém, de ali marcar sua passagem. Assim é que a certo «Parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sôbre os meios de obstar a introdução e estragos do Cholera-Morbus, em consequencia de um convite da Augusta Camara dos Deputados para esse fim, conduzido em 28 de Julho de 1832, e remetido em 2 de Agosto de 1832», examinado pela Comissão de Saúde Pública da mesma Câmara, dava o Dr. Antônio Ferreira França seu Parecer Separado nos seguintes têrmos: «A Cholera-Morbus parece-me doença flogistica, e sua séde o aparelho digestivo; e assim não posso concordar com a ilustre Sociedade de Medicina em parte da Terapeutica que propõe. A Sociedade lembra em ultimo lugar, e talvez com preferencia, o metodo do Dr. Douglas (parecido com o do Dr. Sydenham, se bem me recordo) na primeira parte do qual consinto até o opio; do qual julgo que as pessôas não medicas não usem. Torno a dizer: A Cholera parece-me doença flogistica, e assim a medicação deve ser antiflogistica, e nela se deve perseverar enquanto a doença não tomar outra natureza. E como se evidenciará esta oportunamente? E de que excitantes se deverá usar então? Pertence ao medico, que deverá estar chamado desde o insulto. Que conselho pois se deve dar ao povo sem medico? Refrigerar, aquentar interna e externamente ao prazer do doente» (22).

⁽²¹⁾ Cf. ata fundamental da primeira reunião da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, cit. por Alfredo Nascimento em Centenário da Academia Nacional de Medicina, pág. 48.

⁽²²⁾ Publicado em Semanário de Saúde Pública pela Sociedade Médica do Rio de Janeiro, 1º 119, de 18 de agôsto de 1832. Seria curioso a êste Parecer juntar as Reflexões sôbre o Parecer do Sr. Dr. Antônio Ferreira França, publicado nos ns. 116 e 117 do mesmo Semanário, pelo Dr. Luís Vicente De Si-

Como complemento, é curioso mencionar, ainda, os seguintes de seus conceitos de ordem estética e biológica, enunciado alhures:

«O medico para ser bom, ha de ser pintor necessariamente. Quando estudei anatomia, um pintor disse que certas partes do corpo humano existiam mais bem descritas pelos pintores que pelos medicos que as descreveram com palavras. O pintor não tem de pintar só ossos, mas tem de descrever veias, nervos e todas as partes de que o corpo humano é composto; não só as paixões, como tambem as diversas figuras que apresenta o homem nas diversas condições de saúde ou enfermidade. Por conseqüência se êle é obrigado a saber fisiologia, também, é obrigado a saber patologia necessàriamente, e, por conseqüência é obrigado a saber perfeitamente fisionomia, não só das paixões, mas também aquilo que é particular a cada estado da afeição, a cada afeição particular».

Refere, em seguida, a técnica de certo professor de seu conhecimento. «O Sr. Caetano José Pinto, sem fazer pergunta alguma ao doente, nem os tocando, ainda que levemente, em uma enfermaria, prestando sòmente atenção ao modo porque estavam postos os doentes, e pelo que apresentavam os olhos, dizia a moléstia que cada dos doentes padecia, explicando depois na aula, que cada moléstia tem sua aparência própria, por onde se conhece, e por onde muitas vezes deve ser conhecida, não podendo ser por outro meio» (23).

O PATRIOTA

Do destemeroso ardor pelas legítimas instituições, bem como de devotado patriotismo do Dr. Antônio Ferreira França, inumerosas foram as vêzes em que os patenteou êle, como passamos a narrar.

Logo nos alvores da Independência, ao entrar o ano de 1822, acabara de ser nomeado governador das Armas da Bahia o Brigadeiro Ignacio Luiz de Madeira e Mello. Foi, quando, por motivo de rivalidades e conseqüentes desavenças entre soldados brasileiros e portuguêses, na noite de 17 para 18 de fevereiro dêsse ano, a «tropa partidária de Madeira se conservou em armas e municiada nos quartéis, praticando de igual maneira e a exemplo dela a do outro partido (a tropa do país) o que foi assás para justificar a pública trepidação: muitos abandonaram logo a cidade, e outros mais corajosos se reuniram ao partido de Manuel Pedro

mone, em que combate o referido *Parecer*, usando, principalmente, argumentos clínicos e de natureza anátomo-patológica, no qual conclui da seguinte forma: «... não é (O Cólera) essencialmente uma moléstia flogística, nem sempre residente no aparelho digestivo».

⁽²³⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27-5-1837.

(Manuel Pedro de Freitas Guimarães, o governador das Armas que existia) enquanto inúmeros marujos e outros indivíduos de igual jaez aumentaram o terror, amotinando as ruas com vozerios e expressões grosseiras e sarcásticas contra os que supunham refratários ao Bragadeiro Madeira» (24). Assinada, então, por 421 pessoas de tôdas as classes, se entregou ao Senado da Câmara uma representação, exigindo que pelo direito de petição garantido nas bases da Constituição jurada, se suspendesse a posse do novo governador das Armas, lembrando fôsse ouvido, prèviamente, o parecer das Câmaras da Província. E a Câmara Municipal convocada, com seus novos vereadores, os quais às pressas, nesse mesmo dia, prestaram juramento de posse, seguiu incorporada para o palácio, onde ali se reuniu, no mesmo dia 18 de fevereiro, assentando, como consta na longa e minuciosa ata que na ocasião se lavrou, «quase uniformemente, que se estabelecesse ou criasse uma junta militar... e que esta junta, independente da junta provisória de govêrno... governasse interinamente as armas da Provincia, até que el-rei e as Côrtes, a cuja presença deverá ser levado êste negócio com tôda a urgência, o decidam definitivamente». Foram, então, de infinitos horrores os dias subseguentes na nobre Provincia da Bahia, que «marcarão no futuro uma época de luto» (25). Antônio Ferreira França, um dos ditos vereadores eleitos nesse ano, não trepidou, um só momento, em cumprir o seu dever; numa ocasião, aliás, perigosíssima, em que a desordem campeava abertamente, desenhando-se, nitidamente, os pródromos de uma guerra que não tardaria em estalar. e que só terminaria com a retirada das tropas portuguêsas da Bahia, em 2 de julho de 1823.

De outra feita, em 1824, ocorre a sublevação do 3º Batalhão de Linha, cognominado dos *Periquitos*.

É bem curiosa a origem dessa tropa: «Dos principais combatentes de José Antônio da Silva Castro, formou êle (em 1822) o núcleo do batalhão, que depois se denominou de periquitos, em consequência do distintivo da farda; e antes que se fôsse incorporar ao exército em Pirajá, foi mandado a Nazaré em apoio dos seus habitantes, que não podiam se pronunciar ostensivamente pela aclamação do Sr. D. Pedro, por pretenderem aí os naturais de Portugal, e partidários da causa de Madeira, obstar a mencionada aclamação» (26).

⁽²⁴⁾ Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, reedição anotada por Braz do Amaral, III, págs. 295 e seguintes, Bahia, 1931.

⁽²⁵⁾ Braz do Amaral, História da Independência da Bahia, Bahia, 1923.

⁽²⁶⁾ Dr. A. J. de Melo Morais, História do Brasil Reino e Brasil Império, Rio, 1871, pág. 333.

Pois uma fôrça amotinada dêsse batalhão, municiada de pólvora e bala, cerca a residência do governador das Armas, Coronel Felisberto Gomes Caldeira, entrando por ela a dentro aos gritos de «morra Felisberto», não tardando em assassiná-lo a tiros. Com o toque de rebate e o movimento de tropas nos quartéis, desperta sobressaltada a população, estabelecendo-se, de pronto, o pânico. Em tão melindrosa situação, Antônio Ferreira França, mais uma vez, destemerosamente, acorre ao seu lugar, agora no Conselho Provincial, que se junta, imediatamente, resolvendo, por indicação do Major José Antônio da Silva Castro, que estacionassem os corpos em lugares distintos, conservando-se na mais restrita subordinação aos seus superiores, sendo socorridos com os vencimentos que lhe pertencessem até ulterior deliberação imperial.

Esta, porém, não tardaria, pois, a 16 de novembro do mesmo ano, era expedido o seguinte decreto:

«Sendo conveniente riscar da Linha do Exercito hum Corpo que pelos crimes de seus Indevido-os (sic) setem tornado odioso, faltando á pratica da cega obediencia Militar, segundo o expresso no artigo 147, do capítulo 8º da Constituição do Imperio: Hey por bem dissolver o Terceiro Batalhão de Caçadores da Cidade da Bahia, dando-se posterior destino aos Indevido-os convencidos Reos, pela forma, que Tenho Ordenado por Decreto de hoje; e aos Inocentes, aqueles que tem direito a esperar da Minha Imperial Munificencia, e Justiça» (27).

Correram, ainda em 1824, acentuados rumores sôbre o tentar Portugal dirigir contra o Império fôrças, que se diziam prontas a sair daquele reino (28). Avolumaram-se, num instante, as notícias alarmantes; e, ao Conselho Provincial, onde assentava Antônio Ferreira França, logo reunido, foi proposto:

«1º Se a Provincia da Bahia deveria por-se em preparativos de resistencia contra as forças de Portugal, consideradas as noticias atuais?

⁽²⁷⁾ Biblioteca Nacional, mss., Documentos referentes à Bahia.

⁽²⁸⁾ Do ofício de João Severiano Maciel da Costa, enviado do Rio de Janeiro em 11 de junho de 1824, Vd., também, ofício de 30 de maio de 1825 onde se vê que é possível, mesmo, que para uma conciliação entre o Brasil e Portugal, fôsse proposto ao nosso imperador se declarasse expressamente que «Sua Magestade Fidelissima seria o Imperador do Brasil e Sua Magestade Imperial Regente associado, havendo uma marinha e podendo o mesmo Augusto Senhor fazer livre escolha de cidadãos de ambos os estados para o corpo diplomatico».

- 2º Quais deveriam ser esses preparativos?
- 3º Se os tribunais e mais repartições Publicas devem estabelecer-se em algum lugar fóra da Cidade e onde deve ser o seu assento, retirando-se os empregados?
- 4º Se convém retirar para o interior da Provincia as riquezas publicas e dos particulares, os arquivos e alfaias das Irmandades, Confrarias e as Regulares e quando esta medida seja assentada, quando se deve fazer constar ao publico e de que maneira?
- 5º Se se deve permitir a saída do navio Conceição Oliveira, que despachou para Gibraltar... ou se é necessario ser tomado para defesa da Provincia?... E foi unanimemente decidido que se creasse uma Comissão composta de sete membros, a saber: o Tenente-Coronel Manoel Ignacio da Cunha Menezes, o Desembargador Luiz Paulo de Araujo Bastos, o Desembargador Joaquim Ignacio da Silveira Motta, Dr. José Lino Coutinho, e o Conego José Ribeiro Soares da Rocha, a qual Comissão foi encarregada de expender seu parecer sobre os objetos propostos em o Conselho e receber os pareceres de pessõas instruidas e interessadas no bem publico para sobre elas e tudo mais que lhe ocorrer, apresentar um projeto, a fim de ser discutido e deliberado» (29).

Assim como na Bahia, nessa conjuntura, agitou-se o resto do Brasil; sendo curioso referir, a título ilustrativo, o entusiasmo patriótico que, igualmente, abalou as Minas-Gerais.

Da, então, Vila do Caeté, Bernardo José Ferreira Rebello, ao mesmo tempo que enviava ao Diário Fluminense algumas quadras de incitamento cívico, escrevia as seguintes linhas:

«... não me sendo possivel o ir em pessõa esperar os inimigos da minha Patria, rogo a V.Ex. que queira fazer-me o obsequio de escolher os dois granadeiros de maior bravura que hajam no Exercito dessa Côrte, dando-lhes por minha conta o pagamento de soldos e etapas a ambos enquanto durar a guerra» (30).

São estas as quadras:

«Portugal em fim A mascara desprende Recolonisar-nos Ousado pertende.

(30) Diário Fluminense de 8-7-1824.

⁽²⁹⁾ Coronel Inácio Accioli, ob. cit., IV, pág. 325.

As armas mineiros Briosos, valentes, Sintão Lusa Gentes, O nosso valor.

O Tejo já lança Esquadras ao mar Que para o Brasil Dizem caminhar.

Ás armas mineiros, etc.

A nossa Metropole Tem risco a sofrer Aos irmãos em risco Forçoso é valer.

As armas mineiros, etc.

Formam nossos peitos As duras trincheiras E nelas tremulam As nossas bandeiras.

As armas mineiros, etc.

Ás raias corramos Do Império agora, Que para ataca-lo Vem armas de fóra

Ás armas mineiros, etc.

Aonde estivermos Morramos primeiro Que seja ingredido Sólo Brasileiro.

As armas mineiros, etc.

Aos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, onde se mostravam os ânimos em franca indisposição contra o Imperador Pedro I, culminando na célebre «Noite das Garrafadas», sobreveio na Bahia, ao ali se ter notícia de tais fatos, acentuada agitação, formando-se, no espírito popular, a «opinião de que o partido português recolonisador pretendia lançar no Brasil os ferros da escravidão, preparou-se repentinamente uma revolução, que no dia 4 do dito abril (1831) arrebentou, apresentando-se no Campo e

Fortaleza do Barbalho uma força numerosa de gente armada, a que estava unida a maior parte da tropa de primeira e segunda linha desta guarnição» (31).

Já no Campo de São Pedro encontravam-se os corpos obedientes ao Comandante das Armas, Marechal João Chrisostomo Calado.

Reuniram-se, a êsse tempo, no Palácio do Govêrno, por convocação do Presidente da Província, Desembargador Luiz Paulo de Araujo Bastos, os conselheiros do Govêrno, membros do Corpo Legislativo, que se achavam naquela capital, e da Câmara Municipal; resolvendo, em vista dos constantes boletins vindos do Acampamento do Barbalho, que se evitasse o «iminente perigo de uma conflagração ao encontrarem-se as avançadas de um e outro acampamento, ao aproximar-se no interior da cidade e com toda a probabilidade de se avantajar a força composta da primeira linha de um modo não menos lastimoso para os brasileiros» (32),

Ainda, pelo presidente da Província, foi resolvida a suspensão do comandante das Armas, que, pedindo para embarcar, não tardou em seguir viagem para o Rio de Janeiro, acompanhado do Estado Maior dos Corpos da Primeira Linha ao seu comando.

Antônio Ferreira França, Manuel Alves Branco, José Lino Coutinho, Antônio Pereira Rebouças, Manuel Maria do Amaral e alguns outros ali presentes, eram, na ocasião, os parlamentares, representantes da Bahia, na Câmara dos Deputados, que tomaram parte nesses acontecimentos.

* * *

Foi, em 7 de novembro de 1837, que rebenta, na Cidade do Salvador da Bahia, uma revolução chefiada pelo Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, afamado clínico, professor da Faculdade de Medicina, homem profundamente popular e de acentuada ilustração. Esta rebelião, conhecida pelo nome de Sabinada, tinha por propósito a «separação desta antiga provincia do governo central, proclamando-a estado livre e independente, até a maioridade de D. Pedro II, consoante o planeado e resolvido na côrte do imperio, por vultos políticos de alta representação» (33).

⁽³¹⁾ Coronel Inácio Accioli, ob. cít., IV.

⁽³²⁾ Recordações da Vida Patriótica do Advogado Rebouças. Rio, 1879, págs. 92 a 95.

⁽³³⁾ Silio Bocanera Júnior, Bahia Histórica, Bahia, 1921, págs. 38 e 39.

Memorável ata, em forma de proclamação, foi, então, lavrada, na Câmara Municipal, nestes têrmos:

«A Tropa, Povo Baiano, Guardas Nacionais e Policiais reunidos no Forte de S. Pedro, tendo bastante em vista as necessidades publicas, as bem conhecidas más intenções do Governo central, que todas as vezes procura enfraquecer as Provincias do Brasil, e trata-las como colonias, com notavel menoscabo de sua dignidade e categoria: tem deliberado adotar as bases da Separação das Provincias».

Dias de inenarrável sobressalto padece a capital baiana, que vê, dentre outras coisas, abandoná-la o govêrno legal; sendo que. tão sòmente, em 16 de março do ano imediato, ë restaurado o império da lei.

Pois foi em meio da consternação geral, mais uma vez desassombrada e altivamente, que o Dr. Antônio Ferreira França «como meio de sanar as dificuldades presentes, livrando as famílias do mais cruel dos suplícios a fome», já que fechado se encontrava o celeiro público para os civis, dirige ao presidente dessa infeliz república a seguinte petição:

> «Exmo. Sr. — Diz Antonio Ferreira França que o Povo está miseravel. Mas até onde deve chegar a miseria dele? Deve perecer com a Tropa? Natural ou violentamente? Ou primeiro que a Tropa? Porque a Tropa é alimentada com preferencia ao Povo? O Povo vai ao celeiro e compra chibatadas em lugar de pão. Quer fugir: e para que se lhe dificulta a fugida? Não ha direito de senão para evitar que levem armas, Srs. Conciliemo-nos: o Povo não crê em quantas Policias beneficas se exerce. nem em quantas bôas fortunas que se lhe prometem, em paga das penas que sofre: diz que os agravos com que se pretexta a revolução não são demonstrados; o remedio atrocissimo, e improvavel de bem surtir; os Patriotas encarregados de desagravar a Patria, sem procuração dela, e movidos por outros motivos que os que pretextam? O meio legal, pacifico e breve, despresado; a desgraça da Patria tornada provavel por muitos anos. Srs. conciliemo-nos - P. a V.Ex. pelas entranhas de sua mãe. de sua mulher e filhos, E.R.M. — Antonio Ferreira França» (34).

⁽³⁴⁾ Petição transcrita por Anselmo Pires de Albuquerque, ob. cit.

NA MAÇONARIA

No afã de contrapor-se à influência que exerciam Joaquim Gonçalves Lédo e vários próceres do Grande Oriente do Brasil em D. Pedro, instalaram José Bonifácio, Martim Francisco, Capitão José Joaquim da Rocha, José Mariano de Azevedo Coutinho e outros, o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz; e, unânimemente, elegeram o príncipe-regente Archonte-Rei (Grão Mestre da Ordem) que, na sessão de 22 de junho de 1822, presta o correspondente juramento dêsse altíssimo cargo.

Começara o Apostolado a trabalhar no, então, edificio da Guarda-Velha, à época, Quartel General do Comando das Armas; e, posteriormente, Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Realizavam-se suas sessões na sala onde estivera instalado o arquivo da dita secretaria; denominando-se seus membros Colunas

do Templo.

Compreendia o Apostolado três grupos, chamados Palestras, equivalentes às Lojas Maçônicas; sendo que uma delas «estabeleceu-se no Catete em casa de Antônio Rodrigues da Silva... as Decurias trabalhavam em outros lugares, como na rua da Assembléia em casa do Coronel Antônio Pereira Pinto; e na rua S. José, onde perante o Sr. D. Pedro e José Bonifácio, foram admitidas e juramentadas muitas pessoas de consideração. As sessões que se faziam eram alternadas, e em ditas determinados se reuniam no centro social denominado Apostolado» (35).

Em 19 de fevereiro de 1823, na Segunda Palestra, depois de «lida e aprovada a ata, mandou-se correr o saco para se receberem as informações, e lidas elas mandou se correr o escrutínio acêrca dos Paisanos; sôbre os quais se reuniram três informações, o que feito foram aprovados: Antônio Ferreira França... «É na sessão extraordinaria de 6 de março seguinte, foram iniciados no grau de Recrutas, os seis Paisanos: Antonio Ferreira França, Ernesto Frederico Verna de Magalhães Coutinho, Antonio da Cunha de Carvalho, Manuel da Cunha S. Payo, André Alvares Pereira Ribeiro Cirne e Antônio de Menezes Vasconcelos Drumond, depois de terem prestado o juramento do estilo:

«Juro aos Santos Evangelhos guardar escrupulosamente o segredo do meu grau não comunicando a pessõa alguma Paisana qualquer coisa, que na qualidade de Recruta me fôr confiada; nem tão pouco instruir a alguem no sinal da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, toque, senha, e contra-senha correspondente. Juro obediencia a

⁽³⁵⁾ Dr. A. J. de Melo Morais, História do Brasil Reino e Brasil Império, pág. 406.

meus superiores na Ordem. Juro finalmente promover com todas as minhas forças e á custa de minha vida e fazenda a Integridade, Independencia e Felicidade do Brasil como Imperio Constitucional, opondo-me tanto ao despotismo, que o altera, como á anarguia que o dissolve; assim Deus me ajude».

É bem provável que a seu irmão Clemente, já na privança do imperador, e, pouco antes ali ingresso, deva Ferreira França o ter sido ali iniciado (36).

É interessante, também, consignar que em sessões consecutivas do *Apostolado*, no princípio do ano de 1823, discutiu-se, detalhadamente, e aprovou-se um projeto de constituição para o império (37).

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A parte culminante da carreira política de Antônio Ferreira França, o que tanto importa dizer a mais interessante de sua vida, é, sem dúvida, a representada pela longa estada que teve na Câmara dos Deputados, para a qual o elegera sua provincia natal, a Bahia.

Em 3 de maio de 1823 abria D. Pedro I, com destacada Fala do Trono, a Assembléia Geral Legislativa Constituinte do Império do Brasil, na qual foram as seguintes suas primeiras palavras:

«Dignos Representantes da Nação Brasileira. — É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia em que ele pela primeira vez começa a mostrar ao mundo que é imperio, e imperio livre».

Não há negar, se encontraria hoje êsse discurso «demasiado extenso e minucioso; mas, além de que os próprios ministros assistiam pela primeira vez a um parlamento, os mesmos pormenores agradaram à maioria dos deputados, que além de, igualmente inexperientes, viram no mesmo discurso sinceras provas de interêsse do chefe do Estado pela Nação» (38).

⁽³⁶⁾ Vimos os livros do *Apostolado*, atualmente existentes no I.H.G.B., por doação de D. Pedro II, dêles tirando parte das notas referentes ao assunto. Vd., também, Raffard, ob. cit., Dr. A. J. de Melo Morais, *História do Brasil Reino e Brasil Império*, pág. 405; e, Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*, I, pág. 262, nota.

⁽³⁷⁾ A discussão do texto dessa Constituição (*Arquivo do Castelo d'Eu e Revista do I.H.G.B.*, LXXVII, 2°) é matéria profundamente interessante.

⁽³⁸⁾ Francisco Adoifo de Varnhagem. História da Independência do Brasil, Rio. 1917, pág. 248.



O Solar do Dr. Antonio Ferreira França, no Largo da Palma, Bahia (Desenho do Prof. Carlos Garrido de uma fotografia do autor)



Todavia, o antagonismo entre o príncipe e a Assembléia, de que resultaria, mais tarde, sua dissolução, se «esboçava no mesmo dia da abertura da Constituinte, a propósito de simples formalidades, aliás não desprovidas de sentido. Travou-se a primeira escaramuça em torno da maneira de apresentar-se do soberano e dos eleitos do povo: as duas partes da soberania nacional, segundo a linguagem consagrada. O Imperador consentiu em tirar a coroa, na sala das sessões por não ter sido considerado decoroso só os deputados ficassem de cabeça descoberta enquanto durasse a cerimonia. Do outro lado, aos deputados tomarem assento, o Imperador leu o seu discurso, o que levou o Presidente da Assembléia a pronunciar o seu sentado» (39).

Os constituintes que formavam a «elite mental, econômica e política do país», eram «19 eclesiásticos, 22 desembargadores, 23 bacharéis, 7 militares, que podiam falar por tôdas as classes da sociedade» (40) desde princípios de abril se encontravam, em sua maioria, na côrte.

Na representação da Bahia que era notável, e que estivera ausente nos começos, «pois que se encontrava em guerra, matando e morrendo para que se consolidasse a independência» (41) vamos encontrar: José da Silva Lisbôa, Luís José de Carvalho e Melo, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, José da Costa Carvalho, Manuel Antônio Galvão, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Francisco Carneiro de Campos, Antônio Ferreira França, Miguel Calmor, du Pin e Almeida, Felisberto Caldeira Brant Pontes e Luís Pedreira do Couto Ferraz.

Aqui chegando aos poucos, iam, sucessivamente, tomando posse de suas cadeiras.

Na sessão de 23 de julho, achando-se na presidência da Assembléia o mineiro Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, anuncia-se que estava à porta da sala o Sr. Antônio Ferreira França, deputado pela Bahia, cujo diploma, chegado dias antes, na

⁽³⁵⁾ Oliveira Lima, Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira, Rio, 1944, pág. 194. — Este antagonismo é, ainda, perfeitamente definido pelo seguinte documento, sem data nem assinatura, embora escrito pelo próprio punho do Imperador D. Pedro I, como se depreende da letra, ora existente no Arquivo do Castelo d'Eu. Ei-lo: «Enquanto não estiverem determinadas as atribuições, que Me devem competir como Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo dêste Império, não Assino nem Faço executar Decreto algum da Assembléia: que foi convocada com o primeiro fim de fazer a Constituição, e segundo a qual é que se deve proceder às Leis regulamentares, depois dela ser por Mim Aceita. Paço de... Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil».

⁽⁴⁰⁾ Pedro Calmon, História do Brasil, Rio, 1947, pág. 197.

⁽⁴¹⁾ Afonso Costa, conf. supra, cit.

sumaca São José Triunfante, com 14 dias de viagem, fôra achado conforme e de conformidade com a lei, havia dois dias.

Sendo introduzido, na forma do estilo, antes de tomar assento no Congresso, presta o seguinte juramento:

«Juro cumprir fielmente as obrigações de Deputado na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa Brasileira, convocada para fazer a Constituição Política do Império do Brasil, e as reformas indispensáveis e urgentes, mantida a Religião Catolica Apostolica Romana, e a integridade e independencia do Imperio, sem admitir com alguma nação qualquer outro laço de união ou federação, que se oponha á dita independencia, mantido outrosim o imperio constitucional, e a dinastia do Sr. D. Pedro nosso primeiro Imperador e sua descendencia».

Encetavam-se, desta forma, seus trabalhos na Assembléia, cujas sessões começavam às 10 horas da manhã e iam sempre até as três horas da tarde. Eram cinco longas horas de atividade constante, e ninguém sentia fadiga ou exaustão, porque tinham todos «fé no esfôrço que despendiam, cuidavam estar realmente no desempenho de um mandato nacional» (42).

Tem cabimento registrar, neste momento, certo tópico, oportuno e interessante, de um periódico liberal da época:

«As Assembléas Legislativas á medida que se habituam, e se formam nas discussões dos publicos interêsses, tambem vem a ser mais firme e mais grave o estilo dos oradores. As verdades se enunciam com mais austeridade e mais reserva; então é que se abjuram as formas brandas, e sagazes, legado dos tempos da arbitrariedade. A voz da liberdade é forte, e retumbante. Porém sem ser coisa estranha, póde acontecer que ofenda orelhas ainda pouco habituadas a ouvi-la. Então, em expressões severas, parece que se observam intenções hostis; a mesma brevidade toma o ar do ataque, e aquele pensamento, que revestido do ornato oratorio, pareceria tão justo, quanto inofensivo, é acusado de malevolencia, ou de malignidade.» (43)

⁽⁴²⁾ Otávio Tarquinio de Sousa, Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo, Rio, 1937, pág. 28.

⁽⁴³⁾ Aurora Fluminense, de 24-12-1827.

Cedo despontara, no povo brasileiro, a idéia federativa, que se tornaria, a pouco e pouco, «a mais legítima, a mais alevantada

e a mais digna das aspirações» (44).

Dizia o projeto de Constituição para o Império do Brasil, elaborado pela Assembléia Constituinte, em seu artigo 1º — «O Império do Brasil é um e indivisível e extende-se da foz do Oiapoque até os trinta e quatro graus e meio ao sul»; e, no artigo 2º — «Compreende as Províncias do Pará, Rio Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe d'El Rei, Bahia Espírito-Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato-Grosso, as Ilhas Fernando de Noronha e Trindade, e outras adjacentes; e por federação o Estado Cisplatino».

Foi na sessão de 17 de setembro de 1823, durante a discussão dêste último artigo, que, o deputado Antônio Ferreira França, envia à mes a seguinte emenda: «Compreende confederalmente as províncias, etc. suprimidas as palavras — por federação — no mm»; que é aprovada, sofrendo, entretanto, oposição de vários deputados, dentre os quais se destacam Acaiaba Montezuma.

Carvalho e Melo e Silva Lisbôa.

Um dos contestadores, num gesto de dignidade, então comum, diz do autor da emenda: «...porque estou assásmente persuadido

de que só tem em vista o bem de sua pátria».

Ferreira França, a seguir, em destacada alocução, rebatendo os opositores, responde após certo número de considerações: que «a umão federal não repugnava a natureza do govêrno escolhido pelo Brasil, visto que não fôra explicitamente rejeitada por ato algum constitutivo do império; porque era conforme aos fundamentos do projeto de constituição, de justiça e utilidade das quais oferecia promoção e aplicação mais fácil a todos e a cada um, e porque na extensão do império e seu crescimento, nenhuma mais que ela prometia unidade duradoura» (45).

Consequência lógica seriam, pois, suas propostas apresentadas mais tarde, determinando que cada província nomeasse uma assembléia para fazer sua constituição particular; bem como que fôsse cada província dirigida por um presidente nela nascido, e, não por uma autoridade a ela alheio às suas aspirações, às suas conveniências o que justifica desta sorte: «Meus senhores, e peço perdão a esta assembléia e a êste povo que me está escutando, da comparação que faço: quem defende melhor a casa, o cão manso dela, ou o valente de fora? Já disse que peço perdão

⁽⁴⁴⁾ Tavares Cavalcante. A Idéia da Federação no Brasil, como surgiu cresceu e concretizou-se na República, em Livro do Centenário da Câmara dos Deputados, Rio, 1926.

(45) Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17-9-1823.

desta comparação. O cão que melhor defende a casa é o criado nela, que lambe as mãos daquele que o sustenta, e que é como o servo que ama a seu dono que lhe cobre as carnes, e o sustenta; êste é que é o bom guardador, e não o cão valente de fora, que êste morde os filhos da casa».

* * *

Digna de registro foi sua constante porfia, em épocas sucessivas, em prol da abolição da escravatura; sendo de sua autoria as frases: «Os escravos não são nossa propriedade» e «O ventre materno não transmite a escravidão, assim como não transmite a infâmia e quaisquer penas». Depara-se-nos, nesta última, uma antecipação esplêndida à Lei do Ventre Livre.

Não poupava êle, no entanto, ensanchas de libertar vários de seus servos, sempre que a isso se lhe oferecia ensejo: em aniversários em sau família (45a).

De magnitude impar foi, portanto, seu projeto de extinção gradual da escravidão, que ninguém abordara, até êsse momento, da tribuna parlamentar; tendo sido, tão sòmente, cogitado por José Bonifácio, que pretendera apresentá-lo, anos antes, à Assembléia Constituinte, sem que, contudo, o tivesse feito (46).

Eis os têrmos do projeto:

«1° — A escravidão acabará no Brasil; 2° — Os escravos da nação são livres; 3° — Os mais como se segue: no 1° ano, da data desta lei, os senhores libertarão o cincoenta avo dos respectivos escravos; no 2° ano o quarenta e nove avo; no 3° ano o quarenta e oito avo; e assim por diante, despresadas as frações».

Este projeto de lei, a despeito do que dêle dissera Joaquim Nabuco: «... um excentrico projeto... cujo acolhimento que tem é o de uma estravagância de originais,» (47) se tivesse tido a

⁽⁴⁵a) Percorremos, detida e demoradamente, o Inventário dos bens do falecido Dr. Antônio Ferreira França, falecido sem testamento, iniciado em 2-5-1848. em Livro dos Inventários da Vara de Órfãos da Capital (Bahia) n.º 1, ora no Arquivo Público do Estado da Bahia, não encontrando a menor referência à posse, por parte do Dr. França, de qualquer escravo que fôsse. É de salientar a minúcia na arrecadação dos bens, consignando-se, até, pequenos objetos de uso caseiro.

⁽⁴⁶⁾ A Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sóbre a Escravidão, acha-se inteiramente reproduzida por José Bonifácio de Andrada e Silva em O Patriarca da Independência, Rio, 1939, pág. 288. Vd. também Venâncio de Figueiredo Neiva, Resumo Biográfico de José Bonifácio de Andrada e Silva, Rio, 1938, pág. 209.

⁽⁴⁷⁾ Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, Rio, 1936, II. :6, nota.

acolhida merecedora, não promoveria, por certo, as desastrosas consequências que houve para a nossa lavoura.

Condizente com êste assunto, vale transcrever um suelto que, então, publicava a Aurora Fluminense:

«Pessoa de confiança nos informa da existencia de um projeto de Lei para a manumissão dos escravos, que uni Sr. Deputado pertende apresentar à Camara. Este objeto é tão delicado, como importante. Fica patente a todos que a escravidão é incompativel com a ventura do Estado, e especialmente com a prosperidade da sua industria, mas tambem se sabe que o Brasil não póde por ora dispensar esse mal necessario, e que os escravos pela maior parte estão ainda pouco aptos para receberem o beneficio da alforria. Deve pois presidir a este negocio a mais ilustrada prudencia, que sabe casar os fóros da humanidade com as cautelas que exige uma tão grande revolução na ordem da sociedade e dos individuos. É o que nos dizem que o Sr. Deputado procurou conciliar no seu projeto, fruto de acurada reflexão e patriotismo. Ha pessôas tão prejudicadas no Brasil, sobre o artigo escravatura, que imaginam que a nossa terra não póde sec cultivada por bracos livres, nem produzir bastante para pagamento de jornais. É um erro palpavel, que tem por base os habitos inveterados, pois não só em teoria a liberdade é mãe da industria; mas mesmo praticamente nós vemos quanto mais adianta no trabalho um obreiro livre, do que dois sugeitos ao cativeiro. Quando chegar o tempo em que a manumissão se tenha estabelecido a quasi todos os infelizes, filhos das escravas atuais, o Brasil contará então maior numero de pequenos proprietarios, formando essa classe média, que faz a força dos Estados; o sólo será mais bem cultivado, e os nossos costumes sentirão um melhoramento, que não se compadcce com a escravidão, e consequencias que ela traz censigo» (48).

Outra de suas concepções, realmente surpreendentes para a época, foi aquela em que lançou êle os «pródromos de uma organização político-americana, impeditiva de guerras entre povos da América, que assim, se uniam por laços estreitos de indestrutível confraternização».

⁽⁴⁸⁾ Aurora Fluminense, nº 55, de 16-6-1830.

Consigna seu projeto:

«O Governo do Brasil procurará o seguinte pacto entre as nações americanas:

«Ás nações americanas compete renunciar á guerra entre si, e crear um conselho das nações americanas, que estabelecerá as regras reciprocas delas, para felicidade de de cada uma; e comporá ou julgará a quaisquer desavenças»;

o que justifica nestes têrmos:

«Creio que com isto se evitarão as guerras externas, e que se tratará de não matar homens por capricho; deve-se fazer a sua felicidade; a felicidade propria vem de cada um procurar a felicidade dos outros, fazendo assim tambem a felicidade reciproca...» (49)

O Dr. Antônio Ferreira França, diz João Severiano da Fonseca Hermez, «revelou-se, nesse seu gesto parlamentar, o americanista perfeito, o brasileiro digno de sua pátria, cuja visão penetrante ia por anos além, antecipando as conquistas esplêndidas do direito moderno e dos constituintes de 1891» (50).

Nesses não ficariam, apenas, seus ideais de aproximação americana; sendo oportuno citar um projeto, que, a respeito de uma federação entre o Brasil e os Estados-Unidos, apresentou êle, em 18 de agôste de 1834 muito de acôrdo com os nossos atuais rumos diplomáticos. Ei-lo:

«A Assembléa Geral Legislativa decreta:

Art. 1º O Brasil e os Estados Unidos Norte Americanos serão federados para mutuamente se defenderem contra pretensões externas, e se auxiliarem no desenvolvimento da prosperidade interna de ambas as Nações.

Art 2' As duas Nações se defenderão com todas as suas forças, determinando-se para esse fim anualmente as necessarias contribuições pecuniarias.

Art. 3º Cada uma das duas Nações terá Representantes na Assembléa Nacional da outra.

Art. 4º Os produtos de cada uma serão recebidos na outra, da mesma maneira que os proprios, isentos de qualquer imposto.

⁽⁴⁹⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8-5-1830.

⁽⁵⁰⁾ João Severiano da Fonseca Hermes. A Câmara e as Guerras — O nosso direito, em Livro do Centenário da Câmara dos Deputados.

- Art. 5" As duas Nações prestar-se-hão mutuo auxilio para que as instituições, mistéres, e produções uteis de uma se naturalisem na outra.
- Art. 6" Os cidadãos de cada uma das duas Nações gozarão na outra de todos os beneficios dos naturais dela.
- Art. 7' As causas entre os suditos serão decididas ou por conciliação, ou por arbitros nomeados pelas partes, ou por juri composto de jurados conacionais com elas em igual numero.
- Art. 8" As duas Nações obrigar-se-hão a ajudar-se mutuamente na conservação e perfeição da forma Nacional de Governo, e em todas as calamidades, que se oponham a seu melhoramento físico ou moral.
- Art. 9º O Governo do Brasil procurará realisar este Tratado de Aliança, que será indefinido.
- Art. 10. Este Tratado depois de concluido, será presente á Assembléa Geral para ser definitivamente aprovado.
- Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrario».

* * *

Em conseqüência da suspensão das garantias constitucionais e da criação de uma comissão militar para a Provincia de Pernambuco, de súbito, em 1829, acenderam-se e irritaram-se os

änimos politicos.

Provocara o fato o seguinte: «Um pequeno grupo — a princípio de vinte e tantas pessoas, depois cêrca de oitenta — em represália a violências policiais no Recife, promoveram na noite de 1 de fevereiro de 1829 desordens de rua em Afogados, arrombando a cadeia de Santo Antão, com vivas à República e convites à população para um levante. A gente de Afogados, porém, sendo de noite, preferiu dormir a sublevar-se contra o regime, e os republicanos, passando para Ipojuca, dirigiram-se para o interior da Província, tugindo à repressão, diante do fracasso do movimento...» (51)

Instado o Govêrno, pela Câmara, a justificar seu procedimento, pela voz do Ministro da Guerra, General Oliveira Álvares, respondeu que «só na sessão ordinária podia prestar os esclare-

cimentos pedidos».

Denunciou, então, de pronto, o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos o ministro da Guerra.

⁽⁵¹⁾ Otávio Tarquínio de Sousa, ob. cit., pág. 83.

E os debates principiaram na Câmara, acalorados e violentos, chegando a questão a ponto, mesmo, de empolgar a opinião pública.

Em 18 de julho seria votada, enfim, a decisão final, para a qual, de antemão, tomara o imperador, deliberadamente, partido pelo seu ministro, Oliveira Álvares, tudo fazendo para o salvar.

Haviam, nesse dia, se enchido as galerias de militares.

Foi, então, quando Antônio Ferreira França, assomando à tribuna, assim começa o seu discurso:

«Sr. Presidente os atos do Governo são nulos ou legais, constitucionais ou contra a constituição... Se as concissões militares são legais, então declaremo-las e se elas são ilegais e contra a Constituição, então (ainda torno a dizer) todos os atos que tem feito este estabelecimento anti-constitucional se declaram nulos.

«Srs. A constituição nos liga a todos, liga o governante, o governado, etc., e então estamos autorisados sempre para combater uns com os outros?

«Estabeleceu-se com agrado de todos, este governo, o qual foi por nós jurado, e exige-se agora uma Comissão Militar para oprimir o cidadão e derramar a desconfiança, quando a lei é clara?»

Passa, em seguida, a tecer considerações sôbre o texto constitucional, lendo-o no que diz respeito ao assunto em discussão, acrescentando:

«E para que houve esse decreto? Foi para pôr em abalo, em susto e em temor a todo o cidadão, ao menos os da Província de Pernambuco, e já a estes, a todos os do Imperio; quem não ficaria assustado com isto? Quando foi a comissão militar para a Bahia, eu tive muitos sustos em minha casa, porque em crises tais ninguem se deve contar seguro. Em circunstancias tais aguçam-se as paixões, vingam-se pequenas afrontas, etc., e quem é pai de familia assusta-se muito porque póde caír-lhe o raio em casa.

«Sr. Presidente, presos estes rebeldes que havia mais que temer? Eu não sei, pois que um homem preso faz mal a alguem?» E ajunta: «O nosso codigo fundamental foi-nos oferecido pelo Imperador, e muito voluntariamente foi aceitado por todos, e foi jurado, não para

ser infringido. Eu se tivesse tempo discorreria, não por este artigo mas por outros, porque o ato que se fez, foi inteiramente anti-constitucional; referimo-nos ao juramento do Imperador e não sei se até a ele nós podiamos chamar...»

O Ministro da Justiça — (Lucio Soares Teixeira de Gouvêa) interrompendo: Ordem! Ordem!

A estas palavras do ministro, «como se tratasse de um sinal, de uma combinação, as galerias estrugiram em manifestações de desagrado ao orador» (52).

O Presidente — Srs. espectadores, o presidente desta Camara requer silencio».

Redobra, contudo, o rumor e sussurro na galeria de terra, estando, continuadamente, o presidente a requerer silêncio.

O Ministro da Justiça — A pessõa do Imperador é inviolavel e sagrada (apoiados geralmente) o Sr. Deputado emitiu uma proposição anarquica, e por isso deve ser chamado á ordem.

Holanda Cavalcante — Sr. Presidente, o que V.Ex. deve fazer é mandar despejar as galerias. (Começa o povo a levantar-se para sair quando diz o...)

Ministro da Justiça — Srs. das galerias (olhando para a galeria do mar) em nome de Sua Magestade, eu requeiro silêncio e ordem.

Paula Cavalcante — O Sr. Deputado Ministro da Justiça é que devia ser chamado á ordem; porque não

⁽⁵²⁾ Eis como a respeito dêsse incidente se referiram alguns jornais da época: A Astréa de 28-7-1829 assim conta: «Orava e Sr. Deputado Ferreira França em sentido desfavorável, à absolvição do Exmo. Ministro da Guerra. e na correnteza do seu discurso proferiu esta expressão — Eu chamaria o Imperador — ao que respondeu o Sr. Deputado o Exmo. Ministro da Fazenda — Não — Pois bem (continuou o orador) então chamaria o Poder Moderador — Replicou o mesmo Exmo. Ministro — Também não — A êste ponto levanteu-se o Sr. Deputado Exmo. Ministro da Justiça dizendo em altos brados — A ordem, à ordem, Sr. Presidente; o Imperador e o Poder Moderador são invioláveis e como tais não podem ser chamados — A êste tempo um dos espectadores da Galeria que defrontava o Exmo. Ministro (disseram-nos ser comandante de um Corpo da primeira linha) começou a clamar — Fóra patife, à ordem, à ordem... e os demais espectadores dessa galería continuaram em repetir o mesmo, voz em grita, conservando-se em silêncio os da outra Galeria. Então o Sr. Deputado Ferreira França disse — Estamos coactos, Sr. Presidente, cumpre que V. Ex. ponha em prática o Regimento levantando a sessão — centinuava o alarido na Galeria onde começara, e ai se ouviam as mesmas

póde chamar á ordem nenhum Sr. Deputado; o Sr. Presidente aqui é quem impõe silencio; ás galerias não póde chamar á ordem, nem impôr silencio; nas galerias não se manda nada; é o Sr. Presidente quem governa e quem manda aqui».

Após se manifestarem vários outros deputados, em apartes e considerações, uma vez refeita a ordem, continua, enfim, Antônio Ferreira França, desassombrada e destemerosamente, como sempre demonstrou nas eventualidades mais sérias e delicadas:

«Srs. como quizerem. Si acaso tambem si quizer, por munha causa, se instalar uma comissão militar para me julgarem, façam-no muito embora.

«Ŝr. Presidente, quer se vote desta ou daquela maneira, estou sempre nos meus principios. Eu não desejo, senhores, que quem é criminoso seja penalisado; eu desejo, que se o homem fôr criminoso por ignorancia seja ensinado para não cair no mesmo crime; se ele fôr criminoso por mal acostumado, seja bem ensinado; mas se ele fôr criminoso por sua natureza má, se fôr de uma constituição propensa a fazer crime; se ele não póde ser emendado, então se a natureza é para ser matador, seja castigado quando se provar que ele não póde ser emendado.

«Esta situação com o crime é que se deve ter em iguais circunstancias; cometeu o Ministro o crime por ignorancia? Não, Por má natureza? Não, não sei... Portanto, Sr. Presidente, não quero que o Ministro da Guerra seia condenado; até se possivel fechar os olhos...

expressões, quando o Sr. Deputado Holanda Cavalcante levantando-se disse — Sr. Presidente esta Galeria é imoderada, V. Ex. deve chamar a fôrça armada, e fazê-la despejar — ; e assim continuou a falar com energia. Então o Exmo. Sr. Presidente exigiu silêncio mas em vão. A êste passo levantou-se o Exmo. Ministro da Justiça, e exigiu da parte de S. M. o Imperador que se guardasse silêncio, que a tais vozes com efeito foi guardado até o fim da sessão. Até aqui o fato — É porém notável: 1) que a Galeria revoltosa cra ocupada por pessõas pela maior parte nunca vistas ali: 2) que a sua conduta fôra original: 3) que a outra Galeria, ocupada por pessõas que sempre freqüentaram a Câmara, se houve com decência, e silêncio que se deve à Representação Nacional: e finalmente que à energia e liberdade de discurso nos Oradores que se seguiram a falar contra a absolvição do Exmo. Ministro da Guerra, não pareceram afetadas por um acontecimento cujas circunstâncias e precedentes nada apropriados eram para conservarem a liberdade com que os verdadeiros Representantes de uma Nação devem emitir sua opinião. É muito para desejar que o Exmo. Ministro da Guerra, com aquêle mesmo extraordinário zêlo que o levou a criar a Comissão Militar em Pernambuco, ora

Mas eu atendo que sou procurador do povo brasileiro, sou procurador da minha provincia, sou procurador de mim mesmo e de meus filhos; e até Sr. Presidente, sou procurador do genero humano. Senhores, nós somos procuradores do genero humano; quanto mais os governos constitucionais se puserem em pratica, tanto mais depressa o mundo caminhará melhor; deixará de gemer a Europa debaixo da tirania. Um canto dela está gemendo debaixo da maior tirania; seus visinhos ha mais tempo gemeni; a Europa, por assim dizer, geme debaixo da tirania; da França para cima uma liberdade se diz, ela não existe, veio para melhor terreno e para onde? a liberdade veio sentar-se na America. A America ama a liberdade, e como o povo brasileiro deixará de a ter com as instituições que possue? Não póde ser de outra sorte; o Brasil ha de ter liberdade (apoiado geral). Ainda que muitas vitimas se façam, Sr. Presidente, o Brasil ha de ser livre, não ha de ser de outra sorte; e para isso é preciso que a constituição se guarde, e se ela não se guardar, ha de se perder tão grande imperio, como já se perdeu uma parte dele, e esta perda é atribuida aos nossos passados ministros.

«Se por acaso se quer conservar a união deste todo, se se quer que nenhuma parte se perca, é necessario que o governo reparta o proveito entre todos sem exce-

coopere pata a punição do arrojo que tão funesto podia ser; até mesmo pior não deixar ao julgado da sua causa alguma aparência de nulidade. A sorte da Nação, e a fôrça dos Governos estão intimamente ligadas com o rigor das Leis, começando pelo da fundamental; e a Lei que parece ter sido iludida não se nos pode antolhar como vigorosa». — O Jornal do Comércio, de 20-7-1829, assim se refere aos acontecimentos: «A tranqüilidade dos espectadores pareceu no princípio da sessão alterar-se, quando a Câmara chamou a ordem um de seus Membros, que pronunciara uma proposição muito escandalosa; mas ela foi logo restabelecida à convite do Exmo. Sr. Presidente: e foi bastante algumas reflexões dos Srs. Deputados e a leitura dos artigos sôbre a polícia das Galerias, para que a discussão continuasse sem rumor, e para que todos votassem por fim sem receio de insulto. E sem o menor indicio de coação». — A Aurora Fluminense, de 20-7-1829, se expressava desta forma: «Nestas circunstâncias alguns dos Srs. Militares, que ocupavam a galeria do lado de terra (dizemos alguns, porque o maior número de conduziram digna, e respeitosamente, e não são culpados na imprudência dos seus camaradas) fizeram soar com arruidos, gritos de ordem! - - silêncio — etc. que nunca até ali tinham sido proferidos pelos assistentes às discussões, desde que em 1826 a Assembléia Geral foi reunida. Então a Câmara mostrou sua dignidade, fôrça e sangue frio admirável; a discussão foi, apenas interrompida, um momento; leu-se o artigo do Regimento interno, relativo às galerias, e

lencia de provincia a provincia. Isto é que se chama diferença de individuo a individuo; e o que disse aqui um ministro do governo? Que o governo escolheria seus empregados segundo suas opiniões. E o que disse aqui um Sr. Deputado? Que a constituição ordenava que se escolhessem os empregados por suas virtudes, e não por suas opiniões, nem por outras causas. Eu voto sempre pela acusação do ministro».

Venceu, todavia, o govêrno a questão; ficando isento o ministro da Guerra, da culpabilidade que lhe fôra lançada, por 39 votos contra 32.

Houve, êle, ainda, duas vêzes, de apresentar proposições que, naquela quadra, causariam enorme sensação, escândalo mesmo digamos.

Foi em 1827, que dirige, o Dr. França, à mesa a seguinte proposta:

«Indico que o nosso clero seja casado e que os frades e freiras acabem entre nós».

Apesar da simplicidade da expressão, «a iniciativa que encerrava vinha ao encontro do pensamento de muita gente, de gente da melhor, entre padres e católicos da câmara e fora dela; vinha satisfazer um velho e ardente desejo de Feijó. Afirmou-se mesmo que a acoroçoara e garantira-lhe apoio: «S.S. foi um dos

restabeleceu-se prontamente o socego. Tinha-se notado em todos êstes dias um fenômeno, que muitos quizeram talvez atribuir a danadas intenções dos Ministros, ou do desejo de alcançar a vitória, incutindo medos a alguns dos Srs. Representantes: mais de um cento de Oficiais Militares dos Corpos, que compõem a guarnição da Côrte, e outros concorreram sempre às galerias, das quais ocuparam uma, quase exclusivamente. Disse-se que para isso haviam tido insinuações dos seus superiores; que as tropas estavam ao primeiro sinal, etc. o que a ser verdade, fôra um verdadeiro insulto ao honrado povo do Rio de Janeiro que tem constantemente guardado o comedimento. e sisudeza, quer na Casa da Câmara, quer fora dela. Seja o que fôr, a Representação Nacional não experimentou nem podia experimentar movimento algum de receio, por se achar no meio dos bravos da Pátria, no meio de Militares Cidadãos, que devem ser também defensores das Leis, e Instituições, que lhes garantem os seus direitos. E quem tem mais razão de amar a liberdade legal, do que aquêles, sôbre quem o Despotismo exerce mais as suas arbitrariedades? Dêsse mesmo Ministro, que estava em processo, quantas injustiças não tem sofrido o Exército? Digam-no os Oficiais reformados, ou preteridos, se cos Corpos que saindo de uma Campanha, em que foram quase esquecidos, se acham

que influiram para ela e prometera sustentá-la com tôdas as suas forças» (53).

Realmente, em 10 de outubro, o Padre Diogo Antônio Feijó apadrinhando tal moção, lê da tribuna da Câmara seu memorável Voto Separado, o qual começava com estas palavras:

«Obrigado a dar meu parecer sobre a indicação que a sinceridade, a bôa fé e justiça, que tanto caracterisam ao Sr. Deputado França, lhe sugeriu, cumpre desenvolver primeiro alguns principios, que apezar de sabidos de muitos, ainda são contudo ignorados de uma grande parte» (54).

Iniciava-se, dest'arte, uma das mais acesas e impetuosas polêmicas, que entre nós se tem visto.

Da imprensa que, logo se associando ao assunto, deu enorme publicidade, extraimos, da Astréa, dois trechos bem eloquentes.

O primeiro excerto é o de uma carta assinada pelo Amigo da Umanidade:

«A indicação que o ilustre Deputado, o Sr. Ferreira França ofereceu á consideração da Camara respectiva contra o Celibato do Clero Brasileiro, grande perturbação tem causado no espirito dos hipocritas e dos fanaticos que em seus clamores fazem-na olhar, com uma certa especie de horror, por muitas pessõas ainda que dotadas de bons sentimentos patrioticos, contudo possuidas de algumas considerações religiosas, por falta

com soldos atrazados por tantos mezes. Nós desejamos mesmo que os Srs. Oficiais Militares continuassem a freqüentar as discussões dos nossos Legisladores; êles aí verão o interêsse, que se toma por tôdas as classes de Cidadãos, sem distinção de nenhuma; ali aprenderiam a avaliar no seu devido preço a perfidia com que se espalham por entre êles falsos rumores, para lhes fazer crer que a Câmara pertende oprimí-los, e privá-los das poucas vantagens que disfrutam; e conheceriam que os esforços dos nossos comuns procuradores só se dirigem à felicidade da Nação, não excetuando nem fazendo diferença de paisanos, ou de Militares, sugeitos às mesmas Leis, pertencendo à mesma Associação, gozando dos mesmos cômodos, e direitos, que só podem ter garantia sólida na Constituição, e no Sistema Representativo».

⁽⁵³⁾ Otávio Tarquínio de Sousa, *Diogo Antônio Feijó*, Rio, 1942, pág. 82, a citação entre aspas é do Padre Luis Gonçalves dos Santos, Réplica Católica, cf. a obra supra.

⁽⁵⁴⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10-10-1827. — Vd., igualmente, Eugênio Egas, Diogo Antônio Feijó, Documentos, S. Paulo, 1912, págs. 86 e seguintes.

dos conhecimentos necessarios que as guiem á verdade apezar dos obstaculos» (55).

O outro trecho é o seguinte:

«Sr. Redator. — Lendo a sua bem aceita Astréa de sabado 15 do corrente exultei de gosto com a leitura da judiciosa correspondencia do Carioca Constitucional na qual não só apoiava a mui louvavel, e filantropica indicação do Sr. Deputado Ferreira França; como a defendia com incontestaveis argumentos, todos de razão; e refutando ao mesmo tempo as opiniões em contrario, com que alguns fanaticos, e Teologos rabujentos pertendem taxar de libertina, irreligiosa, e extravagante aquela tão sabia, como justa, e urgente indicação» (56).

* * *

Já em 1835, em 16 de maio, seu intuito é outro, pois encontramo-lo endereçando à mesa o seguinte projeto, então considerado revolucionário:

- «1 O Governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma familia;
- 2 O atual imperador, e suas Augustas Irmãs, cederão de seu privilegio, e receberão por uma vez um subsidio para completarem sua educação, e principiarem seu estabelecimento:
- 3 A Nação será governada por um chefe eleito de dois em dois anos, no dia 7 de Setembro, á maioria de votos dos cidadãos eleitores do Brasil».

Neste projeto, que denominou Ivan Lins «A República Legal de 1835» (57) se achava realmente condensado o princípio republicano, de que se fizera êle arauto, desde anos antes, em 1831, com sua, então, agitadora proposição: «... que o Govêrno do Brasil fôsse vitalicio na pessôa do Imperador D. Pedro II, e depois temporário na pessôa de um presidente das províncias confederadas no Brasil»; o que, a êsse tempo justificara com estas palavras:

«Não podemos legislar senão para nós; tem sido um abuso muito grande o dizer-se que o governo ha de

⁽⁵⁵⁾ Astréa nº 196, de 9-10-1927.

⁽⁵⁶⁾ Id. ib. nº 192, de 29-9-1827.

⁽⁵⁷⁾ Ivan Lins, Benjamin Constant, Rio. 1936, pág. 54.

ser daqui por diante de tal forma; isto é, usamos de um direito que não temos... Não tiremos ás gerações futuras o direito de estabelecer e adotar o governo que quizerem... por consequencia não antecipando sobre a vontade das gerações futuras, nem abusando inutilmente dos direitos que pertencem aos outros, mas deixando aos vindouros a faculdade de estabelecer a forma de governo que melhor lhes convier» (58).

Com referência à supra-citada proposta, eis o que realmente se passou, tal como, então, condensava um diário:

«Relaivamente a este projeto, disse o presidente Araujo Linia que entendia que a Constituição que autorisava a Assembléa Legislativa fazer suas reformas, não a autorisava para que ela se estendesse a tanto quanto se pretendo no projeto que se achava sobre a meza, e e que por isso recusava expô-lo á votação da Camara.

O Sr. Henriques de Rezende disse que a Constituição não fazia exceção de nenhum de seus artigos para que não pudessem ser reformados; que ela manda que de 4 em 4 anos se possam reformar pelas regras prescritas; e concluiu declarando que a proposta era anticonstitucional.

O Sr. Cornelio França disse que era verdade que o projeto era contra a Constituição, porque se ele o não fôra, não proporia a reforma de um de seus artigos; mas que apontando o deputado que tinha acabado de falar, dizia tambem que se podia reformar a Constituição; devia ser posto este projeto á votação da Camara para ser apoiado por uma terça parte dos deputados, e concluiu dizendo que não tivesse pois o presidente receio algum de propôr este projeto á votação da Camara.

O Sr. Assis Coelho disse que até teve receio de pedir a palavra nesta tão importante questão, que envolvia nada menos que a subversão da ordem publica; que fazia justiça ás puras intenções do autor do projeto, e se curvava ainda mais ante a patria e o corpo legislativo... Tornar o Brasil uma republica era o que se oferecia no projeto em questão; que para evitar os males que daqui se podiam seguir, é que os legisladores estabeleceram que o chefe do Estado fosse hereditario; que pois o artigo era

⁽⁵⁸⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16-6-1831.

fundamental e não podia ser alterado. O ilustre deputado, continuando a insistir na sua opinião, concluiu dizendo que requeria ao presidente que ainda continuasse na sua repugnancia em expôr este projeto á votação da Camara, porque a materia era a mais transcendente que se poderia tratar nesta Assembléa, pois que nela se incluia a salvação da ordem publica.

O presidente disse que estava firmemente resolvido a não pôr a votação semelhante projeto.

O autor do projeto sustentou que o presidente devia oferecer á votação o seu projeto; sustentou mais que o governo não deve ser o patrimonio de familia alguma; que esta proposição não era de todo nova, e que se Deus lhe desse vida e a proposição fosse admitida, havia de propôr ainda coisa melhor.

Disse o Sr. Rodrigues Torres que o presidente ainda deveria ter feito mais, que era não consentir em semelhante discussão, e da-la por acabada; que sim se podia alterar um outro artigo da Constituição; e não destrui-la nos seus fundamentos, porque os legisladores do Brasil não estavam autorisados para tanto; que se ele desejava que este projeto fosse oferecido á votação, era para dar mais um testemunho ao Brasil de que todos estão na firme resolução de manter ileso o Governo Monarquico Representativo tal e qual se acha na Constituição; porém que estava convencido que S.Ex. o não podia fazer e que devia imediatamente dar por concluida semelhante discussão, pois que julgava bastante indecoroso tratar-se de tal objeto.

O Sr. Odorico Mendes pediu que o 1º Secretario lesse em voz alta o Juramento que prestam os deputados, e assim se fez.

O Sr. Barbosa Cordeiro pediu que a votação fosse nominal.

O presidente disse: «Os que são de voto que o presidente obrou em regra queiram levantar-se».

Levantaram-se 44 deputados e ficaram sentados 33» (59).

A agitação e celeuma, à época, levantadas, temo-las, perfeitamente definidas, no grosseiro panfleto que, nesse momento, pu-

⁽⁵⁹⁾ Jornal do Comércio, do Rio, 18-5-1835.

blicou o General José Inácio de Abreu e Lima, sob o pseudônimo de «Brasileiro X.X.X.» com o título «Bosquejo Historico, Politico, e Literario Do Brasil; ou Analise Critica Do Projeto Do Dr. A. França, Offerecido em Sessão de 16 De Maio Ultimo Á Camara Dos Deputados, Redusindo O Sistema Monarchico Constitucional, Que Felismente Nos Rege, A Uma Republica Democratica, etc.» (60).

Era, aí, o Dr. França enxovalhado e insultado indignamente, pelo fato de, sendo republicano, pretender, prematuramente, procurar implantar tal regime no Brasil.

Eis alguns lanços dessa publicação:

«Resolvidos, como estamos, a denunciar ao Povo Brasileiro, o maior atentado que, nas circunstancias, poderia um seu Representante fazer... que nos hão de servir para formarmos o processo do *insigne* criminoso. Estamos resolvidos a provocar um Juizo Nacional, perante o qual ninguem é irresponsavel. A inviolabilidade do Deputado não póde exceder a alçada dos Tribunais Ordinarios; ele não póde ser chamado a Juizo segundo o fôro comum, porém não está isento do grande Tribunal da publica opinião. Estamos certos de que não haverá uma só (autoridade) que possa vacilar um instante entre o Imperador e o Deputado França, entre a Constituição do Imperio e o mais escandaloso perjurio, entre a *inocencia* do Infante Monarca, e a *sediça ronha* do velho Deputado.

«A nossa queixa se dirige contra o Dr. Antonio Ferreira França, Deputado pela Provincia da Bahia, por perjuro, aleivoso, e traidor á pessõa do Imperador, e ás das Augustas Princesas da Imperial Familia; e por haver tentado destruir a Constituição Monarquica do Brasil, substituindo-lhe outra forma de Governo, depondo o Imperador Menino, e declarando extinta a Dinastia Imperante na pessõa do Sr. Dom Pedro 2º; como se prova pelo projeto escrito e assinado por aquele Deputado, e apresentado na sessão de 16 do corrente mês e ano».

* * *

Seria, sem dúvida, profundamente interessante e valioso, citar, texto a texto, não só os inumeráveis projetos apresentados na Câmara pelo Dr. França, como também suas preciosas discussões, intervenções e apartes em múltiplas oportunidades. Óbvio

⁽⁶⁰⁾ Panfleto existente na Biblioteca Nacional, obras raras.

é, contudo, fazer sentir, não ser isso possível, o que não nos inhibe, porém, de pôr em destaque algumas outras de suas indicações.

Foi a 17 de maio de 1827 que apresentou êle a proposta de se admitir a possibilidade da criação de um porto franco entre nós; considerando que «a situação geográfica do Brasil relativamente às outras grandes partes do mundo pede um porto franco, e a parte mais própria para êsse fim, atendendo à situação corográfica me parece ser o porto da Bahia. Não tendo nós contenda com Nação alguma, devemos aproveitar aquêle porto antes que qualquer outra Nação trate de estabelecer porto franco. Além disso parece-me que nada perde, ou antes ganha o Brasil nesse estabelecimento».

Posteriormente, em 2 de junho de 1829, quando se discutiu o projeto da conservação no Código Criminal da pena de morte e supressão de penas aflitivas, assim se manifesta:

«Senhores — Desejava saber o que quer dizer penas aflitivas? Eu não sei se posso me referir ou comparar este artigo com o artigo 179 da Constituição que diz: desde já ficam abolidos os açoites, tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais normas crueis. A vista da manifesta oposição que ha entre o presente artigo e o da constituição, creio que é clara a maneira porque devemos agora votar. Ha dias perguntei a um jurisconsulto, que é meu filho Cornelio, que coisa eram penas crueis. Não me poude dar uma definição dela; consultámos os dicionarios, consultámos tambem os escritos sobre penas, e nada achamos que nos esclarecesse; porque diziam os dicionarios: as penas de crueldade consistem em fazer correr o sangue, diziam muitos que não e davam depois outras razões, que se reduziam a chamar estas penas aflitivas e não crueis. Mas, senhores, não ha crueldade quando se quer afligir alguem? Sim, porque a pena deve ser instruidora, reparadora. Procurei na Ordenação não vi lá muitas definições de pena, agora diz este artigo penas aflitivas! Para que se aplica a pena? Peço licença aos senhores, devo consultar agora aos Srs. Jurisconsultos que ornamentam esta Camara, para que se aplica a pena? É para afligir ao réu? Não, decerto, porque a pena deve-se aplicar para reparar o dano, mas afligir o réu? Isto não deve aparecer em uma lei. Portanto está muito impropria aqui esta palavra — penas crueis — Sr. Presidente, o fim principal da pena é ser reparadora, a pena não deve tender a outra coisa, senão a reparar, mais nada. Entendo, pois, que deve-se dizer que toda e qualquer pena, cujo fim principal seja fazer dôr ao criminoso, e não repararo mal, não para aquilo para que foi feita, porque a lei não tem em vista senão contribuir para a emenda do réu, instruindo-o nos seus deveres, obrigando-o a bem obrar; tais penas são as que devemos decretar; mas as que são aflitivas acho que se devem abolir, porque o nosso codigo constitucional muito bem as aboliu, dizendo: ficam abolidas todas as penas».

Como complemento a tais idéias, na sessão de 6 de maio do ano imediato, propõe a abolição da pena de morte, justificando-a da seguinte maneira:

«Suponhamos que eu, mal intencionado, quero fazer um grande mal, suponhamos que faço uma morte; por ventura pede a justiça da equidade que eu seja condenado á morte? Não, não póde, estou firme nisso, por mais que alguem me diga o contrario. A minha morte não faz que o outro viva, logo, não ha reparação. A pena me é imposta para eu me emendar; quando o crime de morte é cumutado em outros castigos, e tendo a nossa constituição acabado com essas penas aflitivas, entendo que este artigo não póde ter lugar; ele foi formado segundo as leis velhas, das quais os Srs. Jurisconsultos se não pódem apartar com facilidade — difficilime, quae imberbes dedicere, senes perdenda fatentur.

Mais tarde apresenta uma moção para que fôsse a capital do império mudada para lugar do interior do Brasil, que se julgasse, a todos os respeitos, o mais conveniente (61) ainda uma de suas muitas concepções que só a República cuidaria.

É azado, além, disso, consignar seus pontos de vista avançados a respeito da forma de se proceder ao recrutamento:

«Para se completar as forças decretadas para o ano de 1837 a 1838, são designados todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos e menores de 23», ajuntando: «não poderá nenhum dos designados ser excetuado por qualidade alguma de riqueza, graduação, emprego, profissão civil ou religiosa, etc. senão por inidoneidade total por tal reconhecida, ou viuvês com filhos menores, sem parentes que possam cura-los» (62).

⁽⁶¹⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22-6-1833.

⁽⁶²⁾ Jd. ib. 15-7-1837.

«Não faço exceção, acrescenta depois, de rico cu pobre. Que razão ha para que o pobre se vá sacrificar por mim que sou rico? Que não contribuo mais do que o pobre? Eu não sei quanto vale uma gota de sangue, se vale um real, cem mil reis, etc... não sei porque tempo se assenta praça, vejo que hoje assentam praça e servem indefinidamente» (63).

Destacamos, ainda, mais os seguintes eloqüentes trechos de outros assuntos, que, com a mesma maestria, tratou êle:

«Nós temos meios para nos opormos aos desvarios da administração. A administração tem zombado das leis; tem zombado de tudo; tem zombado de nós, de nós os sagrados da Nação!... A administração tem sido dada a homens suspeitos; e porque não havemos nós de aproveitar os remedios que nos dá a constituição? Acusemos os ministros, senhores, acusemo-los e não vamos suplicar as suas mudanças; e se os erros dependem da cabeça... daquela cabeça que os nomeia, tambem a constituição nos dá meios para que este homem seja deposto» (64).

Mais êste:

«... que o governo deve ser forte, proposição má para quem a ouve, que o compara com o governo fraco, e onde na constituição está governo forte? Que quer dizer isto? A constituição manda que o governo faça a tranquilidade interna e externa segundo as leis, e mais nada; ao ouvir seme!hantes proposições parece que se quer iludir a alguem, querem que se faça a comparação com o governo fraco que lhe fica ao pé o governo forte fica ao pé do governo despotico e arbitrario; e muito se deve fugir destes governos que querem ser fortes, porque querem ser arbitrarios...» (65) «entendo que a salvação de um povo está na guarda das leis; quando as leis entram a não ser guardadas, é mau sinal, é sinal de que o estado ou se perde, ou corre risco de se perder» (66).

Já no término desta súmula da ação política do Dr. Antônio Ferreira França, cabe mencionar que de modo diferente da de seu

⁽⁶³⁾ Id. ib. 24-7-1837.

⁽⁶⁴⁾ Id. ib. 9-5-1837.

⁽⁶⁵⁾ Id. ib. 5-8-1834.

⁽⁶⁶⁾ Id. ib. 12-3-1831.

irmão Clemente, marquês de Nazaré, ministro da Justiça de D. Pedro I, pautava êle seu modus-vivendi político.

«O Marquês era monarquista, e amigo dedicadíssimo do im-

perador.

«O Dr. Antônio Ferreira França era republicano idealista sem rebuço, nem dissimulação, tinha sido médico da Câmara Imperial, e dizia com a sua franqueza e simplicidade que estava mal com o Imperador» (67).

Todavia, quando, em maio de 1834, foi apresentado à Câmaia dos Deputados, pelo padre pernambucano Henriques de Rezende, o projeto de se impedir a entrada no território do Brasil, do exmonarca, e de néle residir em qualquer parte, ainda que como estrangeiro e indivíduo particular: e, se o contrário o fizesse que fôsse tido e tratado como inimigo e agressor da nação brasileira; declarou-se o Dr. França contra o projeto, dizendo que o não achava necessário porque D. Pedro fôra «o autor da independência, e da liberdade do Brasil. Suponhamos que êste homem tem necessidade de vir para o Brasil, sem hostilizar, eu por certo hei de lhe abrir a porta... Esta lei, continuou, era uma lei de medo; mas o Brasil não tinha medo de D. Pedro I, que enfim não queria a restauração, nem tirar o trono a seu filho» (68).

Ainda no tocante ao seu pouco apêge ao trono, vemos que quando, em 1828, se cogitou de aumentar a dotação imperial para mil contos, foi êle um dos poucos a contra ela se insurgir; o que levou a Astréa a assim se pronunciar:

«Não se queira pois iludir ao povo, dizendo que a Camara toda votou pela dotação: oraram, e foram contra os maiores Economistas, Políticos, e Filosofos do Congresso, bem como o Sr. Paula e Souza, o Sr. Vergueiro, o Sr. Souza França, e o Sr. Ferreira França, etc., etc., os quais todos de certo espero ver reeleitos. — O Recolhido» (69).

* * *

Apraz-nos, também, aludir que longa foi a estada de Ferreira França na Câmara dos Deputados, para a qual o elegera, como vimos, sua província natal, a Bahia. Lá esteve durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, em 1823, e, em mais quatro legislaturas sucessivas, isto é, de 1826 e 1837.

⁽⁶⁷⁾ Joaquim Manuel de Macedo, ob. cit., suplemento.

⁽⁶⁸⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16-5-1834.

⁽⁶⁹⁾ Astréa nº 356, de 15-11-1828.

Neste particular viu, quase sempre, seu nome sufragado em primeiro lugar na relação dos deputados baianos; o que vem justificar um tópico, certa ocasião, publicado rela Aurora Fluminense, restes têrmos:

> «... daqui se vê que o resultado das eleicões na Bahia não correspondeu á expectativa dos Corcundas, e que tôda a habilidade, e sabedoria do Sr. Gordilho Camamú, coadjuvado pelos Titulares de nova fabrica, e outros Pavões do Reconcavo (70) não foram bastantes, para impedir o ingresso dos Srs. Ferreira França, e Lino Coutinho na Legislatura de 1830, nem para fazer entrar muitos dos afilhados, alguns dos quais batem á porta. talvez, queixando-se da errada tatica, e maneiras duras do Excelentissimo Presidente» (71).

Não logrou, entretanto, a ventura de ser nomeado senador. muito embora, por três vêzes consecutivas, em 1823, e, em abril e setembro de 1827, fôsse seu nome sufragado pela Bahia.

Sobreleva, ainda, acentuar que se Antônio Ferreira França a princípio, na constituinte do império, se achava só, vêmo-lo ao contrário, mais tarde, em legislaturas seguintes, tendo a seu lado. na mesma bancada baiana, dois de seus filhos: Ernesto e Cornélio; fato ésse único nos fastos parlamentares do Brasil, qual o de um pai e dois filhos aí ombro a ombro.

L'estinguia-se Ernesco na Câmara como orador da oposição liberal, e, ainda jovem, frequente na tribuna, se deixava, às vêzes,

arrebatar no furor oposicionista.

«Então quanto mais ardente se transportava, o velho Dr. Franca, seu pai, puxava lhe pela aba da casaca e dizia-lhe em wez baixa:

«Prudencia, Sr. Ernesto, prudencia...» (72).

^{(70) «}Sr. Redator. — Não me dirão o que são Pavões do Recôncavo da Bahia? Em Peru tinha eu já ouvido falar, que são uns certos aristocratas, e Fidalgos feitos a pressa, que na gravidade do passo, e no ar burlesco se assemelham a esses insetos, que os Franceses denominam Coq-d'Inde. Mas Pavões, um pássaro tão flamante, tão soberbo, de áureas penas, de cauda estrelada! Ainda, se Vmces, houvessem falado em Perdizes, que tem as peraas encarnadas, lá lhes acharia eu alguma propriedade, porque corre por êste mundo de misérias, que se fez seu gasto em meias encarnadas para arranjar as eleições da Bahia, secundum ordinem. Se isto não é verdade, a culpa não a tenho eu; da rua do Passo é que escreveram mandando esta notícia e algumas outras coisinhas tão particulares, que não há remédio, senão guardar segredo, ainda que rebente. — Um correspondente novo». — Aurora Fluminense nº 153. de 13-2-1829.

⁽⁷¹⁾ Id. ib. nº 149, de 4-2-1829.

⁽⁷²⁾ Joaquim Manuel de Macedo, ob. cit.

Como remate dêste assunto, contaremos o que, certa feita, lhe aconteceu em uma de suas viagens, da Bahia para cá, ao tempo em que, como seu representante, se assentava na Câmara dos Deputados:

Foi o fato que, em princípios de 1827, embarcara-se êle, bem como os demais representantes, no brigue norte americano *Ontário*.

É curioso referir que, muito de acôrdo com o costume, então usado, fôra o navio fretado a sêco, pela quantia de um conto e duzentos.

Certa madrugada surge-lhes, abruptamente por barlavento, uma escuna, armada de uma peça de rodízio e mais duas forradas de cobre e pintadas de preto, que, ao se aproximar, iça a bandeira brasileira, firmando-a com um tiro de canhão.

Pára de pronto o brigue, sendo, logo, chamado à fala; vindo, então, um bote com um oficial de prêsa da escuna, que para ela leva o comandante do primeiro.

Torna, novamente, já aí com outros oficiais, dando-se, então, voz de saque; começando a «fazê-lo em tudo pertencente aos passageiros abrindo e arrombando seus baús, carteiras, caixões, embrulhos e até mesmo caixas e arcas de seus escravos, levandolhes todo o dinheiro que encontraram em sua rigorosa busca, tanto próprio como de partes a entregar-se em ouro, prata, notas de Banco da Bahia, e letras, e assim mais jóias de brilhantes, e de outras pedras preciosas, móveis de prata como aparelhos completos de chá, faqueiros e muitas outras peças dêste metal, e de ouro, e iqualmente grande parte de sua roupa, deixando o resto dela a granel pelo porão e convez: tirando-lhes (dos passageiros) mais cartas fechadas e papéis de importância pertencentes aos protestantes (vd, nota) e a diversos a entregar, o que tudo levaram por diferentes vêzes no seu bote para bordo da sua escuna, servindo-se para essa condução de alguns baús dos mesmos protestantes, chegando o seu excesso a ponto de depois de abrirem e arrombarem e furtarem todo o referido, dando a mais rigorosa busca em tudo, inclusivamente nos camarotes de vento, e camas, e até em lugares que não pertenciam aos protestantes, como fôssem a caixa do leme, da bitácula e agulha de marear, passaram a correr, e a apalparem as pessoas desde os pés até a cabeça, levando-lises por fim parte de seus mantimentos» (73).

⁽⁷³⁾ De um protesto feito pelos passageiros do Brigue Norte-Americano «Ontário», publicado na Astréa nº 127, de 24-4-1829. — No mesmo Jornal, a 5 de maio seguinte, assim se lia sôbre êsse assunto, em um suelto: «Incapaz de me regosijar com os consideráveis prejuízos de tão ilustres passageiros que assim se expuseram pelo bem da Pátria, e nem mesmo com os de qualquer outro

Voltando os assaltantes para bordo do seu navio, não tardou êste em desaparecer, içando antes a bandeira da República de Buenos-Aires.

O PEDAGOGO

. Uma das mais brilhantes facetas do Dr. Antônio Ferreiro França foi, por certo, seu inconfundível pendor pelo ensino, onde terminaria sua vida pública; e, que constituira, sempre, desde os primórdios de sua carreira, o objetivo máximo do qual, jamais, se as artaria.

É pois de notar a grandiosidade do pensamento contido na singeleza das palavras que, certa vez. pronunciou na Câmara dos Deputados: «A instrução não é negócio que possa esperar, ela é tão necessária como o pão» (74).

Neste particular são para referir seus inúmeros projetos legislativos sôbre instrução pública, que abrangiam ensino primário, secundário e superior; êste, médico e do direito (75).

Logo nos inícios de sua vida parlamentar vêmo-lo se batendo pela fundação de uma escola de agricultura e de uma universidade, no Rio de Janeiro; onde já haviam criadas, e em efetivo exercício mantidas pelo estado, várias aulas, cadeiras, uma copiosa livraria pública, um museu, jardim botânico, hospitais, etc.

Muitas de suas concepções posteriormente apresentadas, de inteiro inéditas para o tempo em matéria de ensino, são hoje correntes. Por exemplo são modelos: a criação de uma Sociedade Pre-Escolar e da Escola Primária Superior, com as cadeiras de geometria, desenho, química, moral geral e prática dos deveres do homem e do cidadão brasileiro, «do uso saudável das coisas e comportamento nas enfermidades até a chegada do médico ou cirurgião», ginástica e defesa do corpe, compreendidos nado, equitação, dansa e música nacional.

homem, dou contudo aos Srs. protestantes os devidos parabens por... quando alguma parte do órgão auditório não perdessem, ao menos seriam conduzidos a Buenos-Aires como prisioneiros de guerra e encontrariam talvez ai prisões incomunicáveis, ou ficariam conservados por dez ou mais meses a bordo de algum navio velho, juntos dois a dois com machos de ferro aos pés... sem que contudo, tivessem justos motivos de queixa; não fazendo nisso o Govêrno de Buenos-Aires mais do que imitar, os exemplos dados aqui e pontualmente praticados com os prisioneiros feitos à sua República. Tais são as horrorosas conseqüências da guerra! Envoltos nas fúrias dela, os homens se esquecem da sua própria dignidade».

⁽⁷⁴⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9-6-1826.

⁽⁷⁵⁾ Todos êsses projetos do Dr. Antônio Ferreira França vêm consignados por Primitivo Moacir, em *A Instrução* e o *Império*, 1823-1853, I.

Temos, ainda, mais duas outras novidades para a época: «... no magistério das escolas públicas se dará preferência às mulheres»; e, «em cada distrito de cem fogos haverá uma escola de primeiras letras e outra de artes (vale dizer Escolas Profissionas)... os aprendizes que de manhã forem a uma, à tarde irão à outra... todos os meninos de sere anos de idade para cima irão a estas escolas, e os maiores que quiserem, sob pena de quatro anos depois da data desta lei, o homem que não soube ler, além de me o de vida honesto, não gozará de direitos políticos».

Em muitas outras de suas indicações sôbre planos de ensino, desce êle e minúcias verdadeiramente notáveis sôbre a constituição de cuisos: «... geometria plana e esférica, prática e desenho; história natural e artes abreviadas demonstradas; química geral e particulai abreviada demonstrada; economia doméstica ou administração da casa...» etc. «Não quero, acrescenta, que o mestre ensine ou aponte o que é linha reta, quero que tome o compasso, descreva um triângulo sôbre uma linha; quero que o mestre prove o que ensina, que os meninos aprendam como um carpinteiro ou pedreiro»; e, friza em certa ocasião: «Serão preparatórios o conhecimento perfeito das línguas portuguêsa e pátria, das línguas estrangeiras antigas e modernas cultas».

Seu modo de considerar a contextura de um currículo médico, é deveras assinalável:

«Os estudos de medicina no imperio constarão de três cursos: O primeiro curso ou sentimento e vocabulario e principio de cultura, a saber: ler e escrever ordinaria e taquigraficamente, desenho e configuração solida, geografia demonstrativa; historia natural e das artes demonstrativas; física experimental; gramatica por meio de exemplos; linguas portuguesa, indigena, espanhola, francesa, inglesa, italiana, latina, grega; musica, eloquencia e poesia por exemplos de recitação e representação; historia humana; aritmetica, geometria e algebra (até as equações do 4º grau) logica. Este curso confere o grau de Bacharel de Letras. O segundo curso ou cultura da razão e conhecimento das leis gerais da materia, de animalidade, entendimento e moralidade, a saber: matematicas puras; desenho e geometria descritiva; fisica experimental; geografia geral e particular, terrestre e celeste; quimica geral aplicada: anatomia: zoonomia: metafisica: dinamica do pensamento e linguagem ética. Este curso confere o grau de Bacharel em Artes, suposto o grau antecedente. O terceiro curso, das ciencias medicas propriamente tais, a saber: as artes de prolongar a vida, proibir a enfer-

midade e reparar a saúde; as artes de produzir e conservar os animais e vegetais e mais corpos necessarios ao sustento, como remedic e aperfeiçoamento do homem, a saber: anatomia e desenho do homem e animais; fisiologia; higiene; patologia e terapeutica gerais; patologia e terapeutica especiais externas; operações cirurgicas e partos; cirurgia pratica: patologia e terapeutica especiais internas: materia medica; formacia e arte de formular; medicina pratica sobre meninos, sobre mulheres, sobre homens: simpatia dos orgãos internos com a pele e orgãos externos: fisionomia das enfermidades, semiotica e mudanças fisiologicas e patelogicas nas diversas idades, profissões e empregos; relação entre o fisico e o moral do homem, dinamica das paixões ou produção e poder das paixões e uso na cura das enfermidades: alienação mental: diversos curativos das enfermidades aqudas e cronicas: medicina, higiene, uso e abuso dos remedios, toxicología: veterinaria; agricultura; teoria da educação; historia e importancia das doutrinas medicas; deveres do medico; médicina legal. Este curso confere o grau de Doutor em Medicina e supõe os graus antecedentes».

Pugnou, outrossim, sempre o Dr. França, pela dignidade e respeito devidos à catedra. Vamos encontrá-lo, de uma feita na Câmara, debatendo-se pelo assunto:

«... se os lentes teriam as honras de Desembargadores e isto se venceu, é coisa clarissima; se a Camara se arrependeu da votação não sei, mas se se arrependeu, tomara saber a razão. Quem é digno de ser mestre, não será digno de ter as honras desses de quem foi mestre? Eu creio que aquele que é digno de ser lente, é digno de ter todas as honras, não só as dos Desembargadores» (76).

Sente-se em tudo quanto acabamos de expor, indubitàvelmente, ressaltar seu propósito seguido, seu quase verdadeiro culto à instrução; do que não seria demais acrescentar o que ocorreu, nessa mesma Câmara, quando alguém julgou desnecessária e onerosa ao país a criação de uma cadeira de Grego.

Antônio Ferreira França, no uso da palavra, dirige-se ao

preopinante nestes têrmos:

— V. Ex. sabe ou em algum tempo procurou estudar grego?

- Não, senhor, respondeu-lhe o interpelado.

⁽⁷⁶⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9-8-1826. — Pelo Plano de Reforma das Escolas de Medicina, elaborado pela Sociedade de Medicina,

— Sr. Presidente, continuou França, tenho respondido ao nobre deputado.

O ANEDOTÁRIO

O que é, sobretudo, por demais conhecido é o volumoso anedotário que corre por conta de Ferreira França. Dêle, se conclui, com segurança, que aliava o filósofo uma franqueza fora do comum, a um profundo espírito de humor e ironia; demonstrando à saciedade, invulgar capacidade intelectual.

Morava o Dr. França, na Bahia, em enorme quadrilongo de três andares, ainda hoje existente no antigo Largo do Hospício

da Palma (76a)

«Um sapateiro instalado no andar térreo entrega-se aos lundus, às noites, com amigos e companheiros, impedindo ao sábio dormir. Reclama e recebe a resposta:

- Os incomodados são os que se mudam...

França manda vir água, derramando sôbre a sala, abaixo da qual tinha oficina o sapateiro e se põe de caniço e anzol... A água atravessa o assoalho e começa a danificar o cabedal do sapateiro que sobe a reclamar...

— Estava pescando. Os incomodados são os que se

mudam...»

Ao chegar ao Rio recebido por amigos e pessoas gradas, os moleques da rua põem-se a atirar-lhe pedras, dado o modo antiquado como vestia. O Dr. França abaixa-se, colhe calhaus e lhes responde vitoriosamente. Os amigos e graúdos repreendem-no:

- «Pensei que era hábito da terra...» (77).

Mais outra:

Possuia dois molecotes, «para mais não lhe dava a fazenda. Quem iria buscar água ao chafariz? Decerto não seriam as filhas... Pois não é que os moleques, batendo o pé, se negaram? Não senhor, isso de carregar água pesava, e estavam dispostos a não ir. Não se zangou. Sorriu, meteu-se no roupão, tomou em cada mão, um cântaro e tocou-se para a cadeirinha. Depois de

aprovado sob a forma de lei, e, sancionado em 3-10-1832, além de outras coisas, concedia-se aos Lentes Catedráticos vencimentos e honras iguais às dos Desembargadores das Relações, e o direito de jubilarem-se, com todos os vencimentos, ao completarem 25 anos de serviço.

⁽⁷⁶a) Esse prédio, «uma casa de sobrado de dois andares, edificado no Largo do Hospício da Palma... construída de cantaria de Lisboa...», a esquina da atual Rua Dr. Antônio Ferreira França, é encontrado, também arrecadado no supra citado *Inventário dos bens do falecido Dr. Antônio Ferreira França*, etc. avaliado pelos mestres Joaquim Pereira Dias, carpinteiro; e, Antônio José Alexandre Bastos, pedreiro, pela quantia de onze contos de réis.

⁽⁷⁷⁾ Afrânio Peixoto, Breviário da Bahia, Rio, 1945, pág. 193.

bem instalado nela, mandou que os escravos o levassem à fonte. Aí, encheu os botijões, tornou a pô-los na cadeirinha, e sentado tranqüilamente entre êles voltou para casa. Os moleques, que não podiam com dois carregaram três... E sem tugir nem mugir» (78).

O anedotário de Antônio Ferreira França é vastíssimo, dizendo-nos Max Fleiuss que Constâncio Alves pretendia coligí-lo, c «teria sido um grande elemento para o estudo, acrescenta êle, do sempre lembrado catedrático e destacadíssima figura» (79).

ÚLTIMOS ANOS

Em 1837, como já apontámos, terminara Antônio Ferreira França seu mandato na Câmara dos Deputados, retirando-se, definitivamente, para sua terra.

Antes, contudo, pleiteara sua jubilação de Lente da Faculdade de Medicina da Bahia, com ordenado por inteiro, o que de direito lhe cabia.

Tendo sido seu requerimento encaminhado, pelo ministro do Império, à Câmara, Manuel Alves Branco, 2º visconde de Caravelas, ministro da Fazenda, a êsse respeito ali falando diz: «Quanto à questão do Sr. Ferreira França, a dúvida que me ocorreu foi a do ordenado com que devera ser apontado. Os lentes das escolas extintas tinham menores ordenados, os das novas têm maiores. Com as novas escolas parece ter havido uma renovação do contrato. O govêrno viu-se em perplexidade sôbre o ordenado com que havia de jubilar; o negócio não é determinado em lei; havia dúvida a respeito do ordenado, e ao Govêrno pareceu por isso acertado pedir uma resolução da Assembleia Geral. A não haver dúvida eu seria o primeiro a conceder a jubilação do Sr. Ferreira França, a quem muito respeito» (80).

O Dr. França com a palavra assim respondeu:

«Eu não devia falar em causa própria, mas veio aqui se justificar o Sr. Ministro porque não me deu a minha aposentadoria... aposentadoria não, o Sr. Ministro é que lhe chamou de aposentadoria, mas é jubilação. O Sr. Ministro faça o favor de não mudar o nome as coisas. Peço que haja de perdoar o calôr com que falo, porque em parte me ê natural; porque o negocio me

⁽⁷⁸⁾ Pedro Calmon, Malês, Rio, 1933, pág. 71.

⁽⁷⁹⁾ Max Fleiuss, Recordando..., Rio, 1941, pág. 232.

⁽⁸⁰⁾ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18-8-1837. — Em 26 de abril de 1826, tinha-lhe sido concedida a jubilação de Professor da Cadeira de Aritmética e Geometria, na cidade da Bahia, com seu ordenado por inteiro. — Biblioteca Nacional — mss., Doc. Biog.

pertence. Não sei como o Sr. Ministro demorou o despacho ao meu requerimento. Peço algum favor ao Sr. Ministro? Como, pois se atraveu a demorar o despacho ao meu requerimento? Talvez porque eu não fui aqui pelo governo? Ora, pois se estou em lugar onde lhe possa tomar contas. Qual foi a razão porque desde que pedi a jubilação, não foi ela concedida? Não havia razão? Já os papeis estavam perdidos em uma secretaria... Não era secretaria mais, mas uma casa de escrever de um ministro; depois na de outro; e afinal foi necessario insistir com eles com requerimento, mais uma réplica, mais um memorial! Para que isto? Farão o favor de me dizer? Pedi a jubilação que me pertence por lei. Entenda-se a lei como deve ser entendida: e não se trate do quantitativo. Portanto, eu devia ter sido jubilado desde o tempo da sanção da lei, que reformou a escola, com o meu ordenado; assim como foram despachados aqueles que nunca serviço algum tinham prestado, e que nem tinham dado provas de poder bem servir, coisa que já tinham dado aqueles que foram julgados dignos de continuar».

Enfim lhe é a jubilação concedida pela Câmara.

Uma vez em sua provincia natal, torna a consagrar-se ao

ensino, sua constante preocupação, seu habitual pendor.

A lei provincial de 9 de março de 1836, criara o Liceu Provincial da Bahia, que é instalado em 7 de setembro do ano imediato, sendo seu primeiro diretor o Cônego José Cardoso Pereira de Melo.

Pois, Antônio Ferreira França que sobejas provas dera, desde a prisca idade, de invulgar competência didática, em junho de 1840. inscrevia-se como candidato, único aliás, à cadeira de Grego dêste.

então, novel estabelecimento de ensino público.

Seus examinadores, nomeados pelo Govêrno da Provincia, foram: o já referido diretor do Liceu, Cônego José Cardoso Pereira de Melo, e o Padre Dr. Antônio Joaquim das Mercês, Lente de Gramática Filosófica. «O concurso foi realizado em palácio, sob a presidência do Comendador Tomás Xavier de Almeida, Presidente da Provincia; que, por ato de 2 de maio (1841) nomeou professor de grego do Liceu Provincial ao Dr. Antônio Ferreira França, aprovado por unanimidade» (81).

⁽⁸¹⁾ Gelásio de Abreu e Francisco da Conceição Menezes, Memória Histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia, durante o primeiro século, 1837-1937, Bahia, 1937, págs. 123 e 124.

Em 7 de junho dêsse mesmo ano era o Dr. França investido como diretor dêsse ginásio, cargo êsse que ocupou até a sua morte.

* * *

Na progenie do Dr. Antônio Ferreira França vicejaram primorosas vergônteas: nove foram seus filhos (81a) que, seguindo o hábito, àquele tempo, em uso, se uniram a destacadas famílias brasileiras. Vemo-los, desta sorte, ligando-se aos Carneiro de Campos, isto é, duas filhas e dois filhos. Aquelas: D. Auta e D. Fabrícia, respectivamente, a primeira com o Coronel Frederico Carneiro de Campos, que, Governador de Mato-Grosso, foi aprisionado por Francisco Solano Lopez quando viajava no vapor Marquês de Olinda, a fim de empossar-se no govêrno daquela província; e esta com o Conselheiro Senador Carlos Carneiro de Campos, 3º Visconde de Caravelas. Os filhos foram: Cornélio, casado com D. Gabriela Elisa Carneiro de Campos, e, Francisco, com D. Fabrícia Carneiro de Campos.

E êstes vultos estreitamente ligados pelos laços do parentesco influiam, necessàriamente, na política brasileira. E não é de outra forma que se explicariam certas mofinas de jornais, muito ao gôsto da época, tal como uma do *Tamoio Constitucional* nestes têrmos: «O Velho França é republicano virtuosíssimo; seu filho é esperto e talentoso; e os Srs. Carneiro de Campos estão Chimangos!!! Será isto plano ou casualidade? Ah! Futuro, futuro,

quem te penetrará?» (82)

Dos seus restantes filhos temos ainda: D. Ana, casada com o Desembargador Manoel José Espínola; D. Camila, com o Dr. Antônio Joaquim Moreira de Pinho; e, os varões: Ernesto, Antônio e Eduardo, dos quais os dois últimos, como seu pai, à medicina se dedicaram.

* * *

Atacado de dolorosa moléstia, que durou 17 dias, a qual su portou com estoica resignação, falecia o sábio filósofo e humanista, Dr. Antônio Ferreira França, às 7 horas da manhã do dia 9 de março de 1848, nessa mesma cidade do Salvador, da Bahia, onde nascera e onde empregara a mor parte de sua atividade, cercado do carinho e confôrto de sua espôsa e filhos, bem como de numerosos amigos, só pensando, em seus últimos momentos, em aconselhar a prática do bem e o exercício da virtude.

⁽⁸¹a) Dissemos «nove foram seus filhos», que atingiram a idade adulta; uma vez que houve uma filha, de nome Constança, batizada, em 13-4-1801, que não é encontrada entre os herdeiros do Dr. Antônio Ferreira França no já citado *Inventário*. Daí inferirmos ter ela falecido criança.

⁽⁸²⁾ Hélio Viana, Contribuição à História da Imprensa Brasileira, Rio. 1945, pág. 271.

BARATA RIBEIRO

ROBERTO MACEDO

RESUMO BIOGRÁFICO

ORIGENS

Cândido Barata Ribeiro é neto de Cipriano José Barata de Almeida, um dos heróis da Independência.

Quem conhecer o avô, reconhecerá o neto.

Cândido é Cipriano, emoldurado em barbas. Brilha nos dois o desinterêsse. O patriotismo. A vibratilidade nervosa. O amor eventual à medicina — política da saúde, e à política — medicina da sociedade. O republicanismo, como eixo de filosofia social. A cultura porejante de retórica, típica do século dourado pelo romantismo e brunido pelo respeito místico à liberdade. A mesma «fisionomia romana das máscaras de mármore» (1). Corpos breves e vibráteis. Temperamentos irritadiços, insurretos, explodindo em ímpetos frenéticos de indignação.

Cipriano José Barata de Almeida, o molde renovado no mistério da hereditariedade, nasceu a 26 de setembro de 1762. Pais modestos, Tenente Raimundo Nunes Barata e D. Luísa Josefa Xavier.

Demonstra «desde os mais verdes anos inteligência muito viva».

Forma-se em Coimbra — bacharel em lilosofia e cirurgião. Casa com D. Ana Joaquina de Oliveira e desvela-se na educação dos filhos: Iria, a primogênita; Laura, afeiçoada desde logo ao magistério; Veridiana, herdeira da energia paterna, futura mãe de Cândido Barata Ribeiro; Horácio Cocles, de nome simbólico.

⁽¹⁾ Luís da Câmara Cascudo, «O Doutor Barata Político, democrata e jornalista — Bahia, 1762. Natal 1838», Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1938.

Lar pobre, onde «o que sobrava era para quem tivesse fome».

Agricultor, cirurgião, republicano, tribuno, panfletário nacionalista, vive mergulhado na política. Luta sem descanso pelo Brasil. Conhece a glória e a masmorra. É eleito deputado, trabalha pela Independência e falece paupérrimo, a 1 de junho de 1838.

Deixaria uma herança: o neto Cândido.

FORMAÇÃO

Tal avô, tal neto.

Cândido Barata Ribeiro é político por ancestralidade.

Desde o nascimento, a 11 de março de 1843, as fôrças do caráter inato e do caráter adquirido arrastam-no ao parapeito das barricadas.

Carinhosamente exaltada por «mamãe Veridiana», crepitalhe na mente infantil, através de clarões romanescos, a tradição do vovô Cipriano. Como nos contos de fadas:

- Uma vez, em Portugal...

E cintila, ao calor da narrativa, mais uma façanha de vovô Cipriano, «o homem sem mêdo».

Para impregnar de energia seu espírito, não carece aliás de evocações. Tem sempre os olhos fitos na figura materna, cuja face, desfeiada pelo gilvaz (2), é um misto de varonilidade guerreira e donaire mulheril. Conta histórias trabalhando. Trabalha sem pausas. Gôta a gôta, vai estruturando no filho, como estalactites morais, os lineamentos do lema que mais tarde inscreveria êle nos cartões de visita:

- Nunca parar.

Barata Ribeiro nunca parou. Cresceu sem calma. Tinha compromissos com o passado, com o futuro — e ainda os ignorava ou mal os pressentia.

Lutou e sonhou desde cêdo. Na ânsia de aprender, veio da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro, passageiro gratuito de um navio a vela.

E assim desembarcou «na côrte», por volta de 1853, destinado a brilhantes remígios na ciência, no parlamento, na administração.

⁽²⁾ Ferida no rosto em defesa de Cipriano, por ocasião de uma das prisões dêste.

Caráter no qual raivosos inimigos jamais puderam descobrir a sombra de um deslise moral. Puro. Cândido.

* * *

Reunido em 1857, no mosteiro de São Bento da Bahia, o capítulo geral da congregação beneditina no Brasil elegera abade de mosteiro do Rio de Janeiro a D. Luís da Conceição Saraiva, futuro bispo do Maranhão, e irmão do estadista José Antônio Saraiva.

Ano fecundo para a instrução pública, o de 1857.

Presidente do Conselho e ministro do Império, baixava o Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima) o decreto de 24 de outubro, cujo regulamento daria lugar à criação do internato do Colégio Pedro II.

Criava por sua vez o novo abade um externato no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Externato gratuito.

Vinha ensejar aos pobres, como Cândido Barata Ribeiro, a oportunidade que lhes faltava.

Adaptado o edificio vetusto, instalou-se o externato (1858) no primeiro pavimento, face que dá para a Baía de Guanabara. Afluência extraordinária: 300 alunos em 1858, 600 em 1859, 700 em 1860.

Barata Ribeiro, matriculado na primeira turma do curso ginasial, grangeia desde logo a estima dos frades. Conservará reciprocamente, até morrer, ilimitada gratidão ao socôrro oportuno.

Devem-se à proteção do reitor, Frei Bento da Trindade Cortez, os primeiros triunfos literários de Barata.

Destacando-se dentre os componentes da Associação Literária e Científica do Mosteiro de São Bento, foi o aluno Cândido designado orador oficial na inauguração do busto de Frei Luís da Conceição Saraiva, fundador do colégio.

Na sonoridade da voz, na audácia de conceitos, no desembaraço do porte, aliás franzino, pompearam as primícias do engenho de orador, que mais tarde Ruy consagraria no Senado em famoso aparte.

O gôsto universal da leitura madrugava no adolescente, permitindo-lhe ensinar quando nem siquer ingressara em faculdade superior. Leciona outros idiomas, especialmente francês. Dessa dispersão de estudos lexiológicos e sintáticos, assim como da inexplicável ausência de nosso idioma no currículo do externato,

resultar-lhe-iam irreprimíveis deslises de correção vernácula — seu calcanhar de Aquiles.

Pouco a pouco vai progredindo e, pelo magnetismo da personalidade precoce, conquistando as primeiras amizades entre homens de relêvo, moços e velhos, rendidos à fascinação do imigrantezinho baiano.

Figuram nesse quadro, dentre tantos outros, dois vultos que cumpre destacar: Joaquim Manuel de Macedo e Salvador de Mendonça.

Teria o primeiro contribuído para as inclinações artísticas de Barata Ribeiro, não limitadas à oratória, mas extensivas ao teatro, à música, às manifestações estéticas em geral.

Quanto ao segundo, republicano desde a chupeta, trar-lhe-ia com certeza reminiscências do avô Cipriano, partidário temporão do barrete frígio.

A tôdas as inclinações, indicativas de um espirito seleto, duas incontestàvelmente sobrelevam.

Tangido por irresistível ambição intelectual, quer estudar, ao mesmo tempo, direito e medicina.

Legítimo talento de autodidata, falta-lhe, porém, a convergência de requisitos vários, que jamais logrará conquistar. Falta-lhe saúde. Falta-lhe pecúnia. Falta-lhe sedimentação cultural, para domínio concomitante de tão vastas regiões do saber.

Falta-lhe, demais, o essencial: escola. Não há curso jurídico na cidade do Rio de Janeiro. Estuda-se direito em São Paulo e Pernambuco, quando não se prefere atravessar o Atlântico, o que já ia passando de moda.

Como transferir-se para a provincia, se da provincia viera, e aqui, no mosteiro de São Bento, obtinha ensino e teto gratuitos? (3).

Contenta-se, pois, com a satisfação parcial de aspirações. Exerceria a medicina, estudando sempre o direito.

Não lhe repugna, antes pelo contrário, o diploma de médico. Quer tratar de enfermos, como o avô. Quer principalmente tratar de crianças.

⁽³⁾ Barata Ribeiro morou de graça no Mosteiro, mesmo quando matriculado na Faculdade de Medicina. Era uma especial homenagem de seu devotado padrinho, Frei Bento da Trindade Cortez.

Cresceria rebarbativo, protestos sempre à tona das atitudes, incapaz de ouvir dois desaforos sem responder com quatro. Júpiter tonante ameigava-se todo, porém, em face de uma gracinha infantil.

Mais tarde, grande clínico, será sempre o especialista de crianças. Estuda colimando êsse objetivo.

A julgar, todavia, pelo silêncio que manterá, através de tôda a existência, em tôrno do período acadêmico, pode-se deduzir ausência de entusiasmo ou certo desencanto.

Razões não lhe faltariam, na época.

Poucos alunos, não mais de uma centena. Instalações precárias. Escassos também os professôres, pois quase ninguém queria competir. Biblioteca paupérrima. Mal se esboçava o intercâmbio de publicações científicas. «Vinte anos se passaram sem que a biblioteca desta Escola fizesse aquisição de obras novas» (4).

Podia-se ingressar na Faculdade sem preparatórios — por meio de aviso ministerial.

Verberava-se o prurido de atestados falsos...

A guerra de Solano Lopez veio suscitar contendas na congregação. Nelas se destacam, por ardor patriótico, os professôres Pinheiro Guimarães (o grande «Voluntário da Pátria»), Manuel Feliciano (chefe do Corpo de Saúde do Exército), Sousa Fontes, Caminhoá, Mateus de Andrade.

Barata, contudo, não se deixou estiolar pelo ambiente,

É eleito orador da Sociedade Ateneu Médico. Colabora na Revista respectiva. Obtem ingresso — nada fácil --- como interno da Santa Casa. Logo a seguir, preparador do gabinete anatômico.

Recebe o grau de doutor em medicina a 5 de dezembro de 1867, presente o Imperador D. Pedro II e seu genro Conde d'Eu (5).

Fôra o estudo uma etapa compulsória. Regressará à Faculdade como lente catedrático de Pediatria Médico-Cirúrgica em 1883.

Para a Ordem Beneditina, revestiu-se de cunho especial a formatura de 1867.

Cândido Barata Ribeiro, paupérrimo estudante, alçara vôo daquele ninho de pedra que é o Mosteiro.

⁽⁴⁾ Fernando de Magalhães, «O Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pág. 67.

(5) Jornal do Comércio, 6 de dezembro de 1867.

Saiu pois nesse dia a carruagem de gala, reservada somente aos altos dignitários. Um dêles — Frei Bento da Trindade Cortez. Outro, à direita, o antigo aluno gratuito, agora Dr. Cândido Barata Ribeiro.

Aos 24 anos doutor em medicina, não é mais a crisálida. Encetará 43 anos de clínica fecunda. Também já não é o rapaz solitário. Contraira matrimônio com D. Ana Cornélia, filha de João Antônio do Amaral Castro e D. Maria Feliciana Oliveira, neta do Major José Joaquim de Andrade (destacado morador de Sorocaba) e sobrinha afim do Visconde de Sapucaí (Luís Mateus Maylasky, úngaro, oficial de artilharia, feito visconde pelo rei de Portugal) (6).

O MÉDICO

Barata Ribeiro clinicou em Piracibaca, onde mereceu o cognome de «salva-vidas»; na cidade de São Paulo, trabalhando de graça no Lazareto; em Campinas (onde foi fundador da Escola Correia de Melo, para crianças pobres) como primeiro médico da Santa Casa, também de graça; no Rio de Janeiro, a partir de 1877.

Grande clínico na capital do país, não se adaptou aos hábitos de cobrança.

Um episódio característico: já no fim da vida, salvou Barata os dois filhos de Artur da Mota Macedo. Procurado pelo pai extremoso, respondeu-lhe: «Apresento minha conta verbal. O Sr. me pagará com amizade». Recebe-a de quando em quando, por parcelas, com juros afetivos. Permaneceram para sempre fiéis à memória de Barata, não só Artur da Mota Macedo, como o primogênito Artur da Mota Macedo Júnior e o recém-nascido, Roberto da Mota Macedo.

O mal desse homem bom era o amor à discussão. Na Academia Nacional de Medicina colaborou eficientemente por muitos anos. Não raro, deblaterou. Criador do processo de endireitamento forçado dos cifóticos — pelo que o inimitável Sr. Agripino Grieco o considerou capaz de extirpar corcundas de camelos — excedia-se no revide às críticas, talvez por uma espécie de repulsão à contemporaneidade, que só o futuro sabe tolerar cesapaixonadamente.

Não minudenciarei as circunstâncias em que ingressou no corpo de professôres. Basta dizer que se inscreveu em tôdas as seções vagas, sendo obrigado a optar por uma. Na prova oral.

⁽⁶⁾ Realizou-se o casamento de Cândido Barata Ribeiro e D. Ana Cornélia, a 23 de dezembro de 1865, em Sorocaba, onde veraneava Barata por motivo de saúde.

presente D. Pedro II, não lhe beijou a mão. Curvou-se diante dêle e dirigiu-se à tribuna, de onde desceria uma hora depois por entre aplausos delirantes da assistência. Vencedor, foi nomeado. Era assim naquele tempo.

O INTELECTUAL

Em Barata Ribeiro, o artista e o intelectual foram sufocados pelo político.

Servia-se da palavra, escrita ou falada, como meio de ação e veículo de idéias. Vivendo em ritmo vertiginoso, não limava os períodos, ainda que lhe agradasse a musicalidade da frase.

Abrange três ramos sua bibliografia:

- trabalhos técnicos de medicina ou direito
- produções de caráter político
- peças teatrais.

Com exceção dos trabalhos técnicos, giram os outros em tôrno de temas político-sociais. Como teatrólogo, representado no Brasil e no estrangeiro, inclusive por grandes nomes da ribalta, não se ocupa de humorismos e fantasias. Dramaturgo severo, quer em «O Segredo do Lar», quer em «O Soldado Brasileiro», aflora ou esmerilha solenes problemas: a família, o divórcio, preconceitos sociais, distinções de raças. É o abolicionista, o republicano, o cristão igualitário falando pela bôca de personagens: «Custa-me ver estas anomalias sociais, êste monstro de mil formas chamado privilégio, que ora aparece na lei, ora nos costumes, trazendo diante de si o arauto que lhe apregoa a origem divina, e sempre impondo-se com preterição do verdadeiro merecimento» («O Soldado Brasileiro»).

«Há de raiar o dia da igualdade, porque a semente plantada por Cristo no alto da montanha, há de germinar, o germe há de medrar e a árvore dará abrigo a todos os povos da terra» (idem). Críticos da época resumiam com lucidez a mensagem da peça: «Prepare-se o terreno à democracia, que, na América, há de ser uma grande realidade», assim a define Aureliano de S. e Oliveira Coutinho, em «O Acadêmico», nº 14, de 24 de outubro de 1868.

Quando da estréia de «O Soldado Brasileiro», no Teatro São Rafael, de Sorocaba, o autor foi ator. Corre como certo que, por essa época, andavam por igual em amadorismo na ribalta dois grandes nomes do futuro. Nada menos que Ubaldino do Amaral e Prudente José de Morais e Barros.

O IDEALISTA

Saudado no júri como «mestre da tribuna judiciária», pianista desconhecido, jurista sem borla e capelo, poeta de poucos versos e muita poesia, abolicionista e republicano mais propenso ao «fogo!» que ao «ombro armas!», eriçado de espinhos com adultos e ameigado de pétalas com criancinhas, professor que não permitia aplausos no anfiteatro por não tolerar o correspondente direito de vaia, o que flutua na espuma das tempestades onde bracejou sempre êsse paradoxal Barata Ribeiro é um idealismo eternamente redivivo.

Questões, casos, polêmicas, acompanham-no como sombra ao corpo. Não esgrimia por interêsse. Bateu-se não raro por Dulcinéias indiferentes.

Na questão Castro Malta, que vem resumida em «História da Polícia do Rio de Janeiro», por Melo Barreto Filho e Hermeto Lima (1870-1889), pág. 128, recebe golpes em cheio e cutiladas de raspão. A Revista llustrada, de 31 de janeiro de 1885, nº 401, alega que alguém, quando viu três ribeiros na comissão, compreendeu que o caso ia por água abaixo... (Barata Ribeiro. Oscar Adolfo de Bulhões Ribeiro, José Borges Ribeiro da Costa).

No chamado Caso de Campinas, gastou energias e pecúnia. «Faz muitos anos ocorreu, na cidade de Campinas, um crime de execranda crueldade, de que resultou a condenação do apontado delinqüente. Penetrado, por convição desinteressada, da inocência dêste, a quem apontava vítima de êrro judiciário, Barata, cujo coração sabia pulsar com generosos alentos, fêz-se protetor do condenado, defendendo-o a todo o poder que pôde, não se poupando à lida durante anos consecutivos, na imprensa, na tribuna. junto aos poderes competentes, enquanto lhe restava o recurso de um apêlo para a reabilitação do acusado, até que lhe abriu as portas do cárcere» (Anais da Academia de Medicina, Tomo 76, pág. 19).

Foi Barata quem indiretamente abriu às alunas as portas do Colégio Pedro II, nosso estabelecimento padrão de ensino. Requereu matrícula para suas filhas, Cândida e Leonor.

Por aviso de 22 de fevereiro de 1883, o Ministro do Império, Senador Pedro Leão Veloso, autorizava a admissão de alunas do sexo feminino, «por não existir disposição legal proibitiva».

Esse pioneiro idealista teve rasgos de profeta. Paraninfo dos doutorandos de 1887, assim perorou, na presença de Isabel e do Conde d'Eu:

> «Na penumbra do futuro, desenha-se vagamente o Brasil de 89, banhado ao clarão refulgente dessa data,

que ecoou no mundo proclamando a igualdade dos direitos do homem!»

Os estudantes o compreendiam. E principalmente a garotada de rua. Ao aproximar-se do casarão da Faculdade, o primeiro gavroche, postado de sentinela, gritava contente: «Olha o Baratal» Vinham muitos, em bando, como pardais. Ao mesmo tempo que censurava a um e a outro, por causa dos dentes suĵos, da calça não remendada ou da falta de notícias da mamãe doente, o rígido professor ia extraindo dos bolsos misteriosos da sobrecasaca, tal qual um mágico de feira, pequeninos brinquedos e pacotinhos de biscoitos. Não dava balas, para não estragar os dentes. «Tenham juízo!», despedia-se, em ingênuo conselho, olhos rasos d'água — os mesmos olhos que logo a seguir fuzilavam, em agreste censura aos doutorandos.

Ferrabraz com auréola.

O HOMEM DE ENERGIA INQUEBRANTÁVEL

Mereceria um livro a energia vital e moral de Barata Ribeiro. Dois traços a definem, com nitidez de contornos.

Prefeito do Distrito Federal, numa época de confusão de atribuições, ameaçou de multa ao cidadão mais altamente qualificado do país. Ao prefeito, nomeado por Floriano, afigurava-se que êste, Chefe da Nação, estaria prestes a violar posturas municipais. Advertiu-o. E o Marechal de Ferro mudou de propósitos, livrando-se da multa. O auxiliar tinha razão...

Ao iniciar o recuo de alinhamentos, ofereceram-lhe à venda uma célebre casa em ruínas, localizada precisamente no local a retificar. Despacho de Barata:

«Não há que deferir, pela imoralidade da petição; a administração municipal não compra casas que condenou».

Exemplos análogos poderiam ser mencionados, às centenas.

O POLÍTICO

Apesar dêsse idealismo, ou por causa dêle, tôda a existência do dramaturgo Barata Ribeiro foi um drama, em conflito com o meio e o tempo.

No império, atraiam-no. Ele recusava. Colaborou, na república. Recusaram-no. Silva Jardim — sem a apoteose do Vesúvio... Ao contrário de Afonso Celso Júnior — republicano na monarquia e monarquista na república — manteve Barata Ribeiro a linha mestra de um republicanismo catônico, esperançoso na era da coroa, desesperançado no ciclo do barrete frígio.

Em pleno segundo reinado (vigente a «gangorra política»: anverso liberal, reverso conservador) os liberals de São Paulo oferecem a Barata um lugar no diretório. Rejeita, «por ser republicano». Insistem, de outra feita, os conservadores. Figurará na chapa de deputados, se quiser. Repele, sem repetir a justificativa.

Agora, a república,

Aceita o cargo de ministro do Supremo Tribunal, sob condição. Não perceberá vencimentos.

Já é tempo de se descerrar uma parte da verdade sôbre o êrro aparente, porventura intencional, praticado por Floriano ao nomear Barata. Ainda vivíamos em lua de mel constitucional. Nem precedentes, nem hermeneutas, nem jurisprudência. Época terrível. Revolução a pino. O govêrno carecia de um homem probo, combativo, de saber notório (inclusive saber jurídico não notório), alheio à profissão do fôro, capaz de se incompatibilizar com juízes e ministros, severo na disciplina e exigente no trabalho próprio e alheio, pronto a abrir clareiras na selva de irregularidades reais ou supostas. Havia um cavaleiro andante pré-fabricado para semelhante armadura: Cândido Barata Ribeiro. O mesmo Barata que em carta a Floriano assumira o compromisso de não recusar nenhuma comissão («...e não precisarei repetir a V. Excia. que não haverá comissão que me designe ou serviço que me distribua e que seja por mim recusado», carta sem data).

Os silêncios do Marechal Floriano e uma ou outra nota breve de seu punho em documentos de arquivo autorizam a acreditar que, se Barata não recebeu a missão ingrata e deselegante de fiscalizar o Supremo, pelo menos ocupou uma de suas cadeiras, sem remuneração, com o propósito acintoso de acelerar o ritmo de trabalhos forenses.

Confrontemos datas. Não houve sessão no Supremo, por falta de número, a 23 de dezembro de 1893, 20 de janeiro, 21, 23 e 28 de fevereiro, 7, 14, 17, 28 e 31 de março, 4, 14, 18 e 25 de abril, 2, 12 e 26 de maio, 2, 6, 13 e 20 de junho, 4, 7, 11 e 21 de julho, 1, 4 e 15 de agôsto e 8 de setembro de 1894. Como procedia, nesse interregno, o Ministro Barata Ribeiro, empossado a 25 de novembro de 1893? Propunha reiterada e infrutiferamente fôssem responsabilizados os juízes por excessiva demora nos julgamentos!

Curiosa circunstância: quem acompanhar o gráfico de atuação do Ministro Barata Ribeiro, de 25 de novembro de 1893 a 29 de setembro de 1894, verificará que quase sempre êle concedeu habeas-corpus. No juiz temporário sòmente permaneceu uma raiz

do político: o amor à liberdade e à justiça.

Ainda um confronto de datas: o ingresso de Barata no Supremo coincide aproximadamente com a adesão de Saldanha à revolta; sua saída, recusado beneplácito pelo Senado, coincide com a vitória da esquadra legal.

Nem foi essa a primeira recusa do Senado republicano.

Primeiro prefeito do Distrito Federal, de 19 de dezembro de 1892 a 22 de maio de 1893 — durante o recesso parlamentar, registre-se a particularidade — negou o Senado assentimento à nomeação feita por Floriano. O parecer de Quintino, subscrito por Francisco Machado, reconhece que

«no cidadão nomeado concorrem todos os predicados exigiveis para o desempenho de tão alta tarefa e louva a intenção que presidiu a sua escolha para o exercício de tão elevado cargo».

Considerou-o, todavia, incompatível, por haver exercido o govêrno municipal, como presidente da Intendência. Vacilara ao aceitar êsse cargo, a 12 de abril de 1892; — «... proponho-me a subir a todos os hortos, mas não quero galgar o Calvário da intendência».

Absorveria substancioso estudo a passagem de Barara pela Prefeitura, cinco meses de turbilhão administrativo.

«Entrou na Prefeitura de têrmo-cautério em punho». Em cinco meses, enfrentou a famigerada questão das carnes verdes, determinou a volta de todos os servidores afastados de suas funções, concedeu férias remuneradas aos funcionários, preservou a saúde pública sob inúmeros aspectos, tentou acabar com vendedores ambulantes e quiosques, destruiu corticos (a famigerada Cabeça de Porco e outros), promoveu o recuo de prédios e alargamento de 'logradouros, assinou a lei que abria concorrência para construção de vilas operárias, consolidou sua iniciativa de confecção da Carta Cadastral, velou pela instrução, calçou vias públicas, criou a Revista do Arquivo do Distrito Federal, abriu concorrência para o servico de navegação entre o continente e a Ilha do Governador. disciplinou a liberdade arquitetônica, revigorou a famosa postura sôbre aforamentos, cuidou de novos cemitérios, do fechamento do comércio aos domingos e do soerguimento do Matadouro. Fiscalizou, premiou, puniu. Administrou. Em cinco meses, deixou

sementes de moralidade administrativa, de legislação social, de planos urbanísticos.

* * *

O homem do «nunca parar», símbolo errante de velocidade, manifestava uma calma estranha, antes de aceitar encargos.

Reconhecido senador pelo Distrito Federal, a 25 de maio de 1900, na vaga de Wandenkolk, só a 26 de junho compareceu ao Senado.

Estréia a 9 de julho, combatendo a tentativa de concessão, sem concorrência, do aproveitamento do lixo.

O malho bate rijo na bigorna. Ia o Senado «tirar dos seus arquivos os vetos que aí estão amontoados desde passadas administrações». Frisa que «do Distrito Federal parte o grito de tôdas as reformas, como para aqui convergem todos os olhares, quando se trata de apontar defeitos na administração do país». Rejeita o privilégio, «no interêsse da moralidade da administração do Distrito Federal, quer no ponto de vista da saúde pública, quer no ponto de vista econômico».

E o malho volta de rijo à bigorna:

«Vim à tribuna, Sr. Presidente... simplesmente como um colecionador de documentos para que o cronista que escrever a história da República encontre facilidade em compulsar os elementos relativos no Distrito Federal, podendo distribuir ao Senado a grande parte de responsabilidades, que lhe cabe nos erros administrativos do mesmo Distrito» (discurso a 30 de outubro de 1900).

Vítima ou beneficiário de áspera e inexorável extroversão, trabalhou o Senador Barata Ribeiro como poucos parlamentares. Trezentas vêzes subiu à tribuna, a 9-7-900, 20-7-900, 23-7-900, 11-8-900, 5-9-900, 6-9-900, 12-9-900, 13-9-900, 15-9-900, 20-9-900, 3-10-900, 4-10-900, 10-10-900, 30-10-900, 31-10-900, 5-11-90, 10-11-900, 12-11-900, 17-11-900, 30-11-900, 4-12-900, 5-12-900, 10-12-900, 11-12-900, 14-12-900 (duas vêzes), 17-12-900, 18-12-900, 20-12-900, 22-12-900, 24-12-900, 18-5-901, 29-5-901, 31-5-901, 1-6-901, 3-6-901, 5-6-901, 7-6-901, 10-6-901, 14-6-901 (duas vêzes), 18-6-901, 19-6-901, 21-6-901, 22-6-901, 25-6-901, 26-6-901, 2-7-901, 19-7-901, 1-8-901,

2-8-901, 10-8-901, 12-8-901, 14-8-901, 16-8-901, 16-8-901, 29-8-901, 30-8-901, 14-9-901, 18-10-901 (três vêzes), 19-10-901, 21-10-901, 29-10-901, 31-10-901, 4-11-901, 14-11-901, 20-11-901, 23-11-901, 28-11-901, 5-12-901, 6-12-901, 9-12-901, 13-12-901. 16-12-901, 19-12-901, 21-12-901, 24-12-901, 25-12-901 (três vêzes) 26-12-901, 27-12-901, 22-3-902, 24-4-902, 29-4-902, 5-5-902, 7-7-902, 8-7-902, 11-7-902, 12-7-902, 18-7-902, 19-7-902, 6-8-902, 24-9-902, 26-9-902, 27-9-902, 30-9-902, 1-10-902, 2-10-902, 3-10-902, 4-10-902, 9-10-902, 22-10-902, 23-10-902 (três vêzes), 1-11-902, 6-11-902, 13-11-902, 18-11-902, 5-12-902, 8-12-902, 13-12-902, 22-12-902, 24-12-902, 30-6-903, 1-7-903, 27-7-903, 31-7-903, 7-8-903, 8-8-903, 12-8-903, 13-8-903, 15-8-903 (duas vêzes), 21-8-903, 22-8-903, 5-9-903, 8-9-903, 7-10-903, 10-10-903, 13-10-903, 16-10-903, 4-6-904, 6-6-904, 8-7-904, 11-7-904, 12-7-904, 13-7-904, 15-7-904 (duas vêzes), 20-7-904, 18-8-904, 10-9-904, 16-9-904, 24-9-904, 27-9-904, 3-10-904, 18-10-904, 20-10-904. 22-10-904. 25-10-904. 26-10-904. 3-11-904. 8-11-904. 16-11-904 (duas vêzes), 18-11-904, 19-11-904, 7-12-904, 16-12-904, 17-12-904, 19-12-904, 20-12-904, 23-12-904, 25-12-904, 12-5-905, 17-5-905, 18-5-905, 6-6-905, 12-7-905, 1-9-905, 2-9-905, 5-9-905, 14-9-905, 20-9-905, 2-10-905, 3-10-905, 4-10-905. 16-11-905, 23-12-905, 25-12-905 (duas vêzes) 27-12-905, 10-5-906 (duas vêzes), 12-5-906, 14-5-906, 19-5-906, 5-7-906, 31-7-906 (duas vêzes), 8-8-906, 14-8-906 (três vêzes), 23-8-906, 24-8-906, 29-8-906 (duas vêzes), 21-9-906, 22-9-906, 28-9-906, 29-9-906, 15-10-906, 16-10-906, 18-10-906, 19-10-906, 22-10-906, 7-11-906, (duas vêzes), 10-11-906, 24-11-906, 28-11-906, 29-11-906, 6-12-906 (três vêzes), 7-12-906, 10-12-906 (duas vêzes), 11-12-906, 12-12-906, 14-12-906, 19-12-906, 20-12-906, 21-12-906, 22-12-906, 28-12-906, 31-5-907, 1-6-907, 3-6-907, 6-6-907, 8-6-907, 18-7-907, 24-7-907, 27-7-907, 31-7-907, 1-8-907, 2-8-907, 3-8-907 (duas vêzes), 8-8-907 (duas vêzes), 9-8-907 (duas vêzes). 10-8-907, 30-8-907, 3-9-907, 13-9-907, 14-9-907, 16-9-907, 21-10-907, 11-11-907 (duas vêzes), 22-11-907, 28-11-907, 29-11-907; 3-7-908, 10-7-908, 11-7-908, 16-7-908 (duas vêzes). 18-7-908 (duas vêzes (20-7-908, 31-7-908, 4-8-908, 5-8-908, 6-8-908, 1-9-908, 9-10-908, 13-10-908, 23-10-908, 31-10-908.

Moisés na tribuna do Sinai, advertia com insistência patriarcal.

Não palmilhou a Terra da Promissão. Extenuado por «nunca parar», tombou certa vez, em longo desmaio, no pórtico do Senado da República. A peregrinação parlamentar aniquilara-o. Desistiu de concorrer à própria vaga. Poucos meses de vida lhe restavam.

Era o fim - e estava só.

Só?

Não.

Houve quem o compreendesse.

«Particular valor tem para mim (escrevia Barata em carta de 10 de janeiro de 1909 a Artur da Mota Macedo) particular valor tem para mim a sinceridade de suas expansões, que me cativaram tanto quanto me provaram a cordialidade dos seus sentimentos». Explica-se o agradecimento. Naquelas circunstâncias, ex-prefeito, ex-ministro, ex-senador, quase moribundo, apenas duas pessoas lhe haviam endereçado palavras amigas: Artur da Mota Macedo e o Juiz de Direito de Ubá, Dr. Câncio Prazeres, a quem Barata não conhecia.

Também um gigante magnânimo veio abraçar o gladiador ferido. Chamava-se Ruy Barbosa.

Haviam terçado armas, Ruy e Barata, na arena do Senado, em violento duelo. A 3 de abril de 1909, assina Ruy generosa rendição pessoal, com estas linhas admiráveis, espêlho e reflexo de dois altos espíritos:

«104 S. Clemente

Rio de Janeiro.

Ao santo coração do meu caro amigo Dr. Barata Ribeiro entrego e recomendo esta criancinha, pedindolhe me perdoe aumentar com êste o pêso dos seus sacrificios. É a sua inesgotável caridade que me anima a pedir-lhe esta esmola para uma pobrezinha. 3 de abril 1909. — Ruy Barbosa».

Outro exemplo de consoladora elegância moral para com Barata Ribeiro, forneceu ao recitar-lhe o necrológio na Academia Nacional de Medicina (sessão de 30 de junho de 1910) o ilustre Sr. Aloísio de Castro, que alguém já definiu como «um homem forrado de seda por dentro... e por fora».

Teria razões para melindre o Sr. Aloísio de Castro: Barata, no Senado, aludira com sarcasmo a providências perfilhadas por Francisco de Castro. Fato recente. Repercussão desagradável.

O Sr. Aloisio de Castro velou nobremente a cicatriz moral:

«O renhimento das controvérsias o atraia; entrava corajosamente no perigo, contrabatendo-se com quaisquer adversários».

Nem uma pincelada a mais, nem a menos, no retrato imaginário de Barata:

«Imaginai um raro conjunto de dores pessoais, cada qual o mais poderoso, uma inteligência forte, uma vontade de ferro, uma atividade incansável; acrescentai a isso um prodígio de energias, a fôrça de um poder interior, de certa coisa que os psicologistas ainda não lograram definir e tereis o segrêdo que fazia do nosso colega uma das mais curiosas figuras dêste meio».

E foi perfeito o Sr. Aloísio de Castro — como aliás costuma ser — ao acentuar a tônica psicológica de Barata Ribeiro:

«Tinha pela medicina, e especialmente pela cirurgia infantil, irresistível pendor. Aquêle homem, embora a muitos não o parecesse, sabia cumprir à risca os preceitos evangélicos do amor das crianças e do amor dos pobres. Havia de ser assim. Para tratar a criança, tênue vergôntea em que é duplamente triste o sofrimento, de pouco nos servirá o saber, se com êle não houver um condão de bondade, um pouco daquela piedade viva de que só as mães, com os seus instintos sublimes, são capazes».

Morreria só?

Podemos conjeturar-lhe o supremo instante de núpcias com a imortalidade.

11 de fevereiro de 1910.

Barata Ribeiro agoniza. Morre a noite com êle.

Silêncio na enfermaria da Santa Casa, onde ressoara sua palavra de professor.

Inverte-se dramàticamente a gangorra do destino: tomba o médico no leito de enfêrmo, sedento do alívio que outrora prodigalizava.

Pelas janelas abertas, irrompem longínquos rumores arrastados. Na rotina humilde e benfazeja, garís indiferentes contemplam as esquadrias vetustas, sem suspeitar que naquele instante se descerram para um paladino dos humildes as janelas da eternidade.

Artério-esclerosis generalizada. Guerra ininterrupta com o meio ambiente. Habituado a viver sempre às vésperas da morte,

prescrevera Barata sua dieta para o dia seguinte. Não haveria dia seguinte...

Barata Ribeiro, o «salva-vidas», iludira-se quanto ao rítmo do próprio coração. Vivera traído por êle; por êle morreria traído. Cumpria-se um vaticínio:

«É preciso comprar ao menos a minha sepultura, já que não poderei aspirar a adquirir uma palhoça, onde a familia se abrigue depois da minha morte, que talvez não esteja longe».

Está perto. Cada vez mais perto. Seu hálito gelado percorre a carcassa do cálido lutador.

Barata Ribeiro agoniza.

Na soturna enfermaria súbito resplandece o «fiat» de uma aparição. É um negrinho esquálido. Tempos antes, num leito da Santa Casa, soluçava de dores. Barata, recenvindo, pé ante pé, explodira em indignação. Interrompera explicações constrangidas do enfermeiro: o organismo do pequenino condenado já não assimilava remédios. Não! apostrofara Barata. Não e não! Onde cessa a medicina, começa a caridade. E o professor da Faculdade, senador da República, acercara-se do leito, onde gemia, esvanecente, o mísero negrinho. Pegara-o ao colo. E desajeitadamente maternal, num sublime ridículo de ternura, barbas rorejadas de santo orvalho — ante a comoção da testemunha a quem pouco faltou para cair genufletido — passeara, passeara, como um pêndulo vivo de fraternidade cristã, embalando, embalando o orfãozinho da Vida, até quando a Morte o arrebatou da cruz daqueles braços generosos.

Agora — agoniza Barata Ribeiro. O negrinho regressa. Já não soluça. Irradia. Já dispensa regaços. Esvoaça. Pousa um beijo na testa do velhinho:

Vem, meu irmão!

O Cristo do crucifixo, à cabeceira, sorri em luz — e da luz emerge, lá fora, a madrugada.

ANEXOS

PRINCIPAIS FONTES DE CONSULTA

Album (O), Ano I, Nº 17, abril 1893 (biografia, com erros): Anais da Academia de Medicina do Rio de Janeiro (principalmente de 1898 a 1911); — Anais do Senado Federal (principal-

mente de 1900 a 1909): — Arquivo da Catedral de Sorocaba, Livro de Casamento nº 13, fls. 7 verso da Paróquia da Catedral de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba; — Arquivo do Distrito Federal. Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro, 1895, vol. 2, pág. 49 (comentário biográfico); Arquivo de Medicina Legal e Identificação 1940, pág. 307; -Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, abril de 1942, vol. 3, nº 1, pág. 31; — Código de Posturas, Leis. Decretos, Editais e Resoluções da Intendência Municipal, 1894. págs. 338 a 374 (Barata. Presidente do Conselho). 375 a 387 (Barata, Prefeito); - Correio Paulistano, 11 de fevereiro de 1910 (Necrológio, erros); Delgado de Carvalho, História da Cidade do Rio de Janeiro, págs. 116, 160; — Deolindo Amorim, O Início da República na Bahia, Jornal do Brasil 15-9-46; - Diário de Campinas, nº 1.039, Ano IV, 7-4-1879; — Idem, 26-7-1881; — Idem. 6-4-1882; — Idem 3-4-1888; — Idem. 1-8-1889; — Idem. 7-10-1889: - Dunshee de Abranches, Govêrno e Congresso da República, Tomo II, págs. 15, 105, 189; — Ernesto Sena, Notas de um Reporter, págs. 229; 235; — Escragnolle Dória, Memória Histórica do Colégio Pedro II. pág. 170; — Felix Ferreira, A Santa Casa de Misericórdia Fluminense, pág. 410; — Fernando Magalhães. O Centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janenro, págs. 85, 87, 104, 105, 110, 114, 118, 121, 136, 138, 139, 147, 150, 151, 152, 156, 366, 367; — Ferreira da Rosa, O Rio de Janeiro em 1922, págs. 27, 28; - Idem, Memorial de Rio de Janeiro. In Revista do Arquivo do Distrito Federal, 1951, páginas 191, 192, 193; — Gastão Pereira da Silva, Xavier da Silveira e A República de 1889, págs. 109, 123, 164; — Gazeta de Campinas nº 904, 3-11-1876; — Idem, 8-4-1879; Idem, 17-7-1879; — Gazeta de Notícias, 27-1-1893; — Gazeta de Piracicaba, 16-6-1886; — A Imprensa, 12-10-1910; — Lafaiete Silva, História do Teatro Brasileiro, pág. 165; — Laurênio Lago, Supremo Tribunal etc., páginas 162 a 164 (biografia correta); — Livro de Atas das Sessões de Vereança da Câmara Municipal de Piracicaba, 25 de agôsto de 1869: Melo Barreto Filho e Hermeto Lima, A História da Policia, 3º vol., págs. 118, 129; Necrológios no Senado, na Câmara, no Conselho Municipal e na imprensa, principalmente do Rio, São Paulo, Bahia e Portugal, a 11-2-1910; — Noronha Santos. Esbôço Histórico Acêrca da Organização Municipal, págs. 26, 27, 33; — Idem, Meios de Transporte, etc., págs. 134, 135, 263, 251; — Idem, Memórias para Servir à História do Reino do Brasil, vol. I, págs. 102, 114, 143, 167, 180; — O País, 28-1-1893; — Idem, 29-1-1893; — Idem, 9-4-1892; — Idem, 13-4-1892; — Idem, 17-4-1892; - Idem, 4-5-1892; - Vieira Fazenda, Antiqualhas, Tomo 88, vol. 142, págs. 143, 145.

ALGUMAS ACHEGAS À BIBLIOGRAFIA DE BARATA RIBEIRO

-- «Anestesia pela injeção de cocaína no espaço sub-aracnoidiano lombar». 1900: - «Causas e tratamento da retenção de urinas», tese inaugural, 1867; — «Circular» (sôbre recursos para a propaganda republicana, de 20-1-1889; arquivo do Instituto Histórico); — «Contra a Obrigatoriedade da Vacina», etc., puplicação feita por Otávio Barbosa Carneiro: - «O Crime de Campinas. Controvérsia sôbre os limites de defesa» etc., 1897: — «Discursos proferidos por ocasião do grau dos doutorandos de 1887», etc., 1888; — Discursos no Senado (ver Anais do Senado, de 9-7-1900 a 31-10-1908); — «Endireitamento forcado dos cifóticos». 1897: — «Ensino Superior. Representação ao Senado Federal» etc., 1898; - «O envenenamento e o artigo do Sr. Sarmento», in Gazeta de Campinas, 10-3-1877; — «Espondilite traumática», 1901; «Intendência Municipal». Exposição dos Motivos que determinaram a suspensão do ato do Conselho Municipal», etc., 1892; — «Medidas sanitárias», etc., 1877; -- «O Prefeito. Cartas ao Distrito Federal», etc., 1893; — «Prefeitura Municipal. Mensagens», etc., 1893; — «Questões Médico-legais sôbre o Assassinato de Vitorino Meneses», etc., 1888; - «Relatório médico sôbre o Hospital Público da Cidade de São Paulo... 1873 a 1874», 1875; — «Relatórios sôbre a questão médico legal Castro Malta», etc., 1885; — «República dos Estados Unidos do Brasil. Parecer do Dr. ... Presidente do Conselho de Intendência... Sôbre o Recurso de Algumas Professôras», etc., 1892: — «República dos Estados Unidos do Brasil. Intendência Municipal. Carta Aberta ao Cidadão Quintino Bocaiuva», etc., 1892; Resecção do apêndice ileossecal», 1901; — «O Segrêdo do Lar». drama; — «O Soldado Brasileiro», drama: — «Talha hipogástrica», 1902; - «Terapêutica Intra-Raquidiana», etc., 1901.

DOIS CENTENÁRIOS: J. SATURNINO E G. PONCE (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Dois centenários comemora Mato Grosso em 1952. Ambos, de governantes, que também se incluiram na lista dos seus senadores. Um, porém, de final de trajetória. Outro, de comêço de vida.

Meses depois de José Saturnino da Costa Pereira emudecer,

nascia, em Cuiabá, Generoso Pais Leme de Sousa Ponce.

O primeiro, filho de Félix José da Costa Furtado de Mendonça e D. Ana Josefa Pereira da Costa Mendonça, abrira os olhos no Rio Grande do Sul, a 22 de novembro de 1773. Eta irmao de Hipólito da Costa, cujo Correio Brasiliense, editado em Londres, contribuiu sobremaneira para a propaganda de idéias emancipadoras e discussão de problemas econômicos, no ocaso do período colonial.

De maneira diversa atuou José Saturnino, desde que se ba-

charelou em matemática, pela Universidade de Coimbra.

De regresso ao Brasil, não tardou em ser aproveitado na Real Academia Militar, para cujos alunos elaborou vários compêndios,

arrolados por Sacramento Blake.

Entre a publicação da obra de estréia: «Diálogo sôbre a geografia» — e a última «Elementos de astronomia e geodesia» (1845), decorreram três décadas, durante as quais, além de professor, exerceu missões relevantes no cenário político administrativo do Império.

Primeiramente, coube-lhe iniciar em Mato Grosso, a 10 de agôsto de 1825, o govêrno regular, em substituição às chefias provisórias, que se vinham sucedendo umas às outras, com sérias perturbações na província, desde a deposição do derradeiro Capitão

General Magessi, a 20 de agôsto de 1821.

^(*) Conferência realizada no Instituto em 23 de julho de 1952.

Os ânimos achavam-se exaltados, em conseqüência da pressão externa, decorrente da ameaça de invasão dos chiquitanos e do dissídio interno entre as duas cidades que disputavam a supremacia política: Vila Bela e Cuiabá.

Nesta, afinal, tomou posse o presidente, que, dias após. a 14 de setembro de 1825, já assinalava as suas impressões. Lembrando-se das ocupações universitárias, pediu ao Govêrno imperial um «jôgo do sistema natural de Lineu», que lhe servisse de guia na classificação dos produtos naturais destinados ao Museu.

Acolhendo a Comissão Langsdorff, entusiasmou-se do botânico Riedel incumbido de estudar o processo de cultura do guazaná, de grande consumo na província.

E cuidava de pôr em prática salutares medidas administrativas, quando sucumbiu Caetano Pinto de Miranda Montenegro, senador por Mato Grosso, de que fôra capitão general e governador. Julgou-se com direito à sucessão, para a qual empenhou todo o seu prestígio oficial.

Na lista tríplice dos eleitos, a 10 de agôsto, figurou em primeiro lugar, antes de João José Guimarães e Inácio Silveira da Mota, Escolhido pelo imperador, deixou o Govêrno da Província a 10 de abril de 1828.

Como senador, continuou amigo de Mato Grosso e dos matogrossenses, a cujas solicitações se esforçava por atender.

Sòmente se afastou da representação, quando, a convite de Feijó, se incumbiu da pasta militar, no último gabinete de sua Regência, organizado a 1 de novembro de 1836, a que sucedeu, a 18 de setembro seguinte, o de Araujo Lima, para iniciar novo período governativo.

Liberto de funções executivas, teve José Saturnino ensejo de elaborar dois trabalhos, que lhe evidenciam pendores para as pesquisas histórico-geográficas: «Dicionário Topográfico do Império do Brasil» e «Apontamentos para a formação de um roteiro da costa do Brasil», nos quais compendiou esclarecimentos alheios, além das observações pessoais que lhes aumentaram a valia.

Aliás, quanto subesse, aprazia-se em transmitir a quem manifestasse curiosidade no assunto.

Era, em qualquer emergência, o mesmo professor, que deixara a cátedra, sem perder o hábito de ensinar aos que lhe recorressem ao claro saber, baseado no estudo das matemáticas.

Presidente da Provincia, senador do Império, até falecer, a 7 de janeiro de 1852, ministro da Guerra não se esqueceria jamais de que foi o magistério que lhe propiciou ocasião de evidenciar

a sua competência multiforme, aplicada com êxito aos assuntos que lhe empolgassem a agil inteligência.

Diferentemente, Generoso Ponce, cujo centenário de nascimento ecoou, em ressonâncias panegíricas, pelas duas casas do Congresso Nacional, cujos anais lhe registraram mais de uma campanha cívica, não frequentou nenhuma Universidade.

Mais do que os impressos das bibliotecas, e as apostilas de aulas, folheou, porém, o edificante livro da vida, que lhe confidenciou os segredos do êxito, obtido pela sagacidade e perseverança nos empreendimentos que ideasse, embora, a espaços, também o molestassem as agruras da adversidade.

A inteligência arguta supria-lhe a carência da cultura, que não logrou aprimorar, como por ventura desejasse de início.

E maravilha como pudesse tanto se elevar na admiração dos contemporâneos quem não ultimara siquer as possibilidades de ensino de Seminário Episcopal, em que se completaram outras semelhantes formações peculiarmente cuiabanas.

Mas quem era e que fêz Generoso Pais Leme de Sousa Ponce no amplo cenário matogrossense?

GENEROSO PONCE

Em posição marcial, fardado de coronel, a espada a pender-lhe da cinta, cavalgando fogoso corcel, refreado pelas rédeas, cue empunha com uma das mãos, enquanto a outra, a direita, lhe engue o bicórneo, emplumado, para saudar, com o braço estendido, a multidão, que se lhe imagina ao redor, assim o figurou a capa do livro grandemente documentado, que Generoso Ponce Filho consagrou, com viva inteligência e abundância de amor filial, ao seu preclaro pai. Dir-se-ia reprodução de impressionante estátua eqüestre, erguida na Praça da Matriz, que centraliza o núcleo urbano de Cuiabá, onde nasceu, faz um século, a 10 de julho de 1852, o famoso paredro matogrossense, que entrou atropeladamente para a História político-militar de Mato Grosso, e portanto do Brasil, como impávido lidador, que mais de uma vez deu provas copiosas da sua vocação guerreira.

Madrugou ao toque de clarim, a que se afez, nas alvoradas sonorosas, desde a infância, vivida, por inesquecível quadra, em praça de guerra, no lendário forte de Príncipe da Beira, à margem do Guaporé, que seu pai, José Ponce Martins comandou. Em meio do terceiro lustro de existência, frequentava o Seminário Episcopal, fundado pelo Bispo D. José, para a formação de futuros sacerdotes e ensino de humanidades aos moços destinados

às profissões liberais, como Joaquim Murtinho e seus dois irmãos, quando, ao raiar janeiro de 1865, maus prenúncios golpeiam a pacatez da vida cuiabana.

Na data consagrada aos festivos augúrios de Ano Bom, temporal violento danificou-lhe as ruas, sem poupar o quartel, de cuja fachada tombou o escudo imperial, atirado ao chão pelas ventania irreverente.

As pessoas supersticiosas lobrigaram na queda do símbolo da governança indícios próximos de desgraça.

Ao mesmo tempo, começou o rio a inflar até o transbordamento, que inundou a parte mais baixa da cidade, onde ruiram 150 casas de adobes, por estimativa acaso exagerada.

Entardecia o dia de Reis, quando o Tenente Coronel Pôrto Carreiro terminou a sua retirada do Forte de Coimbra, a bordo do vapor Corumbá, que fulminou a Capital com dramáticas narrativas da invasão lopesina. Sem poder avaliar a extensão do desestre militar, que entregaria ao inimigo o Baixo Paraguai e regiões vizinhas, reune-se a Câmara Municipal e, aflita, pede providências ao Govêrno, como as reclama a defesa da Província.

A autoridade do General Albino de Carvalho sofre censuras restritivas, que até chegam a tramar a sua deposição, caso Leverger, almirante reformado, aceitasse, como vice-presidente. substituí-lo em tão grave emergência.

Ainda estarrecidos, estudavam os governantes meios de conter a impaciência popular, quando no estirão do pôrto apontou, a 7, o Paranhos, com a oficialidade fugitiva, que espalha a notícia da desistência da luta em Corumbá, entregue aos invasores, sem um tiro. Pela meia noite, o sinal de alarme despertou a população que adormecera sobressaltada. Soaram clarins, cujas notas vibrantes se alternavam com as dos sinos das igrejas, «com tal confusão, registrou testemunha fidedigna, que umas tocavam agonia, outras dobravam e algumas tocavam o rebate» (*).

Ao primeiro momento, prêsa de pavor, a população afastou-se do quartel, a que só compareceram «100 cidadãos que com a fôrça da Guarda Nacional fazia no todo 400 homens». «Neste estado aterrador, afirmaria José Vicente Correia, que se incluiu entre os primeiros patriotas, enchi-me de satisfação, por ver que um só Correia não fugiu, o que mesmo deu nos olhos de muitos».

^(*) Carta de José Vicente Correia, a 17 de janeiro de 1865, a Francisco Correia da Costa. referida por José de Mesquita. «No tempo da Guerra». A Cruz — de 14 de fevereiro de 1932.

De fato, Cesário Correa da Costa, genro de Leverger, seu irmão Augusto e outros parentes apressaram-se em tomar armas contra o inimigo.

Tão decididos exemplos fizeram-se imitados com a progressiva apresentação de lutadores, cujo número já montava a três mil, decorridos apenas dez dias.

O povo cuiabano compreendeu que lhe cumpria mobilizar os próprios recursos, sem esperar impossíveis socorros de fora. E improvisaram-se batalhões de combatentes, em cujo ânimo Leverger, infundiria a confiança dos bravos, incumbidos de impedir que o invasor atingisse Melgaço. «On ne passe pas» — poderia ser a divisa herádica do bretão cuiabanizado, que estabeleceu ali, o «escudo protetor da Cuiabá», na expressão do Visconde de Taunay, para atalhar a marcha até essa hora triunfante do inimigo. Ciente do que se passava na cidade natal, o seminarista decidiu alistar-se entre os seus defensores. E às ocultas, sem a licença paterna, que não seria conferida antecipadamente, apresentou-se às autoridades.

Enverga o uniforme de «Voluntário da Pátria», com o qual participa da «Retomada de Corumbá», que lhe valeu a primeira condecoração, concretizada na medalha «Constância e Valor», com que o govêrno imperial premiou os intrépidos componentes das fôrças organizadas em Cuiabá.

Decorrido o quinquênio trágico, a licença do serviço militar libertou-o, em setembro de 1870, do quartel, a que não tornou para frequentar a Escola Militar, como pretendeu passageiramente.

Desistindo também da lavoura, que lhe não satisfazia as aspirações, preferiu aceitar o convite do Deserbargador Firmo de Matos para lhe servir de auxiliar em casa comercial nascente. Fundou-a o magistrado, antes de herdar a chefia do partido liberal, em que sucedeu ao Barão de Aguapeí, por volta de 79.

Ligado, mercê de amizade crescente, ao futuro Barão de Casalvasco, tanto por interêsses comerciais como partidários, Ponce a boa sombra se acolheu.

Deputado provincial, em mais de uma legislatura, evidenciou saber usar da palavra oportunamente e com habilidade progressiva.

E tanto cresceu no conceito dos correligionários, que de Loa mente aceitaram a sua investidura na liderança, vaga pelo afastamento espontâneo de seu venerando amigo.

As vésperas da proclamação da República, a direção do partido liberal, que assumiu, envolveu-se em dois episódios indicativos do prestígio adquirido. Para a organização da chapa de candi-

datos ao Senado, em sucessão ao Almirante De Lamare, e à Câmara, carteou-se com o Visconde de Ouro Preto, que desistiu de exigir a inclusão de Couto de Magalhães na primeira, mas insistiu em proteger o resoluto defensor, na imprensa, do gabinete de que era presidente.

Deixando de atender ao General Antônio Maria Coelho, que também pretendia a eleição, preferiu apontar o nome de Joaquim Murtinho ao eleitorado, que de bom grado lhe endossou a indicação. No tocante, porém, à candidatura de Carlos de Laet, escritor, sem dúvida merecedor das maiores homenagens, mas estranho a Mato Grosso, os paladinos da autonomia do partido provincial pleitearam a sua substituição por um matogrossense, a princípio Capitão Caetano de Albuquerque, à última hora substituído, após sua desistência, pelo Dr. José Maria Metelo.

Daí se causou a dissidência no partido, a qual não teve, aliás, fôrça bastante para levar o seu candidato à Câmara.

Fazia-se mister, após o pleito, realçar a vitória da chapa oficial, em reunião festiva.

A êsse tempo, Cuiabá comunicava-se com a Côrte por meio da via fluvial, em que os navios demoravam comumente cêrca de trinta dias na viagem.

Não se estabelecera ainda a linha telegráfica, de sorte que as notícias, de mês em mês, chegavam com atraso.

Assim se explica a manifestação anacrônica da Assembléia Provincial, sob a presidência de Generoso Ponce, ao consignar em ata entusiástica moção congratulatória, por ocasião do aniversário de D. Pedro II, já no exílio. E a reunião do escol social, a 8 de dezembro, em que oradores vibrantes glorificaram a situação liberal e os seus chefes, Ouro Preto à frente do ministério, com que sossobrara a Monarquia, 23 dias antes, e Generoso Ponce em Mato Grosso.

Aparentemente, estavam no apogeu, embora a adversa realidade já tivesse destituído o visconde do poder, substituído pelo exílio, e se aproximasse da capital matogrossense a notícia da transformação operada a 15 de novembro. Horas depois da despedida do último convidado, pela madrugada de 9, célere mensageiro, que de usina próxima precedera o vaporzinho prestes a chegar, alvoroçou os participantes do memorável sarau, muitos dos quais nem tinham ainda conciliado o sono.

Ruira o império e, com êle, o situacionismo liberal. Para governador da Província, o Marechal Deodoro escolhera o seu companheiro de farda, heróico veterano da guerra, que não lograra a homologação, pelo partido, de sua candidatura ao Senado. Perante o fato consumado, sem perda de tempo, manobrou Ponce, para aclamar, com os votos da Assembléia, que legalmente não mais existia, o substituto do ex-Presidente Cunha Matos, em cujas ouças ainda ressoariam os louvores, que lhe enalteciam a benemerência, horas antes.

Pela tarde de 9, espalhou-se, em boletim, a mensagem de Antônio Maria Coelho, que dizia:

«Aclamado hoje pelo povo desta Capital e pela Assembléia, em nome do mesmo povo, Governador do Estado de Mato Grosso, que assim confirmou a nomeação do Govêrno Provisório dos Estados Unidos do Brasil, assumi as rédeas do Govêrno».

O povo, referido pelo governante, eram os adversários do situacionismo, que trataram de açular-lhe os ressentimentos contra a chefia liberal, responsável pela preterição do seu nome. em cotejo com o Dr. Joaquim Murtinho.

A Assembléia era a mesma presidida por Generoso Ponce, cujos poderes cessaram a 15 de novembro, como ocorreu em todo o país. Mas, ainda legalizou, com a sua aprovação, a revolução, que lhe havia aniquilado os fundamentos constitucionais. Embora aparasse neste lance, o primeiro golpe, não lograria desarmar o brioso militar, cujas vaidades partidárias os oposicionistas doutrora sabiam hàbilmente acariciar.

Não cabe, nesta oportunidade, siquer em resumo, o histórico de primeiro govêrno republicano em Mato Grosso, em que o glorioso cabo de guerra se viu envolvido pelas manobras políticas de amigos de ocasião e ex-correligionários.

À sombra do seu prestígio, fundou-se o Partido Nacional, constituído, em maioria, dos antigos conservadores, do qual se tornou chefe ostensivo. Do outro lado, Ponce congregou os amigos da agremiação extinta, que ressuscitou com o rótulo de Partido Republicano.

Eram os mesmos da monarquia, que reapareciam com os seus guias costumeiros, alterada ligeiramente a composição dos quadros, mediante admissão de algum egresso de outras fileiras.

Perspicaz e ativo, rodeou-se Ponce de eficiente estado maior, cujas opiniões o «Mato Grosso, divulgava em suas colunas».

Amparados pelo governador, os situacionistas plenejaram operações garantidoras de sua vitória, ainda que se fizesse mister o recurso às violências. Tamanhas ocorreram que o Partido Republicano deixou de comparecer às eleições de 15 de setembro de 1890, «por ser impossível a luta em tais condições e à oposição só

resta o recurso da abstenção, protestando, como protesta, por esta forma, contra o esbulho que sofre no seu direito de voto», conforme declarou, em manifesto distribuído às vésperas do pleito.

Antes que se processasse a outra eleição, foram presos o Vice-Governador, Manuel Murtinho, José Magno da Silva Pereira, também do diretório republicano, e outros conspícuos amigos de Ponce.

A deportação do juiz de Direito para o Rio de Janeiro, com a increpação de sedicioso, por ter noticiado, em boletim de 11 de dezembro, a demissão do governador, serviu de argumento ao pedido que ao Govêrno Provisório apresentou a oposição. Joaquim Murtinho, irmão do magistrado perseguido, era médico do Marechal Deodoro, e atuaria como decisivo trunfo no apoiar as acusações formuladas por Generoso Ponce.

A substituição de Antônio Maria foi decretada e ao Coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro coube a tarefa de substituí-lo.

Ciente das violências que antecederam o pleito questionado, não titubeou em declarar, mediante decreto de 25 de fevereiro de 1891, «de nenhum efeito as eleições procedidas em 3 de janeiro do corrente ano para nomeação dos deputados à Assembléia Constituinte dêste Estado».

Ao ato de fôrça dos nacionais, responderam, neste lance, os republicanos com a anulação do pleito, a que não puderam concorrer em igualdade de condições, com as garantias legais.

Por sua vez, os vitoriosos dêsse dia, amparados pelo governador, não quiseram comparecer às urnas a 28 de maio, em que deveriam renovar o mandado dos seus partidários. E assim, embora afastados de postos de comando, persistiram em manter fictícia dualidade de Constituintes, e constituições, que iria gerar maiores antagonismos.

Não lhes aproveitou o recurso apresentado ao Govêrno Provisório. em cujo nome Campos Sales, ministro da Justiça, homologou o ato de Solon, anulatório da eleição de 3 de janeiro.

Se legalmente destarte se encerrou a campanha política, na qual Ponce alcançou vitória completa, ao ser reconhecida a Constituinte composta de seus partidários, que elegeram a Manuel Murtinho para primeiro presidente republicano de Mato Grosso, de modo diverso pensavam os adversários, esperançosos de alguma possível reviravolta política, semelhante à do último baile do partido liberal.

E essa deparou-se-lhe como reflexo dos sucessos que apressaram a renúncia do Marechal Deodoro. Pelos Estados, ondeou a maré de deposições de governantes, que tinham endossado o ato marechalício contra o Congresso Nacional.

Em Mato Grosso, começou a sedição em Corumbá, cujas autoridades, correligionárias de Ponce, foram depostas pelo comandante da guarnição.

Triunfantes, os «nacionais» organizaram expedição militar a Cuiabá, onde lhes garantiu o êxito a adesão do 8º batalhão e da própria polícia.

À míngua de fôrça defensiva, o Presidente Murtinho capitulou.

Ao govêrno, depôsto sem resistência, sucedeu, por alguns dias, o Coronel Luís Benedito Pereira Leite, vice-presidente eleito pela Assembléia resultante da eleição de 3 de janeiro.

Enquanto Murtinho, renunciando à luta, viajava para a Capital Federal, Ponce tomou-lhe a defesa dos direitos. Tinha, até essa data, desenvolvido apenas argúcia política, de que lhe resultou vitória incontestável. Viu-a, porém, ameaçada, ainda uma vez, pela violência, apoiada em contingentes militares, que passaram, de fato, a governar, em nome do empossado. Decidiu enterreirar os adversários, na arena que preferiram.

Convocou os correligionários e a 7 de maio, à frente de 3.000 patriotas, iniciou o cêrco às fôrças que sustentavam o govêrno do Coronel Luís Benedito e seu imediato, Marques Fontes, concentradas em duas posições distanciadas, o Arsenal de Guerra, no Pôrto, e o quartel, ao flanco da Matriz. Á maneira de cunha, separou-lhes os dois núcleos por barreira intransponível de lutadores, e assumiu o govêrno com a autoridade legal de primeiro vice-presidente.

Atuando politicamente, logrou a renúncia de Marques Fontes, que figurava então como presidente dos «nacionais», cuja chefia o Tenente Mamede avocou, à falta de oficial de maior hierarquia entre os sitiados. Reduzia-se, neste lance, a mero levante quarteleiro o movimento já de início inquinado de indisciplina. E à míngua de significação política, entrou em declínio, mercê da abstenção dos nacionais ao pleito à cuja sombra se acolhera.

A contra-revolução triunfou em tôda a linha.

Ao comandante supremo, que a organizou premiou Floriano Peixoto com as honras de Coronel do Exército «por serviços prestados à República».

E tornou-se chefe incontrastável da política matogrossense, com prestígio mais consolidado de que ao tempo do partido liberal, contra o qual se opunha o conservador.

A vitória concretizava-se na Assembléia Legislativa, constituída sòmente de correligionários, mercê da abstenção dos nacionais ao pleito de 23 de maio.

No Executivo, de cujo exercício se encarregariam amigos comprovados. Nas câmaras municipais, no funcionalismo e afinal, no povo, que lhe admirava as qualidades combativas e o trato insinuante.

Por suas mãos, retornou Manuel Murtinho à presidência, que lhe permitiu ajustar o Estado às novas condições resultantes da implantação do regime republicano.

Ausente da luta, na fase mais trágica dos seus episódios sanguinolentos, não guardou rancores, que lhe malignassem os atos.

Ao contrário, diligenciou exercer exemplarmente o mandato com que o distinguira a Assembléia Constituinte e de que o despojaram os revoltosos.

A transição de regime unitário para o federativo exigia completa remodelação administrativa, que empreendeu judiciosamente. Não lhe faltou apoio do Legislativo, em cuja presidência continuou Generoso Ponce, ao desistir da interinidade governativa, à hora das refregas.

Com o mandato de deputado estadual, acumulou o de senador, para que foi eleito em substituição a Pinheiro Guedes.

Empossado a 31 de maio de 1894, podia Generoso Ponce ufanar-se de «ter Mato Grosso nas mãos», como lhe diziam os admiradores exaltados.

A agremiação partidária atravessou, então, a fase mais fecunda da sua existência, durante os dois primeiros quatriênios presidenciais, após a revolução. Para lhe defender o programa, aflorou O Republicano, em cujas páginas colaboravam abalisados jornalistas.

Ainda ausente, no desempenho de seu mandato senatório, preocupava-se Ponce com o órgão do partido na imprensa cuiabana, como índica uma de suas cartas a Pedro Celestino (do Rio, a 9 de setembro de 1897): «Vejo que o O Republicano tem-lhe dado muito trabalho. É para que o meu amigo possa bem avaliar as dificuldades com que sempre lutei. Devo, porém, dar-lhe os parabens, por que a fôlha vai-se mantendo com muita elevação e numa atitude respeitosa e digna de gerais aplausos».

E perguntava ainda: «E o Mendes? O que nos diz do nosso bom amigo, não tem também o auxiliado na redação da fôlha? Acho que se não o tem feito, não procede bem».

Referia-se ao Dr. Ferreira Mendes, a propósito de quem acrescentou: «um amigo nas condições dêle, que está preparado e talhado para representar saliente papel na política do Estado, faz mal em retrair-se». Abria-se desta maneira o fundador da gazeta com quem o substituía em sua direção e redação, na qual se exercitou para maiores campanhas futuras, a que se viu impelido por vigoroso espírito público.

Favorecido pela pacificação geral e habilidade administrativa dos seus governantes. Manuel Murtinho e Antônio Correia da Costa, o Estado viveu dias tranquilos, próprios ao seu desen-

volvimento.

Nem o perturbou a luta parlamentar em que perdeu Glicério o bastão de comando da política nacional.

Certo, a cisão manifestou-se também na bancada matogrossense, quando Azeredo e Vale o apoiaram, opostamente à Luís Adolfo, Melo Rêgo e Caraciolo, solidários com Prudente, de acôrdo com as sugestões de Ponce, que deu o exemplo.

Nenhuma alteração repercutiu, pois, em Mato Grosso, que logrou continuar em calmaria política, não obstante o «Caso dos Bondes», que, por um momento, ameaçou a harmonia dominante

entre a chefia do partido e o govêrno do Estado.

Não vale a pena recordá-lo, senão pelas consegüências. O chefe de polícia, responsável pela segurança dos passageiros, que se utilizavam do bondinho, para a ligação urbana dos dois distritos distanciados de alguns quilômetros, embargou-lhes a utilização, enquanto não fôssem consertados.

Procedente do Pôrto, ao dar com a proibição inesperada na estação, a meio caminho da cidade, passageiro de alto coturno, embora ciente de ser providência geral, tomada pela autoridade, em beneficio da população, ordenou «Siga o bonde. Siga».

E o veículo rodou, pois que o condutor, atarantado, preferiu obedecer ao senador, em vez de acatar as determinações policiais.

Em consequência, o chefe de Polícia, sentindo-se desautorado, firmou o seu pedido de demissão.

E o Presidente, Dr. Corrêa, ao verificar que o chefe do partido situacionista lhe menoscabara a autoridade, não se conformou em aceitar-lhe as satisfações imediatamente apresentadas.

Pessoalmente, desculparia o amigo, mas a dignidade do cargo não lhe consentia análogo proceder.

E preferiu renunciar ao poder, conforme deu ciência em carta do Gabinete da Presidência, de 25 de janeiro de 1898, na qual dizia:

«Amigo e Sr. Senador Ponce.

Refleti muito esta noite sôbre os acontecimentos de ontem. Retiro-me. Julgo superior às minhas fôrças o sacrificio de continuar no govêrno.

Diante da situação que me foi criada por um ato impensado e irrefletido do meu amigo — só me resta como digno o alvitre que tomei.

— Peço entretanto, por amor da nossa terra e do nosso partido, que não abandone o seu pôsto, evitando maior gravidade como consequência desta minha resolução.

Continuo a prestar ao partido todo o meu apoio.

Seu amigo e criado obrigado. — A. Corrêa».

E para mostrar total desprendimento, valeu-se do vapor Santa Deifina, que o levou à sua fazenda em Pôrto Murtinho, enquanto Cuiabá fervilhava de comentários.

Aparentemente, porém, desaparecera a crise, mercê do sacrifício espontâneo do governante, substituído por quem não criaria o mínimo embaraço às recomendações do compadre.

Era o Coronel Antônio Cesário de Figueiredo, primeiro vicepresidente, partidário incondicional do Senador Ponce, cujo prestígio ainda mais avultou em tal emergência.

E a prova logo se evidenciou, por ocasião da escolha da chapa futura, ao fim do quatriênio.

Em maioria, os chefes regionais consultados apontaram-lhe o nome para presidente, com exceção de raros que indicaram o Dr. J. M. Metelo.

A preferência tinha duplo sentido, sem dúvida.

Por um lado, proclamava-lhe o primado político.

De outro, valia por discreto aviso de que não desejavam eleger quem fôsse apenas cumprir-lhe as ordens no govêrno, como condescendente polichinelo. Todavia, de nada serviria a opinião dos seus correligionários, se o Presidente Campos Sales não tivesse confiado a pasta da Fazenda a Joaquim Murtinho, a quem sustentava sem restrições, ainda que lhe fôsse mister invalidar a sua política de governadores.

De acôrdo com a doutrina então formulada e seguida em todos os Estados, exceto Mato Grosso, os governos estaduais poderiam contar com o apoio federal, em troca dos votos de suas bancadas que aprovariam os projetos oficiais.

A ascensão do irmão ao Ministério despertou, todavia, em Manuel Murtinho, velhas aspirações políticas, mal sufocadas pela toga de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Decidiu voltar às atividades partidárias, não para exercer de novo a Presidência do Estado, a que faria jus pelo proceder anterior, gabado pelos conterrâneos, mas para controlar a situação, mediante submissos partidários, colocados em posições de relevância.

Ambos pretendiam o mesmo resultado, não obstante o antagonismo, que os separou em campos opostos.

E quando o chefe do partido, em Cuiabá, indicou o nome do Dr. João Felix para a presidência futura, nuvens tempestuosas começaram a enegrecer os horizontes.

Pessoalmente, nenhum defeito articularam contra o engenheiro cuiabano, que ainda recentemente havia trabalhado com êxito na comissão que beneficiara a navegação do rio Cuiabá.

Mas era irmão do auxiliar político mais unido ao Senador Ponce, e tanto bastou para que lhe increpassem de suspeição a candidatura.

Daqui, do Rio, Manuel Murtinho recomendou ao seu genro, desembargador em Mato Grosso, abrisse dissidência, para a escolha do Dr. J. M. Metelo, seu amigo de confiança, e por isso mal visto pelo situacionismo.

Iam enfrentar-se os dois companheiros de 1892, ora separados. Um, com o prestígio sem contraste em todo o Estado. Outro, afastado definitivamente do cenário de suas lutas antigas mas escorado a todo o transe pelo govêrno federal. No balancear os elementos de cada lado, não teve dúvida Ponce em aceitar o desafio, confiante na vitória eleitoral de 1 de março.

Em verdade, assim aconteceu.

Mas a Assembléia Legislativa, constituída em maioria de seus partidários, não ultimou o processo de reconhecimento do candidato eleito.

Quando se achava em trabalhos preparatórios, apareceu no estirão do Pôrto o Coxipó, que transportava o novo comandante do distrito militar, General Câmara, a quem os revolucionários permitiram a passagem pela usina de Itaici, quartel general da revolução.

E com êle conferenciaram os chefes intelectuais da insurreição, o pretendente vencido nas urnas, Dr. Metelo, e o representante fiel da orientação murtinhista, Dr. Benedito de Sousa.

Soube o general que as fôrças sediciosas, organizadas no Rio Abaixo, iriam impedir o funcionamento da Assembléia Estadual, da qual dependia a proclamação do futuro presidente.

Cumprindo as instruções que recebera, decidiu assistir, de palanque, à luta entre os poderes estaduais, executivo, legislativo e judiciário de um lado, e a «Legião Campos Sales», comandada pelo Coronel Antônio Pais de Barros, do outro.

Dando provas excessivas de ingenuidade, o Senador Ponce, aos primeiros indícios da agitação ribeirinha, consultou o Presidente Campos Sales, que lhe garantiu não consentiria o menor desacato às autoridades legais.

Era, aliás, a bandeira que norteava a sua política, denominada dos governadores.

Confiante em tais declarações, e mais ainda, no prestígio sobranceiro a quaisquer dúvidas e na fama de lutador intrépido. Ponce repousou nos louros conquistados. Subestimou o valor da dissidência e quando pretendeu reagir, já não logrou impedir, no dia 10 de abril, a entrada de 3.000 revolucionários pela rua Quinze de Novembro.

Estabelecido o cêrco à Assembléia, que também envolvia o Palácio da Presidência, a Câmara Municipal, o Tribunal da Relação, o Quartel General do Distrito, a Delegacia Fiscal, além de outras repartições administrativas, não tardou a rendição, após cinco dias de tiroteios perseverantes, testemunhados pelo comandante do Distrito, que transferiu, em tal emergência, o seu Quartel General para o Arsenal de Guerra, fora das trincheiras governistas.

Dêsse mangrulho excelente, acompanhava o espoucar da fuzilaria, mais intensa à noite, sublinhada, a espaços, pelo troar dos canhões revolucionários, assestados em frente ao Palácio, no morro da Prainha.

Era apenas observador, rigoroso no manter a neutralidade que lhe fôra recomendada. A sua intervenção manifestou-se para levar aos sitiados as exigências dos sediciosos, que lograram da Assembléia a anulação das «eleições procedidas em todo o Estado no dia 1 de março do corrente ano, para presidente e vice-presidente do Estado».

Ao conseguir dos seus parceiros a aprovação dêste projeto que fundamentou, como presidente da Assembléia, Ponce lavrou a sentença de morte do situacionismo, apesar de lhe serem !avoráveis tôdas as posições ocupadas no Estado. A dissidência, amparada eficientemente pelo Govêrno Federal, incumbiu-se de subvertê-lo totalmente.

Mas enganou-se Murtinho, ao supor que o comandante da «Legião Campos Sales» seria fácil de manobrar.

Ao revés, o Coronel Antônio Paes de Barros começou a estadear a sua personalidade, a que se curvou Manuel Murtinho, para lhe aceitar a candidatura à Presidência.

Cessou, então, o período transitório de governante, seu amigo incondicional, que não evitou a carnificina da baía de Garcez, de Diamantino e outros episódios sanguinolentos contra os partidários do Coronel Ponce. Deixaram ambos de exercer influência na política de Mato Grosso, até que a nascente Coligação os uniu de novo, em combate contra os desmandos governativos do chefe revolucionário da dissidência, alçado à Presidência do Estado.

De Corumbá, onde se refugiara, sem poder regressar a Cuiabá, à míngua de garantias à sua pessoa, incursa no ódio do situacionismo, cujos crimes denunciara da tribuna do Senado e pelas colunas da Reação, Ponce endereçou a carta de 19 de setembro de 1905, em que registrou os entendimentos de que participara.

«Meu caro amigo Pedrinho.

Era meu desejo e dever escrever-te agora uma longa carta explicando-te o resultado da conferência que ontem tive com os Drs. Manuel Murtinho e Metelo em obediência ao que no Rio ficou mais ou menos entabolado com Azeredo, segundo os desejos de Afonso Pena, mas sinto que não o possa fazer devido a escassez do tempo e aos múltiplos afazeres que me sobrecarregam neste momento. O Corrêa porém que tudo sabe e que mais do que tudo conhece meu modo de pensar e agir diante das aflitivas circunstâncias em que se acha o nosso infeliz Estado, por-te-á ao corrente de tudo quanto se passou, do grande sacrifício que me impus e do não menor, senão ainda maior, que é preciso e eu desejo que faças, contando sempre com a minha lealdade e sinceridade para, como um verdadeiro patriota, religiosamente cumprir tudo quanto aí ficar definitivamente estipulado, pois constituo-o aí meu representante com carta branca para entrar no definitivo acôrdo».

E ainda explicava: «Aliei-me ao Dr. Manuel Murtinho de corpo e alma, sem outra qualquer condição, além de ser êle o presidente no próximo quatriênio, com a responsabilidade moral e efetiva de restabelecer a todos os respeitos os créditos de nosso Estado».

Depois de mencionar a proposta de transação com o governante, em cuja exequibilidade, aliás, não acreditava, repetiu a delegação de poderes:

«Eu, como já disse, dou ao amigo carta branca para resolver

com o Manuel Murtinho o que lhes parecer mais conveniente sôbre a nova direção política que poderá contar com o meu mais decidido apoio».

«Nas suas mãos, pois, estão colocados os destinos da nossa terra que, a meu ver, depende principalmente de uma boa direção na realização desta agremiação de fôrças coligadas e sobretudo da confiança que o nome de meu ilustre amigo a todos inspira e sem cujo concurso, desculpe-me a franqueza, o meu próprio esfôrço se enfraquecerá».

Quais os objetivos em que levava a mira?

«Falo, acrescentou, ao seu coração de homem honesto e bem intencionado, ao patriota reconhecidamente abnegado e tenho fé em Deus, esperando que êle o inspire para que tudo fique resolvido de modo a se poder tornar efetiva a nossa justa e louvável aspiração de livrar a nossa terra de seu atual vilipêndio, entregando os seus destinos a mãos mais hábeis e dignas».

Assim foi que, para atender às instâncias calorosas do amigo distante, deixou Pedro Celestino o remanso profissional a que se acolhera, após a derrocada espetacular do partido republicano. de que se achava, al:ás, afastado antes da Dissidência.

E assumiu, em Cuiabá, a chefia da nascente Coligação, embora correndo os riscos fáceis de prever. Certo, não estaria sózinho.

Companheiros resolutos formavam-se ao seu lado, no Diretório, e no jornal do partido, que lembrava a melhor fase do Republicano doutrora.

E tanto porfiaram em aluir o situacionismo, que lhes sorriu a vitória eleitoral, proclamada, em maio de 1906, pela Câmara Federal, que lhes acolheu os representantes.

À notícia do reconhecimento de seus deputados exaltou sobremaneira os coligados, que o festejaram ruidosamente em Cuiabá. Para lhes reprimir o entusiasmo, tomou o Govêrno medidas violentas, entre as quais constou a ordem de prisão contra os membros do Diretório.

Verdadeiro ou não, o boato espalhou-se velozmente. a 9 de maio, provocando acauteladoras providências.

Em defesa dos seus chefes, reuniram-se os coligados à noite, dispostos ao sacrifício máximo, caso persistisse a suprema autoridade estadual em dar execução à ordem que se lhe atribuía.

Irregularmente defrontavam-se as duas facções.

Uma, que provinha da revolução, e consolidara-se pela confirmação das urnas, a que foram impedidos de comparecer os adversários. A outra, que triunfara recentemente nas eleições, e assumia atitude positivamente revolucionária.

A prudência de Pedro Celestino evitou mais graves conseqüências, embora no dia seguinte, convidado pelo juiz Federal, a conferenciar com o presidente do Estado, evidenciasse a energia de sua atuação.

Frente a frente, não titubeou em exprobrar-lhe os êrros e crimes cometidos desde 1899, que não mais seriam tolerados pelos seus conterrâneos.

Jamais admitira o Coronel Antônio Pais de Barros ousasse alguém censurar-lhe o proceder autoritário.

Não se achava, porém, na usina de Itaici, onde a sua autoridade não admitia colaboração do Estado.

Preferiu adiar o castigo do arrogante oposicionista e até prometeu-lhe as garantias constitucionais, com o endôsso do comandante da guarnição federal.

As atividades policiais, porém, não corresponderam ao prometido e, angustiada pelo dramático dilema em que se encontrou, não teve receio a Coligação de adotar a solução do desespêro. Ou reagiria pelas armas, ou assistiria, inerme, à reprodução dos successos trágicos da Baía do Garcez.

Bem seguros de sua pessoa, recomendavam os congressistas amigos que devia a luta limitar-se às urnas e à imprensa.

Ponce, de Corumbá, também sugeria tolerância, mas acrescentou que estaria com os correligionários em qualquer terreno.

Caso as circunstâncias se lhe figurassem propícias, desencadearia, entretanto, a revolução, de que seria sinal o corte da linha telegráfica.

Tal combinação apressaria a solução da crise, quando, em meio da inquietação cuiabana, ficou sem resposta despacho urgente enviado a Corumbá, com as notícias das ocorrências do dia 9.

Era a interrupção, núncia do rompimento de hostilidade, como foi interpretada.

Sem tardança, Pedro Celestino, iludindo a vigilância policial, saiu de Cuiabá, para se reunir a dedicados partidários, prèviamente avisados, uma légua distante.

Já se contavam por duas dezenas, adiante, quando cèleremente os alcançou emissário idôneo, que entregou a resposta de Ponce, diferente da resolução que lhe foi atribuída. Poderiam voltar pacificamente, pois que nenhum ato haviam praticado até essa hora, além do passeio fora dos limites urbanos.

Mas o entusiasmo contagioso dominava o grupo, a quem Pedro Celestino expôs claramente as condições em que se achavam, antes de consultar democràticamente.

- Querem a revolução ou o regresso a Cuiabá?

A Revolução, bradaram todos, sem exceção de uma só voz. Assim foi que se iniciou, precipitado por um equívoco, o levante do Norte, nucleado em Diamantino, que amistosamente acolheu os conspiradores a 19 de maio.

Aí se organizou a Divisão do Norte, sob o comando de Pedro Celestino, que enviou de Rosário, a 24, significativa comunicação telegráfica ao Presidente Rodrigues Alves: «violado último acôrdo, esgotados todos os recursos legais deter presidente Estado série abusos cometidos contra direitos, convertido êle em ditador opressor tôdas liberdades, em desespêro causa resolvet povo matogrossense revoltar-se, considerando presidente fora lei fora regime republicano»...

Ao seu gesto de rebeldia, correspondeu a formação da coluna do Sul, ou Divisão Naval Libertadora, chefiada pelo Coronel Ponce que, ao saber dos sucessos da Capital, depôs as autoridades estaduais de Corumbá, apossou-se de tôdas as embarcações disponíveis no pôrto, para organizar a flotilha revolucionária, que inicialmente conduzia 500 combatentes, a que de caminho se ajuntaram numerosos partidários.

A 7 de julho, saltou no pôrto de Itaici, usina pertencente ao Coronel Pais de Barros, que resolveu entrincheirar-se em Cuiabá, cometendo o mesmo êrro em que incidiram os sitiados em 1892 e 99.

A pouco e pouco foi se aproximando do inimigo, em tôrno do qual se uniram as duas Divisões, em arrocho constrictor.

A 29 de junho, comunicava o comandante da Guarnição ao General Hermes o que sucedia na cidade cercada pelas fôrças sob o comando do Coronel Ponce.

«Revolucionários número superior quatro mil homens sitiaram presidente Estado. Ésse irritou-se comigo por ter recusado atender exigências descabidas, seus auxiliares cometendo tôda sorte barbaridade desde assassinatos, até saques, desacatos.

Reclamei contra terem embriagado soldados que guarneciam suas trincheiras, obrigando-os na frente patriotas assaltar trincheiras seus adversários, sendo mortos, feridos e prisioneiros. Indignado com as justas reclamações, mandou assassinar cabo portador ofício, que resistiu intento, sendo salvo pela intervenção Desembargador Carvalho.

Mandou dois capangas romper o sítio, sendo um de nome Claro, seu fâmulo, audaz assassino, para liquidar-me. Prendi esta fera».

Informado por testemunha insuspeita, que se dirigia ao superior hierárquico, em despacho interceptado por patrulha revolucionária, na estação do Rio Manso, o Coronel Ponce previu a breve derrocada da praça, na qual o presidente de Estado em vão aguardava o socorro federal, que lhe proporcionaria a Expedição Dantas Barreto.

Decorrida apenas uma semana, em ordem do dia de 7 de julho, c comandante-chefe dava ciência às fôrças patrióticas: «Com o episódio da morte do Coronel Antônio Pais de Barros, ficou encerrado o ciclo do despotismo selvagem a que estava sujeito por tão largo período o nosso Estado»...

«Foi necessário o povo lançar mão do supremo recurso das armas para conseguir o restabelecimento da lei... Vencemos enfim! A tirania ruiu por terra». Ensarilhadas as armas, facilitaram o transporte a Cuiabá do General Dantas Barreto, que perdeu a oportunidade de destituir o vice-presidente em exercício, Coronel Pedro Leite Osório, contido pela vitória cabal dos revolucionários, homologada pelo Congresso Federal, ao impugnar o projeto do Presidente Rodrigues Alves de intervenção em Mato Grosso.

Pacificamente se realizaram as eleições a 1 de março de 1907, em que deveria caber a Manuel Murtinho a Presidência futura, conforme constava do acôrdo fundamental da Coligação. Não quis, entretanto, aceitá-la, preferindo continuar no Supremo Tribunal, com direito, porém, de interferir na orientação político-administrativa do Estado. Convicto de caber-lhe a primasia, indicou, para seu substituto, o Dr. J. M. Metelo, como se não fôsse intransferível a confiança que lhe demonstravam os coligados. Não restava outro recurso ao Coronel Ponce, desta vez, senão aceitar a indicação dos correligionários, a que se escusara outrora, por se julgar, com louvável modéstia, minguado de «preparo e habilitação» para o cargo.

Entretanto, bem diversas, senão opostas, eram as circunstâncias da sucessão. Em 1899, para a continuação do andamento dos negócios públicos, bastava, menos esfôrço do que após o setênio calamitoso, cujos descalabros exigiam reparações urgentes e eficazes.

Cumpria-lhe. não obstante, como chefe responsável pela coligação, aceitar a missão que o magistrado recusava à última hora, por bem avaliar quanto lhe exigiria de sacrificios. E assim foi que assumiu Ponce, a 15 de agôsto de 1907, o govêrno do Estado, em que se manteve apenas por quatorze meses de amofinações.

Em breve, sentiu que se lhe esmorecia a saúde e o prestígio. Fretendeu afastar-se do palácio por seis meses, mas à vista das objeções, que lhe foram apresentadas, substituiu o pedido de licença pela renúncia. E ao seu imediato substituto, Pedro Celestino Corrêa da Costa, coube a tarefa ingente, a partir de 12 de outubro, de cumprir o programa da revolução triunfante. A restauração dos créditos do Estado, à luz de rigorosa moralidade administrativa, que lhe norteou a execução de fecundas iniciativas, evidenciou o seu descortino de estadista.

A Coligação realizava destarte quanto prometera. Era mister que lhe fôssem ao organizador prestadas as homenagens a que fazia jus pela hierarquia anterior e eficiência de chefia na luta recente.

Lealmente o governador indicou o nome do presidente resignatário para senador, a 26 de dezembro.

Ainda uma vez, porém, tomou-lhe a frente, Manuel Murtinho, protetor do seu partidário, J. M. Metelo, cujo mandato senatorial se aproximava do fim.

Em benefício da coesão do partido, ameacado de nova dissidência, caso não fôsse reeleito o candidato murtinhista. Ponce desistiu de voltar ao pôsto que honrara na fase mais brilhante da sua existência, para se contentar com a inclusão do nome na chapa de deputados. O campeador já não era o mesmo homem, que enterreirara os insurretos de 1892, para os derrotar, e defendera a legalidade, sem igual êxito, em 1899, nem o revolucionário de 1906, que respondia ao pedido de munições, formulado por um dos comandantes: «as armas de que necessitamos, nos serão fornecidas pelo inimigo logo à nossa aproximação». Certo, habituado a angariar adeptos para o seu partido, mercê da simpatia irradiante que lhe realçava as qualidades de mando e a gerir com tino o seu estabelecimento mercantil, ainda atuaria em prol de Mato Grosso. caso não lhe faltasse a resistência orgânica. Não obstante, empreendeu campanha parlamentar contra os abusos do Loide Brasileiro, cujas deficiências conhecia de sobejo, especialmente na linha platina.

Era esfôrço demasiado, porém, para a precária saúde, que declinava assustadoramente, até se extinguir a 7 de novembro de 1911.

E assim emudeceu, à sombra do lar tranquilo, o destemido cuiabano, que não titubeava em afrontar os perigos da luta, quando imposta pelas responsabilidades do chefe político supremo, cujo nome não se apagará da história de Mato Grosso, em que perdurou durante o inquieto quartel do século, iniciado quando o Império mergulhava no crepúsculo final de sua trajetória.

ADOLFO MORALES DE LOS RIOS (PAI) E O RIO DE JANEIRO DE SEU TEMPO (*)

Professor ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO

(Sócio efetivo do Instituto)

O singelo mas expressivo ato que vai ter lugar dentro de alguns instantes — devido à generosa acolhida de V. Excia., Sr. presidente perpétuo da Casa da História do Brasil — é daqueles que, para nós, tem dois sentidos, perfeitamente irmanados: o de saudade e o de segurança. Dominados por êsses sentimentos, temos a alta honra de entregar ao Instituto Histórico o arquivo de Adolfo Morales de los Rios y Garcia de Pimentel, nosso sempre lembrado e queridíssimo progenitor.

O sentimento de saudade é aquêle que já começamos a experimentar ao desfazer-nos do precioso arquivo, constituído de dezoito grandes albuns, onde colecionados estão — por nossas próprias mãos, durante não poucos anos — mais de seiscentos artigos de jornal que o incomparável mestre escreveu guiado pelas luzes de sua privilegiada inteligência ou tendo como base seu preparo, sua nítida apreensão das coisas, seu espírito de compreensão, sua

brasilidade e aguda visão.

O outro sentimento que nos domina, o de segurança, provém da certeza de que em nenhum lugar melhor do que no Arquivo do Instituto mais salvaguardado êsse documentário ficará da ação do tempo. Penetra, assim, Morales de los Rios (Pai), morto, neste Instituto, já que em vida não pudera ver satisfeito êsse seu intimo desejo, essa sua suprema aspiração.

Ao fazer entrega desta importante parte do que lhe pertencera, vamos completando a série que nos impusemos levar a efeito. A presente, sendo a quinta doação, precedida foi da oferta de rara coleção de mapas e cartas geográficas, plantas de cidades e traçados de estradas de ferro, ao Estado Maior do Exército; de valiosas cartas marítimas e desenhos de portos e baías, ao

^{(*)&#}x27; Conferência realizada em 12 de agôsto de 1952.

Estado Maior da Marinha; do belo e vultoso arquivo artístico ao Museu Nacional de Belas Artes; e de curiosas e antigas plantas do Rio de Janeiro, ao Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal.

São, por fim, votos nossos para que o acêrvo ora depositado nas mãos do Magnífico Presidente desta Augusta Casa possa servir para que aquêles que não conheceram Adolfo Morales de los Rios (Pai) tenham elementos para avaliar sua estatura mental no cenário de nossa Terra e no meio de sua Gente.

Múltiplos seriam os assuntos a versar correlacionados com o tempo em que Morales de los Rios viveu no Rio de Janeiro. Por isso, escolhemos dois. O primeiro refere-se à primeira impressão que lhe causou a Terra da Carioca.

Ao aproximar-se da barra da baía do Rio de Janeiro, Morales de los Rios observa a silhueta das montanhas, que representam, no seu conjunto, um enorme gigante deitado: dormindo com a cabeleira apoiada numa almofada. A densa neblina que cobria o mar de fora da barra — onde o navio esperara, bordejando, que pela manhã o porto fôsse aberto — cedeu aos primeiros raios de um sol de forja que se refletiam nas nuvens de ouro e cobre em fusão.

Penetra pela primeira vez na Baia de Guanabara, desceberta, em 1504, por Gonçalo Coelho. O que parecera àquêle descobridor, e construtor da primeira casa de branco, ou carioca, como sendo a foz de um rio, recebera de Fernão 'de Magalhães, quinze anos depois, o nome de Baía de Santa Luzia. Varada a larga embocadura, lá estava, à esquerda da entrada, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565 e vítima de invasões como as dos franceses Villegaignon, Duclerc, Duguay-Trouin e Bois-le-Comte.

Tiransposta a barra, após o tiro de canhão que a libertava da prisão em que estivera durante a noite, Morales de los Rios se extasiou com o Pão de Açúcar, que tantas vêzes tinha contemplado em fotografias, pinturas ou estampas. Ei-lo, por fim, ali; o famoso marco que assinalava de maneira marcante a entrada da mais grandiosa e bela de tôdas as baías conhecidas. E acrescenta, em seus apontamentos de viagem, que estivera longo tempo contemplando-o. Mas êsse já belo espetáculo prenunciava — pelo que via de ambos os bordos do transatlântico — outros, também surpreendentes e, assim, resolvera prevenir sua mulher para que também os pudesse presenciar.

Faz notar que ninguém, ao observar a cidade desde a baía, poderia imaginar sua enorme extensão. Entre o amontoado das casas, de tôdas as alturas e côres, existentes à beira do mar, elevavam-se os montes e sôbre êstes viam-se as ladeiras. Mais para o interior e acima dos montes, erguiam-se as montanhas, e sôbre estas surgiam as serras. E sôbre as serras se destacavam picos elevadíssimos. E dominando êstes, o céu que, com suas nuvens, vinha beijá-los.

O aspecto grandioso da baía, com a graciosa ondulação dos sacos e praias, a mansidão do recôncavo pontilhado de ilhas, a mojestosa cortina de montanhas, a pujante natureza das terras baixas e dos morros, a beleza granítica dos alcantís, o pitoresco do cosario bordeando o mar ou trepando pelas alturas — tudo isso coberto de um céu azul — empolgou o espírito exuberantemente poético de Morales de los Rios, que imaginou, desde logo, quanta surpresa tiveram um dia os indígenas quando, debruçando-se nos pincaros das montanhas, contemplaram a imensidão dêsse seio do mar: a Guanabara.

Instado, a bordo, por diversos brasileiros, muito distintos e com influência no Rio de Janeiro, que haviam embarcado na Bahia, para que desistisse da ida ao Chile, ficando. de vez, na Capital do Império, Morales de los Rios resolve aceitar o conselho, mesmo porque lhe tinham sido dadas diversas cartas de recomendação, sendo uma delas para Buarque de Macêdo.

Prepara-se, cheio de curiosidade, para desembarcar na terra nova e desconhecida, misteriosa e bela, que fôra sede da Capitania do Rio de Janeiro de 1567 a 1608, que acolheu o Govêrno Geral do Sul de 1608 a 1762, que viu os vice-reis nela instalados de 1763 a 1808; Cidade Real de 1808 a 1821 e Imperial desde 1822.

O Largo do Paço, principal entrada da cidade, o impressionou muito desfavoravelmente, não só pela chusma de ciganos, imigrantes, carroceiros, carregadores e vadios ali estacionados; como pela sujeira do chão, coberto de detritos de toda espécie, tresandando maus odores; e também pela péssima apresentação das lojas e armazéns. Estranhava que tais coisas pudessem ocorrer numa cidade que era, por fôrça, uma grande capital, pelo movimento das gentes nas ruas, tráfego intenso, vasta rêde de carris e quantidade de linhas telegráficas e telefônicas que, pelos ares, a cruzavam. Tudo isso recordava Londres, Paris, Bordeus, Amberes; deixando muito longe a Madrid, Bruxelas, Roma e outras grandes cidades.

Instalou-se no Freitas Hotel, no Largo da Lapa, que era, com o dos Estrangeiros, no Largo do Catete, dos melhores da cidade. A fachada principal do hotel deitava para o citado Largo e a

fachada lateral ocupava grande parte do lado esquerdo do Beco do Império. Néle se hospedavam os homens de situação, viajantes de prol e quase todos os senadores e deputados das Províncias. Essa preferência decorria da excelente administração do hotel, da ordem e limpeza reinantes, dos amplos e excelentes cômodos, do excelente passadio e da proximidade não só do centro da cidade, como também dos edifícios do Senado (antigo Palácio do Conde dos Arcos, no Campo de Santana, ou Praça da Aclamação) e da Câmara dos Deputados (antiga Cadeia Velha), nas proximidades do Largo do Paço.

Como prova do quanto e do bom o hóspede do hotel podia ter para seu regalo, basta dizer que o menu de um dia comportava nada menos de três sopas: jardineira, canja (que para êle sei uma novidade), e consommée. O peixe era apresentado cosido com molho branco ou ensopado à bajana (outra novidade para tão renomado gourmet). E os camarões com abóbora e um enfiadinho de ostras suflé (sic), não poucas vêzes o tentaram. Como entradas havia, pastelão à americana, crepinhos au jambon, filet de veau farci, croquetes de pato, costeletas à milaneza, feijoada à brasileira (desde então muito apreciada por êle) mouton brezé (sic). lingua sauce capres, entrecosto à brasileira, vitela recheada, lombinho com arroz. perú sauté, boeuf à la mode, fricandó de vitela e romesteack. Como assados eram servidos roast-beef, gigot e porco. Como legumes havia alface, batatas, quiabos, chuchu. E a sobremesa incluía um pudim, doce de coco, queijos, frutas e sorvetes. E por fim, a indispensável chicara do delicioso café.

O que Morales de los Rios não tolerava era a grafia errada dos pratos dos menus; não aceitando, pois, sem protesto que lhe servissem um suflé, por souflée, e um brezé, por braisée. Não compreendia o que era um boeuf à la mode e jamais aceitou um Leipzig à Hamburguesa!

A carta dos vinhos era imensa. Havia desde quatro qualidades de Madeira, até cinco qualidades de Sauterne. O mais caro dos madeira era o chamado Velha Q, que custava 6\$000 réis! O mesmo ocorria com o Chateau Iquem; o mais valioso dos sauterne. E, mais, os alemães Rhein (Hochheimer e Liebfraumilch), os espanhóis Xerez (extra fino a 6\$000) e Malaga (3\$000!), e infinitos Chateau (Latour, Laffite, Belair Margaux, Léoville, Bernones, Lamarque. Lestage, Rauzan e Mouton Rotschild). Os mais caros eram o primeiro e o último antes mencionados, que custavam respectivamente 20 e 15 mil réis. Outros vinhos franceses: Chambertin, St. Emilion, St. Julien, St. Sauveur, Valeraic Médoc, St. Estephe Médoc, Pommard e Bordeaux, cuja garrafa custava mil réis. Dos vinhos portuguêses, destacavam-se onze qualidades

de Porto, o Colares, o Açores, o Alto Douro, o de Mesa (a 2\$000 a garrafinha) e o Virgem, a mil réis. Uma garrafa de Champagne custava 10\$000, sendo mais consumidas as marcas Veuve Clicquot, Cremant Imperial e Moet & Chaudon. As cervejas — Calsberg, Salvator, Viene Bass e Stout — custavam 1\$200. Uma garrafa de Whisky Fine Scotch era cobrada a 4\$000 réis, um Moscato Spumante custava 6\$000, um Barbera 3\$000 e um Chianti 4\$000. Bons tempos aquêles!

Outro assunto que merece ser abordado é o da evolução do Teatro.

A arte teatral tinha regular desenvolvimento, muito embora as salas de espetáculo, pròpriamente ditas, muito deixassem a desejar quanto à disposição interna e ao conforto. Os melhores teatros chamavam-se São Pedro de Alcântara e Lirico. O São Pedro vinha do tempo do Príncipe Real D. João, estando situado no antigo Largo do Rocio Grande, ou Praça Tiradentes; atual Praça da Independência. É o chamado, nos tempos que correm, de Ioão Caetano. Quer externa, quer internamente, apresentava grandes proporções. Era o mais antigo do Rio de Janeiro, inaugurado em 1813, sob os planos do São Carlos, de Lisboa, e ambos segundo o Scala, de Milão. A sala era vistosa, com dois amplos camarotes oficiais (um ao fundo e outro ao lado esquerdo do palco), três ordens de camarotes (num total de mais de oitenta), vasta platéia com quatrocentas cadeiras e centenas de lugares nas galerias nobres e gerais. Comportava, assim, mais de mil pessoas confortàvelmente sentadas. O Lirico, antigo D. Pedro II, fôra construído, por Bartolomeu Correia da Silva, para circo. Amplissimo, possuía três belas ordens de camarotes, platéia com oito centenas de cadeiras, varanda (entre a platéia e a primeira série de camarotes) com mais de duzentas cadeiras e vasta torrinha, onde se acotovelavam os estudantes. Era o teatro da ópera. Quando estava cheio, com as senhoras règiamente vestidas e os cavalheiros de casaca, o aspecto que apresentava era magnífico. Estava situado na Rua Treze de Maio, tendo à direita a Rua Senador Dantas e à esquerda o edifício da Imprensa Nacional, reformado pelo engenheiro Paula Freitas, segundo uma feição ogival, a que dera o nome de Estilo Isabelino, como homenagem à Princesa Isabel.

Os demais teatros então existentes localizavam-se pelos arredores da Praça Tiradentes. Assim, o Teatro Apolo, na Rua do Lavradio, fôra construído pelo ator Guilherme da Silveira. Possuía quatro centenas de cadeiras, uma ordem de camarotes e vasta

galeria. O Politeama Fluminense, também na referida rua, obedecia ao projeto do engenheiro Francisco Justin. Era do tipo então chamado campestre, isto é, edificio aberto em volta e rodeado de jardins. Tinha capacidade para três milheiros de pessoas. Ali trabalhavam companhias líricas, equestres e ginásticas. O Teatro Eden-Lavradio era outro que funcionava na aludida via pública. Por sua vez, na Rua do Espírito Santo, atual D. Pedro I, concentravam-se três casas de espetáculos: o Teatro Lucinda, fundado pelo ator Furtado Coelho, que era do tipo campestre, com capacidade — nos camarotes, cadeiras, galerias e jardins circundantes — para mais de mil pessoas; o Teatro Recreio Dramático (ainda existente, sob o nome de Recreio), de tipo campestre, comportando quase dois mil espectadores; o Teatro Santana (antigo Teatro Cassino), no lugar onde atualmente está o Teatro Carlos Gomes, pertencente ao popular empresário Pascoal Segreto, podendo comportar mais de mil assistentes; e o Teatro Politeama, na Rua Visconde de Itaúna (construído por Eduardo Vitorino).

Próximo aos anteriores, via-se, na Praça Tiradentes, o antigo Teatro Príncipe Imperial, que, pertencendo a Pascoal Segreto, recebeu, sucessivamente, os nomes de São José, Variedades e Moulin Rouge. Possuía milheiro e meio de lugares. E na Avenida Gomes Freire funcionava o Teatro República de vastas proporções e de estilo árabe, supinamente mau.

Bem longe dos anteriores situava-se o Teatro Fénix Dramatica, pois estava erguido na Rua da Ajuda. Foi demolido por ocasião da abertura da Avenida Central; que fez quase desaparecer aquela rua, pois só existe, hoje, o pequeno trecho conhecido como Rua Chile. Não era pequeno, pois sua capacidade não se apresentava inferior às dos antes mencionados. E quase no encontro desta rua com a Avenida funcionava o Trianon.

Outro teatro, feito por Morales de los Rios, foi o Palace-Theatre, na Rua do Passeio, onde hoje se acha o Cinema Palácio. Construção leve, completamente aberta (mas com enormes beirais), permitia que em sua volta houvesse largas esplanadas, onde os espectadores podiam assistir, ao ar livre, aos espetáculos. Essa era, aliás, a citada característica da maioria dos teatros, podendo isso ainda ser constatado no Recreio. A diferença essencial entre a cbra de nosso mestre e os demais teatros campestres, consistiu em que a estrutura do Palace era tôda de ferro, constituindo um belo exemplar do desenvolvimento que naquela época tinha a construção metálica. Aliás, Morales de los Rios gostava de desenhar trabalhos de ferro, tirando dos mesmos os mais belos e surpreendentes resultados. Por sua vez, a decoração pictórica que ali fez executar foi a mais graciosa e adequada a um teatro de

vatiedades: dançarinas, tipos burlescos e figuras teatrais. Outra novidade que êle introduziu naquele teatro foi a instalação de um balcão de flôres. E assim as atrizes as tinham a granel, oferecidas pelos admiradores ou apaixonados, e as senhoras que, na platéia ou nos camarotes exibiam seus belos vestidos, também as recebiam dos homens, tão galantes, daquela época.

Com a abertura da Avenida Central surgiram dois excelentes teatros: o Municipal e o Fénix. O Municipal — inaugurado a 14 de julho de 1909 — foi projetado pelo engenheiro Francisco de Oliveira Passos, filho de Pereira Passos e pelo arquiteto francês René Barba. A construção daquele suntuoso edifício teve início em 1903, por ordem de Pereira Passos. Este assim punha em execução a lei votada em 1894 pela Câmara Municipal e atendia à incessante campanha a prol dessa construção levada a efeito pelo teatrólogo e escritor Arthur Azevedo. Na construção daquele enorme mole — assente sôbre estacaria e estrado de madeira de lei — Oliveira Passos teve como braço direito o arquiteto espanhol Pedro Tomás y Martin. Era um profissional competentíssimo, que rrabalhara longos anos no escritório de Morales de los Rios — na Rua Buarque de Macedo — e que ainda trabalha na cidade do Salvador. O teatro tem, na parte baixa, um restaurante de estilo persa — com paredes revestidas de valiosas cerâmicas, que reproduzem originais existentes no Museu do Louvre, oriundos de Persepolis. Mas não se sabe porque, tal salão foi sempre chamado de assírio, com o veemente protesto de Gustavo Barroso e de Morales de los Rios. Aliás, o estilo persa foi sempre maltratado pelos pseudos conhecedores da história da arte, podendo-se apontar - como outro exemplo - o edifício de estilo persa que Morales de los Rios fez na Avenida Central esquina de Rosário, geralmente chamado de árabe... Em matéria persa a unica coisa certa, no Rio de Janeiro de então, foram as utilissimas persianas...

Deve-se dizer, mais, que a ereção do Municipal fôra precedida de um concurso em que tomaram parte diversos arquitetos. Morales de los Rios, com a colaboração do exímio arquiteto alemão Schroeder, apresentou um belo projeto que está incluído no seu arquivo técnico e artístico, doado ao Museu Nacional de Belas Artes. As fachadas guardavam uniformidade majestática e o interior era muito amplo, com excelentes circulações. Para a chegada dos freqüentadores estava prevista uma passagem de veículos, indo da Rua 13 de Maio à Avenida. Mas o projeto preferido foi o de Oliveira Passos. Tendo a fachada inspirada na da Ópera de Paris, segundo desenho do arquiteto francês Gilbert, com excelente sala, vastas circulações, belos vestíbulos e impo-

nente escadaria, amplissimo palco, tal edificação muito emboraapresentasse certos senões ornamentais e falta de ligação entre certas partes da composição, veio embelezar o melhor ponto da grande artéria da carioca. Sua construção, excelente, foi levada a efeito com extremo cuidado e competência. Aliás, não foi tarefa fácil, porquanto o teatro foi erigido sôbre o atêrro de antiga lagoa. Em 1922, foram ali feitas importantes obras pela firma Gusmão, Dourado & Baldassini, sendo ampliada a bôca da cena e suprimidos os camarotes que constituiam a curva da sala. Com isso, a sala perdeu na sua composição, mas, em compensação, a platéia foi aumentada e foram criados os balcões nobres. O Fénix, começado a construir, em 1906, pelo Sr. E. P. Guinle, foi devido ao projeto e à construção do arquiteto Antônio Jannuzzi. Fachada de estilo italiano, bom vestibulo de entrada e boa sala (talvez alta demais), tais são as características do edifício teatral — com mais de mil lugares — erigido ao lado do Palace-Hotel, na Rua Barão de São Goncalo (hoje Almirante Barroso), esquina de uma artéria que então tinha o nome de Azevedo Lima, sendo atualmente conhecida como Rua México.

Por ocasião das comemorações do Centenário da Independência surgiu, sôbre o antigo terraço do Passeio Público, o Teatro Rio-Cassino, projetado pelos arquitetos Arquimedes Memória e Francisque Cuchet. E, em 1923, com a inauguração do Copacabana-Pálace-Hotel — projeto do arquiteto francês Gire —, tevelugar o funcionamento do excelente teatro anexo.

Havia, também, alguns teatrinhos. Assim o do Passeio Público estava ao ar livre, no interior dêsse parque. O Eldorado, campestre, funcionava, com restaurante, no Beco do Império (na Lapa), esquina da Rua Santa Teresa (atual Joaquim Silva). Outros tinham os títulos seguintes: Chantecler (na rua Visconde do Rio Branco); High-Life (rua de Santo Amaro) e Moulin Rouge (Largo do Rocio). Por sua vez o Teatrinho do Café Concerto do Jardim da Guarda-Velha, inaugurado em 1900, obedeceu aos planos de Morales de los Rios. Da mesma época foi o Teatro Parque Fluminense, reformado por Morales de los Rios, onde deu muitos espetáculos a Companhia Cinira Polônio.

Diversas associações de amadores possuiam suas salas de espetáculos, onde atuavam, geralmente com muito brilho, inúmeras amadoras e amadores. Assim, o Teatro da Gávea, do clube do mesmo nome, funcionava na rua da Boa Vista (atual Marquês de São Vicente), no bairro do Jardim Botânico, dando mensalmente um espetáculo dramático. Já o Teatro Filhos de Talma, na rua do Propósito, no bairro da Saúde, dava preferência aos melodramas estrangeiros. O Elite-Clube, com elegante teatrinho

na rua Maríz e Barros, foi outro círculo de amadores que teve muito renome. O mesmo ocorria com o Teatrinho do Riachuelo. E mais, o Teatro de Todos os Santos, sediado na rua Imperial, Estação de Todos-os-Santos; o Teatro do Engenho de Dentro, pertencente à Sociedade Dramática-Recreativa do Engenho de Dentro, constituída de operários da Estrada de Ferro Central do Brasil; o Hodierno-Clube, na Praça da República; o da Sociedade Clube Ginástico Português, na rua do Hospício (hoje Buenos Aires); os Grêmios dramáticos Bibí, Furtado Coelho, do Meyer, e Quatro de Novembro; os Clubes Dramáticos de São Cristóvão e de Vila Isabel; os Clubes do Campinho e do Ouro; o Teatro-Clube; e o Ginásio de Botafogo,

Os títulos das peças teatrais se apresentavam curiosos. Assim, houve comédias nacionais com os nomes de O Badejo, Mariquinhas dos apitos, Trocas e baldrocas, O Deputado de Saias, e dramas nacionais intitulados Filhos do Inferno, Filhos do Purgatório e Tragédia de Canudos. As mágicas estavam na ordem do dia e com denominações adequadas, como Alí-Babá, Bico do Papagaio. Pêra de Satanaz, Coroa de Fogo, Borboleta de ouro, Gato Preto. As peças de fundo religioso, mas bastante fantasmagóricas, eram chamadas de Milagres de S. Benedito, Milagres de N. S. da Glória, e Milagres de N. S. dos Navegantes. Das óperas nacionais, a de título mais freqüentemente repetido era O Guaraní, de Carlos Gomes.

Havia peças estrangeiras que, volta-e-meia, apareciam nos cartazes. Desta sorte, as comédias estrangeiras mais repetidas eram Lucrécia Bórgia e A Ordem é ressonar. Das operetas, zarzuelas e revistas estrangeiras, tiveram sempre boa acolhida Las Amapolas, Marcha de Cádiz, Gran Via, Verbena de la Paloma, Sinos de Corneville e Chateau Margaux. Dos dramas estrangeiros, foram muito apreciados os chamados Marquês de Pombal, Morgadinha de Val-Flor, José do Telhado e Maria da Fonte. Dos vaudeville, um dos mais apreciados foi o Príncipe da Bulgária, de Grenet e Bertal, tradução de Arthur Azevedo e Azeredo Coutinho.

Naquela época as óperas líricas estrangeiras que faziam sucesso eram a Traviata, Os Huguenotes, a Boêmia, Werther, a Mascote. Um drama histórico era Alcacer Kibir. Outro sem ser histórico, chamava-se Pedro Sem. Não faltavam variedades difíceis de compreender pelos respectivos títulos: Os Talismans de Perlimpimpim e Tim-Tim por tim-tim (de Sousa Bastos). E uma companhia espanhola apresentava uma peça que haveria de ser terrível: El anillo de hierro.

Sejam recordados os nomes dos mais reputados artistas nacionais ou naturalizados: Leopoldo Fróis, Procópio Ferreira, Alfredo

Silva, Soares de Medeiros, Otávio Rangel, Peixoto Leite, Ioão Rocha, Edmundo Maia, Atila de Morais, Carlos Machado, Aurélio Corrêa, Manuel Durães, Jaime Costa, Teixeira Pinto, Vicente Celestino, Plácido Ferreira, Cesar de Lima, Lomelino Saraiva, Aurélio Correia, Odilon Azevedo, Raul Roulien, José de Barros, Almeida Cruz, Afonso Stuart, João Ayres, Almeida Cruz, Carlos Abreu, Alvaro Costa, Antônio Ramos, Manuel Pinto (Pinto Pechincha), Pinto Filho e Machado (Careca). Dos antes mencionados, Leopoldo Fróes foi até hoje o insuperável, tanto na comédia, como na opereta. Entre as peças que representou com maiores aplausos estão as pecas Flores de Sombra, de Cláudio de Sombre, e O Simpático leremias, de Gastão Tojeiro. Com êle trabalharam as artistas Sílvia Bertini, Carmen de Azevedo, Conchita de Morais, Dulcina de Morais, Cordélia Ferreira, e os atores Plácido Ferreira, Armando Rosas, Olavo de Barros, Manuel Durães e Atila de Morais. Outra grande figura do teatro nacional foi e é Procópio Ferreira, consagrado com a peca Deus lhe paque de Jorací Camargo.

Artistas portuguêses aqui representaram peças do teatro de sua pátria ou se integraram nos elencos nacionais. De uma mancira ou de outra, seus nomes passaram à história do teatro no Brasil. Eduardo Brazão foi um notabilissimo artista que estreou. em 1906, com a peça A Ceia dos Cardeais, de Júlio Dantas. Muito apreciado e aplaudido, voltou duas outras vêzes ao Rio de Janeiro, sendo que na última — em 1920 — fazia-se acompanhar das grandes atrizes Lucinda Simões e Palmyra Bastos (que brilhou em A Boneca). Chaby Pinheiro foi outro notável ator português que se fez notar pelo seu excepcional valor. Tendo contra si um corpo enorme e um andar gingado, êle sabia, pela sua arte, fazer esquecer êsses dois defeitos físicos. Tinha como companheiros, o também notável Augusto Rosa, Jesuina Chaby, Angela Pinto e os não menos apreciáveis Antônio Pinheiro e José Ricardo. Dias Braga, vencendo todos os óbices opostos a quem somente desejava dar espetáculos de qualidade, trabalhou, com pertinácia, no Teatro Recreio. E assim conseguiu levar à cena, com ruidoso sucesso, a peça de Sienkieviks, Quo Vadis? Outro ator verdadeiramente excepcional foi Cristiano de Sousa; homem finíssimo e de alta distinção. Também se destacaram em outros elencos os atores Eduardo Vieira (artista completo, culto, que, integrando-se no meio teatral da carioca, foi ensaiador e professor de arte de representar), Alfredo Silva (notável no teatro de revista), Grijó (outra grande figura), Manuel Péra (eclético e sempre notável), Carlos Santos, Antônio Barbosa (o Barbosinha), João Brandão (o Popularissimo), Marzulo, Amarante, Érico Braga e Vasco Santana. Por sua vez, não era pequeno o número de artistas portuguêsas que, além das mencionadas, formavam um verdadeiro ramalhete de flôres: Lucília Simões, Georgina Pinto, Áurea Abranches, Maria Matos, Cremilda de Oliveira, Auzenda de Oliveira, Amélia Rey Colaço, Satanela e Belmira de Almeida.

Mas o grupo feminino de atrizes nacionais, ou naturalizadas não era menor nem menos valioso. Para prova basta citar os nomes de Cinira Polônio, Aurélia Delorme, Pepa Delgado, Maria del Carmen, Margarida Max, Carmen de Azevedo, Guilhermina Rocha, Ismênia dos Santos, Maria e Isabel Barbera, Júlia Oliva, Amália Capitani, Henriqueta Brieba, Matilde Costa, Rut Viana, Abigail Maia, Palmira Silva, Ítala Ferreira, Elvira Mendes, Lucília Peres, Sára Nobre, Cordélia Ferreira, Lais Arêda. Araci Côrtes. Maria Lina, Corma Fróes, Amélia Lopiccolo, Luiza de Oliveira, Pepa Ruiz, Cora Costa, Dulcina de Morais, Itália Fausta, Apolênia Pinto, Luiza d'Oliveira, Nina Sanzi, Helena Cavalier, Luiza Fonseca, Ottília Amorim, Ismênia Mateus e Pepita de Abreu.

Uma artista francesa, Rose Méryss, que tinha obtido êxito na última década do Império, era muito conhecida no Rio de Janeiro pela formosura que tivera, como também pela fama de querelista com os enpresários, e que tinha como origem sua enorme vaidade. Andava pelas rodas de artistas e literatos, pois se considerava como colega, publicando, vez por outra, versos em francês.

Quase todos os artistas antes citados eram formados no empirismo da adaptação imitativa. Tal método de aprendizagem trazia grandes inconvenientes para o surgimento de novas vocações. Por isso é que a arte de representar toma, entre nós, grande impulso com a criação, em 1922, da Escola Dramática Municipal, em cujo corpo docente figuravam João Ribeiro (cadeira de português), Dª Ângela Vargas Barbosa Viana (francês), José R. Leite e Oiticica (prosódia), Dr. Fernando de Magalhães (fisiologia das paixões e expressão das emoções), Alberto Oliveira (arte de dizer), João Barbosa Barroso e Eduardo Vieira (arte de representar), Henrique Coelho Neto (história do teatro e literatura dramática). A êste último cabia a direção do estabelecimento.

Houve muitas companhias teatrais, de todos os gêneros: Eduardo Garrido, Matos, Ducci, Dias Braga, Sousa Bastos, Tomba, Leopoldo Fróes, Odilon-Dulcina (Odilon Azevedo e Dulcina de Morais), Luís Galhardo, Taveira, e o elenco dramático de João Barbosa e Marzullo. E também deve-se fazer menção à Companhia Brasileira de Comédia Abigail Maia, que apresentou os figurinos da peça O Demônio Familiar, de José de Alencar, desenhados pelo artista Rêgo Monteiro. Por fim, lembraremos que Sousa Bastos levou à cena, com pleno êxito, uma peça de jocoso título: O Solar dos Barrigas da Costa.

Dentre as companhias líricas estrangeiras muito se destacaram as de Mancinelli, G. Sanzone (cujo empresár:o era Luís Milone) e Walter Mocchi. Um fato que repercutiu dolorosamente na sociedade da carioca, em 1894, foi o suicidio de Luís Mancinelli, grande artista italiano, regente da companhia lírica do Sindicato Lírico Fluminense, que atuava no Teatro Lírico. Ademais de compositor, era violoncelista exímio. Aquêle seu tresloucado gesto foi devido ao insucesso da emprêsa. Foi por meio dessas e de outras emprêsas que se exibiram no Rio de Janeiro não poucos artistas de ópera de renome mundial, como Enrico Caruso, Tito Schipa, Titta Ruffo, Armando Crabé, Carlos Galeffi, Bengiamino Gigli, Gabriela Bezanzoni, Maria Barrientos, Cláudia Muzzio, Lily Pons e Gilda dalla Rizza.

Por sua vez, a ópera lírica nacional toma, a partir do início do século XX, acentuado destaque. Assim, em 1900, é cantada no Lírico a ópera Jupira, de Francisco Braga. No ano seguinte Leopoldo Miguez apresenta, no mesmo teatro, a ópera Saldunes. Passam-se cinco anos e a vez caberia à ópera A Carmen, de Araújo Viana: representada no São Pedro. No Municipal, a primeira ópera nacional a ser representada foi A Moema, de Assis Pacheco; o que ocorreu em 1909. No ano de 1913, Alberto Nepomuceno rege. naquele mesmo teatro, a orquestra de sua ópera Abul. Somente em 1920 é que outra ópera nacional passa a ser conhecida. Tratava-se de Sertaneja, exibida no República. No ano de 1922 são aplaudidas duas óperas nacionais: a denominada Dom Casmurro. de Gomes Júnior, e o Rei Galaor, de Araújo Viana. Ambas no Municipal. Por sua vez, Francisco Mignone vê, em 1924, levar à luz da ribalta do Municipal a ópera Contratador de Diamantes. No mesmo teatro é cantada, em 1925. O Bandeirante, de Assis Republicano. E em 1926, o público assiste naquela mesma sala a ópera Um caso Singular, de Carlos de Campos. Até que Morales de los Rios viesse a falecer, em 1928, não houve outras apresentações de óperas de autores nacionais.

Das companhias estrangeiras de drama e comédia não devem ser esquecidas: a de Clara Della Guardia, no São Pedro (1901). com as peças Magda (de Sundermamm). Zazá (de Pierre Berton). Musette (de Guy de Maupassant); a de Mme. Réjane, que estreou no Teatro Lírico, a 1 de julho de 1902, apresentando excelente clenco artístico, em que se destacavam os atores Grand e Dubosc, levando a cena peças como La Robe Rouge, Zázá, Sapho e Ma Cousine; a do ator francês Mr. Poirier — em 1903 —, tendo como principais figuras Mlle. Lysiane Barral e Mr. Morins, que apresentou não só teatro livre, como dramas, comédias e vaudevilles; a troupe do famoso ator francês Antoine, em que figuraram os

notáveis artistas Mlle. Suzanne Després, Grand e Signoret, apresentando pecas de sucesso, tais como Blanchette. Le Pére Lebonnard, La Clarière e L'Ami Fritz; a de Sarah Bernhardt, que, tendo aqui estado em 1893, voltou em 1905, estreiando no Lírico com a peca de Sardou. La Sorcière, e levando depois à cena La Dame aux Camelias, Hamlet e Adrienne Lecouvreur; a de Tina de Lorenzo, em 1906, que embora apresentasse requintados espetáculos — como os das peças Les Amants (de Donnay) e Vers l'amour (de Gaudillot) - não conseguiu atrair grande público; a do famoso ator francês Charles Le Bargy e sua notável comparsa Gabrielle Dorziat. cuja estréia ocorreu, no Lírico, em 1909, levando à cena a peça Le Marquis de Priola, de Lavedan; a do Grand Guignol, no Municipal, em 1910, tendo à frente o ator italiano Sainati; a do famoso, artista francês Albert Brasseur, no mesmo ano e teatro; a de Lucien Guitry, cambém no Municipal, no ano de 1911, que se apresenta com a peca L'Emigré, de Paul Bourget. Haveria de voltar ao mesmo palco em 1912 e 1916.

Dos gêneros revista e opereta, tornaram-se muito conhecidas e aplaudidas as Companhias: a Galhardo de Operetas, dêsse empresário português; a de Esperanza Iris (1921), nome da interessante atriz mexicana de opereta, que apresentou, com retumbante êxito, as pecas Princesa dos Dollars, Sangue de Artista e Rainha do Fonógrafo: a Ba-Ta-Clan, da francesa Mme. Rasimi, que exibiu deslumbrantes revistas, tendo à frente a célebre Mistinguette em 1923, com enorme sucesso no Lírico; e a imponente Velasco. do empresário espanhol do mesmo nome, que obteve naquele mesmo teatro não menor sucesso. Das companhias nacionais de revistas que tiveram destaque não deve ser esquecida a do empresár o Pinto, no Recreio Dramático, em que se exibia com muita graça a atriz Margarida Max. Outra companhia que também merece referência tôda especial, foi a Jardel Jercolis, organizada por êsse brasileiro ardoroso, trabalhador e completamente integrado no gênero. Com sua espôsa, a atriz Lódia Silva, êle conseguiu modificar para melhor o padrão da revista brasileira. A morte o colheu prematuramente, para prejuizo do teatro nacional.

Entre tais companhias se intercalou a excepcional declamadora Berta Singermann que, em 1925, atraiu as atenções do público culto, com as suas admiráveis audições no Lírico.

Outra companhia que ocupou o Lírico, foi a dramática espanhola de Maria Guerrero e Fernando Diaz de Mendoza, que apresentou um repertório clássico dos séculos XVI e XVII, em que figuravam Los habladores de Cervantes, La dama boba de Lope de Vega, Casa con dos puertas, mala es de guardar, de Calderón; e um repertório contemporâneo constituído de obras

de Benito Perez Galdós (Mariucha), José Echegaray (Mancha que limpia), Joaquim Dicenta (El crimen de ayer), Serafim e Joaquim Alvarez Quintero (El genio alegre), Enrique Bernstein (El ladron). Um camarote valia 50\$000 réis e uma cadeira 5\$000!

Por sua vez, a Companhia Vilches — que estreou no Municipal, em 1920 — fez conhecidos os nomes de Ernesto e Irene Lopes Heredia e de Virginia Barragar. Constituiram peças de maiores sucessos, ao denominadas Wu-Li-Chang, El corazón manda, El eterno D. Juan e El amigo Teddy. Em 1921 é a vez de Lucien Rozemberg, que aparece no Municipal, com a peça Le Retour. Representa, depois, uma obra de Cláudio de Sousa, L'Oiseau de Rapine.

E se mais importantes companhias fôsse necessário mencionar, lembraríamos as que tiveram como principais figuras os magistrais Italo Bertini e Pina Joana ou a excelsa Cecile Sorel; a trêfega Josephine Baker; e as incomparáveis atrizes de opereta Yanka Chaplinska e Aida Arce.

Os bailados teatrais estiveram, outrossim, em voga. Dos bailarinos brasileiros nenhum superou ao Duque. Este e mais a bela Gaby, famosos em Paris, aqui se impuseram pela sua arte e elegância. Mas a dançarina estrangeira que maior sucesso obteve no palco da carioca foi a Loie Fuller, pois valorizava seus graciosos movimentos coreográficos com raios multicores de luzes. Estreou, em 1904, no Lírico. Em 1917, o público enche o Municipal para extasiar-se com a arte de Nyjinski e de Lídia Lopokova. No ano de 1918 é a vez da também notável Ana Pavlowa. O sucesso alcançado foi tal, que o grande bailarino e sua companhia voltaram no ano seguinte e em 1928. Também aqui bailou a afamada Isadora Duncan.

Dos empresários teatrais, não será lícito deixar de mencionar os nomes de Celestino Silva, Eduardo Vitorino, José Loureiro, Manuel Pinto, Lombaert, Cateysson, Seguin, Taveira, Vicente Celestino e N. Viggiani. Por sua vez, Pascoal Segreto, associado ao seu irmão Caetano, tornou-se, desde 1900, o precursor dos empresários de cassinos. Naquele ano, transforma o Teatro Variedades em Moulin Rouge — à imitação do de Paris — e o entrega à direção de Cateysson. Traz da Europa artistas de variedades a granel e diverte a cidade. Começando com a feerie, tipo Chatelet de Paris, êle introduz, depois, o que hoje se conhece como show. Acaba dono de uma série de casas de diversões: Maison Moderne (rua do Espírito Santo, esquina da Praça Tiradentes), Teatro Carlos Gomes (fronteiro ao anterior), Teatro São José, Concerto Avenida, High-Life Clube (na rua Santo Amaro) e Cassino Fluminense (Largo do Machado). Em 1901 monta na Maison Moderne

o primeiro cinematógrafo do Rio de Janeiro, sob a denominação de Biógrafo.

Inúmeros homens de extraordinário valor emprestaram seu talento ao progresso do teatro nacional. Assim, dentre os teatrólogos contavam-se Cláudio de Sousa, Paulo Barreto, Oduvaldo Vianna, Oscar Lopes, Renato Viana, Viriato Correia, Eduardo Garrido, Guilhermina Rocha, Calixto Cordeiro, Paulo Magalhães, Armando Gonzaga, Abadie Faria Rosa e Eutorgio Wanderley. Os revistógrafos de maior sucesso eram Arthur Azevedo. Tito Martins, Luís Carlos Bandeira de Gouveia, Luís Peixoto, Raul Pederneiras, Carlos Bittencourt, Otávio Rangel, Frederico Cardoso de Menezes, Marques Porto, Manuel Bastos Tigre, (D. Xiquote), João Batista Coelho (João Fóca), Antônio e Otávio Quintiliano, Costa Júnior, Alfredo Breda, Jorací Camargo, Raimundo Mogalhães Júnior, Luís Iglesias, Freire Júnior, Fábio Aarão Reis, Milton Amaral, Paulo Orlando, Ataliba Reis (João Cláudio). I. Brito, Olímpio Nogueira e Gastão Bousquet, que foi o criador dos espetáculos por sessões. Também teve grande renome como autor de revistas, o Dr. Moreira Sampaio, que viu à luz da ribalta, durante longo tempo, sua revista Rio-Nu. A música da mesma, que também obteve êxito, era devida aos maestros Costa Júnior e Luís Moreira. Gastão Tojeiro foi, também, fecundo escritor teatral, tendo iniciado sua atividade em 1904. Entre suas obras. muito aplaudidas, podem ser apontadas, a comédia Onde canta o sabiá. O Simpático Jeremias (estupenda criação de Leopoldo Fróes). A Francesinha da Urca (criação de Alda Garrido), A Inquilina de Botafogo (criação de Conchita de Morais). O Modesto Filomeno e Sonhos do Teodoro. E o teatrólogo e crítico Luís Rocha foi autor das revistas Turumbamba, Fumando espero (em colaboração com Victor Pujol) e Fruto proibido, e das comédias O último varão sôbre a terra. Mademoiselle Dédé, minha espôsa, e Família encrencada.

Os títulos das revistas, burletas, burletas-revistas e operetas nacionais se apresentavam, em geral, muito originais. Sirva de exemplo o título de Pega na Chaleira, de Raul Pederneiras e Ataliba Reis. Tal título constituia expressão muito difundida naqueles tempos, querendo dizer bajular. Pegar na chaleira ou engrossar, era a mesma coisa. Arthur de Azevedo era mais comedido nos títulos. Uma de suas revistas chamava-se A Capital Federal. E um dos mais repetidos estribilhos da mesma era de que Isto vai mal! Isto vai mal! Logo, os prognósticos de que tudo aqui vai mal datam de longo tempo. Felizmente, enquanto certos homens dizem e repetem que tudo vai mal, o Rio de Janeiro e o próprio Brasil vão indo muito bem muito e muito bem. Com feição carnavalesca.

Arthur de Azevedo lançou a burleta O Cordão. Outra peça, do mesmo autor, de título original era a Fonte Castalia. E no gênero comédia deve ser sempre recordada a sua peça O Dote. Os fatos mais corriqueiros serviam para serem adotados como títulos de peças de feição jocosa. Por isso Gastão Bousquet aproveita o ousado lançamento, por algumas damas não menos ousadas, da saia-calção, para escrever uma revista com tal título. E como a Banda alemã fazia muito barulho musical pelas ruas da cidade, julgando, não obstante, que tocava boa música, Bousquet faz representar uma burleta com igual denominação. E como os taxis começavam a fazer sucesso, Raul Pederneiras chama a uma sua revista de Chama um táxi. Por sua vez, Cá e Lá é o nome de uma revista do autor português Tito Martins, em colaboração com o brasileiro Bandeira de Gouveia. Compreender-se-á, fàcilmente, que Cá era o Brasil, e Lá, o querido Portugal.

Havia, naquela época, o constante propósito de agradar os clubes carnavalescos, pelo que os mesmos eram freqüentemente homenageados nas revistas. Assim, os Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo, foram interpretados por belas atrizes na citada revista Cá e Lá. Na revista O Maxixe, de João Fóca e D. Xiquote, também figuraram tais clubes e mais os Políticos, os Lords, os Paladinos e até o Clube dos Fenianos Portuenses.

Os maestros que em geral musicavam tais peças eram Costa Júnior, Luís Moreira, Paulino do Sacramento. Assis Pacheco e Adalberto de Carvalho. E os excelentes cenógrafos que preparavam cenas deslumbrantes, muitas delas esplêndidamente maquinadas, foram Jaime Silva, Ângelo Lazary, Emílio Silva e Frederico de Barros.

Como cabaratiers, de grande êxito, sempre foram muito apreciados o francês André Dumanoir e o citado Duque. E um cômico brasileiro, graciosíssimo e poliglota, que muito trabalhou em teatros e cabarets, foi Edmundo André, filho da atriz Marión André.

Todos os bairros possuiam, permanente ou periòdicamente, circos de cavalhinhos. Mas os circos, pròpriamente ditos, que se tornaram famosos, foram o Franck Brown, o Sarrasani, o Floriano Peixoto, o de Benjamin de Oliveira e o Spinelli.

Uma verdadeira praga era a dos cambistas que, associados aos bilheteiros, esgotavam as bilheterias para que os frequentadores dos espetáculos lhes pagassem o que desejava sua desmedida ambição.

CENTENÁRIO DE SILVA LEME (DR. LUIZ GONZAGA DA SILVA LEME) (*)

AFONSO COSTA

«Dado o seu vigoroso amor a S. Paulo e amor que não é demasiado em face do que vota ao Brasil, o nosso preclaro presidente perpétuc, na sua curul, tendo sabido que ando engatinhando giros através de vidas alheias, para encontrar passados e expressou-me a vontade de que eu dissesse neste sodalicio qualquer coisa correspondente à vida de distinto brasileiro e seu conterrâneo, em comemoração à passagem do primeiro século de sua vinda à privança com seres humanos. Estive quase a responder-lhe na forma da picaresca anedota do português, de que não sendo Manuel, nem Joaquim, nem casado, nem morador na Praia Grande, por que cargas de água era policialmente solicitado a ir a Niterói. Mas diante da vontade do mui nobre diretor desta casa, que para mim vale quanto outras ordens. aceitei a prebenda, que se poderia qualificar legítimo abacaxi, em me socorrendo de giria já dicionarizada, e aqui estou no desencargo disso, bem ou mal, mal muito mais que bem, para vos recordar, Senhores, o digno paulista Luís Gonzaga da Silva Leme por cêrca de quatorze anos companheiro na faina diuturna, interminável ao curso dos séculos, qual a de trabalhar neste Instituto a grandeza da história c da geografia do Brasil.

Muito naturalmente se perdoa a um bacharel em Direito, mesmo no exercício da advocacia, da política e da diplomática, o trato quotidiano com a genealogia, que é tôda de pesquisa paciente e serena, bem ajustada à feição e lazeres de frades, mesmo de padres, ou, melhor direi, de beneditinos, de franciscanos, quanto a êstes apenas para justificativa da intromissão de frei Antônio de S. Maria Jaboatão nessas especulações. Mas a prática da genealogia por um engenheiro, profissional construtor e administrador, na plenitude de suas atividades, às voltas com

^(*) Conferência realizada em 25 de agôsto de 1952.

as matemáticas, só mesmo se aceitaria em respeito a vocação individual, e isso no caso do engenheiro já haver assegurado, com a fortuna, disponibilidade relativa ao cuido de projeções que a muitos parecerão mero passatempo.

Que eu saiba, os genealogistas, ou simplesmente linhagistas são eclesiásticos, senão homens aposentados, reformados, jubilados, com tempo disponível, num gôzo de largo ócio com dignidade, que lhes permita digressões displicentes dessa natureza.

Claro que nenhum deslustre descubro no zêlo das pesquisas ou das realizações genealógicas, tanto que vez por outra a elas me entrego, e já nem sei quantos janeiros lhes tenho dado, sempre no sentido de ser útil, algo proveitoso, à família baiana, tão grande o meu desejo de serví-la, descobrindo-lhe e divulgando-lhe, os primores e igualmente as tristezas de sua ancestralidade.

Nas divagações que agora vou lançando ao vento da repercussão, me proponho traçar referências a um genealogista, que em principal era engenheiro, embora tenha sido bacharel em Direito tão sòmente por um desvio vocacional, a que algumas vêzes todos somos conduzidos, para corresponder a caprichos ou vontades de fôrças estranhas. Tal é o caso de Luís Gonzaga da Silva Leme, visto estarmos assistindo ao transcurso do centenário de seu nascimento.

Tivera êle poi berço a vila de Bragança e seus país chamavam-se coronel Luís Manuel da Silva Leme e Carolina Eufrásia de Morais. Ocorreu o seu nascimento aos 3 de agôsto de 1852. Em lhe divulgando os nomes paternos, sinto-me no dever de fazê-lo também quanto ao da consorte, Maria Fausta Leme, e aos dos filhos, que foram seis, chamados Maria Ester, Maria Adelaide, Maria de Lourdes, Maria Bernardete, José Hildebrando e José Sizenando. Cumpro-o, tendo em conta o meu propósito de reconhecer que de verdade a vida do lar exerce ponderosa influência no espírito e na obra dos indivíduos, e para que fiquem facilitados, no futuro, os caminhos para estudos de biotipologia que se venham dos mesmos a realizar.

Mas ao tempo do nascimento de Luís Gonzaga, que era ou que seria Bragança, para que, nalguma partícula também se abrisse em preponderância na vida dos seus dias? Antiga Jaguarí, da fundação de Antônio Pires Pimentel, tornada vila em 1797 e cidade em 1859, não se dessemelhava das suas contemporâneas. Com seu comércio, lavoura cafeeira, expansões de planaltos, de morros, de vales, onde se vivia tranqüilamente sem o ruido e a movimentação tão próprios das grandes cidades.

Depois, também Bragança progrediu, acompanhando o ritmo de tôda a província paulista.

Dessa sua antiga Jaguari veio êle para a capital de São Paulo e ingressou no seminário episcopal como preparatoriano, onde com certeza teria recebido eflúvios de serenidade, pois que em educandários dêsse feitio, por mais que se distraiam em agitação de pensamentos, de raciocínios, de lembranças, os alunos hão de ser sujeitos a provas de resignação e de meditação, na experimentação de capacidade para o sacrificio em que importa a vida sacerdotal. Não era êle, porém, nascido para o exercício do munus eclesiástico, por mais que o quisessem seus pais desviando-lhe a inclinação ainda de todo não desabrochada, e por mais que lhe fôssem tão plácidas as próprias volições em desmonstração inicial.

Voltou-se, então, para os estudos do Direito, aos vinte anos matriculando-se na já gloriosa Faculdade instalada sob as arcadas do casarão dos franciscanos. Justamente nessa época ou no qüinqüênio do curso acadêmico é que a província, senão a Paulicéia, iniciou a vertigem de sua opulência assombrosa, estando à frente de seu govêrno o Dr. João Teodoro Xavier, descobridor e revelador da grandeza que daí em diante São Paulo passou a registrar esplêndidamente. Entre outros estudantes de sua turma acadêmica, desvaneço-me em citar Fernando Lobo e o 2º Fernandes da Cunha, mais tarde nomes realmente respeitáveis no cenário da vida pública brasileira.

Silva Leme, visto através das linhas de retrato que lhe traçara Almeida Nogueira, «era alto, de regular corpulência, tez corada, pouca ou nenhuma barba, escassos bigodes ainda nascentes, muito sério e grande estudante... de uma inexcedível modéstia. Retraído em excesso, e só se preocupando com os seus estudos», todos acreditariam que à sombra dessas características estivesse a formação de jurisconsulto eminente no porvir. No entanto por elas e com absoluta razão se lhe vaticinaria, na análise dêsses aspectos e predicados, a revelação do genealogista que aos primeiros tempos estava jacente na sua formação espiritual.

Acontece, porém, que Silva Leme a si mesmo não se encontrou no caminho da vida apenas com o trazer à mão um canudo de fôlha de Flandres a guardar o título de bacharel, que aliás muita gente trazia. Não se lhe afeiçoava a arte de advogar, muitas vêzes mistificada com dialéticas e chicanices soêzes, e muito menos a de politicar, tão adequada a diplomados tais. Que fez êle nesse desencontro de vista? nessa torcida de vocação?

Partiu-se para os Estados Unidos da América do Norte, onde o pragmatismo tanto se conceituava e se estendia, mos-

trando a vitalidade e a fôrça de um povo à altura das maiores realizações humanas, capaz de obras mais suntuosas, mais duradouras e mais invulneráveis, por exemplo, que as famosas pirâmides, por tantos séculos consideradas maravilha do mundo.

E se foi. Não tardou nada e ingressou no afamado Instituto Politécnico Rensslaer, em Troy, no Estado de New York, onde outros brasileiros já estiveram e outros haviam de estar, e tal o meu distinto comprovinciano Miguel de Teive e Argolo, talvez da mesma turma de Silva Leme. E se em 1876 tornava-se êle bacharel em Direito, em 1880 já se encontrava engenheiro civil. Ainda estudante, quartanista ali, mereceu de professôres seus a indicação da promissora capacidade para ser auxiliar de várias obras de engenharia, a começar por trabalhos geodésicos e, a seguir, o levantamento da carta hidrográfica de certa região do Missouri. Assim se revelando, quando estudante, melhor o recomendaram depois de feito engenheiro, dando-se-lhe o cargo de chefe de seção nas obras de construção de uma estrada de ferro na Flórida.

Mas o brasileiro não se habilita no estrangeiro tão sòmento para o serviço de outras terras, tanto sabe que o Brasil precisa e carece de técnicos, de homens capazes que no futuro o façam tão grande, tão forte e tão feliz quanto terras alheias ou nações o têm sido. A pátria queria-o, reclamava-lhe a eficiência e a ação, se também a nostalgia o não o impulsionasse ao regresso.

Tornou de vez ao Brasil, com o espírito robustecido de observações e conhecimentos recolhidos dessa nação que se constituiu o fulcro do mundo, e que, para o nosso desvanecimento maior, lhe estamos em aliança de amizade e política sobremaneira duradoura, que desejamos seja eterna, a ponto de sermos, nós e ela, de agora e no correr dos tempos, os polos que fixarão a plena movimentação de outras nações, de outros continentes e de todos os mares.

Meus vaticinios em tôrno dessa aliança não têm lindes que os delimitem, e tanto quanto eu, só não o observarão os que não querem ver ou que não alimentam o sent do claro da audição, ou se deixam conduzir pelos caprichos, de absoluto negativismo, orientados por ideologias que não se casam aos máximos interêsses do Brasil.

Desta sorte, com tais cabedais e predicados a lhe marcarem a linha do destino, Silva Leme de pronto se entregou à prática profissional, entrando a colaborar, primeiro, na construção da ferrovia que de Rio Claro iria ter a S. Carlos do Pinhal e de cuja colaboração saiu para explorar, como técnico responsável, o trecho que da mesma estrada se dirigia para Araraquara. Acreditado

proficiente, transmudou-se de engenheiro-chefe em construtor da Estrada de Ferro Bragantina, na qual permaneceu cêrca de quatorze anos, no encargo de inspetor geral. Isto feito, voltou êle a serviços de reformas e construções particulares, sendo algumas destas destinadas ao ensino público e eclesiástico, e tôdas lhe proclamavam o nome de técnico de muito merecimento. Folgo no enunciar que os dados biográficos aqui expostos foram recolhidos de afirmações do próprio Silva Leme, na parte de sua importante «Genealogia Paulistana» referente aos Lemes.

Haviam de ser dêsse período as agraciações que lhe foram conferidas pela Santa Sé e das quais tanto se ufanava, pois que católico de bentinho, rosário e opa.

Sereno por natureza, concentrado por índole, modesto e seguro, não seria Silva Leme um dêsses aventureiros e cabotinos em que a ambição se cega e jamais se sente locupletada. Construia, edificava, trabalhava, estudava, dirigia e, por inaudita felicidade, ainda amealhava tantos conhecimentos quanto finanças, resultantes de sua ação profícua.

Aí por 1898 deu-lhe na telha a curiosidade de emprestar maior desenvolvimento à grande obra de Pedro Taques sôbre genealogia e começou de reunir elementos com êsse objetivo, e quando os possuia que farte, já em 1901, tendo planejado diretrizes que se traçou, deu início aos trabalhos para a feitura do livro tornado monumental, e da sua autoria, em nove alentados volumes. A publicação do primeiro é de 1903 e a do último de 1905.

Para a execução da empreitada considerou a importância documental e histórica que a obra de Pedro Taques representava. constantemente procurada e avaramente encontrada. Considerou ademais que um herdeiro dêsse paulista ilustre lhe devia ser o continuador, pois que disporia de arquivo e tradição da familia e poderia assim corrigí-la em falhas, completá-la em lacunas, desenvolvê-la em merecimentos. De tal modo, se ao meado do século 18 Pedro 'l'aques nos dera a «Nobiliarquia Paulistana», ao comêço do século 20 Silva Leme nos engrandecia e enriquecia com a «Genealogia Paulistana», irmanando-se ambos na codificação da história dos que primeiro povoaram as terras piratiningas, por me'o dos rebentos que lhe nasceram, dotados de seiva para fecundas realizações de descobertas, de povoamento, de exploração e de colonização de imensos rincões do Brasil. Mas, para que essa obra de tamanha valia se completasse na sua integralidade almejada, veio de espontâneo a excelente colaboração de dois vitoriosos propulsores, quais sejam Augusto de Sigueira Cardoso e o mestre Afonso de Taunay, estabelecendo-se o que se chamou

a concordância da mais adiantada obra genealógica da família

paulista.

Em casos de semelhança deste que enuncio, poder-se-ia perguntar por que os dois rebentos dos Lemes avitos se voltaram a estudos tais, tão desaconselháveis no Brasil, senão desprimorosos ao aprêço de quase todos? Certamente o fizeram inspirados na curiosidade de acompanhar a trajetória do primeiro dêsse nome que pisara o chão de S. Vicente, aí por 1550, ou seja o velho Leme, o Pedro Leme que se arriscara, com a consorte Luzia Fernandes e a filha Leonor Leme, a tentar a vida na região que Martim Afonso de Sousa havia fecundado com tôda a vitalidade para o progredimento. Lançados os alicerces dêsse tentame de incontestável mérito, sentiram ambos, o Taques e o Silva, por sua vez, que ao desdobramento dos Lemes se envolveram outros nomes, outras familias, num cruzamento de louvada homogeneidade, e que o trato de umas se prendia ao trato de outras. E foram seguindo, aqui e ali recolhendo fragmentos de informações, noutros centros rebuscando-as com mais insistência, procurando arquivos particulares, cartórios públicos, escrínios eclesiásticos, dados individuais que de procedência de crédito. e tudo dispuseram em ordem para a elaboração e acabamento de duas obras sobremodo valiosas, mais importantes, ainda agora, que quaisquer até aos nossos dias feitas no Brasil.

Do meu acanhado saber apenas se contam, como obra genealógica no Brasil, e de famílias brasileiras, no século 18, além da «Nobiliarquia Paulistana» de Pedro Taques, «Catálogo Genealógico» de frei Antônio de S. Maria Jaboatão, pernambucano da ordem franciscana: a «Nobiliarquia Pernambucana» de A. J. V. Borges da Fonseca, também de Pernambuco, e mais a «Nobiliarquia Brasileira» do cônego Roque Luís de Macedo Leme da Câmara, ainda inédita, como suponho, na Biblioteca Nacional.

Preconiza-se, erradamente embora, pois que injustificável, o conceito de que só se faz genealogia em tôrno de famílias ilustres, de respeitáveis nomes e, por fim, de gentes nobres, que a tendência era no sentido da elaboração de livros de nobiliarquias. do que são evidentes provas os estudos realizados na centúria de 1701 a 1800. Posteriormente, será melhor dizê-lo ao comêço do século 19 e quando a semente da independência nacional se vinha desenvolvendo, nasceu-nos a compreensão de que, em nos separando politicamente dos liames portuguêses, êsses resíduos nobiliárquicos desapareceriam, mais cedo ou mais tarde. E desapareceram mesmo, pois que a nobiliarquia patrícia no século passado não se fazia representada senão como recompensa imperial de um título de valor individual, prescrito definitivamente com a morte de seu portador. A filiação, a transmissão, a sucessão da

importância dêsse diploma não mais se registraria. Destarte, nada mais se elaborou em volta de nobiliarquia genealógica e se passou pròpriamente a fazer estudos de genealogias generalizadas, com a orientação de conterem e contarem elementos que realmente correspondessem a familias brasileiras.

Dentro, pois, nessa compreensão de extinção das nobiliarquias, considerou-se a importância e significação do que o estudo da genealogia revela em benefício da Moral, da Jurisprudência, da Sociologia, quando não seja ela mesma uma arte, uma ciência e, assim não podendo ser relegado o seu conhecimento.

Por isso é que se iniciou nas províncias e ainda nos Estados brasileiros a pesquisa genealógica mais vivamente, firmado o desejo dos naturais de tais regiões de conhecer e divulgar as qualidades dos seus ascendentes, os primeiros de que provieram. máxime depois que, em sendo êles de outras nações, se instalaram e radicaram no Brasil. E bendigamos e louvemos que, sem o minimo de repúdio, nem mesmo qualquer resíduo de desamor a advenas que em nossas terras se fixaram, a nós apenas bastariam conhecimentos relativos à nossa gente. Assim, por exemplo, tendo em conta que de Portugal nos veio a maior fôrça da primitiva colonização brasileira, aos genealogistas portuguêses ficasse a tarefa do cadastro de seus compatrícios até o momento da emigração ou transferência de domicílio e de pátria. Nós, os genealogistas brasileiros, nos incumbiríamos então de acompanhá-los de seguida, na constituição que realizariam êles de familia brasileira. E tal se vem praticando, com bonança e proveito.

Percorram-se, mesmo de vôo, os Estados do Brasil onde se processam estudos genealógicos e isso se terá comprovado. No Rio Grande do Sul, no Paraná, em Mato Grosso, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Ceará, no Pará, que eu saiba, o trabalho de levantamento genealógico vem já de vários anos. Em Goiás, o que ora está produzindo o cônego José Trindade é de todo aplauso. A obra de Aragão Bulcão, na minha terra baiana, é considerável e a constância dêsse abnegado autor merece ser imitada, e gabada. Como Silva Leme, também êle é engenheiro civil e às vésperas de aposentadoria, não sei se depois de amealhado em finanças como em colheita genealógica, à semelhança do seu predecessor paulista.

Nesta enumeração deixei para referência especial o que se faz em S. Paulo, onde a semente plantada por Pedro Taques, Silva Leme, Carvalho Franco, Afonso de Taunay, Siqueira Cardoso é de magnifica fecundação. E aí está em prova patente o Instituto Genealógico Brasileiro, de fundação de Salvador de Moia, grêmio a cujo exemplo se seguiram associações de iguais fina-

lidades na Bahia, em Pernambuco, no Distrito Federal, onde, recentemente fundado, e promissor, o Colégio Brasileiro de Genealogia. Entanto, por que Colégio a sua denominação, quando no Rio de Janeiro só se deve admitir escola superior, faculdade, e universidade, ao menos por ser aqui o centro geográfico, político e cultural da própria Federação?

Mas, divagando assim à luz do desenvolvimento da genealogia no Brasil e tendo já procedido ligeiro apanhado de observações dêsse desenvolvimento, não é sem razão o ousio de sugerir, neste instante de oportunidades, que instituições com tais objetivos, tanto as vigentes quanto outras que a imitá-las apareçam, tomem a diretriz de orientação equânime no sentido da realização de obra maior, guiando-se para isso numa exclusiva orientação de pesquisas e de utilização desta, evitando-se a constante dispersão de fôrças de capacidade e de ação. Por que, para justificar, ou argumentar, tais instituições não fazem entre si intercâmbio de informações e das pesquisas já executadas? Todos sabemos vir dos Estados para o Distrito Federal inumerável quantidade de valores individuais representativos com família ou não, e que aqui se instalam e se estabilizam. Pois bem: os institutos dessas procedências transfiram ao do Distrito Federal todos os apontamentos correspondentes a êsses valores, pelo menos os constantes dos primeiros passos biográficos respectivos, a fim de que o instituto carioca inicie a sua obra no concernente a tais individualidades. Também haverá naturalmente a recíproca, partindo dêste e se estendendo aos demais. Nesse proceder ficará acentuada a condição de que todos trabalhamos sob o patriótico objetivo de servir à genealogia brasileira, com o intuito de executá-la e engrandecê-la.

Outro ponto a ferir-se na presente conjuntura é o da sistematização, ou seja a própria metodologia relativa à organização de verbetes e de fichas genealógicas individuais. Como se está fazendo, à vontade de cada linhagista ou arbítrio de cada instituto, resultará em balbúrdia, de dificil solução. Ainda nisso S. Paulo é paradigma. A sistematização adotada, ou talvez imaginada, pelo Instituto Genealógico Brasileiro, é, no momento, aconselhável e sob o seu modêlo houve quem praticasse, com acertado proveito, a adaptação do Catálogo Genealógico de frei Jaboatão, que poderá ser consultado na excelente Revista dêste venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no seu volume 191.

A importante obra de Silva Leme, em nove volumes e acrescida de adendos de Afonso de Taunay, bem como simples reparos e acréscimos por outros posteriormente levantados, não teria sido naturalmente composta nos limites dessa sistematização, pois que

anterior ao Instituto, mas a de Aragão Bulcão, algo ulterior e que a todos os encômios se continua, bem poderia compor-se segundo essa fórmula, muito e muito promovendo a facilidade da consulta de curioso menos abalisado.

Estende-se mais ao longe o lanço da sugestão ora feita. Ao tempo da realização, nesta Capital, em 1949, do grandioso 4º Congresso de História Nacional e que se deveu à capacidade criadora de Pedro Calmon e executora de Macedo Soares e de Tavares de Lira, três grandes luzeiros desta Casa, uma indicação de alta finalidade genealógica se aprovou, na qual se afirmava a criação do Instituto Nacional de Genealogia. Saibam disso os genealogistas contemporâneos e busquem promover expediente necessário para o aproveitamento dêsse plano grandioso, na absoluta certeza de que alcançarão com isso o mais rendoso resultado. Assim, em concordância de vontades individuais, em alianças de ação sinceramente bem entendidas de associações congêneres, sob a divisa do interêsse da Genealogia, teremos feito, igualmente, a nossa ONU providencial, em defesa e contra a guerra fria do crêmelim do indiferentismo nacional, encurralado por extensa cortina de ferro circundante, que tanta fôrça reune para o enfraquecimento e vencida dos nossos propósitos, quais graças a estudos e pesquisas de fundo genealógico.

O que essa indicação sugere, com apreciável possibilidade de execução, com ou sem o cunho oficial constante de sua organização primária, será o caminho mais curto da consecução dos nossos objetivos, e tudo conceituo nesta apreciação de que a obra de Silva Leme, de Aragão Bulcão, de Mário Linhares e outros tais, cobraria mais valimento e profiquidade se concluída por meio de cooperação entre indivíduos que ao tempo se envolvessem em estudos dessa natureza ou especialidade.

Apenas com o desejo de recolher aqui e ali contribuições esclarecedoras destas palavras, para a elaboração estive a percorrer as páginas da obra completa de Silva Leme, e com o maior e mais delicioso agrado fui encontrando informes e nomes baianos entrelaçados com paulistas, numa conjugação feliz de alianças matrimoniais que teriam sido de magnífico proveito. Paulistas que foram à Bahia e lá constituiram familias e depois tornaram para São Paulo trazendo filhas que se casaram com paulistas. Baianos, por sua vez, que se enamoraram e se entregaram seduzidos às grandezas de São Paulo e que para as terras «do país do sul» se dirigiram, com suas famílias, donde provieram outras famílias paulistas. Mas subiu de ponto o meu agrado quando minha fraca visão descortinou referência ao filho da Jacobina, meu conterrâneo, que mais alto se alçou na representação de minha e nossa terra.

Pedro Taques, seguido por Silva Leme, vinha traçando a biografia de Isabel Pires, senhora de imensos haveres, residente no reino e casada com um sinistro caçador de fortunas que acudia pelo nome de João Fernandes de Oliveira. Este, sentindo-se às proximidades da morte, pediu fôsse ouvido por um confessor, que por fatalidade fôra, sem mais nem menos, o meu conterrâneo, no dizer de Pedro Taques «um sujeito tão sábio qual é o frei José do Menino Jesus, hoje bispo de Vizeu»...

Pois êsse «sujeito tão sábio», como o classifica o biógrafo, um frade carmelita descalço, nasceu na Jacobina, recôndita e sagrada relíquia da Bahia, aí por 1735. Trazia o nome de José Correia Neto, fez-se licenciado pela Universidade de Coimbra, mestre de teologia e de filosofia, bispo do Maranhão e de Vizeu, que ingressara na vida eclesiástica a 1 de março de 1761 com o título de Frei José do Menino Jesus e que por Pedro Taques era considerado sábio.

A que vem isso na Nobiliarquia Paulistana? Isabel Pires era personalidade da história de S. Paulo e o tal João Fernandes de Oliveira, seu marido, em sendo ouvido na extrema-unção por frei José, sentiu tão forte a punção do arrependimento de males e crimes praticados que, em recobrando os sentidos, pediu a presença de tabelião e a êste ditou tudo quanto de culpas se acusava, na ânsia de apagar atos ominosos ou criminosos até então cometidos.

A genealogia, irmã germana da biografia e ambas a serviço da História, veicula na sua divulgação os grandes proveitos de que os homens de crédito e de inteligência ainda de todo não lhe quiseram tomar conhecimento. Que o diga, entretanto, com sua reconhecida autoridade, mestre Afonso Taunay, quantas prestadias importantes a obra de Pedro Taques e a obra de Silva Leme hão trazido ao curso da história paulista e de populações da vizinhança do Estado bandeirante, principalmente no tocante a vida de antecedentes seus, a fatos relativos ao conhecimento público, e que todos conveem sejam vulgarizados. Alcântara Machado produziu livro magnífico baseado em maior parte na obra de ambos êsses genealogistas.

Luís Gonzaga da Silva Leme viveu cêrca de sessenta e sete anos, porquanto sua morte ocorreu a 13 de janeiro de 1919, e desde 1891 se dera à curiosidade benemérita da iniciação no rendilhado ou emaranhado terreno da genealogia. Dessa curiosidade resultou o seu maior feito na existência, que é, sem dúvida, uma obra de proclamado valimento, ou «das mais úteis no culto das tradições nacionais», ao parecer do sábio brasileiro Basílio de Magalhães. Publicada à própria custa, com cêrca de cinco mil páginas e em nove volumes, persistiu êle na seguida faina, corrigindo-a, emen-

dando-a, completando-a, melhorando-a por meio de suplementos. Muita coisa ainda lhe haverá ficado de sobejo, para o esmiuçamento de outros que a tais partículas aproveita. Manteve-se, porém, sempre na convicção de que genealogia não se levanta com recursos de lendas, nem de orientalismos de estilo, nem de contribuições verificadamente falsas, tanto que na sua obra tudo fez por esmerá-la, expungindo-a de erronias, tendo em vista baseá-la na documentação mais fiel. Também não o inspirou a vaidade, nem o orgulho tradicional de origem, e assim é que, ao prefaciá-la, escreveu:

«Não foi êle (o livro) inspirado na vaidade de estampar os brasões de armas que provam a nobreza dos nossos antepassados, e sim na necessidade que temos de guardar as tradições de família e satisfazer a curiosidade justificada, que nos leva a perguntar de onde viemos, a que nacionalidade embora remotamente nos filiamos pelos laços de sangue, e quais os feitos que enobreceram os nossos antepassados, gravando seus nomes na história de nossa pátria».

E para que tanto o fizera? Simplesmente para modêlo de vida sde contemporâneos e de venturas, transmitindo-lhes espêlho límpido, através do qual possam ver a nobreza dos feitos quanto a baixeza dos atos maus, diante dos quais sigam o caminho que melhor lhes parecer. Esse, aliás, o preceito do grandiloquente Saulo, o da estrada de Damasco, a propósito de leitura de livros. que podem ser lidos todos mas aproveitados ou seguidos tão somente os melhores.

Homem abastado de fortuna, e esta oriunda do esfôrço, do trabalho e da ação, hoje que lhe estamos a bendizer a obra realizada, ao comemorar-lhe o centenário do nascimento, temos o direito de perguntar-lhe, e aos circunstantes: Onde o seu merecimento a tamanhas honrarias? Se o não forrassem a nobreza de caráter, a situação social que o recomendava e a honestidade do desempenho de todos os seus atos, qualidades, aliás, que nem a todos os homens se associam, certamente o seu título maior terá sido o de genealogista. Nem bacharel em Direito, nem engenheiro civil, nem construtor de estradas, pois que inúmeros outros o têm sido, todo o seu mérito consiste, à vista da posteridade, e se projeta e se perpetuará através dos notáveis estudos de genealogia que admiràvelmente praticou.

Quem quer que a tais estudos se entregue, no intuito de imitá-lo, e quem quer que lhe consulte a obra monumental à cata de documentação para afirmativas seguras, hão de repetir conosco, nesta hora consagradora: Bem aventurados os que estudam e que dos estudos, orientados para o bem, nos legam os mais valiosos

conhecimentos de que carecemos.

O GENERAL AUGUSTO TASSO FRAGOSO (*)

GENERAL V. BENICIO DA SILVA

A biografia de Augusto Tasso Fragoso não cabe nos limites estreitos de uma conferência. Tantas e tão amplas são as modalidades em que ela se multiplica, que a exigüidade de um momento não permite apreciá-la completa e sob todos os aspectos. Exige um livro qúe, certo, alguém escreverá. Mas impõe-se que, desde já, enquanto vivos, os que com êle tiveram a honra de privar, vão registrando e divulgando, para que se não percam, seus testemunhos pessoais.

Já muito se tem feito, em várias oportunidades. Mas urge que se não interrompa esta obra fracionada, concorrendo outros para o almejado conjunto.

É êste o meu propósito e é esta a minha parcela, a minha modesta colaboração, no restrito tempo que o egrégio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o ilustre auditório me concedem, e que eu me impús o dever de reduzir o que me custou longos dias de coordenação e de síntese.

E há razões de ordem pessoal que me aconselham esta deliberação: o muito que me honrou com sua amizade e o muito que influiu em minha formação profissional.

Assim, em meio de uma apreciação geral cronológica, procurarei interpolar observações de meu próprio testemunho.

Duas datas próximas ditaram-me a oportunidade: a do seu nascimento em 28 de agôsto de 1869 e a do seu falecimento em 20 de setembro de 1945.

Não é, pois, um necrológio nem uma efeméride festiva que se vai comemorar. É uma fecunda vida de 76 anos que sempre se deve rememorar, com orgulho das gerações que vão findando,

^(*) Conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 30 de setembro de 1952.

como exemplo às gerações hodiernas, como estímulo às gerações vindouras.

* * *

Augusto Tasso Fragoso foi militar, e sempre militar. Sem deixar de ser militar, foi geógrafo e geodesista, foi historiador, foi diplomata; e, muito embora repudiasse a política, forçado por circunstâncias ocasionais, foi também político, em momentos decisivos de nossa evolução social. E é sob tão variados aspectos que sua personalidade multiforme — mas sempre subordinada à constante militar — deve ser apreciada.

Audaciosamente lançado neste empreendimento, passarei em revista outros aspectos e demorarei no soldado, o que mais interessa aos nossos conhecimentos, feição em que mais oportunidade tive para com êle privar.

Não confiante na memória, que já me vai falhando, socorri-me do Arquivo do Exército, cujo diretor gentilmente cedeu-me o «Histórico da vida militar do General Augusto Tasso Fragoso» (Fé de Ofício. Anexo I), e dirigi um questionário a sua filha. a distinta Senhora Evangelina Fragoso Pires, dignissima consorte do Dr. Genésio Pires (ambos aqui presentes). E fui feliz neste apêlo, pois Evangelina (que me proibiu chamá-la de outro modo) confiou-me dados abundantes e preciosíssimos, de que me servirei com forcada parcimônia. E dentre êles refiro (Anexo II), uma crônica escrita por seu progenitor em 1901. É uma referência ao Colégio do Pires, onde fazia suas primeiras letras e do qual foi expulso por se ter rebelado, com dignidade, contra os errados processos de ensino então em prática, contra a injustiça e ignorância dos mestres, contra a humilhação imposta às crianças, convencidos como estavam de que a instrução e a educação só podiam ser incutidas, ao capricho de professôres e decuriões, pela violência, à fôrca de palmatoadas, cuja unidade era a dúzia.

Ressaltam, nesta crônica, ao lado da crítica severa aos erros da época, escrita com elegância e correção pelo jovem militar, q panorama daqueles tempos e a incontida reação do menino insubmisso à prepotência, à barbárie e à ignorância dos que dolosamente exerciam o comércio de educar a juventude.

Felizmente teve outros mestres — o professor Amaral, com quem sempre se correspondeu e a quem dedicou grande afeição, e um explicador particular de nome Corrêa. Outros processos teriam melhor proveito no indisciplinado garoto.

* * *

Nascido em S. Luís do Maranhão em 1869, filho legítimo de D. Maria Custódia Fragoso, distinta dama paraense, casada

com o comerciante português e cônsul de seu país Joaquim Coelho Fragoso, o tempo e o ambiente doméstico e social não foram propícios a seus pendores para a carreira das armas. Entretanto, embora destinado por seu pai às labutas comerciais, bem cedo revelou preferência pela vida militar. E, apenas completos seus dezesseis anos, já com o curso ginasial feito no Liceu Maranhense, em 21 de março de 1885 assentou praça voluntàriamente no Batalhão de Engenheiros e foi adido ao Corpo de Alunos da Escola Militar, matriculado nas aulas do curso preparatório, cujos exames deviam ser ali revalidados: aritmética, álgebra, geometria e trigonometria e desenho. E tal era o seu preparo, a sua inteligência e o seu pendor pela matemática que, ao findar o ano, findava também o curso, aprovado plenamente (grau 9) na primeira, com distinção (grau 10) na segunda e na terceira e simplesmente (grau 2) na última dessas disciplinas.

Em março de 1886 foi matriculado no primeiro ano do curso superior, consagrando êsse ano ao curso de Infantaria e Cavalaria, conquistado com duas distinções (grau 10) e duas aprovações plenas (8 e 9).

Em 1887 fez o segundo ano, aprovado plenamente (grau 9) nas três matérias que cursou.

1888 foi dedicado ao terceiro ano, que concluiu com aprovações plenas (grau 9 em três aulas e 7 em prática). Terminou assim o curso de Artilharia, o que lhe valeu o galão d'e alferes-aluno, conferido em 19 de janeiro de 1889.

Serão dessa época suas manifestações abolicionistas e republicanas, ideais que empolgaram a mocidade de então, principalmente os alunos do grande mestre que foi Benjamin Constant, de quem Tasso Fragoso e Cândido Rondon foram discípulos prediletos, tanto no currículo regulamentar como nas doutrinas científicas hauridas na escola de Augusto Comte.

Tasso Fragoso, com Cândido Rondon, João de Albuquerque Serejo e mais 55 oficiais alunos da Escola Superior de Guerra, assina, em 11 de novembro de 1889, um dos chamados pactos de sangue em que se comprometem a «acompanhar Benjamin Constant em suas deliberações até o terreno da resistência armada», na campanha republicana. (Anexo III).

E é ainda com Rondon que Fragoso desempenha importante missão em 15 de novembro, no ato da proclamação da República.

Mas dessas atitudes não se serve para alcandorar-se em postos oficiais estranhos a sua profissão. Convidado por Floriano, não quer ser prefeito da Capital, recusa uma pasta de Ministro de Estado, e aceita apenas a Intendência de Obras da Prefeitura.

mas com os vencimentos de tenente (300 mil réis, muito inferiores aos daquela função civil). E eleito pelo Maranhão deputado à Assembléia Constituinte, renuncia o mandato, sem tomar posse da cadeira. (Conferência proferida pelo Coronel Pery Constant Beviláqua em 2 de outubro de 1945. Anexo IV).

A 4 de janeiro de 1890 foi promovido a 2º tenente e três dias depois foi-lhe conferido o segundo posto na hierarquia militar (1º tenente de Artilharia).

Em abril do mesmo ano foi matriculado na Escola Superior de Guerra, e em janeiro de 1891 foi público haver concluído o curso de Engenharia Militar e Estado Maior, todo êle com distinções e notas plenas, recebendo o grau de bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais pelo Regulamento de 1889. E foi transferido da arma de Artilharia para o Corpo de Estado Maior de Primeira Classe.

Terminam aí, com brilhantismo, suas atividades escolares e começa, em sólidos alicerces, o autodidata a completar e aperfeiçoar sua cultura profissional e científica nas comissões que passa a exercer. E com que sofreguidão e com que velocidade êle volta e não abandona a gramática, delicia-se na literatura, derrama-se pela história e aprofunda-se nas ciências exatas, de sua especial predileção. Que o diga a biblioteca doada por sua família e condignamente instalada, sob a égide do seu nome, na Escola de Estado Maior do Exército, como salientaram o General Francisco Gil Castelo Branco, um de seus dedicados amigos, em seu discurso inaugural, e o Dr. Raul de Araujo Maia, genro do General Fragoso, em sua oração de agradecimento. (Anexo V).

Em fevereiro (1891) foi mandado praticar no Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, sob a direção do eminente mestre Dr. Luís Crulz, de quem se faz amigo e com êle passa a fazer parte da comissão incumbida da escolha do local para a Capital da República (1892). Em 1893 (agôsto) é posto à disposição do Ministério da Viação para praticar na Estrada de Ferro Central do Brasil. Estas comissões constituem prática dos seus diplomas e abrem-lhe caminho para o exercício de outras, no âmbito de atividades militares.

Sobrevinda a revolta da Armada, apresenta-se ao Ministério da Guerra, pede um posto nas fôrças que vão dominá-la e toma parte nas lutas, até cair gravemente ferido no renhido combate da Armação. É imediatamente atendido pelo Dr. Brício Filho que o considera perdido; mas, graças à perícia cirúrgica e à sua resistência orgânica, é salvo do perigo que tanto preocupou Floriano, a ponto de pessoalmente tomar providências para que nada lhe

falte — médicos, hospital e recursos materiais, deficientes em Niterói. É expressivo o bilhete que, na angústia do momento, o próprio Marechal de Ferro escreve a um ilustre médico (Anexo VI). E a 9 de fevereiro de 1894 é promovido a capitão por atos de distinta bravura no combate entre fôrças legais e revoltosas, na cidade de Niterói.

Resta-lhe, porém, do grave ferimento, a atrofia de uma perna, para cujo tratamento só se encontrarão recursos na Europa. E Floriano resolve, então, nomeá-lo ajudante da comissão encarregada da compra de armamento e material para o Exército, devendo apresentar ao ministro da Guerra um relatório sôbre a organização do serviço geodésico na França e na Alemanha. Estas missões, e as que desempenhou sob a chefia de Crulz, terão sido pontos de partida para o exercício de outras, como técnico de material bélico e abalizado geodesista.

No govêrno de Prudente de Morais, para dar o lugar a outro candidato, é exonerado da comissão na Europa. O chefe da comissão faz ponderações ao govêrno e pede revogação dêste ato, o que consegue, mercê dos relevantes serviços que vem prestando. E só então dá-lhe conhecimento da exoneração revogada; mas Tasso Fragoso, melindrado, prefere regressar imediatamente e pede exoneração, e a 21 de agôsto de 1895 chega ao Brasil, onde vai prestar serviços na Diretoria de Obras Militares e, como ajudante da Comissão de Fortificação e Defesa do Litoral, na qual é incumbido dos trabalhos que se vão realizar de Copacabana à Praia da Gávea.

Neste mesmo ano de 1895 constitui o seu lar, consorciando-se com a distinta filha de Temístocles da Silva Maciel Aranha e Maria da Glória da Graça Aranha, tendo como avós maternos José Pereira da Graça (Barão de Aracati) e Maria Adelaide Alencastro Graça, e como avós paternos Joaquim Maciel Aranha e Josepha Morais e Silva Aranha. Este consórcio com Josepha Graça Aranha Fragoso (D. Yayá), católica fervorosa, vai influir na vida espiritual do discípulo de Benjamin Constant e amigo íntimo de Teixeira Mendes, o ilustre mestre da Igreja Positivista no Brasil, o mais convicto praticante e pregador das doutrinas de Augusto Comte. De seu acôrdo com o Positivismo é comprovante o Programa Escolar organizado por Teixeira Mendes e apresentado ao Conselho Municipal da Cidade do Rio de Janeiro pelos Intendentes Tasso Fragoso e Barros Figueiredo, em 30 de março de 1892.

Os anos de 1896 a 1898 são dedicados a obras de defesa do litoral — instalações elétricas da Fortaleza de Santa Cruz, projeto para defesa de Copacabana e chefia dos serviços na Fortaleza de São João.

Estes estudos culminam na construção da Fortaleza de Copacabana, nestes têrmos referida pelo seu dedicado amigo, que seria o seu melhor biógrafo, o venerando Marechal João Albuquerque Serejo, genro de Benjamin Constant, em entrevista concedida à Nação Armada de abril de 1946 (Anexo VII):

«Fazendo parte da Comissão de Fortificações, fez o projeto do forte. Mais tarde, querendo o govêrno construir êste, o General Mallet, então ministro da Guerra, pediu à Casa Krupp que mandasse ao Brasil um engenheiro, a fim de fazer um novo projeto. A Casa Krupp respondeu que no Exército Brasileiro havia pelo menos um oficial com competência para o trabalho — o Capitão Tasso Fragoso, já conhecido na Alemanha. Apesar disto, tendo o ministro insistido para a vinda de um engenheiro, êste veio e apresentou o seu projeto que, estudado pela Casa Krupp, comparadamente ao de Fragoso, foi julgado menos feliz do que o dêste».

Em 1899, em virtude da extinção da Diretoria de Obras Militares, vai servir na Repartição de Estado Maior, onde, logo de início, é incumbido de organizar a biblioteca dêste novo órgão de direção técnica militar. Em dezembro é designado membro da comissão incumbida do plano de reorganização do Exército, adaptando às nossas condições os ensinamentos das nações mais adiantadas.

Em outubro de 1900 é posto à disposição do ministro do Exterior para servir na Comissão de Limites com a Bolívia, função que deixa em agôsto do mesmo ano, voltando ao Estado Maior.

Em abril de 1903 vai servir na Comissão de Levantamento da Carta Geral do Brasil, cabendo-lhe (em 1904) o problema fundamental de Geodésia — localização e medida de uma base. Em maio de 1904 é promovido a major.

Quem não é dócil não pode ser douto, costumava dizer o preclaro mestre. E êle põe em prática êsse princípio, na execução no terreno dos importantes e difíceis trabalhos, raros no mundo, e apenas iniciados no Brasil, consultando a maior autoridade na matéria — o professor alemão F. R. Helmert, chefe do Instituto Geodésico da Prússia e do Escritório Central da Associação Geodésica Internacional, com quem mantém correspondência epistolar, de 1899 a 1908. (Dessa correspondência existem dois rascunhos de cartas de Tasso Fragoso e seis cartas do geodosista Helmert, carinhosamente guardadas por D. Evangelina, digo pela Evangelina).

Da mesma época é o relatório de Tasso Fragoso ao Coronel Feliciano Mendes de Morais, chefe da Comissão da Carta Geral do Brasil, precioso documento orientador dos oficiais que trabalham nessa comissão, publicado em 1943 pela Biblioteca Militar, sob o título de Método de Schreiber.

Trabalhou na Carta Geral até novembro de 1906, quando pede exoneração e volta ao Estado Maior, deixando traços luminosos na comissão que exerceu durante cêrca de quatro anos.

Por êsse tempo, em uma vinda ao Rio a serviço, teve a incumbência de acompanhar o Barão Von Eisenstein, general do Exército Austríaco (1905). Mais tarde (1907), a pedido do Ministério do Exterior, recebeu em Pernambuco o General Júlio Rocca, Presidente da República Argentina, e acompanhou-o em sua passagem pelo Brasil.

Nos anos de 1907 a 1909 ocupa-se em trabalhos de Estado Maior, destacando-se na preparação e execução de manobras militares e na comissão incumbida de elaborar um projeto de organização e regulamentação do serviço interno dos corpos de tropa, nos quartéis e em campanha.

Em agôsto de 1908 seguiu para a Alemanha no Estado Maior do Marechal Hermes da Fonseca, futuro Presidente da República, comissão que exerce por sugestão de Rio Branco, de quem já era e continua sendo íntimo amigo.

Em julho de 1909 seguiu para a Argentina como Adido Militar à Legação do Brasil, onde o alcança a promoção a tenente coronel para a arma de Cavalaria, em 23 de junho de 1910. Nessa comissão, que exerce até abril de 1911, impõe-se à consideração de militares e civis, deixando entre uns e outros inúmeros amigos.

Em setembro dêsse mesmo ano é classificado no 8º Regimento de Cavalaria, com sede na cidade de Uruguaiana, onde, como êle afirma, vai assentar praça.

Efetivamente, tendo exercido sempre comissões, sua passagem pela tropa, embora assinalada com sangue, por atos de bravura, foi sempre efêmera. E o momento é oportuno para grandes realizações na instrução militar, tanto sua como do Exército, nos comandos que exercerá, quer à testa do Regimento, quer no comando da 2ª Brigada de Cavalaria a que esta unidade pertence.

Deixemos falar um tenente que foi seu comandado, em carta que dirigiu a uma revista militar daquele tempo. Este documento terá o sabor da contemporaneidade e do testemunho pessoal (Anexo VIII). Leiâmo-lo em resumo:

«Aqui nada se faz de novo; observam-se nossos regulamentos ou colhem-se nos de outros exércitos as omissões dos nossos.

«A instrução de tiro foi a primeira preocupação do Tenente Coronel Fragoso. Faltavam-nos linha de tiro, alvos, armas, dados balísticos, classificação de atiradores, regulamentação da instrução. Hoje tudo isso possuímos. Utilizamos a linha da Sociedade nº 9 e terrenos baldios nas cercanias do quartel, onde instalamos até seis alvos. E diàriamente instrui-se o pessoal, que se empenha em galgar as quatro classes de atiradores.

«O material necessário é feito em nossa carpintaria.

«Em ginástica sem aparelhos ensaiamos a sueca. Nesse afã o comandante, à frente da escola, ensina a oficiais e soldados o mecanismo da instrução.

«Da ginástica em aparelhos nada temos regulamentado. Utilizamos o Manual de Ginástica do português Miguel de Alarcão.

«Não pudemos ainda iniciar a ginástica a cavalo. Para ela foi construído um cavalo de pau; parece-nos que o 8° R. C. é o primeiro que possui êste utilissimo engenho.

«O emprêgo da lança é exercitado a pé e a cavalo. Ésses exercícios, como a esgrima de espada (ainda em comêço), foram confiados ao Capitão Furtado do Nascimento.

«Em evoluções nosso regimento trabalha satisfatòriamente.

«As dúvidas surgidas na interpretação do nosso único regulamento, da autoria do General Caetano de Faria, são resolvidas pelo nosso comandante, em tôrno de quem nos reunimos para discutí-las. E — fato digno de referência — nem sempre a opinião do chefe é a predominante. E o mestre aplaude com indisfarçável prazer a vitória do comandado.

«Nas manobras de fim de ano o estudo prévio do serviço em campanha e a leitura do precioso livro de Griepenkerl, assim como as preleções do nosso chefe, são os elementos que nos habilitam aos trabalhos no campo.

«Chegados ao acampamento lançamo-nos à execução. E é um desfiar de sensações novas, inesperadas. Os esquadrões são lançados ao campo, em rumos diferentes. Só em marcha recebem as ordens, verdadeiras cartas de prego. Eram problemas táticos que lhes cumpria resolver. E atingido o desiderato do nosso chefe, vem a crítica judiciosa e inteligente.

«Como tudo é diferente das manobras em que temos tomado parte! — dizia o tenente, cujo relato acabo de resumir.

E, digo eu, agora, que até então só se praticava na tropa a instrução de recrutas, a de ordem unida e o tradicional exercício geral ou simples desfile pelas ruas da cidade, frequentemente comandado pelo ajudante da unidade. Quanto a manobras, muito

movimento, engajamentos violentos, enorme consumo de cartuchos de festim, nenhuma crítica, muito poucos ensinamentos.

Episódio interessante passou-se comigo no 8º R. C. Fôra organizado um pelotão de sargentos, cuja instrução me foi confiada. Certa manhã fui surpreendido por uma voz de comando — Pelotão, alto!

Era o comandante do Regimento que assumia o comando da minha escola e passava a repetir os movimentos que eu acabara de ensinar, terminando por um de que êle discordara. Não quis eu discutir com o chefe em presença da tropa; e mal voltara a minha secretaria, fui chamado por êle a seu gabinete, onde discutimos o assunto, cabendo-me a vitória.

No dia seguinte o mesmo comando — Pelotão, alto! — interrompia-me a instrução. E falou aos sargentos o Coronel Tasso Fragoso: «Ontem discordei do tenente em um movimento que êle ensinou. Estudamos o assunto e dei razão ao tenente. Assim, façam como êle ensinou». Restituindo-me o comando, retirou-se tranqüilamente. E todos os sargentos, silenciosos, acompanharam-no com o olhar respeitoso, prestes a pronunciar a frase que nos brotava dos lábios: Um chefe!

Dessa mesma época é a seguinte ocorrência que não me furto a recordar:

Dois tenentes estudavam juntos as matérias de concurso para matrícula na Escola de Estado Maior. Quase tôdas as noites eram surpreendidos por um papel jogado pelo comandante, ao passar, sem interromper-lhes o estudo; era um tema tático por êle organizado. No dia seguinte os tenentes levavam-lhe a solução.

Feito o concurso, aguardavam o resultado, com natural ansiedade. Demorando êste, o comandante telegrafou ao chefe do Estado Maior, que respondeu nos seguintes têrmos:

«Tenentes X e Y classificados em 1º e 2º lugares. Decidiu a classificação a solução do tema tático. Parabéns ao comandante e mestre».

Era assim o comandante do 8º R. C., de quem o General Isauro Reguera, aqui presente, «orgulha-se de haver sido seu comandado naquela unidade, onde o comandante, que tudo conhecia, ensinava e praticava, era o melhor chefe e o melhor tenente do regimento que êle tornou famoso».

Seu comando no 8º Regimento foi algumas vêzes interrompido para assumir o da 2º Brigada de Cavalaria, com séde em Alegrete, onde deixou magníficos traços de sua passagem, como atestaram os Generais Roberto Trompowsky e Belarmino de Mendonça.

A 15 de abril de 1914 foi promovido a coronel e voltou a servir no Estado Maior do Exército, e em novembro foi nomeado chefe da Casa Militar do Presidente Venceslau Braz, função que aceitou com relutância e com a condição de exercê-la por seis meses apenas. Findo êsse prazo, pediu exoneração, que o presidente recusou por tê-lo não apenas como chefe da Casa Militar, mas também como seu consultor.

Por várias vêzes o presidente quis promovê-lo a general, ao que êle se opôs tenazmente. Na primeira dessas oportunidades foi promovido o Coronel Almada e na segunda o Coronel Sisson. Na terceira vaga o presidente deliberou não aceitar sua recusa, mandou comprar as insígnias de general e procurou evitar contacto com êle no dia em que assinaria o decreto. Suspeitando da atitude do presidente, Tasso Fragoso procurou-o em seus aposentos e declarou-lhe que se a promoção fôsse feita, seria obrigado a deixar o Exército, atitude exagerada que o presidente sentiu-se obrigado a respeitar, concordando em conceder-lhe exoneração do cargo para poder elevá-lo ao generalato, o que fez a 12 de janeiro de 1918, quando Tasso Fragoso estava no comando do 1º Regimento de Cavalaria.

Rigorosamente escrupuloso, não transigia em vantagens que lhe fôssem conferidas, e muito menos em dinheiro a que o julgassem com direito. São exemplos dessa atitude a recusa à moradia gratuita na casa ao lado do Palácio do Catete, casa em que era obrigado a residir em razão das funções que exercia, assim como recusou-se a receber integral certa ajuda de custo que achou demasiada, aceitando apenas o que julgou suficiente. E em outra ocasião apontou todos os defeitos de uma propriedade particular que possuia e que foi obrigado a vender para melhor atender às obrigações da profissão naquele tempo tão mal remunerada. Sem aplaudir tais atitudes, levadas ao extremo, nós que percebemos de perto suas aperturas financeiras, limitamo-nos a celebrar seus requintados escrúpulos.

Atitudes como estas levaram o Presidente Venceslau, a agradecer os serviços que lhe prestara, a esta expressiva confissão: «Estou na vida pública há 25 anos e jamais encontrei um homem do seu preparo, da sua lealdade e do seu desprendimento».

Promovido a General de Brigada, no mesmo ano exerceu o comando da 4ª Brigada de Cavalaria e logo depois passou ao cargo de diretor do Material Bélico (de 27 de janeiro de 1918 a 22 de fevereiro de 1922).

Em julho de 1920 seguiu para a Europa na comissão incumbida de acompanhar o Rei dos Belgas em sua visita ao Brasil. E por tal modo desempenhou essa comissão que conquistou a amizade do Rei Alberto e foi por êle condecorado com a Comenda da Ordem de Leopoldo da Bélgica.

A propósito ocorre-me lembrar quão pouco levava em conta as condecorações e honrarias: no Almanaque do Exército só constam a Gran Cruz da Ordem do Mérito Militar e a medalha de ouro S.1, correspondente a mais de 30 anos de bons serviços militares. Entretanto possuia mais oito condecorações nacionais e estrangeiras; e o próprio Rei dos Belgas mostrou-se surprêso ao vê-lo sem a condecoração que lhe entregara na véspera, a da maior significação que se concedia na Bélgica. (Anexo IX).

Era o homem talhado para comissões como esta, pois, além de sua vasta cultura e de suas virtudes pessoais e profissionais, dominava várias línguas. Falava o francês, o castelhano, o italiano e o alemão; fazia-se entender inglês. Quanto ao vernáculo, é de lamentar que não se tenha querido candidatar à Academia Brasileira de Letras, pois suas obras, seus escritos, sua palavra, seu estilo sóbrio e escorreito, sua cultura multiforme deram-lhe legítimos direitos à imortalidade.

Por essa ocasião fez rápida visita à França, foi levado a campos de batalha da Primeira Guerra Mundial e foi distinguido pelo Marechal Foch com um jantar em sua honra e com um retrato com expressiva dedicatória. Na mesma ocasião lhe é entregue a Comenda da Legion d'Honneur'.

A 8 de fevereiro de 1922 foi promovido a general de Divisão.

Na repressão do movimento revolucionário de 5 de julho, embora estivesse sem comissão, tive oportunidade de vê-lo transpondo com as tropas o Tunel Alaor Prata e intervindo pessoalmente na direção dos que primeiro se apoderaram da Fortaleza de Copacabana, atitude mencionada em louvores e agradecimentos da Câmara dos Deputados e do Poder Executivo por intermédio do Ministério da Guerra.

A 18 de novembro dêsse mesmo ano (1922) foi nomeado chefe do Estado Maior do Exército. Nesse cargo cooperou decisiva e eficientemente com a Missão Militar Francesa. É de notar que mesmo antes da vinda da missão de instrução chefiada pelo General Maurice Gamelin (1920), já o General Fragoso vinha tratando do assunto, como atestam 18 cartas daquele a êste, correspondência que teve início em novembro de 1919.

Em março de 1923 seguiu para o Chile como chefe da Missão Militar que acompanhou a Delegação Brasileira à Confe-

rência Interamericana de Santiago. Em maio regressou e reassumiu a chefia do Estado Maior.

Até 1929 suas atividades foram ininterruptas junto à Missão Francesa, assistindo-lhe os trabalhos e participando, acompanhando e comandando manobras em S. Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Em janeiro dêsse ano pediu exoneração da chefia do Estado Maior, em virtude de divergências com o ministro da Guerra.

Estava sem comissão quando irrompeu o movimento revolucionário de 1930. Em 24 de outubro os acontecimentos desenrolados nesta capital culminam na deposição do presidente que é substituído por uma Junta Governativa constituída pelos Generais de Divisão Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e Almirante Isaias de Noronha. Sua atitude nesse patriótico acontecimento é precisamente definida no já divulgado telegrama dirigido, na manhã de 25. ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe da revolução triunfante em quase todo o território nacional:

«Minha colaboração no movimento da Capital Federal originou-se exclusivamente no desejo ardente de ver terminada a luta fratricida e na conservação da unidade nacional. Declarei preliminarmente que nada aceitaria depois dêle. Tal é ainda agora minha resolução inabalável. Meus esforços têm-se concentrado exclusivamente na manutenção da ordem e na conservação do aparelho governamental. Estou pronto, e foi sempre êste o meu pensamento, a passar o govêrno a Vossa Excelência, quando Vossa Excelência aqui se apresentar. Com êsse intuito solicitei sua vinda. Nessa ocasião pensava dar explicações verbais da demora havida em nosso entendimento, pois sempre imaginei que V. Excia. não poderia ter dúvida sôbre a transitoriedade de minha posição. Faço um derradeiro apêlo a V. Excia, para que a luta termine sem demora nas demais frentes. As fôrças que aqui se sublevaram não se renderam, mas livremente e fora da linha de batalha resolveram recusar-se a entrar na pelêja por amor do Brasil. Queira V. Excia, aceitar os sinceros testemunhos de minha elevara estima e consideração. (a) General Augusto Tasso Fragoso». (Anexo X).

A 3 de novembro a Junta Governativa entrega o govêrno ao Dr. Getúlio Dorneles Vargas. Por sua vez Tasso Fragoso, fiel a suas declarações, retira-se sereno, recusando-se a aceitar a pasta da Guerra e a Embaixada junto ao Govêrno Argentino, postos que consta lhe foram oferecidos pelo Dr. Getúlio Vargas.

Em março de 1931 recebe a incumbência de acompanhar o Príncipe de Gales e o Príncipe George em visita oficial ao Brasil.

E a vinte do mesmo mês foi nomeado chefe do Estado Maior do Exército, cargo que exerce até 22 de agôsto de 1932, quando solicita exoneração que lhe é concedida.

Em 22 de abril de 1933 é nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar, função que exerce até 3 de agôsto de 1937. Já doente, afasta-se do Tribunal por seis meses; e, terminada essa licença é aposentado por contar mais de 68 anos de idade.

Até o transe final, além de pessoas de sua família, teve a companhia de amigos dedicados, entre os quais se distinguiram o Marechal Serejo e os médicos Francisco Pinheiro Guimarães, Manuel Menezes Pinto e Otávio Aires.

Faleceu a 20 de setembro de 1945, confortado nos sacramentos do catolicismo. Seu corpo foi velado no Clube Militar, com guarda de honra constituída por oficiais alunos da Escola de Estado Maior, e sepultado no Cemitério de S. João Batista, com honras de Chefe de Estado, que realmente o foi, em momento angustioso da vida nacional.

Muito longe iríamos referindo as homenagens então prestadas ao militar ilustre, ao cidadão preclaro. Preferimos, para não abusar da benevolência do auditório, reuní-las em separata. (Anexo XI).

E antes de encerrar êste relato cronológico, em que seguimos pari passu o histórico de sua vida militar, detenhamo-nos um instante na enumeração das obras escritas que Tasso Fragoso legou ao Exército e à Nação e na correspondência epistolar conservada por sua filha Evangelina.

Sua obra escrita é cuidadosa e demoradamente elaborada. Por isso mesmo não é abundante em número, mas opulenta em qualidade, constante das seguintes publicações:

a) Determinação da hora por alturas correspondentes de estrêlas diversas. Imprensa Nacional (1904).

b) Determinação da Latitude por alturas iguais de duas

estrêlas. Imprensa Nacional (1908).

c) Instrumentos para facilitar a pontaria indireta. Imprensa do Estado Maior do Exército (1917).

d) A Batalha do Passo do Rosário. 1ª edição, da Imprensa Militar (1922). 2ª edição, da Biblioteca do Exército (1951).

e) História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, 1º edição, da Imprensa do Estado Maior do Exército (1934), em 5 volumes. 2º edição, da Biblioteca do Exército (em preparação).

f) A Revolução Farroupilha. Editada pela Biblioteca Mi-

litar. Emp. Almanaque Laemmert (1939).

g) A Paz com o Paraguai, depois da Guerra da Tríplice Aliança. Separata do I.H.G.B. Imprensa Nacional (1941).

- h) Método Schreiber, da Biblioteca Militar. Imprensa Nacional (1942).
- i) Os Franceses no Rio de Janeiro. Obra póstuma, revista pelo General Leitão de Carvalho. Editada pela Biblioteca do Exército. Departamento de Imprensa Nacional (1950).

A correspondência epistolar que nos foi confiada é constituída por 98 cartas recebidas: 41 de seu ilustre cunhado, o diplomata e romancista Graça Aranha (1908 a 1930), 6 do Professor F. R. Helmert (1899 a 1908), 2 do Professor Bucholz (1914), 18 do General Maurice Gamelin (1919 a 1939), 10 do Marechal Pietro Badoglio (1925 a 1928), 4 do Embaixador Assis Brasil (1895 a 1914), 1 de Félix Pacheco (15 de janeiro de 1935) e 16: de um capitão de Cavalaria (1923 a 1927).

Esta correspondência, que vai de assuntos científicos e profissionais à intimidade familiar, tanto honra os signatários como o destinatário, muito particularmente pelo carinho com que foi por êste conservada.

CONCLUSÃO

O nosso ilustre confrade foi, sob tôdas as feições, um privilegiado, por dotes inatos, por virtudes que soube cultivar.

Seu aspecto físico era imponente. Sua natural altivez, seu trajar sóbrio e caprichado, seus uniformes impecáveis, suas maneiras corretas, seu fraseado exuberante, faziam dêle uma figura distinta.

Em contraste com a nossa habitual nonchalance, insensivelmente, despreocupadamente fugia à vulgaridade.

Dotado de inteligência fulgurante, servida por invejável memória, lia com espantosa velocidade, tudo assimilando e guardando com absoluta fidelidade.

Surpreendido por um problema difícil, bastava-lhe um momento de divagação, de reflexão, e a solução vinha rápida e precisa.

Sem egoismo, passava seus livros a amigos e auxiliares, a quem, já no dia seguinte ou passado longo tempo, fustigava com vardeiras sabatinas.

Um defeito era nêle a preocupação da perfeição que, aprimorando a obra, demorava e reduzia-lhe a produção.

Era orgulhoso, e para isso sobravam-lhe as credenciais. Alguns, confundindo a virtude com o defeito, consideravam-no vaidoso. Mas, consoante os léxicos, vaidoso seria se blasonasse méritos que lhe não emoldurassem o caráter e o saber; orgulhoso

era, porque não ocultava as virtudes que realmente possuia. E não conseguia ser modesto, porque era sinceramente sincero.

Ao comentar, com um amigo, o irremediável fim que êle sabia próximo, exclamava com resignada tristeza: «E eu que gosto tanto da vida...» E ao General Rodon que lhe fazia a última visita, recebia bem humorado: «Amigo, fui convocado; tenho de me apresentar».

Assim foi o soldado perfeito, o patriota sem jaça, o brasileiro por tantos títulos ilustre — o General Augusto Tasso Fragoso.

ANEXOS A ESTA CONFERÊNCIA (entregues ao I.H.G.B.)

Anexo I — Fé de ofício do General Augusto Tasso Fragoso.

Anexo II — O Colégio do Pires — Uma expulsão.

Anexo III - Pactos de Sangue.

Anexo IV — Conferência do Coronel Pery Constant Beviláqua.

Anexo V — Inauguração da Biblioteca General Tasso Fragoso na Escola de Estado Maior do Exército.

Anexo VI - Fotocópia de um bilhete de Floriano.

Anexo VII — «A Nação Armada», revista civil e militar consagrada à segurança nacional, dirigida pelo Coronel Affonso de Carvalho (abril de 1946).

Anexo VIII — O Tenente Coronel Tasso Fragoso no comando do 8º R.C. — Impressões de um tenente.

Anexo IX — Coleção de condecorações e medalhas do General Tasso Fragoso, organizada por seu neto José Carlos Fragoso Pires.

Anexo X — A Imprensa. Atitude da Junta Governativa de 1930.

Anexo XI — Homenagens prestadas ao General Augusto Tasso Fragoso por ocasião do seu falecimento.

COMEMORAÇÃO DE OSÓRIO (*)

Cel. (RE₁) J. B. MAGALHÄES

No dia de hoje há 144 anos passados, surgiu para as lutas da vida, nas paragens do sul, Manuel Luís Osório, o bem escolhido patrono desta casa; patrono que condiz com a transcendente magnificência dos seus destinos; escolha que mostra o imenso valor daquela personagem. Hoje, aqui - na Fundação Osório — mais uma vez, no indefectível transcorrer do tempo, nós, representantes modestos e efêmeros da posteridade agradecida, a êle rendemos nossas homenagens. Cumprimos destarte um duplo dever: o decorrente do respeito devido aos que escolheram o seu nome para designativo desta obra benemérita e o que advém das obrigações de civismo de qualquer cidadão. Dever êste último para com aquêles que podem ser tidos, através das memórias que deixaram, por símbolos da excelência de nossa raça sociológica, num conjugado feliz das melhores qualidades humanas. Osório, de feito, honra a sua nacionalidade, quaisquer que sejam, na conformidade dos gostos intelectuais em voga, as nuanças admissíveis para diversas interpretações dos fastos do passado.

Fêz-se uma entidade perene, cujo valor se estampa na simpatia que espontâneamente desperta a sua evocação no ânimo de todos nós, às vêzes, sem se saber bem porque, o que é de enorme significância. A alma de nossa gente de ontem, de ainda hoje e certamente de amanhã, não repara nêle quaisquer aspectos, que por acaso possa ter, delimitadores de sua grandeza, e o vê projetado numa perspectiva gloriosa, que a imaginação entusiasmada de outrora embelezou com os fulgores do fantástico.

É, de fato, um valor humano imenso, dêsses que o temponão destrói e, mais ainda engrandece, à medida que avança para a eternidade. Valor do qual a escolhá do seu nome para batizar esta casa dá por si mesma uma idéia. Traduz a empolgante impressão exercida por sua personalidade no meio nacional dêle coevo, e mais ainda sintetiza o significado profundo de sua vida,

^(*) Palestra realizada na Fundação Osório, em 10 de maio de 1952.

sempre fortemente conjugada com os melhores interêsses atinentes aos destinos de nossa Pátria; é máxima homenagem digna da fama de um homem.

Achar as justas razões de ser dessa escolha nas características dominantes da personalidade de Osório, bem marcada por sua dedicação à família, com sujeição à Pátria, sem esquecer a Humanidade, e muito esquecendo a si mesmo, será o objeto desta palestra, para dêsse modo lhe rendermos agora, a nosso turno, o respeito de nossa admiração.

Veremos examinando de per si os diferentes aspectos de sua vida, quão bem se adequada o seu nome para designar um educandário feminino.

Começaremos, para isto, reavivando em nosso espírito a posição da mulher na sociedade humana e como aqui se intenciona prepará-la para o seu papel. Diremos, em conclusão, o que almejamos ocorra no futuro para maior honra de Osório e efetiva grandeza de nossa Pátria, pela ampliação desta obra em boa hora criada pelo grupo de patriotas que a idealizou.

* * *

A mulher é o elemento central da sociedade, de nossa espécie. Os pos tivistas bem traduzem essa idéia quando por ela, com o filho ao colo, representam a humanidade. Os católicos mostramnos isto mesmo, quando nos dão a venerar a Deus feito homem, nos braços da Virgem Mãe, destarte ligando a nossa existência no seu modo de compreender à divindade criadora de tôdas as coisas.

De resto, pode conceber-se um povo constituído só de mulheres, como, por exemplo, o das lendárias amazonas, não vemos, porém, como seria possível admití-lo formado exclusivamente de homens, pois a infância não poderia existir e se desenvolver até adquirir relativa autonomia, sem a sua persistente assistência.

Do nascimento à puberdade, o ser humano, liga-se e depende essencialmente da mulher, da mãe. Depois, só quando adquire possibilidades de vida autônoma, é que se vai dela desprendendo. Esta, porém, jamais olvida o filho, ainda quando êsse por outros motivos que os que a ela o prendiam, polariza suas atenções em tôrno doutra mulher, a espôsa, a escolhida para parceira de sua vida, aquela que o anima com os seus encantos, e o fortalece por sua inapreciável ajuda, no labutar para a perpetuação da espécie. À mãe e à esposa, sucede a filha, que lhe dá novas razões the viver, persistindo porém, aquelas, viva na sua existência; a mãe como apoio moral e aconchego certo nos seus momentos de desam-

paro; a espôsa, como se fôra uma metade dêle, se no casamento não houve desajustados e incompreensões.

Mãe, espôsa e filha, vê-se-o bem, formam a série típica, que se refazendo incessantemente assegura a perpetuidade do gênero humano em contínuo desenvolver, o que mostra certamente quanto é a mulher que mais importa, para a existência da humanidade.

Mas a mulher é também a irmã, a fraternidade, sem cuja presença o altruismo humano, base precípua do nosso progresso moral, não encontraria campo bastante para se desenvolver, operando só na linha forte do sistema de reprodução da espécie, por sua natureza restritiva e tisnado de egoismo, de exclusivismo.

Repare-se agora que mãe, espôsa, filha e irmã significam rigorosamente a família, isto é, a célula viva da sociedade, sem a qual os agrupamentos por nós formados não ascenderiam da pura animalidade. Seriam, quando muito, no dizer de um filósofo eminente, arranjos mecânicos de funcionamento rotineiro, incapazes de progresso, como se dá, por exemplo, com os castores, as formigas e as abelhas.

É na família que se caldea a civilização, refletindo-se nela os destemperos do entendimento dos conceitos formulados sôbre o progresso. Ela é o órgão da função moral por excelência, e onde sedia efetivamente a felicidade que todos almejamos. Os mal estares que nos afligem residem ou se refletem nas condições de vida da família. Todos os prazeres desfrutados fora dela são efêmeros e incompletos sem nenhum seguimento ou projeção sôbre o futuro, exceto os casos de malefícios. São, diremos mesmo, grosseiros, animalescos, tipicamente egoistas.

Desde as primitivas sociedades até hoje, na conturbada vida da humanidade, em busca sempre de um melhor tipo de civilização, tudo gira em tôrno da familia consubstanciada na mulher. Um exemplo do valor positivo do que dizemos foi-nos recentemente dado pela Rússia. Feita a sua revolução sob as inspirações de uma filosofia incompleta, na qual a preponderância dos fatos da existência material fazem obnubilados os que a evolução espiritual determina, começaram os bolchevistas por menosprezar as necessidades da familia. Tornaram instável a ligação matrimonial, dando ao casamento um sentido essencialmente efêmero e sujeitaram os indivíduos, desde a infância, diretamente ao Estado. Cedo, porém, houveram de recuar. Tiveram de reconhecer pràticamente quanto isto importava em enfraquecimento das energias sociais e das do próprio Estado, e cuidaram de restabelecer a vida de família do melhor modo, que lhes era acessível. Cederam às imposições da própria natureza humana, um momento desobedecidas, por um ardoroso impulso reformista. A idéia utópica de uma sociedade comunista também se há de fundar na existência da família, para poder prevalecer ou viver...

Não nos ensina outra coisa a história da civilização, nem outra coisa é o que se constata, mesmo através dos descontrôles da vida moderna, nesta fase em que transitamos para um novo sistema de organização da sociedade humana. Organização que se procura, fundada nos conhecimentos científicos e no trabalho pela maquinofatura, e cujo problema capital a atender é o da vida da família, isto é, o que mais interessa à situação da mulher.

Nêle como sempre, ela ocupa uma posição central. Posição central que lhe cabe desde quando, nas épocas primitivas, o homem, sem poder prescindir dela, negava-lhe até mesmo possuisse uma alma!

Já na idade média, porém, admite-se seu ascendente, fato que o romantismo acentua, e que vai crescendo de vulto com o desenrolar do tempo, até se querer fazer dela hoje uma igual ou rival do homem, num delírio de interpretação da realidade e num desacêrto depreciativo de suas justas qualidades e conveniências.

É costume medir-se o progresso humano através do desenrolar dos conhecimentos adquiridos sôbre a natureza, os recursos
da indústria, as transformações da concepção religiosa. Poder-se-ia
também fazê-lo, e talvez com mais obediência à verdade dos fatos,
em tôrno da situação da mulher no conjunto humano, posto que
é ela o elemento basilar da família, da célula em que reside a
essência de vida da coletividade!

Não é ela a pedra fundamental do lar, expressão que em sua origem significa o fogo ou o calor que transcorre das energias criadoras da natureza e cujos efeitos depuradores em nossa espécie bem perceberam os romanos?

* * *

O que acabamos de referir parece-nos bastante para se poder bem avaliar a importância dêste estabelecimento, ontem chamado orfanato, hoje denominado Fundação Osório, a vista de suas finalidades estatutárias: «educar e instruir órfãs de militares».

Educar antes de instruir. Mas educar e instruir para o melhor serviço do lar, habilitando as que se formarem aqui do mesmo passo para fazerem frente às necessidades da vida feminina decorrentes da situação de equilíbrio instável em que se encontra a sociedade moderna. Instruir educando para que no labutar da vida fora do lar, a que seja impelida pelas circunstâncias peculiares a esta nossa conturbada época, não percam as virtudes características do sexo. Aquelas por que pode mais aprimorar efetiva-

mente a sociedade e a civilização reinando em casa de que saiba cuidar, «conservando-a e embelezando-a» material, intelectual e moralmente, nos têrmos do regimento regulador das atividades desta Fundação.

Educar e instruir, porém, com o respeito que se deve à puerícia no dizer de um romano conforme recordam Carlos de Laet e Fausto Barreto, em sua Antologia Nacional. Educar e instruir numa regra honesta, a que ninguém se pode furtar, sem que falte à verdade, ou falseie o conhecimento da natureza humana, o que esta possui de nobreza.

Não se trata, portanto, aqui, de preparar rivais do homem, ou suas concorrentes, com o que o belo sexo só terá a perder, reduzindo-se a imponência da sua natureza, ou contrafazendo-a, com tendência a formar um novo ser, dessexualizado, de autômatos como as trabalhadoras da sociedade mecânica das formigas, ou, o que é pior, nos quais a carne sobrepuja o espírito. Trata-se ao contrário, de valorizar a sua capacidade de atuação como apoio moral do homem e sustentáculo de sua felicidade, o que reside efetivamente na suma importância da vida doméstica, onde ela domina e deve saber imperar. Trata-se de não deixar que se brutalize em competição com o outro sexo, sofrendo dêste o desrespeito de suas costumeiras desatenções, armando-a todavia com recursos para que possa sustentar-se a si mesma, em meio da desordem da transitória sociedade moderna.

É sòmente sem perda das suas capitais características na labuta pela vida, a que seja impelida por circunstâncias adversas aos seus melhores interêsses, que ela se poderá fazer respeitar e estimar, completando de fato, o ser moral do homem, que não pode prescindir dela sem grave prejuízo para o seu próprio valimento.

É o que convém, como nos ensina a história, quando se repara na projeção pública da ação dos homens, na vida dos grandes construtores do pensamento e das realizações práticas valiosas da indústria. Aí se vê sempre uma figura de mulher mais ou menos dominadora, inspirando, estimulando, vivificando, confortando o débil ser que se chama forte sexo.

Raros são os que podem prescindir dela e quando isto acontece é o caso de naturezas incompletas ou de obras imperfeitas, porque lhes falta inspiração. Falece alguma coisa ao gênio criador das artes, da filosofia, das ciências, das indústrias e mesmo das religiões. Os Dante, os Camões, os Comte, os Cury, os Ford e quantos outros até os tempos, das idades mais remotas, tiveram-na como elemento excitante de suas atividades. Nas obras dos que fracassam ou se desviam do rumo da honorabilidade,

mingua a sua imagem ou se desenha uma qualquer sem bastante fidalguia. Não há nisto romance, há pura realidade!

Por aí se atesta verdadeira superioridade da mulher sôbre o homem, superioridade revelada principalmente no dominio do moral, enquanto que a dêle é de caráter especulativo ou prático. Não quer dizer não se possa ela distinguir pelo que costumamos atribuir à inteligência ou à capacidade de ação. Há nesses terrenos tipos femininos do maior quilate, cujas obras são primores: Mme. La Fayette, no século XVII, com êsse delicado romance que é La Princesse de Cléves, funda uma literatura nova; Mme. de Stael, na transição do século XVIII para o XIX, faz-se admirar no campo da literatura filosófica, com a sua D'Allemagne, e outras obras de mérito, nos ensinando a compreender os povos. Mme. de Lambert, notabiliza-se por suas obras morais. A nossa Nísia Floresta, pelo pensamento e pela ação, no século XIX, testemunha tanto inteligência de largo horizonte como fôrça de caráter cem desfalecimento. E que se dizer de uma Joana d'Arc, à qual preferimos, porém a nossa Anita Garibaldi, ou a Marina mexicana, porque mais femininas?

E quantas outras há modelos de dedicação inteligente e capacidade prática que vão por aí afora construindo obra imensamente útil, para o melhor êxito da cultura humana? Que se olhe para esta Sra. D. Cassilda Martins, que o Norte e o Nordeste conheceram por sua benemerência e que há cêrca de um quarto de século fecunda esta casa com sua exemplar dedicação, e se há de sentir quanto sabe fazer a mulher em prol da defesa da felicidade humana, se lhe não falham as virtudes magnas do sexo, tôdas fundamentadas nas excelências do sentimento.

As suas virtudes, porém, mais influem quando no exercício de suas insubstituiveis funções de nume do lar, quando modela as almas simples das crianças, da futura humanidade, e sustem o homem nos seus desalentos.

* * *

A uma instituição tal qual esta destinada a «educar e instruir» a mulher, cabe agora perguntar, corresponderá bem o nome de Osório, de quem se impôs à veneração da Pátria, principalmente como guerreiro, cujos feitos lembraram as existências lendárias?

Cabe. É o que nos mostra o exame sintético de sua vida, na qual se vê a mulher e a família sempre presentes, inspirando-o ou confortando-o e as quais êle protege e defende. E isto com plena subordinação à Pátria, que elas vivificam e arrimam.

De feito, Osório é filho de um casal que se uniu por amor. Seu pai, homem de caráter e inteligente, fôra um furriel que desertara da tropa onde servia em Santa Catarina, quando condenado por crime de insubordinação! Mas insubordinação por nobreza d'alma em reação contra a brutalidade de um superior que maltratava os que lhe estavam sujeitos.

Encontra homízio e trabalho na estância de Tomaz José Osório, em Conceição do Arroio, onde conhece a filha dêste, Ana Joaquina.

Afeiçoando-se um ao outro, decidem casar-se, com o que concorda Tomaz Osório, mas do que discorda D. Quitéria de Barros, senhora tanto de orgulho como de haveres, madrinha de Ana a quem pretendia fazer sucessora universal. Prepotente, quer impor sua vontade e ameaça deserdá-la. Não importa, Ana e Manuel Luís fundam sua família, cujo nome será o da mulher em bela homenagem que lhe presta o marido.

O antigo desertor, ingressando depois no Exército, para atender aos apelos da guerra, com o nome adotivo de Silva Borges, nêle progride. Destaca-se por seus serviços em campanha. Atinge o posto de tenente coronel, em que se reforma, em 1828, por motivos de saúde, indo residir em Caçapava. Aí o encontra a guerra dos Farrapos. Retoma as armas desde que esta se declara separatista. Falece pouco depois por não poder resistir às agruras da luta, velho e doente como se encontrava então.

Ana segue o marido. Continua a viver em Caçapava, no Rio Grande do Sul onde está o seu túmulo, do qual se não quer afastar.

Foram assim os progenitores de Osorio. Criaram-no com êsses antecedentes. Deram-lhe essas raízes. E êle ?

Menino cresce na estância fazendo-se um gaúcho de impressionantes qualidades. Depois segue o pai em campanha. Não quer ser soldado, quer instruir-se para outros destinos. Mas, o pai vê nêle qualidades de escol para a carreira das armas e resiste às suas tendências e desejos. De resto, não possui meios para fazer dêle um doutor, mantendo-o a estudar na Côrte.

Osório reage, mas cede, e aos quinze anos de idade, já estréia no campo de batalha, onde se travam então, no território da Cisplatina, lutas por nossa Independência.

Vejamo-lo agora viver como soldado. É ver uma fama crescente e dia a dia mais luminosa.

Em 1824 é já oficial. Em 1825 merece por feitos incomuns a admiração do velho guerreiro Bento Manuel, cuja vida salva por sua audaciosa conduta e iniciativa inteligente.

Depois, mero tenente, não trepida arrostar com suma responsabilidade, a defesa de patrícios na fronteira, que lhe custa um

ano de prisão. Não se encontra, porém, quem ouse julgá-lo e êle volta às atividades correntes da vida militar sem ter culpa formada, mesmo definida...

Em 1827, nas guerras de que resultou a independência do Uruguai, o chefe adversário, Lavaleja, feito o armistício, mostra sua admiração por êle, oferecendo-lhe o regalo de sua companhia.

Entra a guerra Farroupilha e o vemos enfileirado com os que se revoltam contra a prepotência dos déspotas da Província. Logo porém, que, após essa justa revolta, os rebeldes desconhecem os interêsses superiores da unidade pátria, êle deixa suas fileiras e os combate. Tem papel de destaque. Sua fama mais vai empolgando a alma riograndense.

Em Caseros, menos de uma década depois, a unidade que comanda arrebata por seu valor e êle, o chefe, agora tenente coronel, é já no dizer de Caxias o maior guasca da Província!

Nenhum acontecimento militar ocorrido na fronteira, cuja guarda jamais abandonou, o vê ausente, mas sempre do lado do dever, muito embora corra o risco até de sacrificar sua popularidade ou o de ter contra si senhores do poder!

Seu nome vai pairando cada vez mais altaneiro na vastidão das campinas riograndenses. Altaneiro, respeitado e estimado. Levanta simpatias em tôda parte, de um lado e outro dos lindes nacionais e tantas que acende às vêzes ciúmes tecedores de mesquinhas intrigas. Tentam mesmo, almas mediocres, afrontá-lo com a calúnia. Debalde!... Êle tudo aniquila com altivez mas sem nenhuma arrogância! Nada do que o acusam fica de pé, contra a evidência das provas que exibe!... Nem é possível sustentar a mais leve suspeita!...

Nos pródromos da luta contra a tirania lopesca que domina no Paraguai e que se quer estender até a foz do Prata, um fato nos dá uma vista do seu feitio moral, que vale a pena recordnr. Comanda então, como brigadeiro, a cavalaria do Exército, deixada em guarda no passo de São Francisco, quando se dá o ataque de Paissandu em 1864. A ordem do dia do comando, na qual se relatam as ocorrências do feito, menciona-o em último lugar, dizendo que por ocasião da peleja ficara a légua e meia de distância. Parece a muitos uma pecuinha! Seus amigos se indignam e lhe insinuam uma reação. Osório responde-lhes, porém: ninharias! E dá de ombros... De resto, diz, não esteve êle realmente a légua e meia de distância, durante o feito? Que importa que aí assegurasse a liberdade de ação dos atacantes, protegendo-os contra a intervenção da cavalaria adversa sob as ordens do famoso Lança Secca? Isso todo mundo sabe!... Ninharias!...

Não demora, a seguir-se a campanha do Paraguai, quando se dá um desenrolar de feitos, de atitudes, de procedimentos seus, que inundam de entusiasmo a Nação tôda, a bem mostrar que o resto eram ninharias! Entra-se em pleno domínio do fantástico!... Êle transborda da província para o Brasil!

Desde cedo, sua inteligência viva, seu saber incomum, adquirido não em escola mas nos tratos da vida e como autodidata, compreende como ninguém a importância e as características da luta. O que é mister fazer-se e como é necessário reagir. E mais do que tudo, como convém lidar com os homens do Govêrno, do Exército, e dos aliados, para vencer, apesar das suas incompreensões, fraquezas e resistências...

Realiza de início a obra gigantesca que foi a primeira organização das nossas fôrças para bem encetar a campanha com inteligente entendimento entre os aliados. Faz avançar as operações até Tuiuti, sobrepujando formidáveis dificuldades. Impõe estima e admiração, excitando no Brasil inteiro entusiasmo sem par! Deslumbra! No Brasil e no Prata!...

Tuiuti que firma, com a batalha naval do Riachuelo, o sentido da decisão da luta, quebrando a capacidade ofensiva do adversário, é o finis corona d'opus de uma obra lúcida, levada a efeito com capacidade rara de reagir. Mas obra tôda essencialmente sua, cujo esplendor teatral maravilha tanto que nem deixa a todos, ainda hoje, ver bem o que de formidável foi-lhe preciso realizar para conseguí-la!

Depois, a guerra prossegue por mais quatro anos, vitoriosamente e ativa, desde quando Caxias empunha as rédeas do comando. Para isto, porém, nunca se prescinde de Osório, que se fez o seu homem essencial, a necessidade para o bom êxito. Não se a compreende sem êle e sem êle não prossegue até o seu têrmo final. De fato, depois de Tuiuti, viera refazer-se na Pátria do cansaço e séria enfermidade, que o acometera, consumidas as suas energias físicas e fatigadas as suas fôrças anímicas no labutar penoso de cêrca de dois anos em ativa campanha. O Duque da Vitória ao assumir a sua difícil incumbência, em 1868, reclama a presença e a coadjuvação do herói; e êle retorna a frente de novas fôrças de que se lhe dá o encargo de organizar. Encargo que Osório leva a efeito a despeito de incríveis dificuldades, vencendo dificuldades opostas, ou toleradas, por aquêles mesmos que mais as deveriam evitar!

De novo no teatro da luta, feito o pivot em que se apoia o chefe para levar por diante sua manobra, prossegue em ação até ser ferido na batalha do Avaí, êsse episódio que Pedro Américo escolheu para fazer a sua tela imorredoura, essa obra prima

de pintura que foi considerada digna de Miguel Angelo por mestres da arte de falar pelos olhos à imaginação!

Pode repousar? Não! Ferido, ainda fazem-no voltar de novo para a fase final da guerra ao que êle não se recusa, impondo apenas a condição de ser acompanhado por um médico!

Todos, brasileiros e aliados, reclamam a sua presença lá e o serviço da Pátria o impõe. Volta. É recebido com o entusiasmo que Taunay regista, fascinado. Não faz, porém, apenas ato de presença. Impulsiona. Dá as luzes de sua experiência. Vivifica tudo por seus conselhos, por sua ação, por seu exemplo!

Mas, a má saúde parece querer sobrepujá-lo e, vencidos os primeiros novos embaraços de significação militar em Perebibuí, Osório quer se retirar. Não o deixam ainda... Que se refaça um pouco em Assunção!... Afinal, já às vésperas do derradeiro ato daquela pugna tremenda, consentem que se aparte... Mas, é um dos seus discípulos queridos e devotados, o futuro conde de Pelotas, que desempenha o principal papel na última cena da tragédia!...

Vêmo-lo, agora, tenente general e marquês do Herval! Fizera-se o legendário Osório, cujo nome o Brasil entusiasmado pronuncia, levando a admiração que motiva de roldão até os seus próprios adversários políticos!

- Políticos ?

Sim, paralelamente ao militar se formara e crescera o político, no quadro das determinantes do seu tempo... Determinantes que o General Tibúrcio assinala irresistíveis. Aqui, disse êle, para quem Osório era um cavalheiro a Bayard, o nosso Bayard, tudo seduz a fazer política!...

Foi político, como foi militar? Sim e não. Sim, porque na sua política pairava sempre dominadora a conveniência da Pátria. Não, porque, desambicioso e modesto, restringiu seu campo de ação quase exclusivamente ao teatro da província.

Foi militar e político, mas realizou em sua pessoa o que poucos, talvez sòmente êle, o fizeram: duas entidades distintas, cujas atividades se exerceram paralelamente sem dúvida, porém, repare-se bem, paralelamente. As duas qualidades de militar e de político, coexistentes nêle, não se confundiram. As vêzes o político prejudicava o militar, não no cumprimento dos seus deveres, que desempenhou sem nenhum desleixo e considerações estranhas a suas imposições, mas quanto à ascenção nos postos de hierarquia, que se fez à fôrça de circunstâncias indiscutíveis. A carreira militar de Osório, a vista dos seus méritos pessoais e dos serviços prestados, foi lenta, exceto no generalato, quando se acelerou impul-

sionada pela fulgurância de sua ação na campanha contra Lopez. Mas, agora, finda a guerra, a política retornou a retardá-la. Impede ascenda ao posto de marechal do Exército, que atinje apenas como graduado, por obra e graça da antiguidade!... Também não deixou que o fizessem duque, como foi alvitrado, e era de boa lógica e plena justiça.

Na política foi êle a concretização do espírito liberal de uma alma essencialmente republicana. Monarquista por convicção da serventia do trono para a manutenção da unidade brasileira, não repudiava o aspirado novo regime. Só admitia, porém, o seu advento quando a opinião pública verdadeiramente o desejasse. Considerava-o prematuro na sua época, porque podia importar no surto do caudilhismo, com todos os inconvenientes que assistia ocorrerem nas nações do Prata. Por isto, quando, aproveitando seu imenso prestígio nacional, quiseram alguns entusiastas da idéia fazê-la triunfar logo após a guerra do Paraguai, tomando-o por chefe, negou-se com indubitável energia. Recusou sem rebuços, devidamente. Não menosprezava, porém, a importância do seu significado na marcha da evolução e disse claramente que a República adviria a seu tempo!...

Político, não fez carreira para si. Recusou postos ambicionados, a cujo acesso promovia outros mais jovens e que julgava melhor preparados, por sua cultura para dirigir a Nação.

Foi um chefe provincial, e só isto, sem as máculas, porém, do mandonismo costumeiro, e sem os recursos habituais à violência e à fraude descarada para vencer eleições. Não era ademais um cortesão da popularidade, como se vê de vários acidentes de sua carreira, enfrentando-a sem nenhuma fraqueza nem temor de perder o favor de suas preferências. Não repudiava a colaboração no serviço público dos próprios adversários, e não os odiava. Combatia-os apenas enquanto estavam em campo oposto, mas aceitava sem dificuldade sua adesão à corrente de opiniões que desposava, e a colaboração de suas capacidades em prol do bem público.

Ao político, como ao militar, nêle coexistentes, o que importava por excelência era o serviço devido à Pátria, que sobrepunha aos seus interêsses e aos da própria família.

* * *

Cumpre agora de novo perguntar, todo êsse realce de sua carreira militar e política, justificava bastamente a escolha de seu nome para designativo dêste instituto? Não haverá nisto pura injunção das simpatias que inspirou nos criadores desta obra bem lembrada? Por que preferí-lo a outros, inclusive nomes femi-

ninos apropriados que se podem encontrar até na própria família militar?

É que na vida de Osório, dissemos de início, a mulher exerce papel preponderante que éle compreende e a que atenta sem qualquer desaire. Não, o de objeto do mero galantismo de um Casanova ou D. João, mas o que exerce efeito de polimento para a perfectibilidade humana, e sustenta a família. Família, seja a sua ou as de seus camaradas sem recursos, deixadas ao desamparo, a que dedica atenções e ajudas como se desvenda, por exemplo, da correspondência com Caxias e outras personagens influentes na Côrte.

É notável, efetivamente, a presença da mulher na vida de Osório. Nem mesmo faltam os chistes da galanteria que o anedotário registra, no qual o ambiente e a glória funcionam como fontes de sedução... Não passam, porém, estas coisas de salpicos de mundanismo sem influência alguma no seu firme caminhar de homem público e privado e mais embelezam que embaraçam o seu valor.

Na sua existência a mulher que importa é a mãe, a espôsa, a filha, a irmã, formando o sólido eixo a que se amarra na atmosfera da Pátria, a que tudo subordina. É o que permite apreciá-lo como homem, filho, espôso, pai e irmão, do que pode melhor resultar a razão da preferência que lhe foi dada.

A sua mãe já vimos quem era. Explica o primor do filho que dera ao mundo, quando êste, já feito chefe de família, corre a socorrê-la a seu apêlo, sem pesar sacrificios, disposto até a abandonar sua carreira de soldado sem fortuna, para poder pelo trabalho angariar os meios de sustentá-la e aos seus. O acaso, porém, de um encontro fortuito, salva a situação. Na estrada que segue para ir ter ao seu chamado, encontra alguém, um exadversário, de posses, a quem ela salvara a vida ao tempo dos Farrapos... E êste pede a oportunidade de mostrar a sua gratidão fornecendo o necessário socorro...

A mulher que situamos depois na sua vida é uma outra Ana, menina do Rio Pardo, onde Osório tenente, já famoso de heroismo, então servia. É a noiva... Não se podem, porém, casar, porque o tenente ganha pouco e a família dela, raciocina nesta matéria pesando cabedais... Como via mal o futuro!...

A intriga separa os dois jovens, valendo-se do despotismo dos poderosos e forçando a menina a sacrificar-se a outro. Sua alma, porém, não resiste e ela deixa o mundo, logo após, levando a tumba tatuado indelèvelmente no seu peito o nome Osório. Éle

retrai sua alma conturbada, a que dá expansão pelas vias que se abrem aos seus dotes de poeta...

Vemos em seguida a espôsa, aquela senhora que, cicatrizada a ferida de seu primeiro amor, conhecera em Bagé, D. Francisca Fagundes. Por ela trazia consigo, guerreiro indômito, um breve protetor... A ela, mal a desposara, dedica êstes versos:

«Já sôa o clarim de Marte! Vou deixar-te minha amada! Suspirando corro às armas. Adeus, mulher adorada!

> «Baixando à campa Frio jazigo A tua imagem Irá comigo».

E depois, quando corridos os anos, a vida se abeira do fim êstes outros que traduzem a exaustão que os campos de batalha promovem em sua alma:

«Desde êsse fatal momento, Que a tua vista perdi Abismado na tristeza Como viverei sem ti?

«Cuidados consumidores Só no meu peito senti. Se só com o ver-te me alegro Como viverei sem ti?

«Quanto ausência custaria Certamente não previ Hoje por ti suspirando Como viverei sem ti?

«Como espôsa amante e terna Sempre teus passos segui! Hoje a longa distância Como viverei sem ti?

A filha, é o sumo de seus encantos, a que foi depois a respeitável Sra. D. Manuela Osório Mascarenhas mas a quem o pai, ela ainda menina, dirigia mimosos gracejos do campo de batalha: «Quando voltar dansaremos juntos uma polca. Não vás, porém, arranjar algum noivo feio e pobre!...»

A irmã, é aquela boníssima D. Eufrásia, que chama para sua companhia, quando viúvo, já, ela também viúva, vem habitar no Rio de Janeiro, onde ela por motivo de saúde também está vivendo.

Ainda. No ambiente da família, Osório é o pai que se não descuida da educação dos filhos. Dá-lhes o que almejou para si e não pôde alcançar, embora para isso haja muitas dificuldades a sobrepujar, a custa de uma vida modesta. Faz com que se instruam em boa escola, para torná-los úteis à Pátria. Nenhum, porém, há de ser soldado...

Ao mais velho, Fernando Luís Osório, que faleceu em alto posto da magistratura republicana, quando era então, deputado geral por sua Província, aconselhou de uma feita: «deixa a politica, poderás servir tua Pátria de outro modo...»

Servir à Pátria... quando isto esteve ausente nos seus pensamentos? Serví-la ainda que implique em sacrificio da família, tal como escreve a êsse mesmo filho: É verdade que tua pobre mãe e tua irmã não me deixam a idéia com seu pranto e sofrimento, mas antes de tudo a Pátria a quem se deve servir quaisquer que sejam as mãos em que tenha caído... A vida de um velho pouco vale...

Não bastariam tôdas estas coisas, como justificativa da escolha de seu nome para designar êste educandário?

Mas há nêle, de quem Joaquim Manuel de Macedo disse não saber o que era mais admirável se a bravura do ânimo e a fôrça do braço do guerreiro, se o abismo das virtudes do homem público e particular, êste aspecto merecedor de especial realce, notadamente, nos dias que vamos vivendo: o devotamento — à família c à Pátria — sem quaisquer ambições ilegítimas. Dí-lo êle mesmo nestes versos, quando já ascendido de menino gaúcho e filho do povo, às imponências de um nome nacional, de chefe amado do Exército, senador do Império, e nobre com grandeza, marquês de Herval:

«Mostrou-me a fortuna aberta, As portas dos seus tesouros, Mostrou-me palmas e louros, Fez-me mil milhões de ofertas:
— Fortuna, tu não acertas!
(Lhe respondo em tom severo) Os dons que do céu espero Tu não me podes dar;
Torna as portas a fechar, Nada do que vejo quero».

Parece havermos dito quanto basta para podermos dar por atingido o objetivo desta palestra.

Não será, porém, demasiado recordar que a idéia da criação desta obra considerável que tudo faz almejar frondeje viçosamente germinou naqueles que bem o amaram e conheceram em vida.

João Nepomuceno Mallet — filho de Emílio Mallet, companheiro de Osório em Tuiutí, e êle mesmo seu ex-oficial de confiança, lançou suas sementes quando ministro da Guerra, que o foi de alto mérito. Mais tarde, mercê de pingues recursos obtidos e de saldos de subscrição feita para homenagear Osório, comemorando o seu centenário natalício, brotou o orfanato que é hoje esta Fundação.

Tudo isto aponta um dever à gente nova: — seguir a trilha que partindo daí outros vieram traçando até agora! Multiplicar o mais possível as instituições dêste tipo sem jamais ultrapassar em cada unidade os limites de grandeza, úteis à sua eficiência. Assegurada em tôdas elas, porém, a homogeneidade de procedimentos firmados nesta que é o padrão de bom direito. Veremos, então, em múltiplas cidades do Brasil, ao menos lá onde sediam guarnições militares importantes, estabelecimentos da Fundação Osório, servindo à Pátria no que ela tem de mais crucial para a sua valorização, que é a boa saúde, moral, física e intelectual da mulher.

Bem sabemos que isto não se realiza sem recursos. Mas êstes se podem obter, suplementando os já existentes. E aqui vai uma idéia. Que contribuam para isto os próprios militares de carreira com uma parcela mínima de seus vencimentos seja, por exemplo um, um meio, um quarto por cento, a guisa do que ocorre com os institutos de comerciários, industriários, etc. Que militar se recusaria a fazê-lo?

Damos por finda a honrosa incumbência de falar-vos neste dia de Osório, nesta casa. Fizêmo-lo de pleno coração. Que não tenhamos desmerecido de vossa confiança e da grandeza do homenageado!...

AUTO DA FUNDAÇÃO DE VILA BELA DE MATO GROSSO E SEUS BRASÕES

GENERAL SILVEIRA DE MELLO

Primeira parte. O auto da fundação de Vila Bela. Nenhum dos antigos cronistas de Cuiabá e Vila Bela, Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, Costa Siqueira, transcreve ou faz menção da ata ou auto da fundação desta histórica cidade, que, neste dia, 19 de março, celebra o jubileu bicentenário. Nem «Anais de Vila Bela», nem «Anais do Senado da Câmara de Cuiabá» fazem alusão a êsse importante documento. Mais ainda; os modernos historiadores matogrossenses, especialmente Virgílio Corrêa Filho e Estevão de Mendonça, que divulgaram e comentaram as atas de fundação do Forte de Coimbra, de Albuquerque, Vila Maria, Casalvasco, etc., pelo que eu sei, deixaram passar sem uma palavra sequer a existência ou não de um documento dêsse gênero, relativo à antiga capital matogrossense.

Pois tudo isto aconteceu. Que os antigos cronistas tivessem omitido registro àquele auto, é de pasmar. Mas que os novos historiadores matogrossenses, que vasculharam o opulento Arquivo Histórico de Cuiabá e o mais que se disse alhures da história de nossa expansão para o Oeste, que hajam êles silenciado, a tal respeito, é sem dúvida também inexplicável.

Por nosso lado andamos também a apalpar êste assunto e não tivemos resposta às nossas indagações. No entanto, o auto de Vila Bela existe. Está êle impresso no suplemento ao tomo 51, pág. 113, da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, ano 1888, Publicou-o Severiano da Fonseca, não por motivo do auto em si, mas a propósito dos Brasões das cidades de Cuiabá e Mato Grosso.

Depois disto, causa estranheza ter continuado desconhecido esse documento. Não obstante, uma desculpa se apresenta. É tão abundante o que se escreve, de um século a esta parte, em todos os ramos do conhecimento, que dificilmente um escritor se pode dar conta de tudo que vem a lume. Esta dificuldade aumenta pela circunstância de que muitos assuntos de interêsse ficam

ausentes dos catálogos, por estarem insertos em revistas e jornais, de escassa divulgação ou perdidos nos acervos de papéis velhos.

Mais um motivo. O auto divulgado por Severiano apareceu, como dissemos, a propósito de outro assunto: os brasões das cidades de Cuiabá e Mato Grosso. De sorte que o índice da Revista do Instituto Histórico não alude ao auto, mas ao assunto em foco: os brasões. Note-se ainda que o título do artigo de Severiano se refere à cidade de Mato Grosso, nome ambiguo, que em má hora deram para substituir o daquela velha cidade, conquanto o nome de repercussão histórica, pelo qual os estudiosos a conhecem é ainda Vila Bela. Daí pode concluir-se que, em função desta série de desencontros, o auto da histórica cidade guaporeana, publicado por Severiano, continuou desconhecido ou esquecido.

O presente momento, porém, é mais que oportuno para reeditar o precioso documento e prestar novas homenagens à Severiano da Fonseca pelo muito que concorreu para divulgação da história

colonial matogrossense.

Surge aqui, porém, uma pergunta: Como poderia ficar ignorado êsse documento, de 1752 a 1888, a ponto de não haver nem menção dêle? Outrossim, poderá haver dúvida que êle tenha existido? De modo algum. É sabido de todos que os atos de fundação de vilas, povoados e estabelecimentos oficiais ficavam constando de uma declaração escrita, assinada por autoridades presentes e testemunhas, que tomava o nome de ata, têrmo ou auto. Como, pois, se omitiria registro à solenidade da fundação da sede da Capitania, quando o próprio promotor dêsse ato, o Governador Rolim de Moura, ali estava em pessoa? O desconhecimento da ata de Vila Bela não serviria de argumento de sua inexistência.

Mas, voltando à pergunta, eis a resposta que lhe deu Severiano da Fonseca: «O (auto) da fundação de Vila Bela aos 19 de março de 1752... aqui o damos, graças à obsequiosidade do Exmo. Sr. Coronel Francisco Antônio Pimenta Bueno, de quem

o obtivemos».

Agora viria a série de indagações dos leitores e minha: De onde houve o Coronel Bueno êsse documento? Seria o original? Que destino teve? Disto tudo, porém, não me veio a mínima explicação. Quanto ao auto, ei-lo aqui:

AUTO DA FUNDAÇÃO DA VILLA BELLA DA SS. TRIN-DADE DO MATO GROSSO, EM 19 DE MARÇO DE 1752

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de mil sete centos e cincoenta e dous annos, aos dezenove dias do mez de Março do dito anno, neste Citio chamado o Campo do Simão,

por outro nome o pouso alegre abeira do rio Guaporé e ao Poente da chapada de Sam Francisco Xavier do Mato Grosso, no lugar da Praca destinada para se levantar o Pelourinho de nova villa que Sua Magestade foi servido mandar erigir e criar nestas Minas. presente no dito lugar o Illustricimo e Excellenticimo Senhor Dom Antonio Rollim de Moura Governador e Capitão General delas, e o Juiz de Fóra Theotonio da Silva Gusmão, e o Secretario do Governo Bartolomeo Descalca Barros, para atestar e passar para o livro da Secretaria este Auto, e presentes os bons e o Povo que pode acistir dos Abitantes das ditas Minas, sendo ahi por ordem do dito Illustricimo Senhor foi mandado Ler por mim tabeliam o Alvará de Sua Magestade de cinco do mez de Agosto de mil setecentos e quarenta e seis, para a Erecção da Villa, o que por mim foi satisfeito em voz alta e intelegivel e vai o dito Alvará copiado adiante, depois deste Auto; e logo pelo dito Illustricimo e Excellenticimo Senhor Governador e Capitão General foi dito e declarado que sem embargo do que no dito Alvará determinava Sua Magestade, que e lugar da Vila fosse escolhido por cinco Homens ajuramentados, havia elle escolhido e aprovado este Citio para a fundação da Villa, não só porque o Alvara fora passado em outro tempo, em que se não mandava General a esta Diligencia, mas pellas Ordens e instruçõens que tinha de Sua Magestade, e porque este era o Citio mais conveniente ao serviço de El-rey e ao bem comum, e porque ultimamente os moradores destas Minas divididos em opinioens só olhava cada um para o que lhe fazia mais conta, querendo os de Chapada, que nela se fundasse a Villa, e os de Santa Anna que fosse fundada na quele bairro, com que não estavam em termos de serem ouvidos sobre a Elleição do Citio, nunca de antes visto nem examinado por elles; Em cuja Praça no meio dela mandou o dito Illustricimo e Excellenticimo Senhor Governador e Capitão General levantar o Pelourinho por insignia de se constituir e Erigir no dito lugar a referida Villa o qual presente todos os abaxo assinados foi posto e alevantado com os sinaes e insignias sequintes:

Feito o dito Pelourinho de hum groço madeiro e perduravel chamado ypiuva com tres degraos em quadra de seis até oito palmos lavrado primeiro em coluna trocida até certa altura e despois em piramide de quatro faces em cujo remate se colocou um braço de ferro com o Cutelo levantado em alto, e abaxo na formação da Piramida quatro varoens de ferro com suas argolas para prisoens, e abaxo na coluna duas algemas de ferro para os braços e duas para os pés. E logo pelo dito Illustricimo e Excellenticimo Senhor Governador e Capitão General foi declarado que a dita nova villa teria o nome de Villa Bella da Santissima Trindade a

quem dedicaria a Igreja Matriz dela; que em reverência da mesma Trindade Santissima simbolicamente teria por armas em meio de um escudo branco com dous circulos, um encarnado e outro azul, uma ave com corpo e cabeça do meio de Aguia a do lado esquerdo de Pomba e a do lado direito de Pelicano ferindo o peito: e que estas mesmas armas poria a Camara no seu Estandarte por detraz das Armas reaes, emquanto Sua Magestade não mandasse o contrário; e que esta villa sinalava e demarcava por logradeiro dela na forma da ordem do dito Senhor todo o Campo desde o sangrador do mato ou Ribeirão que fica ao Sul da Villa até a Lagoa do arrosal que costeia o mato de guaguasú ao Norte da Villa, que será uma legoa de terreno, e na traveça desde o mato do Capam da Lagoa por onde passa a Estrada que entra para esta Villa até o Rio Guaporé que serão tres quartos de Legoa de Leste a Oeste, cujo terreno não podia ser aforado pela Camara como Sua Magestade determina, ficando o dito Campo para pasto dos cavalos e gados dos moradores da Villa, e que na mesma isenção de foro ficarão comprehendidos os capoens que pelo Campo se achão que serião para Linhas Comuas; e que caso neles fizecem algumas xacra ou casa de Campo tivessem entendido não impidiria en tempo alguma que os moradores da Villa mandassem neles fazer lenha, tirar cipós e cortar madeiras, e para se livrarem da intrada dos cavalos e gados do pasto do logradouro serião obrigados os que tivessem xacra ou casa de campo nos ditos Capoens, a sercar as plantas. Que o Mato do Guaguassú e Capam da Legoa e o mato do Sangrador e o Campo que d'ahi se segue para o Sul e o mato que acompanha o Rio Guaporé ficavão fora do Logradoro, e que a Camara, escolheria a parage ou parages em que se ajão de fazer boa as quatro legoas de terras que Sua Magestade lhe concede para aforar, e lho farião presentes com as confrontaçõens para se lhes passar Cismarias pela Secretaria. Feito isto pelo Doutor Juiz de Fora prezente o mesmo illustricimo e Excellenticimo Senhor Governador e Capitão General, no mesmo acto foi mandado vir o cofre dos Pelouros que havião feito em eleição dos oficiaes que nestes tres annos hão de servir na Camara, e com as serimonias que a Ley determina foi tirado aberto e publicado o Pelouro que coube por sorte neste anno de que se fez termo no Livro das Eleiçoens a folhas trez: do Alvará da Sua Magestade já referido para a creação desta Villa só fallava de dous Vereadores e hum Procurador consultava êlle dito Doutor Juiz de Fora com o dito Illustricimo e Excellencimo Senhor Governador e Capitão General na Elleição dos ditos Pelouros em que houvessem de ser tres Vereadores, é hum Procurador; porque quando se passara a Provisão para a Creação da Villa fora o tempo em que se mandavão criar dous Juizes Ordinários, que nunca podião fazer falta

cinco votos, pois na falta de qualquer Juíz ou Vereador se podia logo proceder a Elleição de outro de Barrete; porém que tomando depois Sua Magestade a resolução de mandar Juiz de Fora para estas Minas, alem de serem quatro votos em Camera sendo os Vereadores só dous, podia suceder que faltasse o Juiz de Fora e ficavão só tres votos o que poderia ser danoso a Republica, e de todo o referido mandarão elle ditos Illustricimo e Excellentícimo Senhor Governador e Capitão General e o Doutor Juiz de Fora formar este Auto em Livro proprio da Criação desta Villa sendo a tudo presentes dos bons e Povo as pessoas seguintes:

Guarda-Mór Francisco Xavier Jullio, o Reverendo Vigario Fernando Maxado de Souza e Abreo, Francisco de Salles Xavier, João Pereira da Cruz, o Sargento Mór Lourenço Soares de Brito, Pedro Vaz Justiniano, Manoel Dias Penteado, Antonio da Silveira Fagundes Borges, Antonio Ferreira, João Nunes de Mello, João Raposo da Fonseca Goes, Manoel Vieira Benevides, Antonio Paxeco de Moraes, Bento de Souza Maxado e Abreo, Antonio de Abreo Bacelar, Sebastião Pinheiro de Almeida, Pedro Diogo da Mota, o licenciado Francisco Rodrigues da Costa, José de Oliveira Pedroso, Ignacio Leme da Silva, Calisto de Souza Rego, Caetano Gil de Ataide, Luiz da Costa Silva, Antonio Botelho da Fonseca, Manoel Bento Pereira, Bento Dias Paes, Felix Martins Claro, Antonio Leite de Almeida, Francisco Caetano Borges, Pedro Rodrigues Lima, João Gomes Santiago, José Ferreira de Mattos, André de Souza de Almeida, Rodrigo Francisco, o licenciado João Metelo de Matos, Manoel Antonio Maxado, Silvestre de Castro, João da Borba Gato, os quaes todos assinarão com o dito Illustricimo e Excellenticimo Senhor Governador e Capitão General e o Doutor Juiz de Fóra e o Secretario deste Governo e eu Ignacio Pereira Leão, e eu Tabelliam do Publico Judicial e Notas que escrevi. Dom Antonio Rollim de Moura. — Theotonio da Silva Gusmão. — Bartolomeu Descalca Barros.

Segunda parte. Os brasões de Vila Bela. Tinha-se como certo que as armas de Vila Bela eram o triângulo distintivo da SS. Trindade, sob cuja invocação se fundou a antiga capital matogrossense. Nogueira Coelho, em sua «Memória Cronológica...» é quem nos deixou consignada essa informação, acrescentando, contudo. que a vila conservava tenazmente, como armas, uma águia ou pelicano.

Acontece porém, que Severiano da Fonseca em 1888, ao revelar ao público a existência do auto da fundação de Vila Bela, contestou a assertiva de Nogueira Coelho, mostrando que no

texto dêsse documento se contém explicitamente, como nêle se pode ler, a descrição dos brasões daquela cidade. Não contente dessa descoberta, Severiano inseriu na página da *Revista* a que nos referimos, a estampa dos brasões, em acôrdo com o que êle ou o desenhista entendeu da leitura do «auto».

A nós cabe, entretanto, por nossa vez, contestar a Severiano da Fonseca e dar razão a Nogueira Coelho.

Vejamos porque. Quanto à representação gráfica dos brasões o desenho de Severiano está às avessas, assim como o negativo de uma fotografia. O que o texto do auto diz à direita, o desenhista colocou à esquerda e vice-versa, sabido como é que a direita e esquerda de um escudo, como de uma tela ou de uma pessoa são as dêsse escudo, dessa tela, dessa pessoa, e não as do observador que as contempla face a face. Esse é o êrro de técnica que se verifica na feitura no desenho. A êste êrro junta-se uma imperfeição no contôrno do escudo, cujas curvas revelam ignorância dos modelos clássicos.

Quanto à legitimidade dos brasões, dissentimos de Severiano e reivindicamos acêrto para os que Nogueira Coelho indicou. Não há dúvida que o auto de 19 de março consigna uma ave tricéfala para símbolo da nascente capital. Ignora-se com que fundamento o fêz. Talvez não passasse de pura fantasia. O triângulo, porém, a que Nogueira Coelho presta fé, êste sim, estava em perfeita harmonia com o nome da vila.

Vejamos agora por que demos razão a Nogueira Coelho. O «auto» em que se baseou Severiano diz claramente: os brasões seriam aquêles — a ave tricéfala no interior de duas zonas concêntricas — mas... enquanto sua majestade não mandasse o contrário. Passou-se isto a 19 de março de 1752. O «auto» e os «brasões» nêle descritos chegaram ao conhecimento da côrte. Que teria decidido o rei? Eis o que, no ano seguinte, registra Nogueira Coelho em sua Memória: «São suas armas um triângulo, por ser símbolo da Santíssima Trindade, como sua majestade mandou declarar em provisão..., mas ela (a vila) tenazmente conserva uma águia ou pelicano».

Ora, pois, se no ano seguinte, o rei mandou adotar estoutras armas para Vila Bela, é porque não aprovou aquelas, aliás apresentadas condicionalmente, enquanto sua majestade não mandar o contrário. Seria esquisito que Nogueira Coelho, ponderado cronista de Vila Bela, senhor dos segredos de seu arquivo e quase contemporâneo ali dêstes fatos, ignorasse tais pormenores ao ponto de inverter o sentido dêles e estabelecer tamanha confusão.

Que teria acontecido? Exatamente o que supusemos: o rei não se conformou com a ave tricéfala e mandou declarar que as

armas de Vila Bela seria um triângulo. Nogueira Coelho adianta que tal declaração constava de uma provisão real de 1753, registrada na Câmara de Vila Bela. Nada parece mais claro. O rei foi lógico. A ave tricéfala é um símbolo exótico e sem expressão na Heráldica. Todavia, acrescenta o cronista, a câmara vilabelense recalcitrava na substituição do triângulo por uma ave: águia ou pelicano.

Diante de tais disparidades, em que ficamos: ave tricéfala, triângulo, ou uma só ave? Antes de sair desta encruzilhada, precisamos dissipar uma confusão e esta é de Nogueira Coelho. Águia e pelicano não são a mesma coisa, nem na ordem nem na espécie. Talvez com a alternativa «ou» quisesse o cronista significar desacôrdo entre os vilabelenses na opção entre uma e outra ave, e, outrossim, que a preferência por estas aves fôra influenciada pela leitura do «auto» no dia da fundação da vila. Estas duas aves. de fato, são muito estimadas pelo seu simbolismo e não eram estranhas aos vilabelenses. A águia dos Andes — o condor — consta que desce eventualmente da Cordilheira até a serra Ricardo Franco, fronteira a Vila Bela, e o pelicano é representado nos pantanais dali pelo tuiuiú, ave aquática pernalta, como aquela.

E chegamos ao nó da controvérsia. Qual dos três brasões teria vingado: a ave preferida pelos vilabelenses, o triângulo recomendado pelo rei, ou a ave tricéfala do auto de fundação da vila? Certamente que, diante da escolha de Rolim de Moura, da preferência dos vereadores e da determinação do rei, não haveria que vacilar; oficialmente, teria prevalecido a escolha do monarca.

Isto pôsto, surge uma observação. Não se conhece documento algum oriundo de Vila Bela, em que figure qualquer dêsses brasões, ou que faça menção daquele que teria vigorado. Quando estive nessa velha cidade em 1950, verifiquei, consultando pessoas idôneas, que nem a Prefeitura, nem a Câmara usava qualquer espécie de brasão, e não tinham notícia de que o houvesse noutros tempos.

Nestas condições, não podendo aceitar as armas do auto da fundação da vila, por terem sido derrogados pelas do rei, nem as da Câmara local, por não trazerem cunho oficial nem poderem sobrepor-se às do monarca, e, em terceiro lugar, por não vigorar brasão algum em Vila Bela, somos de parecer que se deve buscar uma solução conciliatória, que tenha raízes nos três pontos de vista. Esta solução, além disso, deverá ser a que melhor condiz com o assunto ou objeto. Ora, êste motivo nos leva diretamente ao triângulo, mas não exclui as circuntâncias ambientes ou motivos secundários.

Em resumo, não podendo afastar o triângulo, por ser inseparável do magno mistério que é a Trindade, ajuntemos um elemento natural — a águia — rainha dos ares, símbolo da majestade e do engenho humano.

Esta associação de idéias derivadas do auto, de 19 de março, da *provisão* do rei, e da *preferência* dos vereadores converge galhardamente à formação dos brasões de Vila Bela, os quais, depois de minucioso estudo, chegamos a concluir deverão ser:

Em campo Azul, um triângulo de ouro transportado por uma águia de prata que o vem depor à beira de um rio.

Tudo neste escudo é magnífico: O triângulo invocativo da Trindade, que dá o nome à cidade; o ouro do triângulo que lembra a riqueza aurífera de Vila Bela daqueles tempos; a águia representa o arrojo dos conquistadores a transportarem-se ao sertão longínquo do Oeste, por onde não havia estradas nem recursos; o rio à beira do qual pousa a águia, é o Guaporé, de alvo leito e águas cristalinas, como uma filigrana de prata no meio do sertão (*).

Nota — O estudo e a redação dêste trabalho sôbre os brasões de Vila Bela foram realizados em colaboração com o Senhor Luís Gomes Loureiro, diretor do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra. A sua cultura heráldica e no seu bom gôsto artístico, são devidos a composição do assunto, os desenhos e ilustrações que dão vida a esta monografia, sem o que não se poderia chegar a um resultado lógico, coerente, rigorosamente técnico e de efeito magnífico.

Rio. 19 de março de 1952.

^(*) A Revista do Instituto Histórico, tomo 54, II, publica um longo trabalho «Brasões do Brasil». no qual o autor, depois de se referir ao triângulo, mandado adotar em 1753 e à águia ou pelicano, preferidos pela vila, escreve: «Adotei para a cidade de Mato Grosso as armas seguintes: em campo azul um triângulo de ouro, emblema da Santíssima Trindade, com uma coroa mural sobreposta, tendo por timbre um pelicano. Mote «Vila Bela». Este trabalho, anônimo, parece ser do Dr. Menezes Brum e foi transcrito do Jornal do Comércio de junho de 1880. Como se vê, esta concepção, que só viemos a conhecer depois de redigido o nosso trabalho, é idêntica à nossa, com a diferença que adotamos a águia em vez do pelicano.

IMPRESSÕES DO SUL (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Em vôo rápido, de quatro horas, que poderiam ser reduzidas, o viajante irá do Rio a Monte Alegre, onde a audácia industrial está formando a Cidade do Papel.

Antiga fazenda, sulcada pelo Tibagi e seu afluente, ribeirão da Mortandade, além de outros cursos dágua, e sombreada por extensos pinheirais, a sua aquisição, em 1933, já denunciava decididos propósitos dos novos proprietários em mudar-lhe a utilização rotineira.

Sòmente em 1941, terminaram, porém, os trabalhos preliminares, quando a população local contava apenas 25 famílias, naquele ermo, desprovido de rodovia, a 100 quilômetros da estação ferroviária mais próxima, Piraí do Sul.

Fazia-se mister a construção de estradas, pelas quais transitassem caminhões com material e máquinas destinadas ao projetado estabelecimento. Solicitada a colaboração da engenharia, não tardou a construção da reprêsa no ribeirão, que teve o nome sinistro substituído pelo de Harmonia, capaz de acumular 5.000.000 de metros cúbicos para o consumo industrial, com a regularidade que não permitiria a deficiência de descarga nas estiagens.

Ao mesmo tempo, o Engenheiro Luís Vieira, com a sua perícia profissional, projetava e construía a usina hidrelétrica, no Tibagi, para lhe captar a energia do Salto do Mauá, onde as águas se precipitam da altura de 33 metros.

Ao primeiro turbo-gerador, com a capacidade de 14.500 H.P. seguiu-se, em breve, o segundo, de 16.500, que elevou a fôrça fornecida à fábrica a 31.000 H.P., de que lhe resulta o primado em Paraná.

Todavia, o total disponível monta a 37.000 H.P. mediante a contribuição da usina têrmo-elétrica, alimentada por lenha.

^(*) Jornal do Comércio, setembro de 1952.

Assim provido de água suficiente e energia, o estabelecimento começou a operar em 1945, pela seção produtora de celulose Kraft, para depois também preparar a celulose sulfit e, por

fim, pasta mecânica e papel para imprensa.

A firma que, nos seus primeiros ensaios, em São Paulo, consumia pôlpa de madeira importada, como usam os demais fabricantes, encetou a operação fundamental, em que os pinheiros paranaenses, reduzidos a toros aproximadamente regulares, passam por máquinas possantes, que os trituram, para mais rápida ação dos agentes químicos.

Diàriamente são desta maneira tratados 900 metros cúbicos de madeira, extraída das próprias reservas da fazenda, cuja substituição a companhia empreendeu, em ritmo superior ao consumo

de cêrca de um milhão de árvores anualmente.

Já foram plantados mais de vinte e cinco milhões de pinheiros, e o reflorestamento prossegue, «em escala nunca antes adotada neste continente», de que se ufanam os seus promotores, que informam alcançar a cota anual seis milhões.

A transformação da paisagem, que destarte realizam, também se manifesta nas atividades urbanistas, dos centros populosos gerados pelas atividades industriais, em Monte Alegre, cujos habitantes já se contam por 14.000, servidos por quatro Grupos Escolares Estaduais, além de várias escolas isoladas, e dos cursos noturnos de aperfeiçoamento para os operários, mercê da colaboração do SENAI.

À assistência médica distribui-se no hospital pelas várias enfermarias, inclusive da maternidade.

Além do núcleo da Harmonia, vizinho à sede, aflorou o de Lagoa, distante 15 quilômetros, que centraliza os serviços de transportes e florestal, e, para residências dos que se ocupam da usina hidrelétrica, de Mauá.

Dotada de iluminação elétrica, não faltam, nas casas respectivas, água encanada, instalações sanitárias e esgotos.

A região outrora despovoada vai desta maneira adquirindo feições progressistas, que avultarão, sobremaneira, quando se ultimar a construção do ramal da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, de Joaquim Murtinho à fábrica.

Na atualidade, os transportes, internos e para fora, ocupam 150 caminhões de carga, e o número tende a crescer, com o aumento progressivo da produção, que atende apenas a 40% das solicitações do mercado.

Para as comunicações rápidas, o aeroporto, a três quilômetros da sede, acolhe aviões que, em vôo de uma hora, descem em Curitiba.

É a cidade-sorriso, como lhe chamam, que aflorou entre pinheirais, conservados apenas em seu topônimo expressivo: curi, pinheiro, tiba, aglomeração.

Não sumiu repentinamente a araucária prestimosa, exaltada pelos escritores paranaenses como o símbolo da fidalguia vegetal. réplica sulina à palmeira tropical.

Ao revés, em tôrno do centro urbano, que não se apressou em crescer, enquanto não sentiu a seiva criadora, proveniente dos cafezais, assistiu-lhe ao paulatino evolver, como vila, criada em 1693, cidade, a partir de 1852 e, por fim, capital da Província recém-emancipada, desde 26 de junho de 1854.

Situada no primeiro dos três planaltos, característicos do relêvo naquela região, observado pela direção dos paralelos, do litoral ao rio Paraná, a altitude em que se encontra, a 900 metros sôbre o mar, garante-lhe a amenidade da temperatura, por volta da média anual de 16 graus, que nos meses de junho e julho. desce, por vêzes, a 4 e 6 graus abaixo de zero, e não excede de 34 graus nos dias de mais intenso calor.

A umidade relativa apenas varia em tôrno de 82, enquanto a tenção do vapor, entre 11 e 19, acusa a média de 15.

A precipitação anual de 1.352 milímetros garantiu-lhe a pujança da vegetação, que outrora lhe emoldurava de verde o casario.

Em ambiente estimulador do trabalho produtivo, condicionado à vida tranquila, foi se desenvolvendo o embrião plantado por Mateus Martins Leme, até que, pouco antes de 1929, começou a avançada progressista para a extremidade noroeste do terceiro planalto, entre o Ivaí, o Paranapanema, e o Paraná, onde o lençol de diabásio, proveniente de derrame mesozoico, se decompõe na famosa terra roxa, em que viçam prodigiosamente os cafezais.

Adquirida por emprêsa britânica — a Paraná Plantation Ltd. — área equivalente a 1.300.000 hectares, esforçou-se ela por incentivar o povoamento da região, antes inaproveitada, à míngua de vias de comunicação, que lhe foram proporcionadas.

A estrada de ferro atirou-se de Ourinhos em rumo de Apucarana, a que chegaram os trilhos, com o desenvolvimento de 270 quilômetros.

Rodovias através de Sertanópolis e Bela Vista do Paraíso, enlaçam as estações ao Paranapanema, de que se abeiram os povoados de Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Redenção de Santo Inácio.

Ou investem para o sertão do noroeste, onde vão abrolhando os núcleos de Mandaguari Marialva, Maringá, Paranavaí, ainda distante do pôrto de São José, para onde se dirige a estrada pioneira.

Cambará adquire categoria administrativa em 1929, logo depois de Presidente Munhoz e Flora, que a precedem.

Bandeirantes (Km. 28), e Cornélio Procópio (Km. 126), não tardam em aparecer, por volta de 1938, juntamente com Londrina, (Km. 210), que se tornou símbolo da fecundidade da região.

Para a zona de atração convergem os plantadores de café, seguidos por variada caravana de todos os tipos humanos, tanto nacionais como estrangeiros.

Na primeira década, o número de recenseados em 1940 não ultrapassaria de duzentos mil.

Mas, decorrida a imediata, a apuração de 1950 acusou a população de:

	Habitantes
Andirá	18.778
Apucarana	89.297
Arapongas	58.932
Bandeirantes	28.214
Bela Vista do Paraízo	24.171
Cambará	19.963
Cambé	19.350
Cornélio Procópio	56 .826
Ibiporá	19.690
Londrina	72.144
Mandaguari	102.586
Rolândia	34.641
Santa Mariana	15.627
Sertanópolis	36.467
Urai	18.853

Na triplicação obtida em um decênio apontam-se fatos interessantes.

Cambará, por exemplo, estação ferroviária no início do ramal, decresce, com o avanço da onda humana, ao passo que Mandaguari, além da ponta dos trilhos, avulta com a maior população regional, como a indicar o ímpeto da investida povoadora para a mata virgem, que lhe promete colheitas fabulosas.

Renova-se, em diferente cenário, a arrancada paulista em busca do Paraná, rasteando a E. F. Noroeste do Brasil, a E. F. Paulista, a E. F. Sorocabana.

Euxameiam os povoados, como a balisar as fazendas, que se abrem em terras ainda há pouco sombreadas por densa mataria.

Em conseqüência, aumenta a exportação, avoluma-se a riqueza estadual, boa cota da qual se canaliza para a Capital em que se espelha impressionante euforia.

A população estadual, estimada em 1.236.276 pelo censo de 1940, já montava a 2.149.509 em setembro de 1950.

Os saldos da exportação, em cotejo com a importação elevaram-se a:

Cr\$ 802.520.000,00 em 1947 Cr\$ 811.810.000,00 em 1948 Cr\$ 1.291.336.000,00 em 1949

superados apenas pelos que usufruiu São Paulo, com:

Cr\$ 785.514.000,00 em 1947 Cr\$ 1.731.881.000,00 em 1948 Cr\$ 1.533.824.000,00 em 1949

e Bahia, que apresentou as cifras de:

Cr\$ 1.231.537.000,00 em 1947 Cr\$ 1.203.662.000,00 em 1948 Cr\$ 1.000.177.000,00 em 1949

Tamanho resultado anima-lhe a aspiração de suplantar, em breve, a própria supremacia paulista, depois de lhe arrebatar o primado da produção cafeeira, mercê do depauperamento das velhas plantações, abandonadas em proveito das culturas na região londrinense, onde medra a rubiácea com vigor.

Por antecipação, já se ufana o povo paranaense do êxito futuro, em que decididamente acreditam quantos lhe consideram os promissores fundamentos.

Personificando os sentimentos gerais, o Governador Munhoz da Rocha entusiasma-se ao falar das possibilidades econômicas da sua terra, e evidenciou saber harmonizar a tradição com a renovação.

Descendente direto do presidente de igual nome, cuja administração, quando eram minguadas as arrecadações, serviu de modêlo aos contemporâneos, abrasa-se na ânsia de apressar a evolução do Estado, que se lhe confiou à chefia.

Valendo-se dos fatôres propícios, vem o povo contribuindo com importâncias crescentes para o custeio dos serviços públicos.

Assim, as arrecadações, expressas por Cr\$ 49.861, em 1937, antes da guerra, montaram a

Cr\$ 78.592.000,00 em 1940 Cr\$ 175.477.000,00 em 1945 Cr\$ 620.694.000,00 em 1949 Já terá ultrapassado a casa de cem bilhões de cruzeiros, na atualidade.

Acompanhando o mesmo ritmo do Estado, o município da Capital registrou aumentos progressivos em sua receita:

Cr\$ 8.648.000,00 em 1940 Cr\$ 10.652.000,00 em 1945 Cr\$ 37.012.000,00 em 1949 Cr\$ 41.428.771,00 em 1950

Daí se causam as iniciativas, que vão dotando Curitiba de feições expressivas, com os seus prédios, cujo número já se abeira de 30.000, entre os quais sobressai a Universidade do Paraná, à Praça Santos Andrade, o Colégio Estadual, capaz de comportar 6.000 alunos em três turnos, a Santa Casa, a Catedral Metropolitana, o Palácio do Govêrno, a Prefeitura da Capital, o Instituto de Medicina e Cirurgia, o Rodoviário, além dos edificios particulares que se vão construindo no centro urbano, em número e altura crescentes.

Naturalmente, da concentração demográfica, de tal forma obtida, resulta o congestionamento do tráfego, a que ousado plano urbanístico procura atender, com a abertura de amplas vias circulatórias.

À medida que se vai avolumando, com a entrada de novos moradores, procedentes de outros municípios, ou de fora, a população, estimada em 183.863 pelos recenceadores de 1950, esmera-se em concorrer para o engrandecimento da localidade, por meio de empreendimentos, em que se denuncia insopitável orgulho do êxito alcançado.

O Clube Curitibano, que se considera superior aos congêneres, os cinemas de primeira classe, apenas superados, na apreciação dos seus admiradores, pelos cariocas e paulistas, os jornais, o Museu David Carneiro, criação de douto conhecedor do passado paranaense, o Estádio Dorival de Brito, são expressivas criações, à margem das iniciativas oficiais, devotadas especialmente a aprimorar a organização de ensino, que se dilata do primário, ministrado em uma dezena de grupos escolares, até a Universidade, com as suas Faculdades de Direito, de Engenharia, de Medicina, de Filosofia, Ciências e Letras e estabelecimentos auxiliares.

Assim se prepara Curitiba, ufana da trajetória percorrida, para exaltar os encantos da Capital do Estado, cujo luminoso destino já fulgura na atualidade.

Da capital paranaense, basta hora e meia de vôo para alcançar Tubarão, que centraliza as atividades produtoras de carvão mineral em Santa Catarina, mediante a usina de beneficiamento local.

As minas de Araranguá, Crisciuma, Siderópolis, Uruçanga, Lauro Müller, Barro Branco e outras, enviam os seus produtos ao lavador que a Companhia Siderúrgica Nacional montou em Capivarí de Baixo, nas vizinhanças de Tubarão, para diminuir a taxa de impurezas contidas no carvão bruto.

Por meio de operações sucessivas, hidro-mecânicas, que separam grande parte das substâncias inertes ou nocivas, o resultado classifica-se em cêrca de 25% de carvão metalúrgico, com 16% de cinzas, e 1,5% de enxofre; 30% de carvão de vapor, grosso, 26% de cinzas e 3% de enxofre; 7% de carvão de vapor, fino, 27% de cinzas e 3% de enxofre; 4% de carvão de uso local.

O restante, em proporção alta, de 34%, constitui o refugo, para o qual contribuem argilas, xistos, piritas, cujo afastamento para local apropriado gera problema que não encontrou ainda solução adequada.

Salvo o tipo consumido nas caldeiras da central termoelétrica da cidade, de 15.000 Kw, e nas locomotivas da E. F. Teresa Cristina, os mais valiosos são remetidos para os portos de Laguna e Imbituba, onde aguardam embarque.

Embora deficiente ainda o aparelhamento de comunicação, que depende de estradas necessitadas de melhoramentos, de portos defeituosos, de meios precários de transporte marítimo, a produção carbonífera de Santa Catarina vem-se elevando de contínuo, a saber:

	Toneladas
1930	46.000
1935	150.888
1940	265.639
1945	815.680
1950	1.060.650

Para tamanho aumento concorreu grandemente a Companhia Siderúrgica Nacional mercê do entusiasmo patriótico do seu diretor, atualmente General Edmundo de Macedo Soares e Silva, que perseverou nas pesquisas, confiante em seus conhecimentos teóricos, até encontrar carvão nacional, utilizável em alto forno, para o qual era, até a época, desaconselhável o seu emprêgo, à

vista do excessivo teor de inertes, consoante opinavam os profissionais.

A montagem da Usina de Beneficiamento, para a qual se encaminha a produção regional, tornou possível a escolha do tipo metalúrgico, destinado a Volta Redonda, onde se mistura com a hulha estrangeira, em proporção que já ultrapassou de 50%, para se transformar em coque de alto-forno, além dos artigos vários da destilação.

Conhecidas a sua utilização final e a operação intermediária, que o despoja da parte maior de substâncias estranhas, avaliada em um têrço do total, seria interessante uma visita às minas, onde começa a indústria carvoeira.

A premência do tempo, entretanto, não permitiu que, na ocasião, fôssem observados os processos de extração, que se desenvolvem a céu aberto, ou por meio de galerias de encostas, como faculta a formação regional, próxima à superfície.

Seriam, dias depois, entretanto, examinados os trabalhos mineiros, organizados pelo CADEM, em Butiá, onde o carvão se encontra a profundidade superior a 130 metros, que exige a abertura de poços. Mais de um já foi perfurado, para o transporte de pessoal até as galerias de excavação, donde é extraído o material cobiçado.

Alongam-se, acompanhando as camadas produtivas, até que razões econômicas determinem a substituição por outros, mais acessíveis.

No 4°, por exemplo, da série, em plena atividade, pela bocarra do furo vertical, em meio de amplo galpão, surgem toscos elevadores, que descem até o local de serviço.

Galerias de paredes de rocha nua, ou protegidas de escoramento, quando necessário, ramificam-se em busca das riquezas ocultas na escuridão.

Trilhos apropriados e vagonetes estiram-se, de ponta a ponta dos túneis iluminados por lâmpadas elétricas, até a frente de operações, onde a produção por homem-dia mal chegava a uma tonelada.

A aplicação da cortadeira, ou serra circular, munida de dentes de carbureto de tungstênio, menos sujeito ao desgaste que em pouco inutilizava os de aço extra duro, ao morder o material das jazidas, torna possível aprofundar, em menos de meia hora, a rafa, por 12 metros de comprimento e 1,70 de penetração, em rasgo horizontal, que facilita o desmonte de grande volume, superior ao que seria obtido pelo emprêgo de picareta ou de ar comprimido.

Diferente do carvão de Santa Catarina, quanto à sua ocorrência, que explica a diversidade dos processos de extração, o do Rio Grande também se distingue pela utilização.

Das minas, à direita do Jacuí, as vias-férreas locais vão ter aos dois portos, da Charqueada, a jusante, onde a baldeação para chatas inicia o transporte fluvial para os mercados ribeirinhos e do Conde, acima.

Aí, a travessia do rio pela carga mineira obtem-se com o auxílio de cabo aéreo, que a deposita à margem esquerda, na estação de Viação Férrea do Rio Grande do Sul, incumbida de levá-la aos consumidores, entre os quais a própria emprêsa ferroviária se inclui, como igualmente a usina elétrica de Pôrto Alegre.

Para utilização do tipo inferior, compensado pelo transporte reduzido, a Usina termoelétrica de São Jerônimo, inicialmente de 10.000 Kw, achava-se em fase de acabamento. Não obstante as aplicações crescentes do carvão sul-riograndense, a produção, em vez de atingir o ritmo de Santa Catarina, decaiu de contínuo, depois de alcançar o máximo em 1943.

		Toneladas
1930	(média do triênio)	376.225
1935		840.088
		1.065.488
1943		1.340.650
1945		1.134.869
1950		854.105

Para tal diminuição cooperam várias causas, entre as quais sobreleva a deficiência dos meios de transporte, como também a concorrência de carvão importado, de melhor qualidade, quando não seja igualmente de menor preço.

Embora os processos adotados na extração e distribuição exijam melhoramentos, que lhes reduzam o preço, a indústria carbonífera revela esforços e iniciativas, que vão suplantando a onerosa inferioridade que tocou ao Brasil, em matéria de combustível sólido.

Os conhecimentos das formações hulhíferas utilizáveis, até hoje comprovadas, justificam os conceitos restritivos de quantos versam o assunto.

Resumiu-lhes as conclusões o Professor Clarence Jones, em sua $Economic\ Geography$, ao afirmar:

«A América do Sul tem menos reservas de carvão de que qualquer outro continente. As reservas e a mineração de carvão estão confinadas inteiramente no médio Chile, no planalto peruano, nas cordilheiras central e oriental da Colômbia, no Brasil meri-

dional e em Neuquen, na Argentina. As camadas são em sua maioria de fraca espessura, interrompidas, com inclinações irregulares e contêm carvões de má qualidade; nenhuma região produz carvão para coque de alta qualidade. As camadas do altiplano e da Colômbia estão em áreas quase inacessíveis. O carvão não é a forma básica de energia nas regiões industriais do Continente».

Essa, a trágica realidade, que não angustia os países do hemisfério norte, em cujo solo jazem possantes massas carboníferas de que se valem para estear o seu desenvolvimento industrial, como patenteam as estatísticas de 1948, condensadas no *Anuário Estatístico do Brasil* — Ano X, que atribui a produção de:

	Toneladas
Estados Unidos da América	590.626.000
Reino Unido	210.756.000
Alemanha (exclusive a produção	
do Sarre)	88.594.000
Polônia	70.262.000
França	43.290.000
India	30.301.000
Bélgica	26.678.000
Canadá	15.296.000

Diante de tais cifras, quase nada representa a produção brasileira, estimada em 2.075.000, referentes ao mesmo período.

Todavia, adquire, quando interpretada sem pessimismo, significação indicativa da luta dos empreendedores para compensar a carência de elementos naturais indispensáveis ao progresso, na fase atual da civilização, ainda baseada na energia proveniente do carvão de pedra, em sua varia aplicação.

Assim, de mistura com o artigo importado, ou sòzinho, o carvão nacional emprega-se da forma calculada pelos especialistas:

Estrada de ferro	49 %
Metalurgia	16%
Navegação	
Produção de gás	
Usina termoelétrica	
Outras aplicações	3 %
	100 %

Na estimativa não figuram as indústrias químicas e outras, consumidoras, nos países adiantados, de 30%, do total, nem a taxa de 20% atribuída ao aquécimento doméstico, desnecessário no Brasil, fora da região meridional, nos meses mais frios.

Ainda assim, a expansão industrial do país reclama cada vez mais combustível, e como lhe seja o subsolo carecente de fontes minerais de calor, recorre à vegetação, em alarmante escala denunciada pelas estatísticas do consumo respectivo, em cotejo com outras formas de energia.

Lenha e carvão vegetal	20 % 7% 4%
	100 %

Tais cifras, reveladoras da questão dominante da lenha na produção da energia no Brasil e do malefício daí decorrente, quando não lhe seja o consumo acompanhado de reflorestamento, realça a valia da contribuição, para a economia brasileira, da indústria carbonífera da região meridional, esforçada em aumentar a extração em suas minas, que será intensificada quando fôr cumprido o projeto de melhoramentos preconizado pelo Engenheiro Mário da Silva Pinto, que tem dedicadamente aplicado ao assunto a sua competência especializada.

Ш

Em Pôrto Alegre, as circunstâncias do momento proporcionam aos visitantes observar a animação e civismo dos seus habitantes, em ardorosa campanha eleitoral.

As ruas centrais, principalmente a dos Andradas, vibram nas vozes dos oradores, em comícios freqüentes, e nas propagandas pelo rádio, que não cessam, a partir do meio dia.

Pela tarde, ninguém poderia ir a compras nas casas que a flanqueiam, sem antes se dispor a ouvir a gritaria excessiva dos locutores, empenhados em apregoar as qualidades superiores dos seus candidatos a cargos municipais na Capital.

Fora, entretanto, da zona de influência dos alto-falantes, as atividades habituais desenvolviam-se tranquilamente, no ritmo costumeiro, que não impede o entusiasmo criador, causa de sessão especial no Instituto de Educação.

Vinha de longe a idéia de proporcionar à mocidade gaúcha um estabelecimento destinado à formação de professôres primários.

Diversos ensaios, de alcance mais ou menos eficiente, foram tentados, antes que o Interventor Federal, então Coronel O. Cordeiro de Farias, auxiliado pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, trans-

formou, a 9 de janeiro de 1930, a Escola Normal existente no Instituto de Educação.

Alojado em prédio, que não destoa do conjunto úniversitário, de que pode orgulhar-se com justiça o Rio Grande do Sul, o estabelecimento em que se habilitam os candidatos ao magistério, desdobra-se em curso de formação de Professôres Primários, Escola Secundária, Escola Experimental, na qual se incluem: Escola Primária — Escola Anexa — Jardim de Infância — Escola Maternal.

Para atender a tantos ramos, em que se matricularam 2.353 alunos durante 1951, atuavam 206 professôres, cuja competência profissional se comprovou pela amostra de canto orfeônico, interpretado a primor, com aplausos da assistência maravilhada.

A visita, em seguida, às salas de aulas e laboratórios, para exame dos trabalhos executados pelos alunos, não desviou a atenção dos observadores do objetivo dominante da reunião, convocada para a conferência sôbre o «Plano de Eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul».

A fome de energia decorre da escassa disponibilidade atual da potência instalada, para atender aos serviços de utilidade pública, apenas de 80.000 kw, a que se poderá somar a dos estabelecimentos fabris, avaliada em 100.000 kw.

O quinhão, de uso privativo de seus proprietários, supera o que se destina à utilização coletiva, opostamente ao que se verifica em outras regiões do país.

E, assim, o empreendedor que não dispuser de recursos para financiar a sua organização industrial e mais a usina fornecedora de energia, não poderá executar os projetos que tenha ideado, pôsto que previstos com larga margem de tolerância.

Entretanto, o împeto realizador do povo gaúcho não se continha diante de tais impecilhos. E tanto se evidencia a carência do fator indispensável à expansão industrial, que não titubeou o Govêrno do Estado em promover o «Plano de Eletrificação» que mereceu aprovação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, desde 1945.

Divide-se em duas fases: uma, de urgência e outra, de execução mais demorada.

Na primeira, incluem-se quatro usinas Diesel elétricas, em Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Pôrto Alegre e seis hidráulicas em Passo do Inferno, Forquilha, Ijuizinho e outras menores, tôdas em funcionamento, com 13.600 kw. E mais seis em construção, para 26.220 kw, que elevarão o total disponível a 39.820 kw.

Na segunda fase, agrupar-se-ão tanto a Central hidrelétrica de Jacuí, prevista, de comêço, para 46.600 kw, como a central termoelétrica de São Jerônimo, ampliada com 10.000 kw, e outras, para alcançarem 99.600 kw. Edificada nas proximidades das minas que lhe poderão fornecer carvão de Butiá, com transporte diminuto, esta Central deverá desenvolver apenas 10.000 kw na primeira fase, e outro tanto na seguinte.

Queimando carvão graúdo, em fornalha de grelhas móveis, de esteira, dispõe de água em abundância no rio Jacuí, a 200 metros de distância.

O potencial maior, porém, provirá das quedas dágua, naturais, ou condicionadas pela engenharia, como ocorrerá no «Sistema do Salto», que associa o rio Santa Cruz ao de Santa Maria, mediante transposição de vales.

Aquêle, pela altitude de 700 metros aproximadamente, será açudado pelas reprêsas do Salto e do Blang, para que possa desviar-se pelo túnel, extenso de 2.080 metros, com o diâmetro de 2,20 m, que o levará ao contravertente.

Juntando-se com o segundo, alimentam ambos as usinas de Bugres (15.000 HP), Canastra (60.000 HP), Laranjeira (10.000 HP), com os desníveis de 185, 310 e 100 metros, respectivamente.

Entre as quedas naturais cabe a primazia ao Jacuí, de volumosa vasão, tumultuada no Salto Grande, a montante do qual foi projetada reprêsa de tipo gravidade, de concreto ciclópico.

Para lhe regularizar a descarga, erguer-se-á outra, em Ernestina, onde são mais propícias as condições locais para contermaior volume de reserva.

Próximo à usina, a barragem medirá vinte metros de altura máxima, entre a soleira e o coroamento, para permitir acumulação de 10 milhões de metros cúbicos.

O desnível, porém, orçará por 91,50 metros, utilizado nas turbinas, tipo Francis verticais de 35.000 HP, de que se montarão seis unidades, para a obtenção de 210.000 HP, futuramente.

A outra, menor em altura da muralha, reduzida a 13 metros, comportará maior reserva líquida, de 258 milhões de metros cúbicos, mercê da topografia dos arredores.

A queda útil, de 26 metros, aciona turbina de reação, tipo Francis, vertical, de 5.600 HP.

Conjugadas ambas as instalações, separadas pela distância de 100 quilômetros, obter-se-á regularização de escoamento do Jacuí, e, em conseqüência, trabalho uniforme nas respectivas usinas.

Outros rios, volumosos como o Camaquã, capaz de desenvolver 45.000 HP, ou de menor potencial, a exemplo do Ivaí (1.000 HP), semelhantes a cuja usina formar-se-ão 11, por vários municípios, terão as suas quedas dágua aproveitadas apropriadamente, como assinala a «Comissão Estadual de Energia Elétrica» em esclarecedor memorial, datado de outubro de 1951.

O aspecto que, ao primeiro relance de olhos, impressiona o observador, não é o vulto do potencial, bem menor em relação aos projetos em andamento nesta Capital, em São Paulo, em Paulo Afonso, ou Minas Gerais.

Mas, a sua tendência por assim dizer centrifuga.

Por ventura menos econômica, oferece, todavia, incontestáveis garantias de segurança a dispersão das unidades produtoras de energias pelas quatro regiões consideradas pela Comissão, a saber:

A fronteira, com 18 municípios, de São Borja a Arroio Grande e Jaguarão.

A Colônia Antiga, de Pôrto Alegre a Aparados da Serra e Lagoa Vermelha, em que se incluem 37 circunscrições.

A Colônia Nova, a noroeste, de Júlio de Castilhos a Irai, que abrange 18 unidades municipais.

A Central, por fim, beneficiada pelo Jacuí e seus tributários, pelo Camaquã e Lagoa dos Patos, dividida em 19 municípios, de Pelotas ao Jaguarí.

Rara será a localidade de alguma importância a que não se estendam as linhas de transmissão.

E quando não o possa fazer, por míngua de rios encachoeirados, a facilidade relativa do combustível mineral aconselha a montagem, na segunda fase, de pequenas usinas termoelétricas, em 22 municípios, aos quais será proporcionado ó potencial de 13.000 kw.

Nesse número não se inscreve o de Candiota, de 20.000 kw a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, que deverá fornecer energia para a eletrificação da Estrada de Ferro Rio Grande, de Pelotas a Bagé e Torquato Severo.

Ajustando-se perfeitamente ao relêvo, as fontes de energia dividem o território riograndense em duas metades pela linha São Borja-Pôrto Alegre.

Ao Sul, o mapa organizado pela Comissão, para representar o «Plano de Eletrificação», que deixa ainda inaproveitado o Camaquã, mosqueia-se de símbolos indicativos de 27 usinas têrmoelétricas, desde as maiores, de São Jerônimo e Candiota, até as menores, de 1.000 HP.

Ao norte da reta imaginada, dominarão, com exceção de algumas usinas servidas por motores Diesel, já montadas, as hidro-elétricas, centralizadas em Jacuí, mas pontilhando também outras localidades, que se articulam entre si pelas linhas de interligação, facilitando manobras futuras, quando assim o exigir o funcionamento uniforme.

Estendem-se de Canastra, nas proximidades de São Francisco de Paula, a Santa Rosa, a 32 quilômetros de sua foz no Uruguai. E atravessam as zonas de que se apossaram os imigrantes, entre a depressão sulcada pelo Jacuí e o planalto, cuja encosta oriental se arqueia para sudoeste naquele município, de grande área, como o de Vacaria, contíguo, em contraste com os vizinhos, densamente povoados pelos colonos, de limites mais restritos.

O relêvo acidentado explica a existência de quedas dágua, como o lençol de trapp, que o amanta, a formação do solo de fertilidade apreciada pelos posseiros.

E como fôsse a agricultura a atividade preferida pelos primeiros povoadores, manteve-se o potencial desaproveitado até a atualidade, quando já não seria possível a continuação de semelhante desperdício de energia.

Para torná-la, porém, utilizável, fazia-se mister a execução de obras dispendiosas, cujo orçamento excedia as disponibilidades financeiras do Estado, que decidiu empreendê-las com os próprios recursos.

A estimativa das despesas referentes apenas à primeira fase, montaram a Cr\$ 377.000.000,00, apesar da exclusão de obras hidráulicas no valor de Cr\$ 125.000.000,00, e que o Govêrno Federal construiu.

Não bastará a «Taxa de Eletrificação», cobrada a partir de 1951, para constituir o capital necessário ao prosseguimento dos trabalhos, que irão, sem dúvida, dotar o Rio Grande do Sul de eficaz agente de engrandecimento, de que necessitam os seus industriais, impedidos de imprimir maior expansão aos planos de produção.

Não obstante, avulta a sua contribuição para o progresso do país, como evidenciam as estatísticas e qualquer exame, ainda que pela rama, de suas indústrias representativas.

IV

Na própria capital gaúcha e arredores, onde se reservou ampla área para utilização industrial, avultam os estabelecimentos, que lhe dão motivo de ufanar-se do trabalho de sua população.

De origem modesta habitualmente, foram crescendo, mercê da perserverança e fôrça de vontade de seus fundadores, até conquistarem situação florescente na atualidade.

Por vêzes, ainda continuam sob a chefia do pioneiro, encanecido na tarefa, em que resumiu a sua vida.

Ou já passaram às mãos dos sucessores, educados pelos mesmos princípios, de que se causou a prosperidade da emprêsa.

Na primeira categoria, encontra-se, por exemplo, a Fábrica Micheleto, que iniciou os seus trabalhos em condições precárias, de oficina mecânica, pouco mais que individual, por volta de 1911.

Na década seguinte, em 1922, ampliou-se, com a seção de preparo de parafusos, onde sobressai o tôrno revolver, que ràpidamente transforma o rolete de aço em peça acabada e perfeita.

Mais tarde, avultou a fabricação de engrenagens para automóveis, ainda as mais complicadas.

Em consequência da expansão das máquinas, o espaço, apesar de acrescido quanto possível pela vizinhança, tornou-se minguado para as solicitações atuais.

Daí se causou a compra de terreno apropriado, na Cidade Industrial, com a área de quatro hectares, para onde se transferirá o estabelecimento, dirigido ainda pelo seu fundador, que emigrou da Itália, já adulto.

Diferentemente, Antônio Jacob Renner nasceu em terra gaúcha, como igualmente o pai, Jacob, de São Leopoldo, construtor de moínhos.

Passara a meninice na região colonial, de que se afastou, jovem, para se dedicar à ourivesaria em Pôrto Alegre.

Serviu-lhe a aprendizagem para o estimular ao primeiro empreendimento industrial, a que se aventurou em São Sebastião do Caí.

Aos 23 anos de idade, porém, tomou o rumo certeiro da sua vocação, ao ingressar na firma comercial, constituída pelo sogro e seus cunhados.

Por seu gôsto, incumbiu-se de ampliar a clientela, em longas viagens pelas zonas pontilhadas de casas mercantis, que lhe atendiam fàcilmente à propaganda.

Conheceu-lhes as preferências e solicitações, de que se lembraria quando os sócios decidiram adquirir periclitante fábrica de tecidos e confiar-lhe a direção.

Em breve prazo, o comerciante, que lhe desconhecia de todo a técnica, enfronhou-se nos segredos da tecelagem, cujos produtos

aperfeiçoou, de acôrdo com as exigências dos colonos, seus clientes, a quem se destinavam.

Para lograr melhores condições de trabalho, mudou-se para as proximidades da Capital, no antigo prado dos Navegantes, onde primeiramente começou a operar a fiação, com a lavandaria e tinturaria.

Daí enviava os fios, com que a matriz, ràpidamente, confeccionava o produto, ainda em São Sebastião do Caí, donde começou a irradiar a fama do novo estabelecimento.

A separação, todavia, não tardou a causar graves inconvenientes, sanados pela mudança total da tecelagem para o local em que já se desenvolvia a fiação, ainda em escala reduzida.

A freguesia crescente, que lhe acompanhava a transformação de comerciante sagaz, incansável nas visitas aos moradores distanciados, em industrial ambicioso de atender a tôdas as solicitações exequíveis dos seus consumidores, estimulou-o a progredir.

O fornecimento de agasalhos apropriados a várias condições completou-se com o de calçados e vestimenta semi-confeccionada com que alterou o sistema anterior de venda.

Antes, quem pretendesse trajar-se de novo, procurava alfaiataria idônea, a quem confiava a sua encomenda.

Ou sujeitava-se às medidas que serviram para o corte das peças mais ou menos ajustadas ao seu corpo, quando as encontrasse em condições não destoantes em excesso.

Aos dois sistemas costumeiros, ajuntou-se um terceiro, que deveria valer-se das vantagens de ambos, ao menos quanto à aceitação da clientela, acêrca de cujas predileções estava bem informado o produtor.

O terno semi-confeccionado dava a ilusão de ser feito sob medida, pelas reduções que permitia, embora fôsse fabricado em série, para a redução do custo de produção.

A inovação associava habilidades mercantis e industriais, como raramente se encontram na mesma pessoa.

O êxito dos primeiros cometimentos animou iniciativas para maiores projetos.

E a expansão patenteou-se mais à larga, com o acréscimo de indústrias correlatas, ou de todo estranhas ao ramo inicial.

À medida que aumentavam os edificios, com pavilhões destinados a objetivos previstos, a transformação da matéria prima aplicou-se à lã, produzida nas estâncias gaúchas, ao linho, também fornecido pelos agricultores regionais, ao couro, beneficiado nos cortumes próprios, para manter a qualidade uniforme dos calçados que fabrica.

Além dessas indústrias, que se destinam a proteger o corpo humano, a outras se estendeu a iniciativa do empreendedor cusado, que também cuidou de preparar tintas e vernizes, lataria própria e até máquinas de costura.

Na atualidade, o estabelecimento industrial, que lhe traz o nome, abrange área superior a 20.000 metros quadrados, onde se erguem pavilhões apropriados às mais variadas aplicações, pelas quais se distribuem os seus milhares de operários, incumbidos da manobra de máquinas aperfeiçoadas.

Progrediu tanto que, em maio de 1941, quando o Guaiba transbordou, como jamais ocorrera, inundando a baixada marginal, foi-lhe posta à prova a resistência a prejuízos descomunais.

Nos pavimentos térreos, a água se elevou a altura superior a dois metros, de sorte que os depósitos de matérias primas, artigos manufaturados e máquinas se amortalharam na enxurrada barrenta.

Sòmente de motores elétricos, mais de quinhentos ficaram sèriamente danificados com a lama que os envolveu.

Passada a semana fatídica, recomeçou o estabelecimento a funcionar, ao mesmo tempo em que reparava os estragos causados pela enchente excepcional.

E exibe aos visitantes os pavilhões destinados a trabalhos de cada ramo em que os operários manejam máquinas modernas.

Não sòmente nomes, todavia, em que se lobrigam origens estrangeiras, dirigem o parque industrial gaúcho.

Entre as emprêsas que timbram de sua condição verde-amarela, avulta a que tem o título duplamente indicativo, de suas características: $Frigorificos\ Nacionais\ Sul-Brasileiros\ S.A.$

Apesar da concorrência que arrosta, de organizações internacionais, confia em poder ampliar as suas instalações de acôrdo com as solicitações do mercado.

A propósito, referiu-se que, de uma feita, quando o Nordeste instava por abastecimento de carne, os dirigentes da emprêsa enviaram telegrama esclarecedor ao ministro da Agricultura, em que lhe ofereciam a quantidade necessária de xarque, desde que dispusessem de condução.

O Govêrno Federal quis pôr à prova a eficiência do Frigorífico e enviou-lhe adequado navio cargueiro, que imediatamente recolheu fardos de xarque até o limite de sua capacidade.

E assim resolveu a crise alimentar que se tinha manifestado em região distante e, ao mesmo tempo, a carência de transporte que o molesta de contínuo.

O sistema de trabalho, observado pela rama; não será diverso do que se verifica em qualquer estabelecimento congênere.

Gozará, entretanto, a facilidade de abastecer-se de boiadas em fazendas mais próximas do que sucede aos frigoríficos paulistas, salvo o de Barretos, rodeado de invernadas.

Estabelecido na baixada, pela qual se estira excelente rodovia que a une a Pôrto Alegre, precede a região denominada colonial, desde que Fernandes Pinheiro, presidente da Província, iniciou a «Colônia Alemã de São Leopoldo», cujo topônimo continha homenagem à Imperatriz D. Leopoldina. e mais tarde lhe serviria para enaltecer os brasões de visconde.

O sítio destinou-se a malogrado ensaio de plantação de linho, iniciado no rincão de Canguçu, como assinalou Aurélio Pôrto, cabal conhecedor do assunto, em que pontificava pelo saber.

A Feitoria, então estabelecida, em terras de Santos da Costa Teles, que as recuperou, «por carta de sesmeria de 5 de dezembro de 1790», transferiu-se para «Faxinal do Courita», a que se anexou a «Estância Velha», distante «quatro léguas da Aldeia dos Anjos (Gravataí)» e aproximadamente sete de Pôrto Alegre.

Por três decênios e meio, a «Real Feitoria do Linho Cânhamo» tenta desenvolver-se, em meio de embaraços de tôda espécie, até que, em 1824, o Govêrno Imperial decide fundar uma colônia de alemães nas terras que lhe pertenciam.

E o bergantim *Protetor*, festivamente acolhido pelo govêrno provincial, entrega a Pôrto Alegre, a 18 de julho, os primeiros imigrantes agremiados por Schaeffer.

Decorrida uma semana, desembarcaram, no pôrto da Feitoria, à margem do rio dos Sinos. E à medida que novas comitivas chegavam, ia crescendo o núcleo povoador, que, em 1829, contava, como resultado de seus esforços, sete cortumes, que seguiram o exemplo de Luís Rau, o primeiro a cuidar da utilização do couro, «oito moinhos de trigo, uma fábrica de sabão, um engenho para a lapidação de pedras, oficinas de obras de chifre, de crina, de ferraria, serralharia, marcenaria, sapataria, alfaiataria e uma incipiente oficina de tecelagem, de Guilherme Harz».

Já se erguiam 182 prédios, construídos, em grande número de alvenaria de tijolos e cobertos de telhas, que a olaria local fabricava.

E assim começava São Leopoldo a estadear energias construtivas, que lhe garantiriam o florescimento contínuo .

V

No limiar da região denominada colonial, pompeia São Leopoldo a sua primazia, iniciada quando não lhe corriam promissores os contatos dos auventícios com a terra bravia.

Estudou-a cuidadosamente geógrafo Orlando Valverde, discípulo dileto do saudoso Professor Leo Waibel, sob cuja direção realizou uma «Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul», promovida pelo Conselho Nacional de Geografia, antes do cataclismo que forcejou por subvertê-lo. Esticada de Pôrto Alegre para o Norte, galga a encosta, em expansão para o planalto, amantado, por extensa área, de trapp, cuja decomposição gera solo de fertilidade afamada.

Destarte, compreende três faixas, de relêvo característico.

A primeira, da baixada, em que serpenteiam serenamente os tributários do Guaiba, quando as cheias não lhes transpoem os leitos, invadindo as circunjacências.

Na seguinte, eriça-se o terreno pela escarpa, que recebeu o nome de serra, semelhantemente ao que sucede com a maioria das congêneres brasileiras, assim denominadas, embora sejam simples encostas de algum maciço.

Em cima, dilata-se o planalto, mais suavemente, com acentuado declive para oeste.

Ao tempo em que os imigrantes alemães conheceram Pôrto Alegre, não lhes seria praticável a avançada para além da «Feitoria», cujas terras lhes foram destinadas. Não seriam das mais propícias à lavoura, com o seu arenito de Botucatu a aflorar por manchas desmedidas, diversamente do que sucede em cima da Serra, fertilizada pelas rochas eruptivas.

Não obstante, fixaram-se à margem do rio dos Sinos, onde começaram a ensaiar empreendimentos a que se achavam habituados. Os agricultores entregaram-se ao amanho do solo, a tentar culturas em condições bem diversas das que lhes eram conhecidas, e por vêzes adversas à medrança da plantação.

Os artífices, que se incluiram em grande proporção, nas primeiras levas contratadas por Schaeffer, também se lembraram de seus afazeres costumeiros, e experimentaram atividades industriais.

O rio, fàcilmente navegável, que despejara a primeira turma adventícia, a 25 de julho de 1824, no Passo do Rio dos Sinos, propiciou aos fabricantes a via mais cômoda para a remessa dos seus produtos ao mercado consumidor.

As duas principais aplicações do trabalho dos povoadores distribuiram-se pela agricultura e pelas indústrias.

Ao passo, todavia, que a primeira apenas se mantinha, não raro periclitante, sem prometer maiores vantagens, as fábricas multiplicavam-se viçosamente, embora derivadas de nero artezanato rural.

E em breve prazo, São Leopoldo deixava a outros núcleos coloniais o primado agrícola, para se contentar com o industrial, em que sem demora se extremou entre os concorrentes.

Não sômente pelo esfôrço dos seus moradores, como ainda dos que se deixassem atrair pelas suas comodidades, em curiosa captura econômica.

O caso de Amadeu Rossi & Cia. não será único, embora sirva de exemplo.

Em vez de provir de ancestrais alemães, o filho de imigrantes italianos montou em Caxias do Sul modesto estabelecimento metalúrgico, em que se transfigurou a sua pequena funilaria inicial.

A equitação, quando se proclamou a República, ainda era praticada pela vocação tradicional dos gaúchos e necessidade imprescindível dêsse meio de transporte.

O arreamento de animais exigia ferragens especiais, simples ou mais ou menos luxuosas, conforme o gôsto e as posses do cavaleiro.

O hábil funileiro prontificou-se a prepará-las, até que mais tarde, escasseando a procura dos artefatos, pela abolição das cavalgadas, à medida que os automotores se multiplicaram pelas circunjacências, decidiu, ainda uma vez, mudar de classe, e fabricar artigos rústicos, mas indispensáveis ao sertanejo, como cutelaria e munições de caça.

Ameaçado de reduzir a produção por míngua de energia local, valeu-se das ofertas de São Leopoldo, que havia inaugurado usina hidrelétrica, de capacidade superior ao consumo, para lhe aproveitar as condições favoráveis de fornecimento.

E, decidido, empreendeu a transplantação, que dotou a cidade progressista de florescente organização em que se preparam ferragens para arreamento, fivelas, bombas para chimarrão, cutelaria em geral, artefatos vários de aço ou metal.

Ainda casos sem conta por ventura se encontrarão de mudança de emprêsa procedente de outra localidade, onde se formou.

Em geral, porém, os seus próprios moradores, cujo número englobava 51.185 brasileiros natos, pelo recenseamento de 1940, que lhe atribuiu a população total de 52.049 habitantes, são os maiores contribuintes do surto industrial, de que lhe deriva o prestígio adquirido.

Além da manipulação tradicional do couro, em suas múltiplas modalidades, da metalurgia, de artefatos de borracha, ainda se ocupa de ramos diferentes, conforme as preferências dos seus 76.251 povoadores, contados em 1950, dos quais 19.735 viviam na cidade.

Ao seu influxo, também se desenvolveu Hamburgo Velho, que ia em meio de sua evolução, quando a via férrea em construção estacou inesperadamente no local que teve o nome de Novo Hamburgo.

Para a recém-aberta estação ferroviária encaminharam-se os estabelecimentos comerciais, em movimento de captura, que transformou a primeira em subúrbio da segunda, de cujo município faz parte, como importante distrito.

Para a sede municipal canalizaram-se as energias disponíveis nas localidades mais antigas, entre as quais floresceu, com as suas fábricas de tecidos, de calçado, de molduras de madeira, em que trabalham os operários ao som de músicas irradiadas de discos escolhidos, que alegram os seus vastos pavilhões.

Terminada a labuta diária, recolhem-se à residência, que adquirem, mercê de crédito fácil, de sorte que se tornam em breve prazo proprietários de sua casa.

À expansão de atividades industriais dos núcleos de origem alemã, não correspondeu o desenvolvimento da agricultura, que se reduziu a diminutas iniciativas, além da plantação de eucaliptus, para combustível e acácia negra, cuja casca se destina aos cortumes.

Fenômeno diverso ocorreu na «encosta inferior da terra», onde aflorou a localidade de Dois Irmãos, em terraço de 180 a 200 metros de altura, de solo fértil, proveniente da decomposição do trapp, que permite lucrativa plantação de arroz, batata, milho, amendoim, além da criação de suínos.

Todavia, não impeliu os colonos para a frente, de sorte que, por volta de 1875, quando desembarcaram em Pôrto Alegre as primeiras famílias italianas, procedentes de Milão, achava-se devoluta boa porção do planalto, entre o rio das Antas e o Caí, que lhes foi destinada.

Depois de indispensáveis preparativos, continuaram a peregrinação, por via fluvial, até o antigo Pôrto dos Guimarães, ancestral de São Sebastião do Caí.

Além, palmilharam a áspera estrada, que marinhava pela encosta aclivosa, serpenteando pelas passagens mais accessíveis, à beira dos grotões profundos.

Tinham-se apartado de suas querências, em Oimate, desde fevereiro, mas sòmente em setembro ultimaram a transplantação, ao estacarem na clareira, que os índios Caaguas abriram à borda da mata, por isso denominada Campo dos Bugres, na altitude de 800 metros aproximadamente.

A planta urbana, de ruas em xadrez, denota o cuidado inicial na regularização dos esforços construtivos dos novos povoadores.

A desvantagem da distância, estimada em 194 quilômetros de Pôrto Alegre, pela via férrea, então inexistente, não entorpeceria o ânimo dos desbravadores, que se apossaram dos lotes coloniais, decididos a lavrá-los produtivamente.

E, conhecedores da viticultura, esforçaram-se por praticá-la em suas terras virgens.

De princípio, não lhes seria favorável o resultado, que várias pragas danificaram, antes da adoção de tipo mais resistente — a uva Isabela, — que lhes garantiu o êxito.

Os parreirais foram a pouco e pouco substituindo a antiga mata de pinheiros, que viçava desde o Morro Reuter, a 450 metros de altitude, na encosta.

Em conseqüência da abundância da matéria prima, desta maneira obtida, estabeleceram-se cantinas, entre as quais sobrelevam, na atualidade, as de Antunes, Michelon, Mosele e Sociedade Vinícola Riograndense, que produzem vinhos de vários tipos.

É a indústria que proporciona mais ampla nomeada a Caxias do Sul, em que se transfigurou o Campo dos Bugres, não obstante a coexistência de outras, por ventura mantidas com maiores dificuldades.

Entre as demais, avulta, no distrito de Galópolis, à beira da estrada e próxima da cidade, o lanifício fundado por emigrantes do Schio, e ampliado por Ercole Galló, cuja contribuição o topônimo perpetuou.

A sua população vive em função do estabelecimento instalado no fundo do vale, a montante da queda dágua, que lhe fornece a energia necessária, transformada pela usina hidrelétrica.

Maiores esforços exigiria, sem dúvida, a metalurgia, praticada na zona urbana, à distância dos mercados consumidores, e mais longe ainda dos centros fornecedores de matéria prima.

Não obstante a contraindicação derivada de tais circunstâncias, e, ainda mais, da deficiência de energia hidráulica nas proximidades, em proporções estimuladoras de maiores empreendimentos, prosperou, graças à iniciativa resoluta de alguns pioneiros, entre os quais se extremou Abramo Eberle. Ainda se comprazia nos enlevos da infância, pois nascera a 2 de abril de 1880, na aldeia de Monte Magré, quando o pai, Giuseppe Giacomo, transpôs o oceano, com tôda a família, em busca das paragens gaúchas, donde os amigos lhe mandavam notícias sedutoras.

Por volta de 1884, estanciaram os novos imigrantes no Campo dos Bugres, onde os patrícios edificavam as suas residências.

Entre o pomar paterno, então organizado, e a funilaria, que pertencera a F. Rossi, mantida pela pertinácia materna, habituouse o adolescente a trabalhar com afinco, até que, já em 1896, propôs-se a adquiri-la, quando o pai manifestou desejos de vendê-la, para se ocupar exclusivamente da lavoura.

Da transação, ajustada por 600\$000, resultou-lhe a Jívida, pela qual se responsabilizou, antes de alcançar a maioridade civil.

Mais tarde, às vésperas de atingir a primeira década de atividade industrial, associou-se a outros empreendedores, para a fundação de uma fábrica de artefatos de metal, em que inverteu de início, a quantia de 7:000\$000.

Primeiramente fabricariam artigos reclamados pelos gaúchos, acostumados ao uso contínuo do cavalo, convenientemente ajaezado.

De prata, de metal branco ou amarelo, as peças constituiam os apeiros, mais ou menos luxuosos, com que os cavaleiros adornam os seus animais de montaria.

Prosperou a metalúrgica nascente, acompanhando o progresso da povoação, que festejou as regalias da cidade a 1 de julho de 1910, justamente um mês após a inauguração da estação local da Fiação Férrea do Rio Grande do Sul.

Em 1912, nova sociedade promoveu para cuidar de ourivesaria, especializada em arte religiosa.

Os embaraços causados pela guerra européia não lhe perturbaram a marcha progressista, se é que não a estimularam.

Firmada a paz, compreendeu ser-lhe conveniente visitar os mais florescentes centros estrangeiros.

Percorreu afamadas regiões industriais dos Estados Unidos e de mais de um país da Europa. E repetiria a peregrinação sempre que possível, em busca de novas máquinas e técnicos aperfeiçoados, que pudessem melhorar-lhe o estabelecimento.

Ao sucumbir, a 13 de janeiro de 1945, como caxiense, que proclamava ser, o fundador da Metalúrgica Abramo Eberle, Ltda. deixava o nome esculpido no estabelecimento progressista, que germinara modestamente, meio século antes, em despretensiosa funilaria.

Pelo próprio esfôrço e descortínio industrial, capitaneou excelente grupo de obreiros, que foram seguidamente ampliando a série de seus produtos, cujo número já ultrapassou de 16.000.

Tanto serão de uso rural, nos arreios e galpões, onde utilizam as bombas para chimarrão, como igualmente nos salões e altares, em que resplandecem os ostensórios, ou em quartéis, a que não faltam as suas espadas e espadins.

As ferragens para indústrias transformadoras de couro, artigos de cutelaria, objetos religiosos, os talheres de vários tipos, exigem o concurso de mais de 1.400 operários, entre os quais os estrangeiros se contam por menos de meia centena.

Para as máquinas, excedentes de mil em número de unidades, atuam 1.116 motores elétricos, cuja plena utilização exigiria o fornecimento de 2.200 HP, quase o dôbro da disponibilidade atual.

Basta semelhante carência de energia, a que se ajunta a de matéria prima e a deficiência de transporte, para evidenciar a tenacidade dos industriais de Caxias do Sul.

Curioso é que, além da emprêsa mencionada, também lá se desenvolveu, fundada em 1932, a Metalúrgica Gazola, Travi & Cia., que se ocupa de cutelaria, artigos metálicos para escritório, semelhantemente à primeira, e mais os que se destinam ao uso dos caçadores.

Ambas se expandiram grandemente, como prova a sede nova desta, fora do perímetro urbano e a da mais antiga, no centro da cidade, entre as Ruas Sinimbu, Os 18 do Forte, Borges de Medeiros e Marquês do Herval.

Nessa quadra ergue-se-lhe o edificio de cinco pavimentos, encimado pela primitiva oficina de funileiro, ali conservada, em homenagem permanente ao embrião de que proveio a grandiosa organização de que se ufana Caxias do Sul.

Aliás, o seu laborioso povo, superando os embaraços naturais, de ordem geográfica, deixou-se empolgar pela indústria, já representada, em 1946, por 284 fábricas, de «calçados, cortumes, beneficiamento e industrialização da madeira, de conservas alimentícias, perfumarias, produtos químicos, de tecidos, de lã e seda, ourivesaria, cutelaria».

Todavia, irresistível ênfase aplica-se à metalurgia, não obstante a aclimação forçada, e à indústria vinícola a que na região se deparam condições propícias a maior desenvolvimento.

A sua viticultura, que medra em solo adequado e clima estimulante, garantirá abundante matéria prima, que a cidade exalta periòdicamente na «Festa da Uva». Então, as ruas urbanas e praças alegram-se, mais do que sucede comumente, com os visitantes dos arredores e até de longe, que lhes gabam o traçado regular, o bem cuidado calçamento e as edificações entre as quais sobressaem algumas, de harmoniosas linhas arquitetônicas, como o Seminário de N. S. Aparecida, o Hospital de N. S. de Pompéia, o Ginásio de N. S. do Carmo, a Escola Profissional do SENAI.

A população caxiense exulta, nessas ocasiões, confiante em seus destinos e na própria energia, que já conseguiu organizar produtivo parque industrial, contrariando até as indicações decorrentes de sua posição geográfica.

E, assim, pode Caxias do Sul bem simbolizar a vocação industrial do Rio Grande do Sul, que se espelha em fecundos empreendimentos, sem se despegar de todo da agricultura e pecuária, cujo desenvolvimento se harmoniza com o das fábricas urbanas.

Em 1949, o seu rebanho bovino, calculado em 8.421.800 cabeças, correspondia aproximadamente à sexta parte de criação total no Brasil, ao passo que o ovino, estimado por 7.652.200, quase alcançava a metade.

Quanto às lavouras principais, os números registrados pelo Anuário Estatístico do Brasil, de 1950, indicam a produção de:

Alfafa — 134.743 toneladas, ou 75,17% da produção bra-sileira.

Alho — 2.376 toneladas, ou 15,26% da produção brasileira.

Arroz — 547.762 toneladas, ou 20,14% da produção brasileira.

Aveia — 7.353 toneladas, ou 84,51% da produção brasileira.

Batata doce — 201.811 toneladas, ou 21.87% da produção brasileira.

Batata inglêsa — 202.009 toneladas, ou 27,02% da produção brasileira.

Cebola — 47.271 toneladas, ou 49,08% da produção brasileira.

Cevada — 12.804 toneladas, ou 88,34% da produção brasileira.

Feijão — 119.372 toneladas, ou 9,50% da produção brasileira.

Fumo em fôlha — 39.835 toneladas, ou 34,80% da produção brasileira.

Laranja — 779.510 frutos, ou 13,05% da produção brasileira.

Mandioca — 1.382.379 toneladas, ou 10,96% da produção brasileira.

Milho — 996.231 toneladas, ou 18,28% da produção brasileira.

Trigo — 297,725 toneladas, ou 65,76% da produção brasileira.

Tungue — 2.260 toneladas, ou 26,80% da produção brasileira.

Uva — 168.359 toneladas, ou 71,56% da produção brasileira.

Nas indústrias, arroladas em 16 ramos, os seus 85.955 operários recenseados em 1948, preparam couros e peles, tecidos de algodão e lã, vinho (497.958 hectolitros), produtos de alimentação, de metalurgia, que lhes comprovam a perícia. Destarte, compõem ambas as atividades a resultante estimuladora do progresso do Rio Grande do Sul, expresso em cifras eloquentes e nos aspectos citadinos e rurais, observados por quem lhes percorra boa parte do território, ainda que em rápida excursão.

Até o problema social parece ali se atenuar, ao menos em parte, mercê do Circulo Operário Pôrto Alegrense, cujo influxo tende a irradiar-se, para elevar o nível cultural dos seus associados, além de lhes proporcionar eficaz assistência médica.

É iniciativa que merecia multiplicar-se, para benefício do grupo a que se aplica no Estado, em cujo âmbito medrou.

Também, realizações sulriograndenses de outra ordem abriram amplos horizontes, como a nacionalização do ensino, promovida pelo Secretário da Educação, Dr. Coelho de Sousa, quando Interventor o General Cordeiro de Farias, que sobremaneira cooperou para o engrandecimento do Rio Grande por todos os meios possíveis.

Até pela aviação, ao prestigiar a Varig, quando necessitava de amparo oficial para desenvolver o seu programa que lhe garante, na atualidade, posição de realce entre as emprêsas aviatórias.

Não maravilha que por tôda a parte se mantenha vestígio de sua atuação benemérita, proclamada por quantos se refiram ao período em que lhe coube o Govêrno do Rio Grande do Sul, estimulador das iniciativas particulares, além das que empreendeu oficialmente.

CRESÇA E APAREÇA

PEDRO MONIZ DE ARAGÃO

Pesa injustamente sôbre João Alfredo, em flagrante contraste com o seu espírito de estadista sagaz e cauteloso, a arguição de não ter pressentido a gravidade do surto republicano, atirando-lhe desdenhosamente o famigerado repto do «cresça e apareça».

Conceito que não emitiu, por outros proferido, o cresça e apareça constitui entretanto estafado refrão que uma fantasia, com pretensões a verdade histórica, vai repetindo há mais de meio século em desprimor do experimentado e severo chefe conservador, que não seria capaz de subestimar adversário dos mais temerosos.

Destruir a lenda ou pelo menos retificar os fatos, é a tarefa a que nos propomos firmados em testemunhos idôneos e com provas colhidas ao derredor do incidente.

Reproduziremos inicialmente o episódio tal qual se passou e em seguida os desmentidos de João Alfredo e do verdadeiro autor do desafio, que foi o primeiro a sentir a necessidade de declarar sua a expressão atribuída ao chefe do gabinete de 10 de março.

Depois da abolição, que motivou, como era natural, um desequilíbrio na fortuna nacional, privando a lavoura dos braços indispensáveis à sua prática, não podia ter sido maior a reação dos atingidos pela medida.

Julgando-se expoliados de um patrimônio que consideravam ainda inviolável, apesar dos embargos das leis do ventre livre e da emancipação dos sexagenários, os ex-senhores de escravos tentaram a todo custo acautelar uma propriedade condenada, que vivia apenas da condescendência dos poderes públicos.

De nada lhes serviu o aviso de 1871, nem a formal advertência de 1885.

Acreditando numa reviravolta dos fados, não souberam livrar-se da derrocada fragorosa, de que escaparam somente aquêles que.

alertados pelos sombrios prenúncios, substituiram a tempo o cativo pelo colono.

Mas a derrota que lhes foi imposta iria custar bem caro aos vencedores. E êstes, pelo fogo certeiro de um inimigo impiedoso, sairiam do combate mortalmente feridos.

Pareça embora paradoxal ou mero jôgo de palavras, é incontestável que a vitória da lei de 13 de maio marcou o ocaso do ministério da abolição.

Passada a fase ilusória de festas, flôres e comemorações, a atmosfera carregou-se de pesadas nuvens.

Abastados fazendeiros, velhos baluartes da dinastia, principalmente os pertencentes ao partido conservador, eivados de ressentimentos, cerraram fileiras em tôrno da bandeira democrática, indo dêsse modo fazer companhia aos republicanos das primeiras horas.

E se é verdade que os propagandistas da República, em sua maioria, apoiaram inteiramente a campanha abolicionista, é também verdade que souberam êles explorar as queixas dos antigos proprietários de escravos para engrossarem as suas hostes, pouco densas.

Impressionado com o que se passava, Cesário Alvim, representante de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, quis pôr à prova a estabilidade do gabinete, e numa interpelação dirigida ao presidente do Conselho (sessão de 15-6-1888), a respeito dos auxílios à lavoura, formulou o seguinte quesito:

«Atribuindo o Govêrno, como parece, a despeitos e interêsses ofendidos, o movimento republicano das províncias de Minas Gerais, S. Paulo e Rio de Janeiro acredita que, a ser mesmo assim, não ameaça êle as instituições políticas do Império e sua integridade»?

Esse pequeno período, redigido com evidente malicia e segunda intenção, iria criar para o ministério situação difícil de contornar.

Pela importância das afirmações, o chefe do gabinete devia usar dos maiores cuidados, pois teria de pisar em terreno ingrato.

Qualquer desvio no rumo traçado poderia levá-lo a traiçoeiros atalhos.

Na primeira parte da resposta àquela interpelação (sessão de 26-6-1888), João Alfredo defendeu-se das acusações e analisou com serenidade a situação do país antes e depois da lei de 13 de maio, mostrando que a abolição não alterara a economia brasileira, de vez que ao abalo inicial correspondera uma época de reconstrução, com a chegada de imensas levas de emigrantes.

Apontando as analogias existentes entre as agitações de 1871 e 1888, ambas resultantes da transformação do estado servil o primeiro ministro do Império delas se valeu para afiançar que, acalmadas as paixões, novamente se apaziguariam os ânimos, voltando a reinar em tôda a nação a paz a que tínhamos direito pelas nossas condições de ordem e de trabalho.

Como, porém, João Penido, em face da tranquilidade do presidente do Conselho, houvesse observado em aparte: «Capitão que diz: «Eu não cuidei», João Alfredo retrucou prontamente: «Capitão que não cuidou?... Mas que hei de fazer com os republicanos? (Riso) Prendê-los? Constrangê-los? Não, êles são razoáveis, são homens de propaganda pacífica, convivem conosco, colaboram conosco em tudo que interessa à causa pública. Não vejo mal nenhum em conservá-los».

Mais adiante, depois de tratar dos descontentamentos e particularmente das representações de várias municipalidades que haviam solicitado, no caso da morte do Imperador, se fizesse uma consulta à nação para a escolha do regime, continuava: «O que digo dos movimentos anteriores de 1870 e 1871, digo do de hoje. Conheço as manifestações de uma e de outra localidade — da Leopoldina, por exemplo, — e logo vejo que uns e outros, passado o entusiasmo, começam a explicar as coisas de modo que todos ficamos compreendendo que o que houve não passou de um arrebatamento momentoso, passageiro, incapaz de produzir um compromisso sério para tôda a vida, quanto mais uma mudança de govêrno.

Evidentemente, o político pernambucano não acreditava no triunfo pelo menos imediato, da causa republicana.

Levado, talvez, por um êrro de apreciação, êrro em que laboraram os nossos principais homens públicos, dentre os quais destacaremos Joaquim Nabuco, que atribuía a expansão democrática a «um imenso, um colossal despeito» (1), João Alfredo confiava na segurança do trono e, em última análise, no prestígio inconfundível do monarca.

Cesário Alvim voltou novamente à tribuna para contestar as alegações do chefe do gabinete e insistir nos riscos que corria a coroa.

Outra vez com a palavra, João Alfredo assim se externou: «Senhores, essa República é um desabafo dos desgostosos, é a explosão de espíritos impacientes e aterrados, que vêem na mudança da forma de govêrno um remédio a males, cujas proporções exageram.

⁽¹⁾ Câmara dos Deputados, sessão de 26-6-1888.

Mas se a revolução vier, invencível e triunfante, pergunto ao nobre deputado o que há de fazer o govêrno? Que providências há de tomar? Não consentir na manifestação livre da opinião? Não é possível; o govêrno não o faria, e o nobre deputado não o consentiria. Impedir a organização de clubes e sociedades dentro dos limites da lei?

Também o nobre deputado não fa-lo-ia e não há de querer que o govêrno o faça. Levantar já o exército, chamar as reservas às armas, para combater-se uma República embrião? É melhor dizer que cresça, e depois ver-se-á com quem teremos de cruzar as nossas armas, ou de ajustar as nossas contas».

Não consta dos Anais, que são a mais autorizada fonte de informações, a expressão «cresça e apareça». É possível que no meio dos apartes houvesse escapado aos taquigrafos o registro das palavras tão controvertidas.

Não seria a primeira nem a última vez que tal acontecesse.

Afonso Celso, testemunha presencial do ocorrido, dêste modo se reportou ao discutido «cresça e apareça»: «Não foi êle (João Alfredo) quem o proferiu. Foi o deputado João Penido que lhe completou o pensamento, pronunciando em aparte o cresça e apareça (2).

Pode-se, é verdade, conforme lembrou Lourenço de Albuquerque, interpretar a frase como uma variante da outra — «cresça e apareça».

O fato, porém, é que lida no contexto do discurso ela perde o vigor e a intenção que lhe foram emprestadas, deixando de ser agressiva ou desdenhosa.

Serviu, todavia, de mote para os jornais da oposição, que o glozaram em todos os tons.

Novidades, órgão da dissidência conservadora, estribando-se na brandura revelada pelo presidente do Conselho, alarmou os poderes constituídos com as conseqüências que podiam redundar dessa calma, e embora notasse que o discurso fôra uma sátira à propaganda republicana, escreveu: «Isto quer dizer que o primeiro ministro da Regência, que ora mofa do movimento político que se desenvolve no Império, não tem nenhuma dúvida, nem sente nenhum escrúpulo em acompanhar a vontade da nação no momento que essa vontade se manifestar imperiosamente contra a monarquia» (3).

Em artigo de O País, Aristides Lobo, não obstante declarar que o partido republicano repelia a provocação, julgou que

⁽²⁾ Oíto Anos de Parlamento, pág. 262.

⁽³⁾ De 27-6-1888.

João Alfredo devia preferir aos interêsses transitórios da dinastia, a voz do patriotismo e de seu dever de cidadão, aconselhando aos seus representantes que assistissem resignados à transformação gloriosa da pátria (4).

Inácio Martins, levando para o Senado (sessão 10-7-88) os rumores acêrca do incidente, travou com João Alfredo êste

diálogo:

«O Sr. Inácio Martins — Sr. presidente, êsses movimentos não são para desprezar-se. O nobre presidente do Conselho não pode dizer com tranquilidade: cresçam e apareçam.

O Sr. João Alfredo (presidente do Conselho) — Nunca disse

isto.

- O Sr. Inácio Martins Li nos jornais, em discurso de V. Excia. «cresçam e depois veremos com quem teremos de cruzar as nossas armas, etc.».
- O Sr. Escragnolle Taunay O nobre presidente do Conselho referiu-se a esta frase do Sr. Penido.
 - O Sr. Inácio Martins Mas eu li no Diário do Parlamento.
- O Sr. João Alfredo (presidente do Conselho) O nobre senador tem muitos recursos para não precisar insistir em uma expressão que eu não empreguei.
 - O Sr. Inácio Martins Não insisto...
- O Sr. João Alfredo (presidente do Conselho) Não é exato; e V. Excia. não pode insistir.
- O Sr. Inácio Martins Já disse que, conquanto os jornais tenham atribuído essa frase a S. Excia., eu não insisto mais, desde que V. Excia. nega».

Muitos anos depois, quando octogenário e tota'lmente afastado da vida pública, João Alfredo dizia aos seus íntimos que diante das palavras de João Penido apenas tivera um simples movimento de ombros.

Vale a pena ler-se o depoimento de João Penido:

«Fui eu quem disse cresça e apareça. Eu referi-me a um fato passado na província, há muitos anos, de um anão que teria, quando muito um metro de altura, e que dirigindo facecias a uma rapariga, dessas de dar e tomar, que encarando e medindo o homúnculo, retorquiu-lhe: «Cresça meu menino e depois apareça». Foi isso que eu disse a S. Excia.: é melhor dizer à república cresça e depois apareça, é S. Excia. não protestou, antes acolheu o meu dito com alacridade» (5).

⁽⁴⁾ De 28-6-1888.

⁽⁵⁾ Câmara dos Deputados, sessão de 11-7-1888.

Em face de anedota tão pitoresca, a réplica de João Alfredo só podia ser mesmo a alacridade de que falou João Penido.

Acompanhando-se, aliás, os apartes trocados entre os dois, verifica-se desde logo que o senador pernambucano sempre revidou aos sarcasmos do representante mineiro com complacência e bonomia.

O dito, se é que foi pronunciado, dirigia-se mais a João Penido do que à República. A não ser por uma perturbação de momento, a ponto de descontrolar o orador, o tom do discurso não se compadeceria com o escárneo da locução em aprêço.

Era de tanta calma a linguagem de João Alfredo, ia tão longe a sua tolerância, que Afonso Celso definiu o programa do ministério como o de «Deixar correr o marfim». Ao que João Alfredo apenas obtemperava: «... desde que esta questão se agitar também nas classes mais importantes, pertencendo nós à escola da soberania liberal, base em que se funda todo o nosso direito político, creio que nem eu conservador monarquista, nem o nobre deputado, monarquista liberal, queremos sufocar a opinião nacional, realmente manifestada em maioria».

Aproveitando a deixa, satirizou-o João Penido: «Ainda espero que V. Excia., como presidente do Conselho, venha aqui declarar abolida a monarquia».

Sem irritação nem despeito, o chefe do gabinete redarguiu: «Quando se trata de uma aspiração longínqua, que — esperam os seus propugnadores — há de vir em pacífica e gradual evolução, não temos outra coisa a fazer senão esperar o futuro, opondo opiniões a opiniões, e fortificando o nosso regime político por meio de benefícios públicos».

Noutra oportunidade (sessão de 26-6-1888), voltando a tratar do assunto, João Alfredo perguntava:

«Pretende acaso o nobre deputado (João Penido) que se empregue desde já a compressão ou o extremo rigor, antes que a ação se torne ilegal e criminosa, ou possa constituir ameaça à nossa ordem política? Num país livre de manifestação de pensamento, só podemos combater as opiniões e a propaganda pela contrapropaganda, pela comparação dos benefícios que a monarquia tem feito e possa fazer, com os perigos de uma revolução que nos mude as instituições».

Era assim que se pronunciava João Alfredo em relação ao movimento republicano.

Em suas palavras não se encontra o desafio tão malsinado, nem o desdem que lhe imputam os opositores.

Num regime em que pode não ter havido a verdade eleitoral, mas no qual sempre existiu o maior acatamento à liberdade de consciência, um chefe de govêrno, como João Alfredo, não iria assacar diatribes levianas contra uma propaganda que se processava pacificamente, nem acovardar-se diante de possíveis perigos para as instituições de que era fiador e guarda como primeiro depositário da confiança da coroa.

ALCINDO SODRÉ

DISCURSO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS, DR. HENRIQUE CARNEIRO LEÃO TEIXEIRA FILHO (*)

Ao amanhecer o dia 16 de março de 1952, foi esta cidade surpreendida com a dolorosa notícia do repentino falecimento do Dr. Alcindo de Azevedo Sodré, que ainda na véspera, à tarde, presidira neste mesmo recinto, com tanto brilho e carinho, a sessão dêste Instituto consagrada estatutàriamente à data natalícia de Petrópolis.

Com a sua morte perdeu o Instituto um dos seus mais ilustres e prestimosos associados, inesquecível companheiro da primeira hora, e que, desde 1938, tão relevantes serviços soube prestar-lhe como sócio fundador e 1º secretário até fins de 1944, e mais ainda na qualidade de presidente, eleito e empossado a 2 de dezembro de 1950.

Sendo esta a primeira solenidade que o Instituto Histórico de Petrópolis realiza, sem mais poder contar com as luzes e a fidalguia intelectual de seu pranteado presidente — imperdoável seria que o substituto eventual, chamado novamente ao exercício destas funções pelo imperativo das circunstâncias, pudesse olvidar-se de render, ad initium, justa e sincera homenagem à sua memória, antecipando, em breves palavras, os merecidos louvores que, certamente, ser-lhe-ão tributados pelo orador oficial, quando êste lhe fizer o panegírico na sessão magna a realizar-se em 2 de dezembro.

Alcindo Sodré, conquanto não fôsse petropolitano pelo nascimento, consagrava entranhado amor a esta cidade, onde viveu a mor parte e os mais felizes dias de proficua e harmoniosa existência. Nascido em Porto Alegre, aos 30 de novembro de 1895, filho do engenheiro Antônio Cândido de Azevedo Sodré e de D. Helenita Porto de Azevedo Sodré, veio ainda menino para Petrópolis, onde iniciou as primeiras letras, ultimando os estudos

^(*) Proferido na sessão do dia 19 de agôsto de 1952.

primários no Rio de Janeiro e na capital gaúcha. Naquela cidade, no Ginásio Antonieta, e aqui em Petrópolis, no Colégio São Vicente de Paulo, fêz o curso secundário, bacharelando-se em Direito, no ano de 1916, na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, do Rio de Janeiro, em cuja tradicional Faculdade de Medicina doutorou-se em 1921, laureado com a medalha de ouro do «Prêmio Miguel Pereira».

Iniciando a vida pública em Petrópolis, aqui ficou e construiu residência, militando com destaque na política e na administração do Município. Por diversas vêzes mereceu a preferência do eleitorado, que lhe outorgou mandatos de vereador em 1922, em 1924, em 1929 e finalmente em 1936, tendo sido secretário, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal. Em duas ocasiões assumiu interinamente as funções de prefeito municipal, por êle exercidas de 31 de janeiro a 7 de março de 1923, e de 10 a 28 de abril de 1939, cargo ao qual retornaria efetivamente mais tarde, por nomeação, exercendo-o de 14 de abril a 14 de novembro de 1945. Anteriormente, no decurso de 22 de dezembro de 1938 a 1 de abril de 1940, durante a operosa administração Magalhães Bastos, muito se distinguira no cargo de secretário da Prefeitura, prestando valiosíssima colaboração ao mencionado prefeito.

Proveitosos, realmente, foram os serviços prestados por Alcindo Sodré à terra petropolitana no exercício dos aludidos cargos e mandatos. Desempenhou-os com verdadeiro espírito público, fazendo jus à confiança que o seu nome e os seus predicados inspiravam. Serviu-os com inexcedível zêlo e probidade, grangeando honroso conceito ante os próprios adversários políticos.

A par dessas atividades, distinguiu-se também na imprensa local, dirigindo primeiramente a *Tribuna de Petrópolis* com Carlos Rizzini, em fins de 1923, e depois sem êste companheiro, no período de 19 de janeiro de 1924 a 14 de maio de 1925, ano em que passou a direção do *Jornal de Petrópolis* desde 1 de setembro até 22 de agôsto de 1929. Através dessas funções robusteceu a sua popularidade, defendendo com entusiasmo os assuntos pertinentes ao progresso da cidade, ao bem estar dos seus habitantes e veranistas, insistindo com veemência pela preservação das matas e velhas árvores, que sobremaneira sabia apreciar. Do enlêvo com que êle contemplava tais encantos, fala bem alto o seu livro *A Cidade Imperial*, páginas por vêzes ingênuas, escritas em prosa com alma de poeta enternecido pela cidade do seu particularíssimo bem querer.

Vida proveitosa ao próximo, e principalmente aos habitantes de Petrópolis, cujos interêsses êle procurava velar através da pena ou da palavra persuasiva e escorreita, achando ainda tempo para cuidar-lhes da saúde e mitigar-lhes sofrimentos com o exercício caridoso da medicina. Nesta profissão não procurava auferir proventos; mais parecia uma devoção, praticada na medida que os demais afazeres permitam, jamais deixando de comparecer à farmácia da Renânia para, ao cair da tarde, atender os amigos e principalmente aos menos favorecidos da fortuna, para todos os quais tinha sempre uma expressão de carinho e de amparo moral. Com êste espírito benfazejo, pertenceu a várias associações, entre as quais a Sociedade Médica de Petrópolis, sendo mais tarde acertadamente escolhido para a presidência da Legião Brasileira de Assistência nesta cidade.

Algo também lhe ficou devendo a juventude petropolitana pelos ensinamentos que lhe foram ministrados por êle, tanto como professor de História no Liceu Fluminense, do qual fôra um dos fundadores, como ainda através do proselitismo, disseminado através das suas lições, escritos e conferências sôbre os assuntos históricos e de caráter cívico.

Sua obra de historiador, e de incansável pesquisador, ressalta das publicações da Comissão do Centenário de Petrópolis, da qual foi secretário e principal orientador, ostentando-se em mais elevado grau nas páginas do Anuário do Museu Imperial e da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. veneranda instituição em cujo quadro social foi admitido como sócio correspondente em 25-5-939, passando à categoria de sócio efetivo em 9-7-1943. Pelos trabalhos valiosos de sua autoria, pertencia também à Academia Petropolitana de Letras, da qual foi presidente, bem como a outras instituições culturais entre as quais aos Institutos Históricos de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Mas o seu maior merecimento, no tocante à História pátria, é sem dúvida alguma êste Museu Imperial, ao qual consagrou os melhores lampejos de sua inteligência, preparando-o pessoalmente, desde a reforma do prédio até as menores particularidades de sua esplendorosa montagem. Aqui êle exercitou com extraordinária clarividência e devoção, não só as funções administrativas, como ainda as de caráter acentuadamente histórico, coligindo, com acêrto e devoção, documentos e preciosidades, arrumando-os com primoroso censo estético. Aqui êle viveu os anos mais gloriosos de sua vida, conseguindo realizar, em amplos horizontes, o sonho começado com o pequeno Museu Histórico de Petrópolis, por êle fundado no Palácio de Cristal; - aqui conquistou renome e benemerência, dirigindo esta obra grandiosa que é incontestàvelmente o Museu Imperial, instituição com a qual tanto se identificou e tão perseverantemente serviu, que, até agora, ainda não vislumbraram quem devesse sucedê-lo.

Ao relembrar a tarefa cotidiana a que êle se entregava com tanto afinco e competência neste casarão tradicional, tão viva se torna a recordação que sempre se nos afigura vê-lo surgir repentinamente, a todos os instantes, naquele andar cadenciado com que arrastava as sandálias de lã por êstes salões e galerias... É a miragem da saudade que sentimos, e que bem se pode definir com as palavras de um poeta sentimental: — Saudade é e sempre será a presença do ausente...».

COMO ESCREVI UM DIPLOMATA DO IMPÉRIO

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

Quis Vossa Excelência, Senhor Presidente, que, ao oferecer um exemplar do meu último livro à biblioteca dêste Instituto, dissesse aos nossos ilustres consócios algumas palavras sôbre a maneira por que o escrevi. Faço-o com dificuldade, pois confesso não ter o menor jeito para falar em público. Habituei-me, desde muito moço, a trabalhar isoladamente entre meus livros c documentos velhos. Dificilmente, poderei transmudar-me em conferencista ou orador, e isso quando já me vão faltando os olhos, a memória e o fôlego.

Mas não me era possível, contudo, deixar de atender à sugestão, vinda de quem veio e da maneira delicada e amiga por que veio, para que, roubando a todos alguns minutos, respondesse a perguntas, que me foram postas como roteiro.

Apenas quero ressalvar o seguinte: ao dizer estas palavras não o faço por imodéstia, senão pela muita consideração que todos aqui me merecem, e pelo profundo respeito que dedico a esta casa, à qual me acho, hoje, ligado pessoalmente, pela bondade de seus ilustres acadêmicos, mas que, na verdade, há muito me achava, pela memória de meu pai, que, durante anos, foi membro dêste Instituto.

Por que escolhi Duarte da Ponte Ribeiro, para fazer-lhe a biografia?

Na escolha de um tema influem fatôres de diversas ordens. O essencial, sem dúvida, é o fator material, ou seja, aquêle que nos permite escrever. É, em resumo, a documentação, porque sem ela não se escreve história. No arquivo do visconde do Uruguai, em meu poder, existem inúmeros documentos que per-

^(*) Palavras pronunciadas na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 27 de junho de 1952.

tenceram a Ponte Ribeiro e outros que se referem à sua atuação na diplomacia. Ao escrever o meu primeiro livro, encontrei em vários passos da vida de Uruguai a figura interessantissima de Duarte, e por isso tive de estudar-lhe a ação, não só como diplomata, mas também como profundo conhecedor das nossas questões de limites. Mais tarde, deram-me permissão para pesquisar no Arquivo Histórico do Itamarati, onde se encontra a história viva de Ponte Ribeiro. Destas pesquisas e daqueles estudos, nasceu-me, por assim dizer, sem grande esfôrço, o meu Ponte Ribeiro.

Com a biografia de Ponte Ribeiro, conseguia estudar assuntos de meu agrado particular. Continuava, por exemplo, o que havia escrito sôbre o *utis possidetis*, e sobretudo podia apresentar um panorama mais vasto da história da América do Sul, num momento de transição, e de acôrdo com o ponto de vista da política

externa do Império.

Outro fator, que classificarei de sentimental, contribuiu para aproximar-me de Ponte Ribeiro. Prende-se êle à minha infância. Um dos filhos de Duarte foi padrinho da pessoa amiga, que me ensinou a ler. Não raramente a ouvi contar as viagens e proezas do Barão da Ponte Ribeiro. Tanto assim que, ao encontrá-lo em A Vida do Visconde de Uruguai, já era meu conhecido antigo.

Como elaborei o livro?

Em melhores condições do que escrevi o primeiro. A Vida do Visconde do Uruguai, fí-lo em várias fases de minha própria vida, naquelas em que o meu trabalho mo permitia. Se não fôra a documentação do seu arquivo estar comigo, a falta de tempo me teria impossibilitado de procurá-la. E, em consequência, de fazer o livro. Para fazer o Ponte Ribeiro, tudo me foi facilitado.

Agora, se encararmos êste «como elaborei o livro», isto é, o método de que me servi, direi que a pergunta é difícil de responder. Seria preciso mais algum tempo e alongar-ine em explicações descabidas nos poucos minutos, a que me devo limitar. Darei, no entanto, uma idéia, ainda que aproximada e meramente literária.

Sabemos todos, por experiência própria, e isso o demonstrou Bergson, em páginas maravilhosas, que o conhecimento que temos da vida, até da nossa própria vida, é sempre fragmentário. Não a sentimos como um processo biológico ininterrupto, mas como um complexo social, pois se acha intimamente ligada a certos fatos importantes ou a mudanças bruscas da nossa vida na sociedade. Estes fatos são os pontos de referência que auxiliam a nossa memória. Mas é falha a memória dos homens. A visão, que ela nos permite do passado, não é contínua; não se processa de um ponto a outro, sem interrupções, como se assistíssemos a um programa de televisão.

Assim o que nos recordamos da nossa vida não vai além de fotografias, que, de comum, só têm uma coisa, o de se referirem tôdas à mesma pessoa. A ligação, no entanto, de uma e outra fotografia, ignoramos completamente. Às vêzes, nem a data conseguimos guardar, e, outras vêzes, não identificamos a paisagem. Destas fotografias, temos nítida impressão, quando pretendemos reconstituir a vida de uma personagem histórica. Aí nada de contínuo encontramos: apenas trechos esparsos, revelados pela documentação: uns com excesso de documentos, outros, sômente, esboçados.

O meu trabalho é, pois, procurar as fotografias, que a documentação possa revelar e, depois, quando as encentro, escolher as melhores. Não as mais nítidas, que nem sempre são as melhores, senão as que mais caractérizam a personagem estudada, que determinem a sua obra, a época em que viveu e o que fez em relação ao Brasil. Não é trabalho muito fácil, pois se tem de lutar até com o próprio biografado, rejeitando-lhe, algumas vêzes, as «poses», que tirou com todos aquêles retoques pretendidos, com manifesta intenção de assim posar para o fotógrafo inexperiente do futuro.

Quanto tempo levei escrevendo o livro?

É dificil responder, porque o tempo que posso dedicar a escrever livros é limitado por um sem número de coisas, inclusive pelo meu trabalho profissional, que não coincide com o de escrever história. Tive desta vez muito mais tempo do que da anterior. Além disso já havia estudado em A Vida do Visconde do Uruguai vários passos da vida de Ponte Ribeiro. Dêsse meu primeiro livro, havia retirado, por se não ajeitarem perfeitamente, muitas páginas, senão capítulos, que conservei para um possível Ponte Ribeiro e para A história de Honório Hermeto no Rio da Prata.

Comecei a escrever o livro em 1946. Em 1947 quase o abandonei, dedicando-me a pesquisar. Voltei a trabalhar em 1948 e 1949. Em 1950 estava pronto. E, em 1951, ainda o retoquei entre a primeira e a segunda prova.

Qual o capítulo de que mais gostei?

Daquele que estava escrevendo no momento. Hoje, do que não cheguei a escrever. E não sei se o concluirei. Retirei-o, principalmente, por causa das gravuras, com que o pretendia ilustrar, que excediam as possibilidades de um livro. Contava, porém, fazer trabalho separado, que não fôsse além de umas cinqüenta páginas. Mas o rumo que tem tomado, últimamente, minha vida, impossibilitando-me de continuar as pesquisas necessárias. leva-me a crer que o não concluirei tão cedo, se é que o poderei concluir

algum dia. Este trabalho teria por título: Ponte Ribeiro e o seu

Arquivo.

Aí trataria dos documentos raros, que se encontram no Arquivo Particular de Ponte Ribeiro, existente no Arquivo Histórico do Itamarati. Incluiria não só os documentos adquiridos por êle a Pedro de Ângelis, que os adquirira, por sua vez, do espólio de Sá e Faria, falecido em Buenos-Aires, mas também aquêles documentos doados, ainda em vida, ao então Ministério dos Negócios Estrangeiros e a êste Instituto. O estudo dêsses documentos, a procedência, o valor para a história e a cartografia do Brasil, tudo isso, enfim, se me afigura matéria digna de pesquisas e de trabalhos daqueles que se interessam pela nossa história.

* * *

Seriam incompletas estas minhas palavras, se não acrescentasse, ao finalizá-las, o que devo a amigos e companheiros pelo muito que me ajudaram: uns com seus livros e cópias de documentos; outros com seus conselhos e sugestões, e, finalmente, o mais corajoso, com a leitura do meu original. Aos funcionários do Arquivo Histórico e de Mapoteca do Itamarati, a todos, indistintamente, devo também um sem número de obséquios e o auxílio constante, durante todo o tempo em que os importunei. Se o livro for ruim, a ruindade é do autor exclusivamente, pois teve êle tôdas as possibilidades para fazer um bom livro.

BERNARDO DE VASCONCELOS

(Conferência de Alfredo Valladão)

HELIO VIANNA

Rio de Janeiro, 1950; 54 p.

Devotado servidor das letras históricas mineiras, o Ministro Alfredo Valadão não deixou passar sem condigna comemoração o centenário do falecimento de Bernardo de Vasconcelos, o discutido político do Império, que transcorreu em 1950. A conferência que a propósito realizou, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reuniu todos os elementos interessantes ao levantamento biográfico do ministro das Regências e criador do Partido Conservador. Acrescentou, mesmo, dados relativos à apreciação devida à tão curiosa figura, uma das mais empolgantes de nossa história política.

OFÍCIOS DO BARÃO DE CAXIAS

1842 - 1845

(Nota Explicativa do Major de Paranhos Antunes)

HELIO VIANNA

Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1950; 176 p.

Para o conhecimento da ação do Barão de Caxias como comandante em chefe das fôrças legalistas e presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na última fase da Revolução Farroupilha, muito interessa conhecer a sua cocrespondência oficial de 1842-1845. Guardada no Arquivo do Museu Júlio de Castilhos, de Pôrto Alegre, foi ali copiada, há alguns anos, pelo Major de Paranhos Antunes, por incumbência recebida do então diretor do Arquivo do Exército, o historiador militar Coronel Jônatas do Rego Monteiro. Realizando-se, na administração do Ministro da Guerra General Canrobert Pereira da Costa, a Primeira Exposição Geral do Exército, apareceu a oportunidade para a publicação dêsses documentos, então oferecidos aos pesquisadores daquela fase da História do Império.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRA-SILEIRO E A EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO DIA DA INDEPENDÊNCIA (*)

7 DE SETEMBRO DE 1952

O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recebeu do Senhor Dr. Rogério Vieira, diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério de Educação e Saúde o seguinte ofício:

«Senhor presidente: É-me particularmente grato dirigir-lhe o presente oficio para manifestar-lhe os agradecimentos da Comissão designada pelo Sr. ministro da Educação, e os meus próprios, pela solícita e valiosa colaboração com que contribuiu para maior brilhantismo dos festejos comemorativos do Dia da Independência, através da exposição realizada neste Ministério e na qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mais uma vez confirmou as suas altas tradições de cultura e civismo.

Ao cumprir tão agradável dever, manifesto a V. Excia., com o preito da minha maior simpatia, o testemunho da minha mais alta e perfeita consideração. — (a) Rogério Vieira, diretor».

^(*) Jornal do Comércio de 13-9-52.

SÓCIO FALECIDO

O Instituto Histórico teve que registrar no 3º trimestre do ano a perda do Sr. Tobias do Rego Monteiro, sócio honorário, falecido nesta capital a 2-8-1952.

Tobias Monteiro era natural do Rio Grande do Norte, onde nasceu a 29-7-1866. Notável jornalista e grande historiador. Nos começos da República, tendo estudado medicina mas não concluído o curso, iniciando-se na imprensa em O País, foi secretário de Rui Barbosa, no Jornal do Brasil (1892). Depois por muitos anos redator político do Jornal do Comércio, substituindo a José Carlos Rodrigues, nas suas ausências e viagens. Acompanhou, como secretário, o Presidente Campos Sales à Europa, antes de assumir êste o govêrno (1898). Foi quem então influiu para que Joaquim Murtinho aceitasse a pasta do Ministério da Fazenda, e Joaquim Nabuco colaborasse nas nossas questões externas.

Dessa qualidade de reporter exímio e comentarista sairam-lhe os primeiros livros: Cartas sem título (com pseudônimo de José Estevão), O Presidente Campos Sales na Europa e Pesquisas e depoimentos.

Repousando, mais tarde, dessa intensa atividade intelectual — dedicou-se, já homem de posses, com paciência e carinho, aos estudos históricos, pesquisando aqui e no estrangeiro, nas fontes originais. Dessa tarefa se desincumbiu com admirável êxito — publicando os volumes: A elaboração da Independência e a seguir: O Primeiro Reinado que pretendia continuar com outro dedicado à «Regência». A idade avançada, entretanto, impediu-lhe de concluir o trabalho, para que se preparara com valioso material e documentação inédita.

A Academia de Letras, em 1947, laureava o conjunto da sua obra, com o «prêmio Machado de Assis». Deixou ainda outros estudos esparsos: Funcionários e Doutores, Cão e Gato (conferência).

Tobias Monteiro foi senador federal pelo seu estado natal — durante a presidência Epitácio Pessoa. Na câmara alta — fez,

como profissional estudo interessante sôbre a liberdade jornalística — enfeixado no folheto: A lei de imprensa.

A sua entrada para o Instituto Histórico ocorreu na Assembléia-Geral em 14-4-1939, como sócio honorário (proposta de 26-1-39), com parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios de 13-4-39 — (Vide Revista, vol. 174, pág. 686). Colaborou na respectiva Revista sôbre: A tolerância do imperador (vol. 152 — tomo 98 — 1925, págs. 150-161) e Reminiscências do Almirante Saldanha (vol. 185, pág. 227 — 1940).

Há sôbre Tobias Monteiro um interessante estudo da lavra do Sr. Eloy de Souza: Tobias Monteiro — jornalista e historiador (Rio, 1942). No seu falecimento — destacaram-lhe as atividades: o Jornal do Comércio (4-8-52) e, em artigos assinados, os nossos consócios: José Honório Rodrigues (O Jornal de 7-8-52) e Mozart Monteiro (O Jornal de 7-8-52). No Congresso Nacional renderam-lhe, por igual homenagens os seus coestaduanos: no Senado — o Sr. Ferreira de Sousa e, na Câmara — o Sr. José Augusto. Ele fôra, realmente, uma figura relevante das nossas letras históricas e do nosso jornalismo político.

OBRAS RECEBIDAS

EM JULHO DE 1952

Relatório do Tribunal de Contas, exercício de 1949 — Ministro Joaquim Henrique Coutinho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1951.

Contribucion a la Historia del Tribunal de Recursos Extraordinarios — Ricardo Levene — Ministerio de Educacion. Buenos Aires, 1952.

The Smithsonian Institution, 1950. Washington, 1952.

Subsídios para a História do Livramento — Ivo Caggiani — Museu Municipal, Livramento, 1952.

História do Estado do Espírito Santo — José Teixeira d'Oliveira — Serviço Gráfico, I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1951.

Folclore Humoristico - Baptista Siqueira - Rio de Janeiro, 1946.

Estadistas Baianos do Império (publicação) — II — 14-11-51 — Afonso Ruy — Bahia, 1951.

Passagens do Sudoeste (separata) — Gago Coutinho, 1952. Lisboa.

Ainda Gaspar Corte-Real — Gago Coutinho, 1951. Lisboa.

Monumento ao Infante D. Henrique — Gago Coutinho, Lisboa. 1951.

Aspectos do Folclore de uma Comunidade Rural — Otávio da Costa Eduardo — Departamento de Cultura — São Paulo, 1951.

Monografia Folclorica sôbre o rio das Garças — Francisco Brasileiro — Departamento de Cultura — São Paulo, 1951.

Algumas Contribuições Espanholas ao Folclore Paulista — Wilmann Galvão de Rangel — Departamento de Cultura — São Paulo, 1951.

Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves — Tomos I e II — São Paulo, 1951.

Escravidão Africana no Brasil — Maurício Goulart — Livraria Martins Editôra — Rio de Janeiro, 1949.

Um Diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro) — José Antônio S. de Sousa — Livr. Edit. Nacional — São Paulo, 1952.

Discursos, Mensajes y Proclamas — Tomos I e X — Dr. Rafael L. Trujillo — Editorial el Diario — Santiago, 1946-51.

Problemas de la Poblacion Indigena de la Cuenca del Tepalcatepec, vol. III — Gonzalo Aguirre Beltran — Instituto Nacional Indigenista — México, 1952.

Dois Paulistas Insignes — 2º volume (adquirido por compra) — Ernesto Ennes — Companhia Editora Nacional — São Paulo, 1952.

Francisco Otaviano — Phocion Serpa — Gráfica Tupy Ltda. — Rio de Janeiro, 1952.

- Chile: Monumentos Historicos y Arqueologicos Roberto Montandon Comision de Historia Mexico, 1952.
- Notas de Viagem ao Rio Negro José Cândido M. Carvalho Oficinas Gráficas Universidade do Brasil — Rio de Janeiro, 1952.
- Atividades do Departamento Nacional da Produção Mineral em 1949 Mário da Silva Pinto Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1951.
- Os Fundamentos da Petrobrás Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1951. Papers of The Michigan Academy of Science, Arts and Letters — vol. XXXVI, 1950. Ann. Arbor, 1952.
- O Concelho de Santo Tirso (Boletim Cultural) vol. I n° 3 1952 Câmara Municipal de Santo Tirso.

EM AGÔSTO DE 1952

- Fray Bernardino de Sahagun (1499-1590) Luis Nicolau d'Oliver Comision de Historia México, 1952.
- Fragmentos da História Judiciária de Mogi-Mirim Lauro M. de C. e Silva Pacini & Picolomini Mogi-Mirim, 1952.
- Subsidios para a História Marítima do Brasil vol. X Arq. Almirante Tamandaré — Imprensa Naval. Rio de Janeiro, 1952.
- Planta da Praça de Bissau e suas adjacências Bernardino A. A. de Andrade João Pinto Ltda. Lisboa, 1952.
- Anais da Academia Portuguêsa da História II série vol. 3. Lisboa. 1951. Anuário Estatístico do Brasil — ano XII, 1951. Conselho Nacional de Esta-
- Anuario Estatistico do Brasil ano XII, 1951. Conselho Nacional de Estatística — I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1951.
- Slownik Nazw Geograficznych Polski Zachodniej I Polnocnej, 1951 vol. I e II. Stanisław Rospond — P.T.G. — Warszawa, 1951.
- Artigas en la Historia y en el Arte (Catalogo de la Exposicion realisada en el Teatro Solis) Artigas Comision Nacional Montevideo, 1952.
- La Geologie vue par un Prospecteur Leo A. Gillot Tip. C.S.B.M. Minas Gerais, 1952.
- História do Café no Brasil vols. de 1 a 15 vols. Afonso de E. Taunay Irmãos Pongetti Rio de Janeiro, 1943.
- Anais VII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem O. Y. Dunlop Oficinas Gráficas A. Laemert Rio de Janeiro, 1939.
- Legião Brasileira do Trabalho C. Y. Dunlop Oficinas Gráficas A. Laemert Rio de Janeiro, 1939.
- Vias Brasileiras de Comunicação Max Vasconcelos Conselho Nacional de Geografia Rio de Janeiro, 1942.
- Panorama Financeiro e Econômico da República Artur de Sousa Costa Jornal do Comércio Rio de Janeiro, 1941.
- Plácido de Castro Um caudilho contra o Imperialismo Cláudio de Araújo Lima — Cia. Edit. Nacional — São Paulo, 1952.
- História de Fernando de Noronha Beatriz de Lalor Imbiriba Imprensa Industrial Recife, 1951.
- A Conferência de Haia Rui Barbosa Gráf. Olímpica Editora Rio de Janeiro, 1952.
- Registro das Marcas dos Ensaiadores de ouro e prata da Cidade do Salvador Tip. Beneditina Ltda. — Salvador, 1952.

Documentos Históricos — XXXV-XXXVI. Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro, 1922.

EM SETEMBRO DE 1952

Bibliografia de Manuel António de Almeida — Marques Rebelo — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1951.

Plácido de Castro — Cláudio de Araújo Lima — Cia. Edit. Nacional — São Paulo, 1952.

Baile Pastoril no Sertão da Bahia — José N. de Almeida Prado — Departamento de Cultura — São Paulo, 1951.

Notas Inéditas sôbre a Revolução Acreana — Plácido de Castro.

Revolução Acreana — Plácido de Castro.

Navegação do Acre — Plácido de Castro.

Relatório do Prefeito do Alto Acre, 1907 — Plácido de Castro.

Novegação do Acre - Plácido de Castro.

O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro -- Genesco de Castro.

A Conquista do Deserto Ocidental — Craveiro Costa.

O Fim da Epopéia — Craveiro Costa.

Resumen Historico de las Campañas del Acre — Coronel Benjamin Azcui.

Plácido de Castro - Soares Bulção.

As Heveas ou Seringueiras — J. Barbosa Rodrigues.

O Heroi do Acre — J. Barbosa Rodrigues.

A Epopéia Acreana — José Freitas Nobre.

Rodrigues Alves e sua Época — Gastão Pereira da Silva.

A Presidência Campos Sales — Alcindo Guanabara.

Relatório da Comissão Mixta Brasileira Peruana — Alcindo Guanabara.

Limites com o Peru — Alcindo Guanabara.

Relatório de 1902-1903 — Barão do Rio Branco.

Artigo in «Aspiração» — Coronel Jaguaribe de Matos.

As nossas fronteiras — João Ribeiro.

A Questão do Acre - Artur Cesar Ferreira Reis.

Artigo in «Almanaque Brasileiro» 1908 — José Maria dos Santos.

Relatório da re-exploração do rio Javarí - Comte. Cunha Gomes.

Comemoração do Centenário do Barão de Tefé — Carlos da Silveira Carneiro.

Folclore Acreano - Francisco Pires de Lima.

Reminiscências da Fronteira — General Dionísio de Cerqueira.

A Primeira Insurreição Acreana — José Carvalho.

O Amazonas e o Acre — James Ourique.

Epopéia Acreana — Farias Gama.

O Território Brasileiro do Acre — Farias Gama.

O Direito do Amazonas - Rui Barbosa.

La Cuestion del Acre - José A. Deheza.

A Fronteira Brasileo-Boliviana — Lopes Gonçalves.

O Rio Acre - Serzedelo Correa.

Limites entre o Brasil e a Bolivia - Taumaturgo de Azevedo.

Memórias e Mapas — Barão da Ponte Ribeiro.

A Defesa do Barão de Tefé — Cirne Lima.

Autonomia Acreana - Augusto Meira.

Limites do Império com a República da Bolívia — J. Carlos Pereira Pinto.

Tratado de Petrópolis de 1903 (Oferta de Castilhos Goycochêa) 40 vols.

Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro — Dom Clemente Maria da Silva — Nigra — Beneditina Ltda., Bahia, 1950.

A Study of Ctenoloculina Cicatricosa (Wartin) — Robert V. Kesling — Michigan — Ann Arbor, 1950.

Funccion Jurisdicional de la Autoridad Administrativa en Materia de Trabajo -- Orlando Rocco — Talleres Graf. Moreno — La Plata, 1952.

Rio Branco e o Arbitramento com a Argentina — Hélio Lobo — José Olímpio Edit. — São Paulo, 1952.

Aspecto: de Economia Açucareira — Gileno de Carli — Irmãos Pongetti — Ric de Janeiro, 1952.

A Prorregação da Fé — D. Francisco de Aquino Correa — Alvaro Pinto. Rio de Janeiro, 1930.

O Momento Constitucional Brasileiro — Alexandre Marcondes Filho — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1943.

Discurso en Lima — Buenaventura Caviglia. Talleres Graf, Montevideo, 1942.

A Organização Fiscal dos Países Europeus — J. Resende Silva — Ofic. Gráf. J. do Brasil — Rio de Janeiro, 1926.

Noções Gerais de Pedologia do Brasil — Engenheiro José Selzer. I B.G.E., 1945, Rio de Janeiro.

Los Pendones de Santiago de Leon de Caracas — Enrique Bernardo Nuñes — Talleres Graf. Caracas, 1946.

Municipalismo e Previdência — Ernani Lomba Ferraz — Gráf. Bloch S.A., Rio de Janeiro, 1950.

A Paz Perpétua — E. Kant — Borsoi — Rio de Janeiro, 1939.

Tu Es Sacerdos — D. Francisco de Aquino Corrêa — Escolas Profissionais Sales — Cuiabá, 1927.

O Homem e a Guanabara — Alberto Ribeiro Lamego — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1948.

Os Solos de Estado de São Paulo — José Setzer — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1949.

Depoimento - João Daudt d'Oliveira - Mauá, Rio de Janeiro, 1946.

O Café no Estado Nacional — Noraldino Lima — Departamento Nacional do Café, 1944 — Rio de Janeiro.

O Café segundo a Produção Exportável, 1941-42 — Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1943.

Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira — Barbosa Lima Sobrinho — Zélio Valverde — Rio de Janeiro, 1942.

- O Homem e a Sociedade Marcello Boldrini I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Geografia Cultural do Brasil Dr. B. Brandt I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1945.
- A Colonização Alemã no Espírito Santo Ernst Wagemann I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1949.
- O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital do Brasil Fábio de Macedo Soares Guimarães I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Contribuição para a Divisão Regional do Estado do Paraná Professor Beneval de Oliveira I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Considerações a respeito do Levantamento Pedológico do Brasil Payl Vogeler I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Observações Geográficas na Amazônia (2º parte) Pierre Gourou I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Delimitação da Amazônia para fins de Planejamento Econômico Professor Lúcio de Castro Soares — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1949.
- Enchentes e movimentos coletivos do solo no vale do Paraíba em dezembro de 1948 Influência da explotação destrutiva das terras Hilgard O' Reilly Sternberg I.B.G.E. Rio, 1949.
- A pesca no litoral do Rio de Janeiro Libia M. C. B. Nilo Bernardes I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Iminência duma «Grande» seca Nordestina J. de Sampaio Ferraz I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1950.
- Dicionário Castelhano de Palabras Juridicas y Tecnicas tomadas de la Legislación Indiana — Rafael Altamira y Crevea — Comisión de Historia — Mexico. 1951.
- La Enseñanza de la Historia en la Argentina Leoncio Gianello Comision de Historia Mexico, 1951.
- La Enseñanza de la Historia en la Argentina Martim Alvarado Comision de Historia Mexico, 1951.
- La Enseñanza de la Historia en la Argentina Pedro Tomáz Vasquez Comision de Historia Mexico, 1951.
- La Enseñanza de la Historia en la Argentina Emeterio S. Santovenia e outros Comision de Historia Mexico, 1951.
- O Conde de Hoffmansegg e a Flora do Brasil Américo Pires de Lima Porto, 1952.
- Regresso à Natureza Américo Pires de Lima Porto, 1952.
- United States: Historical and Archaelogical Monuments Ronald F. Lee Comision de Historia Mexico, 1951.
- Euclides da Cunha Francisco Venâncio Filho I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1949.
- Relatório de uma Viagem de Informações à Europa Coronel Lauro Augusto de Medeiros Imprensa Nacional Rio de Janeiro, 1951.
- A Estrada de Ferro Brasil-Bolivia (Conferência) Luís Alberto Whately Marques & Saraiva Rio de Janeiro, 1949.
- O Govêrno Municipal no Brasil Océlio de Medeiros I.B.G.E. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

EM JULHO DE 1952

- Boletin de la Academia Nacional de la Historia tomo XXXV enero marzo de 1952 n.º 137. Venezuela.
- Revista Nacional tomo LII año XIV noviembre de 1951 n.º 155. Uruguay.
- Boletim da Superintendencia dos Serviços do Café ano XXVII março e abril de 1952 ns. 301-302. São Paulo.
- Memorias del Museo de Entre Rios ns. 22-25 (zoologia). Republica Argentina.
- Revista Brasileira de Geografia janeiro-março de 1951 n.º 1 ano XIII. Rio de Janeiro.
- O Puritano 25 de junho de 1952 N° 2.013 Ano LIV Rio de Janeiro.
- Informação Bibliografica Maio de 1952. Rio de Janeiro.
- Anais da Faculdade de Ciencias do Porto ns. 1, 2, 3 e 4 vols. XXXV-XXXVI. Pôrto.
- Correio de Uberlândia 18, 19 e 21 de junho de 1952 ns. 2.432, 2.433 e 2.434 ano XV Minas Gerais.
- Noticiário das Nações Unidas ano 2.º n.º 6 junho de 1952. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira ano XXIX n.º 346 junho de 1952. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 807 (Voyages and Travels) vol. 4 part VI. London.
- Correio de Uberlandia 11 e 12 de junho de 1952 e 1 de julho ns. 3.427, 3.428 e 3.441 ano XV. Minas Gerais.
- Boletin de la Sociedad de Estudios Historicos 1938-1952 enero a marzo n.º 10 tomo VII. Mexico.
- Correio do Senac 15-30 de junho de 1952 n.º 94 ano II. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucarciro março de 1952 ano XX vol. XXXIX n.º 3. Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review vol. XXXVIII number 1 april, 1952. Washington.
- Boletin del Centro Historico del Zulia vol. 1 n.º 10 julio a diciembre de 1951. Maracaibo.
- Catalogo (Book Trade News) n.º 4 april 1952. Leipzig.
- Bollettino della Società Geografica Italiana serie VIII vol. V fascicolo n.º 1 gennaio-febbraio de 1952. Roma.
- Endeavour n.º 42 vol. XI abril. 1952. London.
- Boletin Informativo agosto, octubre e diciembre de 1951 e sebrero de 1952 ns. 27 a 33. Rio de Janeiro.
- Boletim A.E.C. (Associação dos Empregados do Comércio) junho de 1952 n.º 97 ano VIII. Rio de Janeiro.
- Boletin Oficial del Estado 13 de mayo de 1952 n.º 134 año XVII. Madrid.

Revista de Historia — ano III — julho-setembro de 1952 — n.º 11. São Paulo.

Revista Nacional — tomo LIII — año XV — enero de 1952 — n.º 157. Montevideo.

Ocidente - julho de 1952 - n.º 171 - vol. XLIII. Lisboa.

Bulletin of The New York Public Library — may-june de 1952 — ns. 5-6 vol. 56. N.Y.

Boletim Bibliográfico — vol. XIX — 1951. — São Paulo.

Geographical Review — july 1952 — nº 3 — vol. XLII. New York.

Catalogo da Biblioteca «Paulo Prado» — doada em 1944 à Biblioteca Municipal de São Paulo — suplemento ao n.º 5 do Boletim Bibliográfico. São Paulo.

Revista de Folklore - septiembre de 1951 - n.º 7. Bogotá.

Boletin del Centro Historico Larense — año XI — enero a diciembre de 1951 — ns. XXXVII a XL. Venezuela.

Santa Catarina Philatelica — dezembro de 1951 — junho de 1952 — ns. 9-11 — ano III. Santa Catarina.

O Sê Bê — julho-outubro de 1952 — ns. 5 e 6 — n.º XIII. Rio de Janeiro.

O Puritano — 10 e 25 de julho de 1952 — ns. 2.014 e 2.015 — ano LIV. São Paulo.

Tapejara — junho de 1952 — n.º 7 — ano II. Ponta Grossa.

A Polonia de Hoje — junho de 1952 — n.º 6 — ano 6. Rio de Janeiro.

Belgique Amerique Latine — nouvelle serie n.º 81-20 juin de 1952. Bruxelles.

Boletin Cultural Mexicano - abril e maio de 1952 - ns. 4 e 5. Mexico.

Revista Brasileira de Estatística — ns. 47-48 — julho a setembro e outubro a dezembro de 1951 — ano XII. Rio de Janeiro.

Brasil Constroi — n.º 8 — ano IV. Rio de Janeiro.

Biblioteca de Impressos Raros Americanos — tomo I — 1951. Montevideo.

Bulletin of the Institute of Historical Research — vol. XXV — n.º 71 — may, 1952. London.

Catalogue n.º 173 (Voyages Amsterdam).

Boletim do Museu Nacional - n.º 13-20 de abril de 1952. Rio de Janeiro.

Boletim do Instituto Osvaldo Cruz (Manguinhos) — 15 de abril de 1952 — n.º 3 — ano I. Rio de Janeiro.

EM AGÔSTO DE 1952

Correio de Uberlândia — 19 e 20 de julho de 1952 — ns. 3.454 e 3.455 — ano XV. Minas Gerais.

Catalogue nº 196 (Books of Interest). Hollanda.

Catalogue de la Librarie Robert Legueltet - n.º 13. Paris.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — julho de 1952 — n.º 109 — ano X. Rio de Janeiro.

Américas - vol. IV - n.º 7 - julho de 1952. Rio de Janeiro.

Programa do Petróleo Nacional e Ampliação do Fundo Rodoviário. Rio de Janeiro, 1952.

Catalogue n.º 725 (English Book) London.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — ano XXVII — n.º 303 maio de 1952. São Paulo.

Engenharia — abril de 1952 — n.º 116 — vol. X — ano X. São Paulo.

Correio de Uberlândia — 3, 5, 6, 10 e 12 de julho de 1952 — ano XV. Minas Gerais.

Exportacion de la Republica Dominicana — enero-marzo de 1952 — vol. XXI ns. 1-3. Trujillo, 1952.

Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exatas Fisicas y Naturales — diciembre de 1951 — n.º 31 — vol. VIII. Bogotá.

Boletín de Historia y Antiguedades — julio a septiembre de 1951 — ns. 441 e 443. vol. XXXVIII. Bogotá.

Revista Genealogica Latina — n.º 4 — 1952. São Paulo.

Historia Genealógica da Casa de Moya — vol. VI. São Paulo.

Indices Genealógicos Brasileiros - vol. 4. São Paulo.

Revista Maritima Brasileira — julho, agôsto e setembro de 1951 — ns. 1, 2 e 3 — ano LXXI. Rio de Janeiro.

The Geographical Journal — june, 1952 — part 2 — vol. CXVIII. London. Correio de Uberlandia — 12, 15, 19 e 20 de julho de 1952 — ano XV. Minas Gerais.

Catalogue n.º 724. London, 1952.

Anuario - vol. XII. Buenos Aires, 1951.

Brasil Açucareiro — abril, 1952 — n.º 4 — ano XX — vol. XXXIX. Rio de Janeiro.

Diário Oficial — 24 de julho de 1952 — n.º 8.260 — ano XLV. Vitória.

Diário Oficial — 27 de julho de 1952 — n.º 6.307 — ano XXII. Niterói.

A Voz da América — Maio e junho de 1952 — Rio de Janeiro.

A Fatima Brasileira — julho de 1952 — n.º 77 — ano XI. Rio de Janeiro.

Notas e Informaciones Ciencias Sociales — febrero de 1952 — n.º 13 — vol. III. Washington.

Revista Shell - n.º 59. Rio de Janeiro.

Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul — ano I — n.º 2 — junho de 1952. Pôrto Alegre.

Vozes de Petrópolis — julho e agôsto de 1952 — vol. 10 — fasc. 4. Petrópolis.

Correio do Senac — 15 de julho de 1952 — n.º 95 — ano III. Rio de Janeiro.

Geologia e Metalurgia -- boletim n.º 8 -- outubro de 1951. São Paulo.

Universidad de Antioquia - n.º 105 - enero-febrero de 1952. Colômbia.

Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões — abril de 1952 — n.º 11 — vol. XXV — Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de Direito Aeronáutico — julho a setembro de 1951 — n.º 1 — ano I. Rio de Janeiro.

Saúde — agôsto de 1952 — n.º 56 — ano V. Rio de Janeiro.

Boletim Cultural Mexicano — junio de 1952 — Mexico.

Gaceta Universitaria — ns. 19, 20, 21, 23, 24 e 25 de abril, maio, junio, agosto, septiembre e octubre de 1951 — ano III. Maraçaibo.

A Polonia de hoje — 22 de julho de 1952 — n.º 7 — ano VI. Rio de Janeiro.

Catalogue (Les moissons de l'esprit), 1952. France.

Boletim do Departamento de Imigração e Colonização — n.º 6 — dezembro de 1951 — São Paulo.

Correio de Uberlândia — 2 de agôsto de 1952 — n.º 3.464 — ano XV. Minas Gerais.

Boletim (Da India Distante) — 1 de agôsto de 1952 — n.º 44. Rio de Janeiro.

Boletim Cultural Mexicano - julho de 1952 - México.

Przeglad Geograficzny - tomos XXII - 1948-49-50-51 - Warszawa.

Catalogue n.º 28 — (Libros Nuevos) — junio de 1952. Madrid.

Revista Matogrossense de Letras — tomos XXXV-XXXVIII — anos XVIII-XIX — 1950-51. Cuiabă.

Bulletin of The New York Public Library — july 1952 — n° 7 — vol. 56. New York.

Boletin de la Sociedad Chihuahuense de Estudios Historicos — 1938 e 1952 — Junio — n.º 11. tomo VII. Mexico.

Revista Meteorológica — ano XI — nº 41 — abril de 1952. Montevideo.

Catálogo n.º 99 (Livros raros e de ocasião sôbre vários assuntos) — 1952. Rio de Janeiro.

Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Provincia — ano XVIII — julho a setembro de 1951 — ns. 7 e 9. Lourenço Marques.

Catalogue n.º 700 (Geography) — Hollanda.

Unesco Bulletin for Librairies — vol. VI — n.º 7 — july, 1952. France.

Catalogue n.º 726, 1952. London.

Tijdschrift Voor Indische TAA1 — Land En Volkenkunde deel — LXXXIV — aflevering 4. 1951.

Gé Nabrink - Catalogue n.º 81.

Revista de Portugal — n.º 107 — vol. XVII — julho de 1952. Lisboa.

Correio de Uberlandia — 22, 26, 27, 29 e 30 de julho de 1952 — ano XV. Minas Gerais.

Bulletin of the New York Public Library — september 1951 — number 9 — vol. 55. New York.

Resoluções do Diretorio Central — ns. de 1 a 355 — 1938-1949 e ns. de 1 a 320 — 1937-1950, I.B.G.E. Rio de Janeiro.

Correio do Senac — 30 de julho de 1952 — n.º 96 — ano III. Rio de Janeiro.

O.M.S. (Organização Mundial de Saúde) -- abril de 1952 -- vol. 5 -- n.º 4. Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia — 2 de agôsto de 1952 — ano XV. Minas Gerais.

- Boletin de Historia y Antiguedades vol. XXXVIII 115...444-46 octubrediciembre de 1951 — Bogotá.
- Ocidente n.º 172 vol. XLIII agôsto de 1952. Lisboa.
- Boletin del Archivo General de la Nacion tomo XXIII n.º 1 marzo de 1952. Mexico.
- Universidad de Antioquia 106-107 mayo de 1952. Colombia.
- Engenharia maio de 1952 n.º 117 ano X vol. X. São Paulo.
- B.B.A.A. (Boletim Bibliogáfico de Antropologia Americana) tomo XIV 1951 págs I e II México.
- Revista Nacional tomo LII ano XIV diciembre de 1951 n.º 156 e tomo LIII ano XV febrero de 1952 n.º 158. Uruguay.
- Revista Superial do Brasil maio-junho de 1951 n.º 61. São Paulo.
- Lista Diplomática junho e julho de 1952. Rio de Janeiro.

EM SETEMBRO DE 1952

- State Geological Survey Report of Investigations ns. 64, 76, 158, 159 e 161. Urbana.
- Revista Nacional tomo LIII año XV -- marzo de 1952 n.º 159. Uruguay.
- Bulletin de L'Unesco vol. VI n.º 8 septiembre de 1952. Paris.
- Revista do Conselho Nacional de Economia julho de 1952 n.º 3 ano I. Rio de Janeiro.
- O Puritano 10 de agôsto de 1952 n.º 2.016 ano LIV. São Paulo.
- A Gazeta 19 de agôsto de 1952 n.º 6. 131 ano XXIV. Espírito Santo.
- Belgique Amerique Latine nouvelle serie n.º 82-20 juillet 1952. Bruxelles.
- Boletin Bibliográfico del Consejo Superior de Investigaciones Científicas nº 65 ano VIII. Rio de Janeiro, 1952.
- Correto de Uberlândia 3, 10 e 14 de agôsto de 1952 ano XV. Minas Gerais.
- Columbia University in the City of New York annoucement of the School of Library Service 1952-1953. New York.
- Digesto Economico agôsto de 1952 n.º 93 ano VIII São Paulo.
- Brasil riguereiro ano XX vol. XXXIX maio de 1952 n.º 5. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café -- ano XXVII junho de 1952 n.º 304. São Paulo.
- Rodovia março de 1952 nº 145 ano XIII. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia 7, 9, 10, 12 e 16 de agôsto de 1952 ano XV. Minas Gerais.
- Arquivos Brasileiros de Psicotécnica setembro de 1949 nº 1 ano I. Rio de Janeiro.
- Revista de la Universidad del Zulia año II -- ns. 6 e 7 mayo a agôsto e setiembre a diciembre de 1951. Venezuela.

Rexista Eresileira de Criminologia — julho-setembro de 1948 — n.º 4 — ano II. Rio de Janeiro.

The United States Quarterly Book Review — june 1952 — n° 2 — vol. 8. New York.

Boletim de Informaciones Cientificas Nacionales — n.º 46 — abril de 1952 — vol. IV. Quito.

Revista Ecuatoriana de Educación — ns. 19 e 20 — enero-febrero e marzo-abril de 1952 — ano VI. Quito.

Kriterion — 19 e 20 de janeiro a junho de 1952. Minas Gerais.

Américas - vol. IV - n.º 9 - setembro de 1952. São Paulo.

Casa de la Cultura Ecuatoriana — vol. IV -- enero-diciembre de 1951 — n.º 11. Quito.

Letras del Ecuador — 75-76-77 — enero-febrero, marzo e abril de 1952 — año VII. Quito.

Botetin de la Academia Nacional de Historia — julio-diciembre de 1951 — n.º 78 e enero-junio de 1952 — n.º 79 — vol. XXXI. Quito.

Correio de Uberlandia — 20 e 23 de agosto de 1952 — ns. 3.477-78 — ano XV. Minas Gerais.

Beletim da Academia das Ciencias de Lisboa — janeiro a dezembro de 1952. Lisboa.

Revista de la Sociedad Geografica de Cuba — Año XXIII — ns. 1 e 4 — enerodiciembre de 1950 — Cuba.

America Indigena - julio, 1952 - n.º 3 - vol. XII. Mexico.

O Puritano — 25 de agôsto de 1952 — nº 2.017 — ano LIV — São Paulo.

Beletim Cultural Mexicano - julio de 1952. Mexico.

Saúde — setembro de 1952 — nº 57 — ano V. Rio de Janeiro.

Lista do Corpo Consular Estrangeiro (atualizada até 30 de junho de 1952) — Rio de Janeiro.

Ocidente — nº 172 — vol. XLIII — agôsto de 1952. Lisboa.

A Polonia de hoje — ano VI — agôsto de 1952 — n.º 8. Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Geográfico e Geológico — ns. 3 e 4 — vol. VI — julho a dezembro de 1948. São Paulo.

Boletim E N.B.A. — junho de 1952 — n.º 1 — ano 1. Rio de Janeiro.

Correio do Senac — n.º 92 — ano III — 15-31 de maio de 1952. Rio de Janeiro.

Rodovia — ano XIII — abril de 1952 — n.º 146. Rio de Janeiro.

The Catholic Historical Review — july, 1952 — n° 2 — vol. XXXVIII. Washington.

Revista Militar Brasileira — janeiro a junho de 1952 — vol. LVI — ano XL — ns. 1 e 2 — Rio de Janeiro.

Boletin de la Sociedad Mexicana de Geografia e Estadistica — ns. 1 e 3 — tomo LXX — julio-diciembre de 1950. Mexico.

Revista Nacional — tomo LIV — año XV — abril de 1952 — n.º 180. Montevideo.

Anales de la Universidad de Santo Domingo — vol. XV — 1950. Trujillo.

Bulletin of the New York Public Library — august de 1952 — n.º 8 — vol. 56. New York.

Revista Nacional de Cultura — noviembre-diciembre de 1951 — n.º 89. Caracas

Correio de Uberlândia — 28 de agôsto e 3 de setembro de 1952 — ano XV. Minas Gerais.

Anais da Academia Brasileira de Ciencias — 30 de junho de 1952 — n.º 2 — vol. 24. Rio.

Shall Brothers Be... 1952. Peking.

The United States Quarterly Book Review — june 1952 — n.º 2 — vol. 8. New York.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

TRIMESTRE	1952			
	Julho	Agôsto	Setembro	Total
Obras oferecidas	26	19	16	61
Revistas nacionais e estrangeiras	48	50	42	140
Catálogos recebidos	6	18		34
Documentos recebidos	1 1 2	_		
Jornais recebidos	13	24	20	57
Arquivo			de contraction de la contracti	
Documentos consultados	2.908	2.935	2.963	8.706
Museu	1 1 1 1 1 1			
Visitantes	18	37	18	73
Sala pública de leitura Consultas:		-		
Obras	4.373	4.486	4.738	15.597
Jornais	1.248	1.240	1.254	3.742
Revistas	1.842	1.856	1.890	5.588
Mapas	649	761	678	2.088
Secretaria				
Oficios, certas e telegramas recebidos	180	106	127	413
Oficios, cartas e telegramas expedidos	280	289	375	944

INDICE

JULHO A SETEMBRO DE 1952

I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1 — Alguns documentos sôbre médicos e Medicina do Br seiscentista, por J. P. Leite Cordeiro	
2 — Vida e obra do Dr. António Farreira França, por Má França	ário
3 — Barata Ribeiro, por Roberto Macedo	
II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO	• • •
4 — Dois centenários: J. Saturnino e G. Ponce, por Virg	rilic
Corrêa Filho	
5 — Adolfo Morales de los Ríos (Pai) e o Río de Jane de seu tempo, pelo professor Adolfo Morales de	los
Rios Filho	
6 — Centonário de Silva Leme (Dr. Luiz Gonzaga da Si Leme), Afonso Costa	ilva
7 — O General Augusto Tasso Fragoso, General Valen Benício da Silva	
II — TRANSCRIÇÕES	
8 — Comemoração de Osório, Coronel J. B. Magalhães.	
9 — Auto de Fundação de Vila Bela de Mato Grosso e s brazões, General Silveira de Melo	eus
10 — Impressões do Sul, Virgilio Corrêa Filho	
11 — Cresça e apareça, Pedro Moniz de Aragão	
V - HOMENAGEM	
12 — Alcindo Sodré, Discurso do presidente do Instituto H tórico de Petrópolis, Dr. Henrique Carneiro Lo Teixeira Filho	eão
V CRÍTICA DE LIVROS	
13 — Como oscrevi "Um diplomata do Império", José A	An-
tónio Soares de Sousa	
14 — Bernardo de Vasconcelos, conferência de Alfredo Valad Helio Vianna	lao,
15 — Oficio do Barão de Caxias, com nota explicativa Major De Paranhos Antunes, Helio Vianna	do
VI - NOTICIARIO	
16 — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a exposiç	ção
comemorativa do dia da Independência	
II — Sócios falecidos	• • •
II — Livros recebidos	
X — Estatística	



Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro — Brasil — 1953